



Pesquisa em
gestão
pública

Ana Cecília Coêlho da Silva Santos
Luiz Antonio Coêlho da Silva
Mauricéia Carvalho Nascimento
Organização



Publicação sem fins lucrativos



Série **Gestão Pública** - 2 9 1786580 1169047

2019005 | LS - PD

Sapé | Paraíba | Brasil

Série Gestão Pública, v. 2

PESQUISA EM GESTÃO PÚBLICA



| INSTITUTO SOU ASSIS

Somos uma associação editorial formada por professores/as da Educação Básica e do Ensino Superior, cujo objetivo é a democratização do livro e da leitura.

CNPJ 32.403.532/0001-66

CONSELHO GESTOR

- | **Dr. Assis Souza de Moura**, Presidente
- | **Me. Guinaldo da Costa Lira Júnior**, Presidente Adjunto
- | **Esp. Edinele Dias de Aquino**, Secretária

CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO (2019-2022)

- | **Assis Souza de Moura**, doutor
- | **Joel Martins Cavalcante**, mestre
- | **Geovanna Cristina Falcão Soares Rodrigues**, doutora
- | **Luiz Antonio Coêlho da Silva**, doutor
- | **Ozonias de Oliveira Brito Junior**, mestre

CONSELHO EDITORIAL (2019-2022)

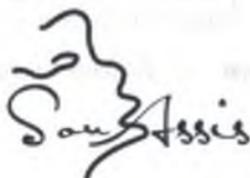
- | **Allan Jones Andreza Silva**, mestre
- | **Assis Souza de Moura**, doutor
- | **Edilson Ricardo da Silva**, mestre
- | **Edleuza Ricardo da Silva**, especialista
- | **Geovanna Cristina Falcão Soares Rodrigues**, doutora
- | **João Batista Teixeira**, doutor
- | **João Djane Assunção da Silva**, mestre
- | **Joel Martins Cavalcante**, mestre
- | **José André Francisco Filho**, especialista
- | **José Romário Araújo da Silva**, mestre
- | **Klauber Jorge Canuto**, especialista
- | **Luiz Antonio Coêlho da Silva**, doutor
- | **Ozonias de Oliveira Brito Junior**, mestre
- | **Vanessa Vera do Nascimento**, especialista

Os membros dos Conselhos Gestor, Técnico-científico e Editorial são voluntários/as e, em hipótese alguma, recebem qualquer remuneração para o desempenho de suas atividades. **Os textos são de inteira e exclusiva responsabilidade dos/as autores/as.** Os/as organizadores/as **não respondem** pela originalidade dos textos assinados.

Série **Gestão Pública**, v. 2

PESQUISA EM GESTÃO PÚBLICA

Ana Cecília Coelho da Silva Santos
Luiz Antônio Coêlho da Silva
Mauricéia Carvalho Nascimento
Organização



Sapé – PB | 2019

Copyright © 2019 by **Autores**

Todos os direitos reservados. Texto de acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, exceto em citações. **O texto é de responsabilidade exclusiva do/a autor/a.**

Série **Gestão Pública** | Volume 2

Organização da série: **Assis Souza de Moura e Luiz Antonio Coêlho da Silva**

Título da obra: **Pesquisa em Gestão Pública**

Autor: **Vários autores**

| Recebido em setembro de 2019.

| Aprovado em outubro de 2019.

| Publicado em dezembro de 2019.

Edição | **Instituto SouAssis**

Editoração eletrônica | **Assis Souza de Moura**

Coordenação editorial | **Ozonias de Oliveira Brito Junior**

Revisão de linguagem: **Autores**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S237p Santos, Ana Cecília Coêlho da Silva.

Pesquisas em gestão pública / Ana Cecília Coêlho da Silva Santos, Luiz Antônio Coêlho da Silva, Mauricéia Carvalho Nascimento. – Sapé: Instituto Sou Assis, 2019.

376p.

ISBN – 978-65-80169-04-7

1. Gestao pública, 2. Pesquisa. – I. Título.

CDD: 350

19-05

Índices para catálogo sistemático:

Epistemologia da pesquisa – Gestão pública

Impresso no Brasil | Impreso em el Brasil | Printed in Brazil |
Imprimé au Brésil | Gedrukt in Brasilien | Stampatp in Brasile

Fol feito o depósito legal | Primeira edição: dezembro de 2019.

Para citar esta obra:

SANTOS, A. C. C. S.; SILVA, L. A. C.; NASCIMENTO, M. C..

Pesquisas em gestão pública. Sapé (PB): Instituto Sou Assis, 2019.

SUMÁRIO

9 ESTRATÉGIA ELEITORAL NO TWITTER: OS MECANISMOS DISCURSIVOS DE BOLSONARO E HADDAD NO EMBATE PRESIDENCIAL 2018

Thiago Belinho da Silva, Thaís Walkiria da
Silva Quirino, José Luis Rozendo Braz

51 DESENVOLVIMENTO E ENTRAVES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL José Luis Rozendo Braz, Thaís Walkiria da Silva Quirino, Luiz Antônio Coêlho da Silva

87 EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: um estudo sobre a Associação Comunitária Duas Serras 2/PB

Carlos Henrique de Andrade, Carlos
Eduardo de Lima Nascimento, Ednalva
Ferreira da Silva

121 ANÁLISE DE ACIDENTES DEVIDO A INGESTÃO DE ÁLCOOL ANTES E DEPOIS DA LEI SECA

Débora Jaiane Rodrigues de Souza, Taís da
Costa Sousa

**153 CONTROLE INTERNO COMO
FERRAMENTA DE GESTÃO DAS
ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: UM
ESTUDO MULTICASOS NO CARIRI
OCIDENTAL PARAIBANO**

Samuel Herculano da Silva, Mauricéia
Carvalho Nascimento, Wilton Alexandre de
Melo

**179 ANÁLISE DE EFETIVIDADE DA LEI
MARIA DA PENHA E OS NÚMEROS DE
MORTES CAUSADAS POR AGRESSÃO A
MULHER NA PARAÍBA**

Itana Pereira Campos, Tarlan Alexandre de
Lima, Valdir Ramos de Oliveira Junior

**211 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A
TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO
FRANCISCO NO CARIRI OCIDENTAL
PARAIBANO: UMA AÇÃO EM PROL DA
SUSTENTABILIDADE E O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Maria Adriana Farias Rodrigues, Rebeca
Noemi de Oliveira Bezerra

**243 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
NO CARIRI PARAIBANO: ATENÇÃO
BÁSICA E IMUNIZAÇÃO DE CRIANÇAS
DE ATÉ UM ANO**

Emanoela de Lima Maracajá, Cássio Oliveira
Almeida, Luísa D'Marilac Nunes de Araújo
Brito

**267 TERCEIRO SETOR:
CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS
SOCIAIS E NOVOS MECANISMOS
PARA A GESTÃO PÚBLICA**

Bruno Everton Siqueira Soares, Eduardo
Guilherme Honório, Vandson Ney de Amorim
Brito

**291 CONTROLE SOCIAL VIA
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DA
PARAÍBA: A PARTICIPAÇÃO COMO
MECANISMO DE FORTALECIMENTO DA
DEMOCRACIA**

Bárbara Barros Paulino, Bruno Everton
Siqueira Soares, Luiz Antonio Coêlho da
Silva

**348 QUALIDADE DO SISTEMA
EDUCACIONAL: UM ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE O IDEB E O IDHM
- EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA
PARAÍBA**

Cássio de Oliveira Almeida, Emanoela de
Lima Maracajá, Ana Rita Bezerra Alves
Pereira

ESTRATÉGIA ELEITORAL NO *TWITTER*: OS MECANISMOS DISCURSIVOS DE BOLSONARO E HADDAD NO EMBATE PRESIDENCIAL 2018

Thiago Belinho da Silva

Thaís Walkiria da Silva Quirino

José Luis Rozendo Braz

1 INTRODUÇÃO

Institucionalmente, a literatura analisada indica que no final do século XIX e início do século XX é que a publicidade passa a ser reconhecida, apresentando dupla característica, e essa dualidade é uma característica que prevalece nos dias atuais, ou seja, em plena era digital, contemporânea, a publicidade tanto é produtora de valores econômicos, quanto de valores simbólicos, e forma-se uma tríade social e cultural, que é política, publicidade e marketing, que formam a gênese do marketing político e eleitoral. Essa tendência se manifestou com forte intensidade nos EUA (EWEN, 1976).



Castilho (2014) afirma que desde a década de 1920 a publicidade tem deixado de ser apenas um meio de anunciar bens e serviços, passando a ocupar também um papel de moldar valores de ordem social e pessoais, ou seja, passou a penetrar no contexto da política, e é considerada uma forte ferramenta, bastante utilizada nas técnicas inerentes ao marketing político e eleitoral.

A julgar pela literatura estudada, utilizada como referência, é possível afirmar que as condições sociais que culminaram com o surgimento do marketing político e posteriormente abriu caminhos para o marketing eleitoral, se originaram nos Estados Unidos do pós-guerra, o que remete às décadas de 1950 e 1960.

É nesse contexto histórico, político e social que surge a discussão diante do papel das redes sociais como um fenômeno de marketing, utilizados como estratégia política e eleitoral em períodos de campanha, algo tão evidente no pleito eleitoral do ano de 2018.

Observa-se, que o *Twitter*, objeto central de análise desse estudo, é um recurso digital que estabelece comunicação direta entre candidato e os seus eleitores e ainda obter uma resposta, seja de ordem positiva ou negativa do seu eleitorado, e, portanto, permite campanhas eleitorais,

por meio das quais seja possível aludir por meio de mensagens personalizadas e/ou individualizadas.

Com base nas discussões expostas, estabeleceu-se como problema central deste estudo: *De que forma as postagens no Twitter dos candidatos à presidência da república em 2018, Fernando Haddad e Jair Bolsonaro indicam estratégias de marketing eleitoral desses candidatos a partir dessas mensagens postadas?*

Propõem-se como objetivo geral, analisar as postagens no *Twitter* dos dois principais candidatos à presidência da república, nas eleições de 2018, Fernando Haddad e Jair Bolsonaro, a fim de verificar quais mecanismos discursivos, especificamente, as vozes e a escolha dos enunciados que apontam para as propostas desses candidatos a partir dessas mensagens postadas.

E como objetivos específicos: Identificar nas postagens do *Twitter*, de que forma fatores externos, tais como debates e pesquisas eleitorais, podem alterar a utilização de tal ferramenta; comparar as postagens do *Twitter* dos dois candidatos nos meses de Setembro e Outubro dos anos de 2017 e 2018, a fim de comparar a construção de sentido das mensagens publicadas; e verificar se entre os anos de 2017 e 2018 houve mudança no número de seguidores do *Twitter* desses dois candidatos selecionados.

A razão para se pesquisar campanhas eleitorais decorre principalmente da influência que as redes sociais passaram a exercer, e como as mensagens postadas, bem como o número de seguidores podem definir o resultado das eleições (SCAMMEL, 2015; MARQUES, 2016).

A presente pesquisa almeja contribuir com os estudos em torno da construção social do mercado eleitoral no Brasil, através da utilização do marketing eleitoral, utilizando as redes sociais. Dessa forma, a proposta do presente estudo tem como finalidade central, verificar a utilização de uma rede social, como é o caso do *Twitter*.

Metodologicamente, este estudo apresenta características de natureza bibliográfica, e pode ser classificado como pesquisa descritivo-exploratória com natureza qualitativa. Como objeto de estudo serão apresentadas algumas postagens dos dois candidatos selecionados, que compreende os meses de Setembro e Outubro, dos anos de 2017 e 2018, e com base na literatura estudada, será realizada uma análise à luz das teorias selecionadas. Os principais autores tratados nessa pesquisa são: Castilho (2014); Teixeira (2006); Kuntz (2004) e Costa (2008).

2 MARKETING POLÍTICO ELEITORAL NA ANTIGUIDADE

O marketing percorre o caminho que perpassa pelo conjunto de ações e regras que compõem o campo de atuação da publicidade. Suas atribuições foram ampliadas com o passar dos anos, tornando-se um sistema que atua em todo o mundo como ferramenta de distribuição e consumo, o que inclui a formação de demanda. Em se tratando dessas transformações diante das ações atribuídas ao trabalho desenvolvido a partir do marketing, Richers (1991) considerado um dos grandes especialistas brasileiros da área traz em sua obra considerações inerentes a esse processo.

O que distingue o marketing de vendas? Em resumo podemos dizer que marketing é um conceito mais amplo do que vendas, sobretudo quanto a gama de responsabilidades dos que dirigem um setor comercial numa empresa moderna. Por exemplo, além das funções de transação de bens ou serviços (compra e venda) o homem de marketing é responsável também pela realização de pesquisas de mercado, pela formulação e execução de uma política de produtos, bem como o controle dos resultados de suas transações comerciais (RICHERS, 1991, p. 13-14).

Todo esse movimento de ampliação dos papéis do marketing e dos modos de utilização dessa ferramenta diz respeito a consolidação das atividades desse ramo, que, antes, nunca foram atingidos tantos objetivos no campo de

serviços, política eleitoral e administração pública, envolvendo a utilização do marketing, como tem se observado em plena era contemporânea.

Castilho (2014) afirma que esse movimento de mudança nas formas de utilização do marketing começou, ainda que lentamente em meados de 1969 a 1978, a partir das investigações e das contribuições de Philip Kotler, que nas décadas de 1970 e 1980 dedicou seus estudos em prol de investigar o papel do marketing e como os profissionais dessa área fazem uso dessa ferramenta não somente para fins comerciais.

No entanto, Kotler (1978, p. 14-15) afirma que o marketing é um elemento presente em todas as áreas da sociedade e que, por essa razão deve ser aberto às mais variadas organizações sociais, e não apenas que visam ao lucro. Para tanto, postula este mesmo autor, que o marketing é uma administração eficaz de uma organização, de suas relações de troca com vários mercados e diversos públicos.

Lima (2002) é outro autor que também tece suas considerações acerca do conceito de marketing. Afirma que o vocábulo marketing é utilizado para designar processos que cumprem o objetivo de assegurar elevado grau de satisfação diante das necessidades dos consumidores e dos vendedores, através do processo de troca.

A função do marketing é compreender e estimular os desejos e as necessidades dos indivíduos, desenvolvendo produtos e serviços que atendam a essas necessidades e comunicando sua existência à sociedade. Este processo é bastante amplo, dividido em uma série de etapas e tarefas complexas, algumas das quais, por serem mais visíveis, tendem a atrair maior atenção por parte do grande público ou daqueles que se iniciam no assunto (LIMA, 2002, p. 14-15).

Por essa razão, compreende-se que a palavra marketing representa muito além da acepção econômica, ou seja, a partir do consumo de bens e serviços o consumidor também exprime sua opinião, consegue expor pontos de vistas, e essas informações se transformam em dados de pesquisa, isto é, as empresas captam esses valiosos dados e conseguem saber o que mais atrai o gosto do consumidor e qual parcela da população será possível atender.

Os Estados Unidos é o país considerado como sendo uma das maiores civilizações do mundo moderno, e de lá surgiu e permanece até o contexto atual das características do marketing político, conforme aponta Castilho (2014).

O marketing eleitoral também originou-se de uma configuração moderna nos EUA em 1952, caracterizou-se como um modelo utilizado em situações de campanhas eleitorais através da contratação da agência BBDO, para

perpetrar a campanha presidencial do general Eisenhower, conforme aponta Figueiredo (2002, p. 17).

A utilização do marketing na política, e voltado ainda para fins eleitorais se configura como sendo responsável pelo surgimento dessa nova configuração, por meio da qual, a utilização em massa das mídias visuais e eletrônicas se tornam um elemento essencial do cotidiano, utilizadas como veículo de informação, entretenimento e de discussão, que interagem com outras culturas. E, com base nas discussões apontadas por Castilho (2014), o autor diz que,

[...] Passa a ser possível e desejável, ao menos para alguns agentes sociais – exercer uma “política” voltada para os meios de comunicação à distância, à “opinião pública” e ao “mercado eleitoral”. Tal “política” pretende colonizar todas as outras formas, condenando o contato pessoal e a interação face a face como “formas ultrapassadas”, que só podem sobreviver caso sejam “racionalizadas” pelos novos métodos e procedimentos mercadológicos (CASTILHO, 2014, p. 62).

Assim sendo, pode-se compreender que uma campanha eleitoral é planejada a partir das condições oportunas, considerando o contexto, por meio da qual, o profissional de marketing busca usufruir de determinadas situações políticas que são coletadas, e as transforma em informação de ordem econômica e social para o momento, e estas ações eleitorais de certo modo favorecem o candidato

ou prejudicam a imagem dos adversários, bem como da ressonância que é buscada pela candidatura dentro da sociedade.

2.1 CAMPANHAS ELEITORAIS SOBRE O PRISMA MERCADOLÓGICO

Ao debater sobre o uso do marketing em campanhas eleitorais, e o seu papel no contexto da política, é possível partir da hipótese de que este elemento enunciativo, carregado de efeitos de sentidos persuasivos funciona como um lugar-dito ideal, e que é claramente defendido por uma diversidade ampla de especialistas, detentores, profissionais de diversos segmentos que concordam com essa premissa de que o marketing significa "saber fazer", ou seja, exprime ação, numa espécie de fronteira móvel, por meio da qual muitos profissionais especializados competem entre si, como uma forma de mostrar-se efetivo para aqueles sujeitos que buscam ser representantes eleitos institucionalmente, seja para compor cargos do Poder Executivo, Legislativo, de diretoria de clubes, entre outros.

A figura do marqueteiro aparece como centro das construções de sentido e daquilo que se busca alcançar ou atingir com a utilização das estratégias de marketing. Trata-se

de um indivíduo com amplo conhecimento técnico e especializado, que conseguem ser neutros e objetivos, tanto nas avaliações, quanto nas prospectivas que realizam para seus clientes, no sentido de qual posição no mercado eleitoral deverão seguir.

Teixeira (2006) caracteriza uma eleição como sendo uma guerra de discursos, de propagandas e até psicológica, que necessita de planejamento, organização e principalmente de estratégias, ou seja, o comportamento de quem está à frente dos objetivos se assemelha aos de um soldado de guerra que deseja vencer seu adversário.

Uma campanha eleitoral não deve ser construída a partir de estratégias específicas aos eleitores de uma só classe social, contexto ou espaço geográfico, deve buscar, através do marketing, atingir um público em geral, demonstrar nas estratégias argumentativas que as propostas de um determinado candidato tem criatividade, vibração no processo de comunicação.

Partindo desse prisma, Silveira (2002) faz referência aos termos "Marketing político e eleitoral" ou "marketing político-eleitoral", apontando-os de forma indissociável. Assim, esclarece o autor a importância do marketing no viés político e eleitoral, ao passo que traz os conceitos.

O Marketing político e eleitoral procura construir a imagem de um candidato eliminando ou neutralizando os seus aspectos considerados negativos pelos eleitores e os problemas geradores de repulsa e rejeição, fortalecendo os aspectos vistos como positivos, que afirmam uma imagem favorável do candidato, capaz de atrair simpatia e apoio. Busca-se o desenvolvimento do potencial próprio do candidato, harmonizando suas características disjuntivas e valorizando os elementos que estão em sintonia com as percepções dos eleitores (SILVEIRA, 2002, p. 129).

Dessa forma, Teixeira (2006) sugere que uma campanha eleitoral seja construída de modo a aproximá-la dos indivíduos em sociedade. A construção discursiva deve ser inspiradora, convidativa para a participação popular no processo de escolha de um ou outro candidato, e não um palco de acusações ou zona de conflitos para atrair votos para um candidato, depreciando através do marketing político eleitoral a imagem dos adversários.

Redes sociais, a exemplo de Facebook e *Twitter* são as consideradas como as “praças públicas” da modernidade. Uma espécie de transferência do espaço físico, aonde as pessoas se encontram, conversam, se divertem e jogam, é nesse ambiente digital que o grande número dos indivíduos que acessam a internet buscam informações e interagem. Por outro lado, vale ressaltar que é justamente nessas plataformas digitais que se inserem os eleitores e os apoiadores em potencial. Essa é uma das variadas razões

que fez das redes sociais um objeto indispensável de suporte para que as campanhas sejam publicizadas.

O contato constante entre os indivíduos sociais estabelece uma espécie de contrato entre o candidato e o povo, esse contrato carrega condições sociais, psicológicas e culturais, que se baseiam na confiança depositada das pessoas para eleger o político e do agente público em atender as demandas necessárias da população que o elegeu.

É importante ratificar, que, embora o uso da rede social *Twitter* como elemento estratégico de comunicação eleitoral ocorra desde o ano de 2008, a utilização das redes sociais compondo tática para o estabelecimento de difusão eleitoral, foi autorizada no Brasil em 2009. A Lei 12.034, estabelece normas para as eleições e dita as regras do Código Eleitoral do Brasil. Portanto, pode-se afirmar que efetivamente, as redes sociais compõem o conjunto de elementos no contexto do marketing político eleitoral nas eleições de 2010 (AGGIO, 2016).

Diversos autores e estudiosos apontam em suas concepções mais elementos que comprovam a similaridade entre o marketing político e eleitoral, do que diferenças. No entanto, Manhanelli (1992) apresenta características que apontam que o marketing político é um elemento construído de forma mais permanente, que os especialistas tendem a

exercer suas técnicas e conhecimento para formar uma imagem positiva longo prazo, ou seja, é mais duradouro. Em se tratando do marketing eleitoral, este mesmo autor afirma, que,

O marketing eleitoral consiste em implantar técnicas de marketing político e comunicação social integrados, de forma a conquistar a aprovação e simpatia da sociedade, construindo uma imagem do candidato que seja sólida e consiga transmitir confiabilidade e segurança à população elevando o seu conceito em nível de opinião pública (MANHANELLI, 1992, p. 22).

Com base nestas palavras descritas pelo autor, fica claro que na construção das técnicas voltadas para a utilização do marketing eleitoral são incluídas todas as técnicas de comunicação disponíveis no mercado, iniciando-se um trabalho de pesquisa e sondagem, que Lima (2002) caracteriza como Sistema de Informação em Marketing Eleitoral – SIME, que se utiliza da coleta de informações relevantes a partir de um fluxo ordenado, utilizadas na tomada de decisões da campanha, consideradas úteis para o processo de adequação mercadológica, estratégica e operacional da campanha, criando-se assim, um projeto de marketing político.

Portanto, a estratégia para formação da imagem positiva do candidato inicia-se no marketing eleitoral, porém, fica claro que todos os recursos e técnicas utilizadas na

construção da imagem do candidato, para chegar ao eleitor, sustentada pelo marketing político, devem estar organizados numa combinação que seja equilibrada, garantindo a sinergia que seja capaz de levar o eleitor a votar naquele candidato.

Cabe salientar que o candidato, terá que ser o protagonista da situação, em consonância é também tarefa sua orientar sua equipe e assessores quanto à distribuição das funções, considerando a capacidade de cada colaborador, alguns até intensivamente colaborando voluntariamente até que esteja candidato seja vitorioso e possa retribuir com um cargo.

O maior objetivo de uma campanha é influenciar o comportamento das pessoas na direção de obter delas os votos, em uma perspectiva holística, respeitando as premissas da soberania e da consciência do eleitor na busca de benefícios sociais pelos instintos naturais de proteção e pela ética e legitimidade das ações baseada em princípios éticos (TEIXEIRA, 2006, p. 116).

A quantidade de informações falsas veiculadas nas redes sociais, dadas as condições de celeridade mudavam o cenário da campanha eleitoral inúmeras vezes num único dia. Fato este que claramente ficou conhecido como o atentado sofrido pelo candidato do PSL, Jair Bolsonaro, que foi o assunto mais comentado do pleito, e do outro lado, as visitas semanais que o candidato do PT, Fernando Haddad realizava

ao líder do partido, Luiz Inácio Lula da Silva em Curitiba, onde o ex-presidente se encontra preso.

2.2 EQUIPE ESTRATÉGICA E DE CAMPANHA

Os consultores de marketing são profissionais com elevado conhecimento, capazes de prestar relevantes e importantes serviços em prol da campanha eleitoral de um candidato. Os objetivos do marketing foram expandidos para diversos setores da sociedade, e no contexto político e eleitoral não basta apenas lançar mão da utilização dessa ferramenta, afinal, uma equipe multifuncional, formada por profissionais de áreas distintas, em prol de um único objetivo, podem garantir vitória a qualquer candidato ou político em mandato. (MANHANELLI, 2009).

Definir previamente quem vai participar ativamente do processo de campanha eleitoral, e como será a formulação das estratégias comunicativas é um passo importante, pois garante agilidade, equilíbrio e objetividade. Trata-se de um conjunto de elementos, que, segundo Kuntz (2004, p. 18) são “imprescindíveis para assegurar a eficácia nos resultados e praticidade da sua execução”.

Logo, é possível refletir acerca das faltas que esses preceitos podem gerar em uma campanha eleitoral,

principalmente se os resultados forem funestos. O candidato por sua vez, deve se colocar no papel de magistrado, buscar articular o grupo, evitar situações de discórdia, pois não pode perder tempo conciliando adversidades internas, quando o objetivo principal é alcançar o eleitorado e entrar em cenários políticos mais contundentes que os adversários.

O entrosamento exige humildade e vontade de acertar, de fazer o melhor possível, tanto por parte da agência de propaganda, como da assessoria de marketing político e do candidato e sua assessoria política, cada qual disposto a reconhecer suas próprias limitações e a respeitar a capacidade profissional e a experiência de cada um, trocando os "estrelismos" e as "jogadas" individuais pela consciência de que numa campanha eleitoral é vital que se preserve o espírito de equipe, a fim de manter a unidade e alcançar o integral aproveitamento da capacidade de cada indivíduo (KUNTZ, 2004, p. 19).

Observa-se que a gestão de pessoas e o planejamento estratégico são mecanismos indispensáveis nesse processo de campanha eleitoral. A harmonia entre a equipe estratégica, defendida pelo autor descrito indica que num momento de eleições os conflitos podem gerar outros problemas ainda maiores ao candidato que é perder colaboradores. Por essa razão, planejar cada etapa da campanha, e as funções da equipe colaborativa faz toda a diferença na busca pelo processo vitorioso de campanha eleitoral.

Um plano de marketing eleitoral é um mecanismo que identifica os riscos e as oportunidades de uma campanha eleitoral. É partindo desse contexto que a equipe estratégica terá elementos para realizar o pleito eleitoral com sucesso. A realização de reuniões avaliativas periodicamente, para se ter ciência dos passos posteriores, e obter as posições desejadas junto aos eleitores é também uma ação eficiente para que a campanha eleitoral seja bem sucedida.

O planejamento de marketing eleitoral precisa reconhecer as oportunidades mais vantajosas para a eleição identificar como penetrar nas posições apresentadas no ambiente eleitoral daquele momento, capturá-las, mantê-las e ampliá-las, sabendo que só servirão para essa eleição (MANHANELLI, 2009, p. 26).

Nenhuma eleição será igual a outra, mesmo por que as pessoas mudam suas visões de mundo, os objetivos propostos mudam, como também a legislação sofre mudanças. Essas mudanças no contexto da sociedade, dadas as especificações de temporalidade que são tão contundentes no plano de marketing eleitoral, comparando o planejamento da campanha eleitoral ao “terno de camisira”, algo feito com delicadeza, requinte, sob medida.

Evidencia-se que a legislação eleitoral tem se tornando a cada ano mais exigente, os Tribunais Regionais Eleitorais cobram mais transparência e rigor na prestação de contas e

no controle das ações e dos gastos com as campanhas eleitorais. Essas exigências por si, já indicam a necessidade de organização e de planejamento.

Com base nas discussões expostas, viu-se que a tarefa da equipe de campanha não é algo fácil de executar, porém, não é uma missão impossível. As estratégias de marketing, construídas a partir dos objetivos do plano de marketing eleitoral são planejadas e organizadas para uma finalidade específica, ou seja, são direcionadas.

Essas táticas podem estar carregadas de carga semântica que indique defesa, agressões, conservadorismo, modernidade, entre outras conotações. O plano de marketing eleitoral vai nortear os caminhos que deverão ser seguidos, e para que isso ocorra deve existir um alinhamento entre o candidato, a sua equipe, seus familiares, amigos, na busca por votos e conquistar confiança os eleitores.

3 METODOLOGIA

O *Twitter* no Brasil tem alcançado um sucesso no qual demonstra a oportunidade em compreender a importância da comunicação na hora de fazer política sem porta-voz. Nesse *microblog* o sentido nada matemático de que “o menos é mais”, assume determinada relevância talvez nunca vista

anteriormente. Afinal, não importa o conteúdo dito, nesse espaço a mensagem terá que ser repassada em apenas 140 (cento e quarenta) caracteres. Desde que o serviço foi criado em 2006, o número de usuários só aumentou, o que se justifica com a ampliação das redes de internet, a liberdade de expressão virtual que se expandiu nos maiores centros do mundo e até mesmo nos países menores.

Assim, pesquisa apresentada indicou que os 04 (quatro) candidatos que mais realizaram interação no *Twitter* foram Jair Bolsonaro, Fernando Haddad, Ciro Gomes e Geraldo Alckmin. É importante frisar que todos os candidatos à presidência da república, que disputaram o cargo nas eleições de 2018 tinham perfil nas redes sociais e no *Twitter* esse fato não foi diferente.

O período selecionado para análise ficou estabelecido os meses de setembro e outubro do ano de 2017, quando esses candidatos ainda não poderiam se colocar como candidatos, conforme determinam as regras e prazos da lei eleitoral. E esse mesmo período do ano de 2018, com a eleição marcada para acontecer em primeiro turno, no dia 07 de outubro e a disputa sendo levada para o segundo turno, este momento decisivo já estava com data definida para ocorrer no dia 28 de outubro em todo o Brasil, e também no

exterior, onde alguns brasileiros residem e estão aptos para votar.

Em se tratando das ações que podem ser caracterizadas por aspectos referentes à construção das mensagens ou contribuem para que haja facilidade ao acesso de *tweets* e suas significações, observar-se o que está descrito no quadro 01.

QUADRO 1 - INTERPRETAÇÃO DAS SIGNIFICAÇÕES DO TWITTER

<i>Follower s</i>	Expressão usada para caracterizar seguidores, são os usuários que seguem um perfil.
<i>RTs</i>	Abreviação de retuites, significa que alguém utilizou o que outro usuário tuitou antes. A pessoa citada é notificada de que foi mencionada e quem a mencionou.
<i>Hashtags</i>	São palavras com o símbolo # designam o tema tuitado. Se o usuário clicar na palavra será levado a uma página com mensagens cujos conteúdos utilizam essa <i>hashtag</i> .
<i>Trending topics</i>	Tópicos que são bastante utilizados. É o <i>ranking</i> das palavras mais citadas no <i>Twitter</i> .

Fonte: (Adaptado de GRAUS, 2017).

Através desses elementos específicos, os usuários do *Twitter* podem identificar de quem pertence os enunciados, os assuntos mais discutidos no momento, podem encontrar *tweets* antigos e, notificar o que os perfis mencionam através de conteúdos que se somam aos fatos e observações

podendo identificar semelhanças de interesses, ou seja, as características desses símbolos se configuram como estratégias de marketing.

A abordagem escolhida deste estudo foi uma análise qualitativa dos dados coletados que culminaram com a elaboração e apresentação dos resultado dessa pesquisa. Minayo (2001), esclarece que a pesquisa qualitativa explora o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Com relação às abordagens relacionadas à problemática debatida no presente estudo, este pode ser classificado como sendo de natureza bibliográfica e descritiva. Gil (2007), por sua vez, contribui à respeito das características da pesquisa descritiva, pois, conforme os apontamentos descritos pelo autor, esse tipo de estudo científico exige do investigador uma série de informações sobre o que se busca pesquisar, de forma que esse tipo de pesquisa expõe os fatos e fenômenos de determinada realidade, bem como descreve, analisa e interpreta os dados coletados sem alterá-los.

Quanto aos procedimentos técnicos de pesquisa, o referido estudo apresenta particularidades de pesquisa de estudo de caso, e segundo Fonseca (2002), pode ser

caracterizado como o estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Para tanto, no tópico posterior são apresentados os dados coletados para análise, a fim de buscar respostas para as concepções propostas nos objetivos.

4 ESTUDO DE CASO: AS POSTAGENS COLETADAS DO TWITTER

As postagens do ano de 2017 foram selecionadas considerando 02 (dois) momentos aleatórios. Já as postagens no *Twitter* do ano de 2018, dos 02 (dois) candidatos selecionados, compreendem momentos específicos e significativos do contexto de campanha eleitoral, a saber:

QUADRO II – TEMPORALIDADE DAS POSTAGEM DO TWITTER EM 2018

PERÍODO	CONTEXTO
07/10/2018	Dia da Votação do 1º turno das eleições 2018.
28/10/2018	Dia da votação do segundo turno, das eleições 2018.

Fonte: (Pesquisador, CDSA-UAGESP, 2018).

No Brasil, já são 319 milhões de usuários no *Twitter*, no Facebook já são 127 milhões com contas ativadas e em

pleno uso; já no Instagram são 50 milhões de usuários dessa rede social em todo o país, segundo dados divulgados pelas próprias empresas que gerenciam essas redes sociais digitais.

Partindo desse pressuposto, o jornal escrito “Diário de Pernambuco”, edição nº 310, de 10 e 11 de novembro de 2018, publicou matéria de capa especial, enfatizando: “*TWITTER: O NOVO PORTA-VOZ DA POLÍTICA NO PAÍS*”. Em seguida, o jornal compara que o candidato à Presidência da República Jair Messias Bolsonaro – PSL, adotou a rede social como sua principal forma de comunicação oficial durante a campanha, como assim também fez Donald Trump, atual presidente americano. A imagem 01, estão descritas as informações do número de seguidores de alguns políticos que representam com destaque os cenários nacional e internacional.

IMAGEM 01: TOTAL DE SEGUIDORES NO TWITTER DE LÍDERES POLÍTICOS



Fonte: (Jornal Diário de Pernambuco, 2018).

A construção de sentido presente na imagem publicada se relaciona diretamente com o discurso proposto pelo jornalista, quando diz que alguns políticos estão se

apropriando das redes sociais como meio de comunicação para dialogar diretamente com seus seguidores, que fora das redes sociais assumem papel de eleitores, ou seja, são os mesmos indivíduos, porém com papéis sociais que se alternam.

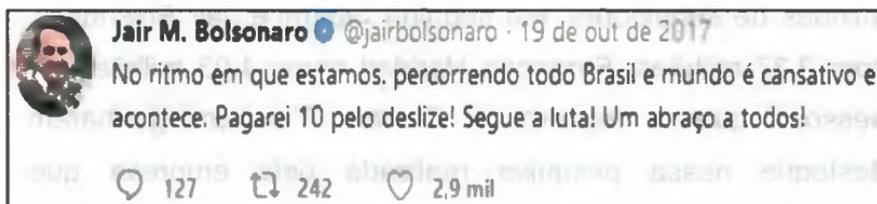
Na imagem são dados destaques aos perfis no *Twitter* do ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que tem 104 milhões de seguidores; Donald Trump aparece em seguida com um número que equivale a 55,6 milhões de seguidores. No cenário brasileiro, a ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff aparece o topo desse *ranking* com 6,08 milhões de seguidores; em seguida, aparece Jair Bolsonaro, com 2,37 milhões; Fernando Haddad soma 1.03 milhões de pessoas que o seguem no *Twitter*. Também ganharam destaque nessa pesquisa realizada pela empresa que administra os perfis no *Twitter*, os ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso e o candidato à presidência 2018, Ciro Gomes.

Expostos esses dados, verifica-se, que, a principal justificativa para o uso dessa rede social ter recebido relevante destaque nas eleições do ano de 2018, se dá pelo fato da diversidade de assuntos e temas que podem ser divulgados, a pluralidade do público que tem acesso ao conteúdo postado nas mensagens. Salienta-se que os

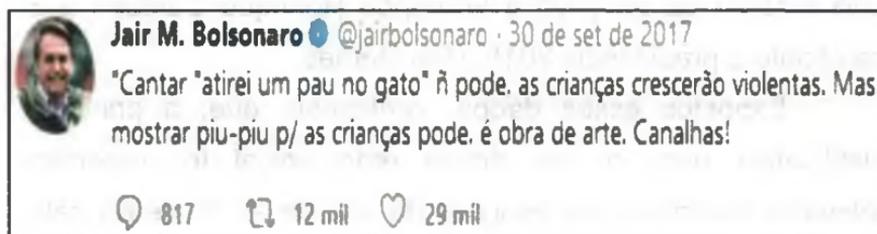
seguidores também se sentem mais aproximados dos candidatos que prestigiam, pois crêm que esses perfis são alimentados com informações postadas pelos próprios donos das contas em rede social, que recebe comentários, curtidas e pode ser “retuitada” por outras pessoas.

Na descrição abaixo, apresenta-se 02 (duas) imagens, caracterizadas como imagem 02, referentes as postagens de Bolsonaro, no *Twitter*, uma referente ao mês de setembro e a outra do mês de outubro, todas do ano de 2017.

IMAGEM 02: POSTAGENS DE BOLSONARO NO TWITTER



EM 2017



Fonte: (Twitter, 2017).

Nesse período selecionado, Bolsonaro exerce a função pública de Deputado Federal, pelo PSL, se mostra

contrário a presença de crianças em eventos culturais ou exposições que tratem da temática da nudez do ser humano ou exponham, como ocorreu num evento patrocinado pelo Banco Santander, em São Paulo, no ano de 2017 e teve grande repercussão negativa nas redes sociais e na mídia em geral do Brasil.

Já na postagem publicada em outubro de 2017 no *Twitter*, Bolsonaro cita uma mensagem que apresenta cansaço pelas viagens que está realizando pelos Estados brasileiros e cita uma curta frase quando diz: “pagarei 10 pelo deslize”, em alusão as críticas que recebeu de deputados adversários por estar usando verbas da casa legislativa para pagar os custos dessa viagem, e foi aberta uma sindicância para apurar o teor dessas viagens, porém, embora não se coloque como candidato, observa-se que Bolsonaro diz: “segue a luta”, ou seja, ele continuará com essas viagens, o que já garante maior visibilidade para as suas pretensões eleitorais em 2018, quando ele sinaliza para seus seguidores que permanecerá viajando, mesmo cansado e mesmo sendo acusado de uso inapropriado de verbas públicas. Ao final da postagem cumprimenta seus seguidores: “Um abraço a todos!”, demonstrando cordialidade e comunicação aproximada, pois dispensa formalidades.

Seguindo esse mesmo viés de análise, são expostas 02 (duas) imagens de publicação de Fernando Haddad, nos mesmos meses e ano das postagens já citadas acima. Ver imagem 03.

IMAGEM 03: POSTAGENS DE HADDAD NO TWITTER EM 2017



Fernando Haddad @Haddad_Fernando · 13 de set de 2017

Que baile da nossa ex-vice prefeita Nadia Campeão no atual "secretário" da Fazenda! A diferença é a prioridade folha.com/nc1917924

11

66

242



Fernando Haddad @Haddad_Fernando · 9 de out de 2017

Amanhã, às 9h, vou estar no @TwitterBrasil para conversar com vocês. Participem e enviem perguntas com a #pergunteaohaddad.

61

99

451

Fonte: (Twitter, 2017)

As imagens extraídas da conta do *Twitter* de Fernando Haddad, indicam que em setembro de 2017 ele realiza uma postagem na rede social em questão, elogiando uma figura pública brasileira, ex-prefeita, como autora de uma matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo, onde ela se posiciona duramente contrária a determinadas decisões do

Ministro da Fazenda do Governo do presidente Michel Temer, e cita com veemência: “A diferença é a prioridade”, sendo que esta mesma frase foi usada como título da reportagem escrita que foi publicada.

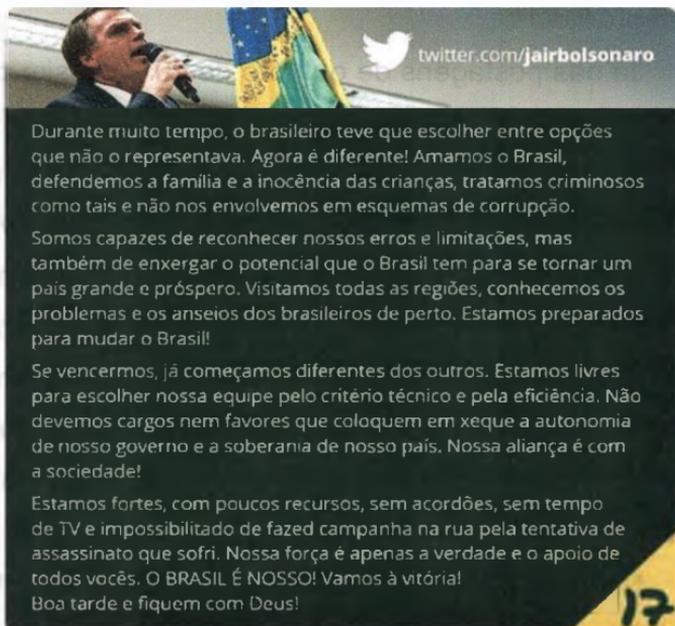
Já nas postagens de outubro de 2017, assim como fez Jair Bolsonaro, mostrando seus compromissos de viagens, Fernando Haddad convida, ainda que implicitamente seus seguidores para participarem de uma entrevista ao vivo para um canal no *Twitter* e cita a # que pode ser usada para envio de perguntas, ou seja, utiliza uma estratégia informativa, convidativa e ao mesmo tempo que impõe sentido de confiança, pois ele se mostra apto a responder perguntas se seus seguidores e dos participantes da entrevista transmitida ao vivo pela rede social digital.

Nas imagens descritas posteriormente são retomadas as postagens dos 02 (dois) candidatos, Jair Bolsonaro, candidato pelo PSL, e Fernando Haddad, candidato pelo PT, a fim de verificar o sentido dos enunciados publicados, as vozes e qual posição social eles se colocam no primeiro domingo de votação, 07 de outubro de 2018, 1º turno do pleito eleitoral. Ver imagem 04.

IMAGEM 04: POSTAGEM DE BOLSONARO NO DIA DA VOTAÇÃO DO 1º TURNO



Jair M. Bolsonaro @jairbolsonaro · 7 de out
Vamos juntos resgatar o Brasil!!!



Fonte: (Twitter, 2018).

Bolsonaro apresenta uma imagem com um texto afirmativo, com escolhas lexicais no plural, apontando uma visão de potencialidade para garantir crescimento e prosperidade ao país. Retoma as viagens que foram realizadas por diversos Estados e regiões do Brasil, reconhece erros e limitações da campanha, enfatiza ao final da mensagem que está impossibilitado de realizar campanhas

na rua, o que traz à tona o sentido do “caso da fachada”, ou seja, do atentado cometido por um cidadão contrário as ideias do candidato, que o feriu com golpes de faca durante um compromisso de campanha, no dia 06/09/2018, e desde então Jair Bolsonaro intensificou o uso do *Twitter*. O candidato transmite um discurso de vitória, ao citar: “vamos à vitória!”, ele convida todos os seus seguidores a votar nele e em seu vice-presidente, o general Mourão, para assim vencer a campanha e se consagrar como Presidente da República Federativa do Brasil.

Já na imagem 05, descrita abaixo, referente a esse mesmo período: 07 de outubro de 2018, 1º turno do pleito eleitoral, Fernando Haddad, postou a seguinte mensagem:

IMAGEM 05: POSTAGEM DE HADDAD NO DIA DA VOTAÇÃO DO 1º TURNO



Fonte: (Twitter, 2018).

O candidato Fernando Haddad traz um tom mais voltado para ações técnicas e estratégicas que se assemelham ao plano de marketing eleitoral, quando aponta as proposta de seu governo, numa ação de mostrar comprometimento e passar confiança de que de fato irá cumprir aquilo que propôs nos momentos da campanha eleitoral. Implica o sentido de reiteração dos compromissos, de se colocar como um candidato que merece a confiança do povo brasileiro, num tom que não esbarra em apelações, bem em tom de ironia aos seus opositores.

É importante ressaltar que as 02 (duas) imagens, 04 e 05 estão construídas com ênfase nas cores dos dois partidos, e o destaque das frases está destacado na escolha lexical para enfatizar os argumentos mais defendidos na campanha, o que também compõe o plano de marketing eleitoral, que planeja em curto prazo utilizar-se de inúmeros recursos e ferramentas persuasivas, para conquistar eleitores e garantir sucesso nas eleições.

Já na imagem 06, aponta-se a publicação de Bolsonaro no dia 28 de outubro de 2018, domingo do 2º turno das eleições 2018, e é o momento que o embate se torna mais aguçado.

IMAGEM 06: POSTAGEM DE BOLSONARO NO DIA DA VOTAÇÃO DO 2º TURNO



Jair M. Bolsonaro @jairbolsonaro 28 de out
A escolha é com o Brasil!



1,4 mil 10 mil 39 mil

Fonte: (Twitter, 2018).

Bolsonaro se utiliza de uma estratégia acusativa, traz uma publicação a partir de um vídeo consideravelmente extenso, com duração de 1:16 (um minuto e dezesseis segundos), em comparação com a limitação de 140 caracteres escrito de fato na barra de postagem do *Twitter*. Além do vídeo que cita irregularidades do PT, em 13 anos de gestão, Bolsonaro aponta em sua legenda a seguinte frase: “A escolha é com o Brasil”. Porém, em diversos momentos da campanha eleitoral, que o embate esteve acirrado, afinal, o cargo de presidente deixou de ser disputado por 13 (treze) candidatos como ocorreu no primeiro turno, passando para o povo brasileiro a

decisão que garantiria vitória a Jair Bolsonaro ou a Fernando Haddad.

A literatura estudada enfatiza, através das concepções defendidas por diversos autores que depreciar a imagem de um candidato não passa uma ideia de confiança, como é o caso de Teixeira (2006), que sugere que a estratégia de ataque não é mais tão apreciada pelos autores, pois a sociedade anseia por mudanças, e a apresentação e os apontamentos de propostas concretas é mais convincente do que a ação de ataque através do marketing eleitoral. No entanto, Bolsonaro utiliza essa estratégia no dia, citando trechos de uma revista de circulação nacional, "A Veja", e todas as matérias de capa que falam dos erros de gestão do PT, partido do seu adversário na disputa do segundo turno, ou seja, ele transfere a decisão para o povo brasileiro, diante das ameaças que o PT representa no conteúdo do vídeo publicado em sua conta do *Twitter*.

Por outro lado, os apontamentos de Fernando Haddad, através do *Twitter* no segundo turno estão descritos na imagem 07.

IMAGEM 07: POSTAGEM DE HADDAD NO DIA DA VOTAÇÃO DO 2º TURNO



Fernando Haddad @Haddad_Fernando · 28 de out

Neste domingo, conto com seu voto para recobrar o fôlego da democracia, afastar os fantasmas da ditadura, do ódio e da violência. Vamos renovar as esperanças de um Brasil forte, unido, justo e respeitado no mundo. Com menos armas e mais livros, faremos o Brasil feliz de novo!

6,8 mil 18 mil 79 mil



Fernando Haddad @Haddad_Fernando · 28 de out

É inadmissível o assassinato de um jovem, Charlione Lessa Albuquerque, que participava de carreta da minha campanha em Pacajus. Ele estava no carro com a mãe celebrando a democracia e acabou morto. É preciso apuração e punição rápida. À família, toda minha solidariedade.

1,8 mil 11 mil 49 mil

Fonte: (Twitter, 2018).

Novamente Fernando Haddad usa um tom mais técnico em dias significativos em suas postagens. No dia 28/10/2018 ele enfatiza que para este domingo conta com o voto do povo brasileiro para retomar o fôlego da democracia, e afastar os fantasmas da ditadura e da violência. As escolhas lexicais garantem um sentido de ataque, afinal, Bolsonaro em diversos momentos da campanha presidencial fez menção ao general Ustra, um militar mundialmente conhecido por suas famigeradas atitudes de tortura contra os indivíduos que lutavam ou se posicionavam contra o regime da ditadura militar.

Ainda que implicitamente, Fernando Haddad se coloca como o candidato, diante dos seus seguidores, e diz que retomar o fôlego da democracia, ou seja, do direito do cidadão poder gozar de suas liberdades civis, sem que alguém o torture tirando seu fôlego, calando a sua voz, como ele mesmo trouxe em suas estratégias de campanha eleitoral, relatos de pessoas que sobreviveram aos maus-tratos do general Ustra, e estão vivas, com uma história de luta e superação daquele momento tenebroso, histórico e político do Brasil.

Também são descritas as imagens do perfil dos 02 (dois) candidatos analisados, que atualmente tiveram o número de seguidores aumentado e se reportam em suas funções sociais atuais. De um lado, Jair Messias Bolsonaro, eleito com 57.797.456 votos, totalizando 55,13% dos votos válidos. Ver imagem 08, que aponta o perfil de Bolsonaro na rede social *Twitter*, no ano de 2018.

IMAGEM 08: PERFIL DE BOLSONARO NO TWITTER



Fonte: (Twitter, 2018).

Já na imagem 09 tem-se a descrição do perfil de Fernando Haddad, com um conteúdo mais extenso de informações, em comparação a descrição apresentada no perfil de Bolsonaro. Ver imagem 09.

Fernando Haddad, que no segundo turno das eleições de 2018 recebeu 47.040.819 votos, o que totaliza 44,87% do total de votos válidos. Atualmente ele se apresenta no *Twitter*, e em outras mídias como professor da Universidade de São Paulo – USP. Faz uma breve descrição da sua atuação como ministro da educação, quando menciona o período em que esteve no cargo, e como prefeito da cidade de São Paulo, porém, não cita em nenhum momento a sigla partidária que é filiado.

IMAGEM 10: PERFIL DE HADDAD NO TWITTER



Fernando Haddad ●
@Haddad_Fernando

Sou professor da USP e do Insper, ministro da Educação (2005-2012) e prefeito de São Paulo (2013-2016).

São Paulo

Fonte: (Twitter, 2018).

Os dados descritos, coletados para elaboração desse estudo de caso, indicam, portanto, que de fato a rede social *Twitter* foi utilizada como instrumento para propagação de utilização do marketing eleitoral durante a campanha presidencial do ano de 2018. Os dois candidatos realizavam postagens diárias e atualmente Bolsonaro apresenta um número bastante superior de seguidores, em comparação com Fernando Haddad.

Uma pesquisa divulgada pela empresa que gerencia o *Twitter* indicou, que ambos os candidatos tiveram um crescimento de mais de 40% no número de seguidores, o que representa uma movimentação acelerada em curtidas, compartilhamento de mensagens publicadas, por parte de apoiadores e simpatizantes, bem como na construção positiva da imagem dessas duas figuras públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Marketing político eleitoral constitui-se como uma espécie de quebra cabeça que planejadamente se encaixa peça por peça até se tornar um elemento concreto, ter atitude de agir em determinado momento com determinadas pessoas atingindo crenças, sentimentos e aprendizados. Tornar um candidato vitorioso é utilizar de forma correta todas as ferramentas do marketing, é praticar o plano construído, e conquistar a lealdade do público alvo.

A contemporaneidade revela que a internet é mais do que uma tática, é uma forma de conseguir proximidade. A complexidade está em planejar o conteúdo das mensagens que melhor indiquem os desejos e as necessidades do público que interessa. A interação entre eleitores e candidatos elevou os níveis de confiança e da credibilidade, proporcionando a mudança de hábitos e maior participação política da população, sobretudo os jovens, que são os usuários mais frequentes, que utilizam mais tempo nas redes sociais digitais. Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho que foi analisar as postagens no *Twitter* dos dois principais candidatos à presidência da república, nas eleições de 2018, Fernando Haddad e Jair Bolsonaro, a fim de verificar quais mecanismos discursivos, especificamente, as vozes e a escolha dos

enunciados que apontam para as propostas desses candidatos a partir dessas mensagens postadas. Contemplou o plano de marketing eleitoral, principalmente, considerando a temporalidade, ou seja, esta ferramenta digital “*Twitter*” possui realmente um amplo alcance de disseminação da informação que soa como estratégia de marketing, o que contribuiu para a vitória de Jair Messias Bolsonaro.

Quanto aos objetivos específicos, verificou-se que os fatores externos, como os debates e as pesquisas eleitorais, sofreram alteração real, pois de um lado Bolsonaro utilizou o *Twitter* como ferramenta para debater, apresentar dados de pesquisas, responder perguntas de seus seguidores e atacar os seus adversários como num palco de debate. Ao se comparar as postagens do *Twitter* dos dois candidatos nos meses de Setembro e Outubro dos anos de 2017 e 2018, comparando a construção de sentido das mensagens publicadas observou-se que ambos em 2017 já sinalizavam pretensão quanto à candidatura de presidente da República, o que foi confirmado em 2018. Logo, a utilização em massa dessa rede social concedeu construção positiva da imagem da figura pública e mais chances de vitória a Bolsonaro com um aumento de 40% no seu número de seguidores em 2018 com relação a 2017.

Neste contexto, vale ressaltar que, novos estudos deverão surgir na área do marketing eleitoral, pois as publicações já existentes sinalizam para o aumento desta ferramenta persuasiva como forma de obtenção de melhores resultados, contribuindo para pleitos promissores no Brasil e no mundo.

As eleições do ano de 2018, no Brasil, revelaram que as pessoas estão mais críticas, atentas e observadoras, não apenas dos discursos proferidos na propaganda eleitoral televisiva, do rádio, ou nas cartas propostas, mas também no que é proposto e defendido nas redes sociais. Os eleitores querem se sentir representados, amparados nas propostas do político, e assim, funciona a moeda de troca, os eleitores são conquistados, e o candidato vitorioso, realiza as ações prometidas em época de campanha.

REFERÊNCIAS

AGGIO, C. **Campanhas online e Twitter**: a interação entre campanhas e eleitores nas eleições presidenciais brasileiras de 2010. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 27, 10 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.034**, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, e nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 30, set. 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.165**, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, nº 9.096, de 19 de setembro

- de 1995, e nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 29, set. 2015. Edição extra.
- CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues. **Marketing político: a construção social do "mercado eleitoral" no Brasil (1954-2000)**. 1. Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras: Faperj, 2014.
- EWEN, S. **Capitains of consciousness: adversating and the social roots of consumer culture**. New York: McGraw-Hill, 1976.
- FIGUEIREDO, Rubens. (Org). **Marketing político e persuasão eleitoral**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- KOTLER, Philip. **Marketing para organizações que não visam lucro**. São Paulo: Atlas, 1978.
- KUNTZ, Ronald A. **Manual de campanha eleitoral: marketing político**. 10ª ed. São Paulo: Global, 2004.
- MANHANELLI, Carlos Augusto. **Marketing eleitoral: o passo a passo do nascimento de um candidato: como organizar, formatar, redigir e apresentar um plano de marketing eleitoral: capacitando consultores políticos**. São Paulo: Geração Editorial, 2009.
- _____. **Eleição é Guerra**. São Paulo: Summus, 1992.
- MARQUES, F. P. J. A.; AQUINO, J. A.; MIOLA, E. **Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados**. Opinião Pública, Campinas, v. 20, n. 2, p. 178-203, ago. 2014.
- MARQUES, F. P. J. A. **Estratégias de comunicação política online: uma análise do perfil de José Serra no Twitter**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 35, 2011, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- RICHERS, Raimar. **O que é marketing?** São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SILVEIRA, Flávio Eduardo. **A dimensão simbólica da escolha eleitoral**. In FIGUEIREDO, R. (Org). **Marketing político e persuasão eleitoral**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.
- TEIXEIRA, Dilma. **Marketing político e eleitoral: uma proposta com ética e eficiência**. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2006.

DESENVOLVIMENTO E ENTRAVES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

José Luis Rozendo Braz
Thaís Walkiria da Silva Quirino
Luiz Antônio Coêlho da Silva

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, uma alternativa que está se tornando conhecida no espaço organizacional no Brasil é a vasta formação de empreendimentos sociais baseados na livre associação. Estes, no entendimento de Gaiger (2011), são um fenômeno observado em muitos países há pelo menos uma década e são fundamentados nos princípios da autogestão, cooperação e solidariedade.

Contudo, quanto a Economia Solidária (ES), é importante entendermos que estamos lidando com um caminho de desenvolvimento para a sociedade, diferente do modelo capitalista, a ES está relacionada com a mudança no modo de produzir, comercializar, consumir, bem como a geração de trabalho, redução das desigualdades e inclusão

social, enfim, a construção de um novo ser social. Dessa forma, a economia solidária propõe uma nova forma de organização, sem basear-se na atuação do mercado ou do estado, questionando a relação entre a sociedade e a economia (FRANÇA FILHO, 2002).

A concentração de renda, o desemprego, a degradação do meio ambiente e a redução do valor nominal dos salários são alguns dos fatores que acarretam as desigualdades e a exclusão social. Para Singer e Souza (2003), esse cenário resultou na busca por novos modelos de produção no século XIX, sendo o pensamento cooperativista e o socialismo utópico os precursores da gestão diferenciada e democrática que resultaram na economia solidária.

Assim sendo, a economia solidária trata-se, de um campo rico para investigação, sob diversos ângulos de abordagem, uma vez que está no seio de numerosos debates políticos, sociais e econômicos contemporâneos. O campo das políticas públicas é essencial para a sociedade, no entanto, tendo em vista que a economia solidária no Brasil é recente, integrada no plano de governo a partir de 2007, e considerando sua importância. O presente estudo surge como curiosidade de investigar o contexto histórico e a realidade da Economia Solidária no Brasil, especificamente dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

Posto isto, estabelece-se como objetivo geral do estudo: Analisar através de estudos teóricos e estatísticas a Economia Solidária no contexto brasileiro. Como objetivos específicos o estudo delimita-se em: Expor conceitos e características da Economia Solidária; Investigar os Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil e Evidenciar os desafios enfrentados pela Economia Solidária no Brasil.

Logo, devido à atualidade e emergência do tema, a pesquisa busca possibilitar esclarecimentos e discussões que propiciem uma contribuição no campo das políticas públicas, especificamente na Economia Solidária. Para tanto, haja vista que as parcerias de pesquisas entre a academia e o governo, são essenciais para o desenvolvimento da sociedade, os resultados obtidos nesta pesquisa irão corroborar para futuros estudos acadêmicos que venham a surgir na área.

Quanto ao tipo de pesquisa, o estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, onde foi desenvolvida a partir de livros, artigos, dissertações e teses da área. E de caráter exploratório, descritivo por meio da utilização de dados secundários. Todavia, compreender o envolvimento da ES no contexto brasileiro, é uma das alternativas para fortalecer essa área. Dessa forma, o presente artigo busca através de autores da área, como: Paul Singer, Genauto França Filho e

entre outros. Buscando assim, entender a trajetória e os desafios que circundam a Economia Solidária no Brasil.

Para tanto, o artigo está dividido nas seguintes seções: Inicialmente, apresenta-se o conceito de Economia Solidária, seguindo de algumas reflexões sobre o tema no Brasil. Logo após, tem-se uma breve consideração sobre a relação entre a ES e o Desenvolvimento Sustentável, adentrando-se, por conseguinte, nos Empreendimentos de Economia Solidária. Posteriormente são expostos os desafios que envolvem a ES, e finalizando com as considerações finais e referências, respectivamente.

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária surgiu, de acordo com Andion (2005), a partir da consolidação do corpo social com suas mudanças sociais, econômicas e políticas. Com essas alternâncias ao decorrer dos anos, o mercado de trabalho ficou instável e, como consequência, os índices de desempregos aumentaram, segundo dados do IBGE, a taxa média de desemprego no Brasil em 2003 foi mais de 12%, devido a esse infortúnio, abriu-se espaço para a economia solidária, que é um novo modelo de economia, um modelo,

segundo Silva (2018), menos tóxico e competitivo que o capitalista.

A economia solidária é um modelo de autogestão comunitária, isto é, são associações que aderem a um novo modelo de organização, prezando por uma estrutura onde a solidariedade é um dos mais importantes princípios. Os empreendimentos que se agregam ao modelo da economia solidária, irão participar ativamente dos processos decisórios, da organização do local de trabalho, ajudar nos outros empreendimentos que se encontram naquele ambiente, entre outras atividades.

Para Singer (2003):

Economia solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas (SINGER, 2003, p. 116).

Nesta perspectiva, a economia solidária se diferencia do sistema capitalista ao não ter uma heterogestão, ela adota um modelo de auto-organização. Significa que não precisa necessariamente de um (a) chefe, os próprios associados se unem em função da organização e se revezam para o sucesso da cooperação. Caso os associados optem por uma

gerência, a mesma auxiliará nas questões burocráticas e na organização dos cronogramas, o restante dos membros, podem e devem, caso sintam necessidade, questionar, opinar e ajudar o (a) chefe nesses pontos.

França Filho (2007, p. 81) também destaca que: “Um traço marcante da ES [...] é o seu caráter heterogêneo [...] são organizações de trabalhadores que recuperam a massa falimentar de empresas e tentam criar um sistema de autogestão; bancos comunitários; clubes de troca; associações de serviços. etc.” Em outras palavras, esses empreendimentos buscam uma forma de gerar renda para seus membros e, ao mesmo tempo, estarem desenvolvendo uma nova forma de empreender. Com parceiros, que estão lá para apoiar e amparar, além do mais, proporcionam mais tempo para outros projetos, quer dizer, por ser uma auto-organização, os membros não precisam ir todos dos dias ao empreendimento, podem revezar com os parceiros e, nesses dias, dedicar-se a planejar, produzir e organizar as futuras atividades. Com isso, acaba tornando-se diferenciada e uma alternativa muito viável aos que estão se sentindo descartados do mercado de trabalho.

2.1 REFLEXÕES SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A partir da segunda metade da década de 1970, o desemprego teve altos índices e continuou crescendo de forma alarmante, precarizando os laços de trabalho entre empregador e empregado e os sujeitando a abdicarem de seus direitos sociais na tentativa de garantir sua sobrevivência, é a chamada flexibilização. Segundo Gonçalves (2011), com a ruptura do ciclo de industrialização no Brasil, a partir do início da década de 1980, uma longa crise de desenvolvimento que vinha ganhando força desde 1840 tomou conta do país.

No entanto, ainda que a crise do desenvolvimento capitalista estivesse avançando de forma rápida, ao mesmo tempo, novas alternativas de produção estavam sendo criadas, cujo objetivo era enfrentar a crise predominante. Tornando-se assim, a fase do surgimento da economia solidária. Seria então, a fase embrionária da economia solidária, que fez uso excessivo da mão-de-obra que decorria da crise, bem como das tendências em relação ao que já existia durante o ciclo da industrialização no Brasil.

Por consequência, em meados da década de 1980 e consolidando-se a partir da década de 1990, chega ao Brasil

um novo “conceito” de produção, chamado de Economia Solidária. Que, para Nascimento (2011), este novo “conceito” é caracterizado pelo “[...] conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade” (NASCIMENTO, 2011, p. 02).

Gonçalves (2011) vem falar dessa estratégia de economia solidária, explanando que:

Essa estratégia é fundamentada no fato de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas nas quais sua lógica é oposta à do modo de produção capitalista. Com isto, esta nova realidade no mundo do trabalho proporcionada pela Economia Solidária, contribui de forma significativa, na medida em que tem se mostrado um importante instrumento de combate à pobreza e gerador de inclusão social, onde milhares de trabalhadores se organizam de forma coletiva e gerem seu próprio trabalho lutando assim pela sua emancipação e capacidade de sobrevivência. (GONÇALVES, 2011, p. 113)

Portanto, fica perceptível que a Economia Solidária tem como ideia principal gerar uma “outra forma de economia” e relacionar as pessoas de uma forma diferente, tanto entre elas, como com o mundo, buscando realçar valores que visem

o bem-estar dos envolvidos, que, de acordo com Singer (1999, p. 10) “é a mais importante alternativa ao capitalismo”.

Em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada, no Ministério do Trabalho e Emprego pelo Congresso Nacional, com a missão de: “difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária” (SINGER, 2006, p. 04). Assim, a SENAC veio para unir forças a ES, ela que estava entrando numa fase de crescente reconhecimento público e iniciante a institucionalização.

Por isto, vale ressaltar que nessa fase inicial da economia solidária, para que haja uma valorização nas oportunidades de desenvolvimento é preciso que uma ampla ação, em termos de políticas públicas, seja elaborada, e de fato, colocada em prática, haja vista que muitas são implementadas, porém não trazem transformação na realidade social.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A economia solidária pode ser associada ao desenvolvimento sustentável, como foi destacado pela Carta

de Princípios da economia solidária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que diz que a economia solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e com viés para a satisfação racional das necessidades dos indivíduos, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de vida (FBES, 2005.)

Nesta lógica, no relatório de *Brundtland*, documento intitulado *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*, publicado em 1987, vem dizer que o Desenvolvimento Sustentável busca o crescimento econômico prezando, ao mesmo tempo, pela preservação do Meio Ambiente, buscando a igualdade, o fim da pobreza, a igualdade de gênero, entre outros. A ES, prega uma economia menos competitiva, que preserve o meio ambiente, com espaço para todos e todas, um ambiente amigável que preze pela autogestão, onde um ajude o outro por ser a coisa certa a fazer e não por querer/esperar algo em troca, pregando a valorização e autonomia da mulher, etc. Dessarte, pode-se ver que o DS e a ES têm diversos pontos em comum e em algumas áreas trabalham juntos.

Gadotti (2009), explica que:

Associamos a economia solidária ao desenvolvimento sustentável, e mais precisamente à vida sustentável, porque entendemos a sustentabilidade como o sonho de bem viver, o equilíbrio dinâmico com o outro e com a natureza, a harmonia entre os diferentes, princípios perseguidos também pela economia solidária. Para nós, sustentabilidade implica respeito à vida, cuidado diário para com o planeta e para com toda a comunidade da vida. Ela se opõe a tudo que sugere egoísmo, injustiça, dominação política, exploração econômica – e isso tem tudo a ver com a economia solidária (GADOTTI, 2009, p. 30).

Gadotti expõe justamente o lado político dessa semelhança, os dois conceitos buscam uma forma mais humanizada da política, sem a exploração, a injustiça, que seja justa e que valorize o meio ambiente e seus atributos ao invés de explorá-los. O que mostra a diversidade de pontos que a ES pode satisfazer e por conseguinte, expandir-se e colaborar com a vida de muitos outros indivíduos que estão à espera de uma oportunidade para mostrar o quanto podem crescer profissionalmente e pessoalmente.

Assim, por serem semelhantes em diversos aspectos, a solidariedade e sustentabilidade podem contribuir de forma mútua, auxiliando e fortalecendo e buscando sempre cumprir com os objetivos um do outro, tornando possível uma maior integração das ações e de sua concretização. Pois, um estaria

ajudando o outro da melhor forma possível, com sustentabilidade, solidariedade, parceria, respeito e equidade.

2.3 EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Razeto, citado por Souza et al (2014) alega que quatro elementos influenciam na formação de Empreendimentos de Economia Solidária. Primeiro, tem-se a necessidade econômica como consequência do sistema capitalista. O segundo componente é o esforço para preservar e criar organizações em meio a uma situação de desintegração, desmobilização e desorientação. O terceiro componente é o movimento de solidariedade e atividades de apoio material e profissional. O quarto elemento são as pesquisas desenvolvidas por pesquisadores preocupados com a crise econômica que afeta política e culturalmente a população, e que procuram caminhos alternativos que surgem a partir de bases populares.

Para Guerra (2014), são inúmeros os valores que sustentam a economia solidária, dentre os quais pode-se destacar a cidadania, cooperação, trabalho emancipado, consumo consciente, igualdade, autogestão e etc. Nesta perspectiva, os empreendimentos solidários, visam atender

demandas reais de uma população, ou seja, não atuam na lógica do lucro (FRANÇA FILHO, 2002).

Por razão disso, na economia solidária os meios de produção são propriedades coletivas daqueles que trabalham com esses meios. Assim, Singer (2014) relata que esses empreendimentos podem ser divididos em duas espécies:

- 1) associações de produtores individuais ou familiares, cujos membros trabalham em seus lotes de terra ou em oficinas, mas que realizam em comum diversas operações, tais como compras de matérias primas, vendas de suas produções, arrendamento de máquinas ou de outros equipamentos de alto custo e de uso esporádico, promoção de pesquisas de mercado, de campanhas publicitárias etc.; e 2) fábricas ou outras estruturas de produção cujos equipamentos são usados simultaneamente, tais como navios, hospitais, laboratórios, redes de distribuição de energia elétrica, hotéis etc (SINGER, 2014, p. 426).

Nos empreendimentos do tipo 1, o que prevalece é a autonomia individual ou familiar. Neles, os produtores tomam decisões de forma democrática, onde cada qual tem sua participação com a representação a partir do voto, fazendo jus a autogestão. Nos empreendimentos tipo 2, as ações autônomas ficam de lado, uma vez que o foco da produção é a coletividade. Ainda nesses tipos de EES a produção é de todos e a receita é repartida entre os trabalhadores, afinal,

este é um dos critérios da justiça distributiva (SINGER, 2014). E, uma das características da ES.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), os Empreendimentos de Economia Solidária têm as seguintes características: I) São organizações coletivas com participantes do meio urbano ou rural e exercem a gestão das atividades de maneira coletiva; II) São organizações permanentes (incluem os empreendimentos que estão em operação e em processo de implantação); III) Podem ser ou não formalizados; IV) Realizam atividades econômicas que podem ser produção de bens, prestação de serviços, comercialização e consumo solidário.

Dito isto, nota-se o grande porte que os EES podem abranger e atingir, pois inclui desde as pessoas do meio rural até os pequenos empresários do meio urbano e ampara seus integrantes em todos os processos que eles precisem ou possam precisar.

Um dos diferenciais da ES é justamente essa junção, por acolher as pessoas que estão dispostas a buscar mais liberdade e mais harmonia no seu local de trabalho e por outro lado, a ES dá a chance das pessoas que ainda não estão no mercado de trabalho, seja incluída e passe a fazer parte de um grande movimento.

Singer (2009), citado por Gadotti (2009), reforça:

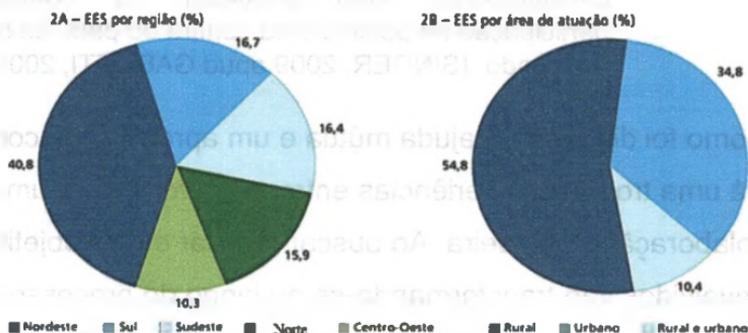
A economia solidária é antes de tudo um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e ao mesmo tempo fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição. O aprendizado se estende naturalmente também à prática de comércio justo entre os empreendimentos e aos relacionamentos solidários com fornecedores e consumidores, sem esquecer as práticas de participação na política e na cultura do país, da região e do mundo. (SINGER, 2009 apud GADOTTI, 2009, p13).

Como foi dito, é uma ajuda mútua e um aprendizado contínuo. Há uma troca de experiências entre os envolvidos e uma colaboração verdadeira. Ao buscar realizar esses objetivos, os envolvidos vão transformando-se ao longo do processo e buscando sempre melhorar. Apesar das dificuldades e de, por vezes, o convívio e a forma de trabalho serem mais complicados do que parece, os integrantes dos EES, buscam serem melhores a cada dia.

Para tanto, partindo para dados estatísticos sobre esses empreendimentos, o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies), finalizou, em 2013, o segundo mapeamento dos empreendimentos de ES no Brasil. Os dados da pesquisa identificaram 19.708 de ESS, dispostos e ordenados em 2.713 municípios de todos os estados

brasileiros. O primeiro mapeamento foi finalizado em 2005 e ampliado em 2007. Segundo os dados da pesquisa, o segundo mapeamento mostrou um aumento de 11.869 (60,2%) do total de EES. O gráfico 1 ilustra essas quantidades e proporções para o Brasil e suas regiões.

Gráfico 1 - Distribuição dos EES por região e por área de atuação



Fonte: Banco de Dados do SIES, com elaboração do IPEA, 2016.

A pesquisa traz a distribuição de EES nas regiões brasileiras, Nordeste, Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste. Pode-se ver que a maior parte dos ESS estão concentrados na região Nordeste com um percentual de 40,8%, seguido da região Sul 16,7% e logo após as demais regiões com 16,4%,

15,9% e 10,3% respectivamente. Assim, por mais que os EES precisem se fortalecer, esses dados mostram o quanto cresceram no Brasil, principalmente na região nordeste e o potencial que dispõem para evoluir e intensificarem-se, buscando acima de tudo o fortalecimento constante para continuar empreendendo de forma saudável, empenhando-se em desempenhar mudanças significativas no mundo. Salienta-se ainda que, de acordo com França Filho (2006) a atual política pública brasileira de economia solidária ainda se encontra em fase de construção, haja vista que suas metodologias estão em processo de experimentação.

Já no que tange à área de atuação nos municípios, cerca de 50% atua em áreas rurais, contra 34,8% em áreas urbanas e 10,4% que se identificaram com atuação simultânea tanto em áreas rurais quanto em urbanas. Segundo Silva e Carneiro (2016) boa parte de atuação vem da zona rural, pelo fato das organizações da agricultura familiar buscarem diferentes estratégias associativas de beneficiamento e comercialização de sua produção. Já em relação à forma de organização dos empreendimentos, na Tabela 1, Gaiger (2014) traz os dados por regiões:

Tabela 1 – Distribuição regional dos EES por forma de organização

Formas de Organização	Regiões					
	Nordeste	Sul	Sudeste	Norte	Centro-Oeste	Total
Cooperativa	368 (21,1%)	606 (34,8%)	318 (18,3%)	273 (15,7%)	175 (10,1%)	1.740 (100%)
Associação	5.969 (50%)	1.194 (10,1%)	1.309 (26,2%)	2.044 (17,3%)	1.307 (11,1%)	11.823 (100%)
Grupo Informal	1.675 (28%)	1.450 (24,2%)	1.567 (26,2%)	802 (13,4%)	524 (8,8%)	5.973 (100%)
Sociedade Mercantil	28 (22%)	42 (33,1%)	34 (26,8%)	8 (6,2%)	15 (11,8%)	127 (100%)
Total	8.040 (40,8%)	3.292 (16,7%)	3.228 (16,4%)	3.127 (15,9%)	2.021 (10,3%)	19.708 (100%)

Fonte:Banco de Dados do SIES, com elaboração do IPEA, 2016.

Como exposto na tabela 1, na região Nordeste as associações se destacam saindo à frente com um percentual de 50% em relação às demais formas de organização, totalizando 5.969 EES. Na região Sul e Sudeste o que

prevalece são os Grupos Informais com 24,2%, um total de 1.450 e 26,2% com total de 1.567 grupos, respectivamente. Já no Norte a maior quantidade de empreendimentos são associações com 17,3% total de 2.044 EES e no Centro-Oeste com 11,1%, estão prevalecendo às associações que equivale a 1.307. Em relação à sociedade mercantil, todas as regiões possuem um número de organizações baixo, saindo a frente o Sul entre as demais regiões, com 33,1%, total de 42 sociedades. Logo, para um melhor entendimento, no Quadro 1 podemos observar uma caracterização geral dos quatro tipos de organização, elaborada por Gaiger (2014):

Quadro 1 - Principais características dos EES por tipo de organização

Tipos Organização	Características Constitutivas
Grupos Informais	Figuram em atividade de produção de bens com vistas à oferta de trabalho e à geração de renda primordial dos sócios, mas principalmente como forma de obter rendimentos complementares ou quando a remuneração dos sócios é insuficiente.

Associações	Aparecem nos EES de produção cuja finalidade seja oferecer trabalho e renda primordiais para os sócios, mas são mais frequentes proporcionalmente entre os EES de produção ou de serviços que não logram remunerar os sócios diretamente.
Cooperativas	Despontam entre os EES de produção ou de prestação de serviços com a finalidade de propiciar trabalho e renda primordiais para os sócios, figurando também entre os EES de geração de trabalho e renda complementares.
Sociedades Mercantis	Possuem escassa presença no universo da economia solidária. Dedicam-se principalmente à produção e à prestação de serviços, visando assegurar trabalho e renda para os sócios, em certos casos em caráter complementar.

Fonte: Banco de Dados do SIES, com elaboração de Gaiger, 2014.

Assim, como observado no Quadro 1, os EES podem ser divididos em Grupos Formais, Associações, Cooperativa e Sociedades Mercantis. Cada qual, com sua determinada

característica que faz jus aos princípios da economia solidária. Andion (2005), complementa:

Estas organizações atuam em setores diversos, tais como saúde, educação, transporte, lazer, desenvolvimento urbano, proteção do meio-ambiente, serviços domésticos, alimentação, defesa de direitos, etc. e têm como objetivo comum a promoção do interesse geral. Podem assumir também formas jurídicas e nomenclaturas diferenciadas, já que seu surgimento está ligado à formação institucional e à dinâmica presente em cada sociedade. (ANDION, 2005, p. 82).

Essa flexibilidade da ES traz inúmeras vantagens e, também, muitos desafios. As vantagens abrangem a quantidade de espaço que a ES tem a capacidade de conquistar. Ao englobar tantas áreas e tipos de organizações, os ESS tem a oportunidade de expandir e contar com a presença de diversos tipos de empreendimentos, desde agricultura, a eletrônicos, artesanatos, saúde, enfim, possui um leque de possibilidades imenso, possibilitando aos seus associados diversas vantagens em aprendizagem e desafios.

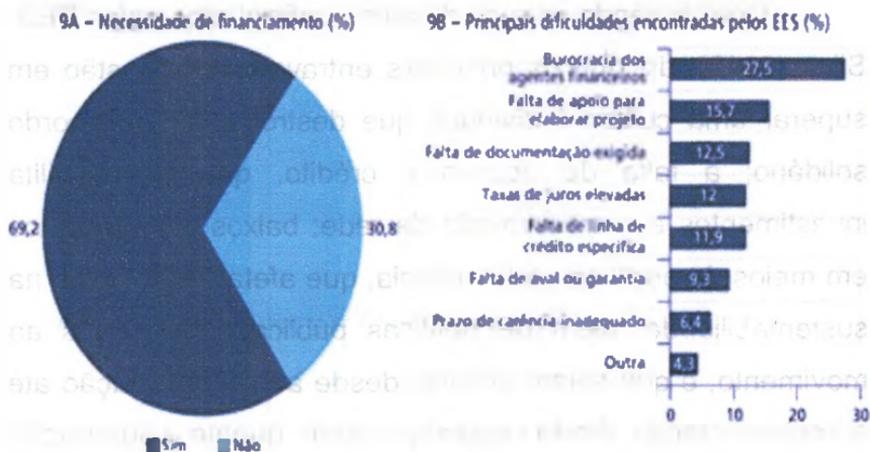
3 DESAFIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Como já visto, as desigualdades e exclusão social são frutos de diversos fatores existentes na sociedade dentre eles,

o desemprego, a degradação do meio ambiente, bem como a redução do valor nominal dos salários. Assim, Singer e Souza (2003) relatam que esse cenário de desigualdade e exclusão social acarretou a busca por novos padrões de produção, no Séc. XIX, sendo o pensamento cooperativista e o socialismo utópico os precursores da gestão diferenciada e democrática que resultaram na economia solidária.

Assim, no mapeamento feito pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies), realizou-se um levantamento acerca das dificuldades enfrentadas pelos EES no Brasil. Segundo os dados da pesquisa, 27,5% dos obstáculos enfrentados pelos Empreendimentos de Economia Solidária está na Burocracia dos agentes financeiros; 15,7% na falta de apoio para elaborar projetos; 12,5% na falta de documentação exigida; e 12% taxa de juros elevada. O gráfico (2) apresenta o restante desses dados.

Gráfico 2 – Necessidade de financiamento e dificuldades encontradas



Fonte: Banco de Dados do SIES, com elaboração do IPEA, 2016.

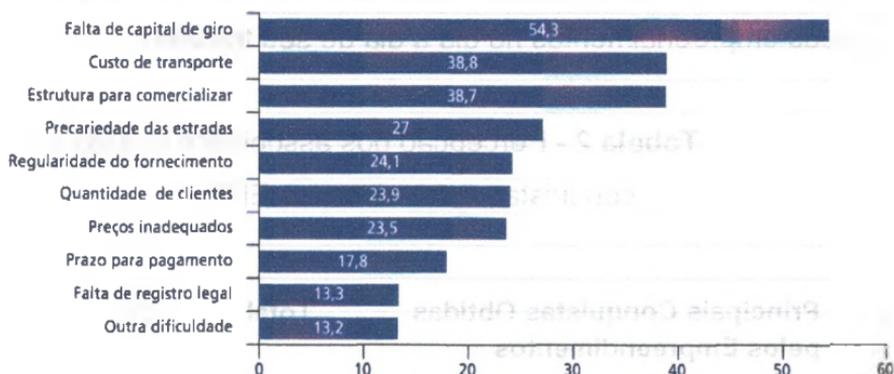
No entanto, levando em consideração que a Economia Solidária ainda está em construção e fortalecimento, o movimento da ES enfrenta diversas dificuldades ou desafios que ainda necessitam ser superados, e o primeiro passo para isso é falar sobre o problema e buscar alternativas de resolução, seja em políticas públicas ou em apoio para consultorias. Ao auxiliar nessas questões, o país só tem a ganhar, pois, como já foi exposto, a ES é um novo modelo de economia, que pode trazer muitas vantagens para com os

seus participantes, apoiadores e para o desenvolvimento sustentável.

Corroborando com os desafios enfrentados pelos EES, Silva (2010), diz que os principais entraves da ES estão em superar uma cultura individual, que destrói qualquer acordo solidário; a falta de acesso a crédito, que impossibilita investimentos e o crescimento da rede; baixos investimentos em meios de produção e tecnologia, que afeta de tal forma na sustentabilidade; além de políticas públicas adequadas ao movimento, e que sejam efetivas desde a sua formulação até a implementação. Ainda segundo o autor, quanto a superação da cultura capitalista, a maior dificuldade se relaciona a educação formal e técnica, mas principalmente a educação solidária e cooperativa.

No Gráfico 3, estão expostos os dados referentes às principais dificuldades da comercialização dos EES no Brasil, sendo os principais: a falta de capital de giro com 54,3%, seguido do custo de transporte com um percentual de 38,8% e a estrutura para comercializar com 38,7%. Esses dados mostram o quanto ainda a ES e seus empreendimentos tem a percorrer e o quanto ela ainda pode alcançar, com os devidos investimentos e divulgação.

Gráfico 3 – Principais dificuldades na comercialização
(N=6.839)



Fonte: Banco de Dados do SIES, com elaboração do IPEA, 2016.

Essas três maiores dificuldades na comercialização, podem ser vistas como “simples” de serem resolvidas, caso houvessem mais políticas públicas voltadas para a ES, que buscassem ofertar suporte para esses empreendimentos. Com esse alicerce, os empreendimentos estariam em outro patamar, podendo até ser maior em quantidade total de empreendimentos.

Para tanto, na Tabela 2, é possível observar uma síntese das informações de um questionário que foi aplicado pelo SIES durante a pesquisa aos associados dos EES, na qual foram questionados sobre o que eles percebiam como principais conquistas até o momento e também questionou-se quais seriam os principais desafios a serem enfrentados em seus empreendimentos no dia a dia de seu trabalho.

Tabela 2 - Percepção dos associados quanto a conquistas e desafios dos EES

Principais Conquistas Obtidas pelos Empreendimentos	Total	%
Integração de Grupo Coletivo	13.025	66,1
Grupo de renda/obtenção de maiores ganhos	11.618	59,1
Autogestão e exercício da democracia	9.651	48,9
Comunidade local	7.411	37,6
Comprometimento dos sócios	7.372	37,4
Conscientização e Compromisso Político	3.510	17,8

Outro	2.432	12,3
Principais Desafios a serem enfrentados pelos Empreendimentos		
Gerar renda adequada	14.503	73,6
Viabilizar economicamente os ESS	13.108	66,5
União do grupo/coletivo	11.048	56,1
Efetiva a participação e a autogestão	8.611	43,7
Articular com outros EES	8.457	42,9
Garantir proteção social	7.755	39,3
Conscientização ambiental dos sócios	7.294	37,1
Conscientização e politização dos sócios	6.714	34,1
Outro	3.105	15,8

Fonte:Banco de Dados do SIES, com elaboração do IPEA, 2016.

As três principais conquistas foram, respectivamente: a integração com o grupo coletivo, com 13.125 (66,1%); grupo

de renda/obtenção de maiores ganhos, com 11.618 (59,1%) e autogestão e exercício da democracia, com 9.651 (48,9%). Já os três principais desafios foram, respectivamente: gerar renda adequada, com 14.503 (73,6%); viabilizar economicamente os EES, com 13.108 (66,5%) e união do grupo/coletivo, com 11.048 (56,1%).

Somando a isso, França Filho (2007), exterioriza:

Assim, buscar as vias de superação de uma lógica de economia popular parece constituir, precisamente, o projeto de uma economia popular e solidária. O desafio desta economia consiste na aquisição de um certo nível de institucionalização, a fim de impactar de modo mais decisivo o meio ambiente social e político onde se inscreve, ao mesmo tempo em que preserva suas qualidades de base, como a solidariedade, o trabalho comunitário, a cooperação e a gestão democrática dos projetos. (FRANÇA FILHO, 2007, p. 168).

Ou seja, a institucionalização da ES é o que a mesma precisa para que consiga começar a superar os desafios a ela impostos. De forma que possa passar a ser introduzida de forma concreta no mercado, sendo vista como a alternativa plausível para o sistema capitalista. Para isso, as instituições de poder vão precisar investir nesse novo sistema econômico e divulgá-lo para que outros(as) possam conhecer e contribuir de alguma forma.

Ressalta-se que, devido à característica de inclusão que a ES possui e por seus integrantes, na maioria das vezes, serem parte da população desacolhida do mercado de trabalho formal, as principais críticas referentes ao movimento da ES se espalham ao seu rebaixamento a uma simples falha do sistema capitalista, escondendo suas contradições e atritos fundamentais, como uma forma de “ocupar os desocupados, com uma terapia ocupacional para aqueles que não são excluídos do mercado formal” (SHÜTZ, 2008, p. 49). Conforme esta corrente de pensamento, corre-se o risco da ES se transformar em mera estratégia capitalista para “rebaixar as próprias condições de trabalho e salários, transformando os trabalhadores em exploradores de si mesmos”. (MARTINS, 2008, p. 11).

Por conseguinte, Martins (2008), vem dizer que o trabalho regado na solidariedade, na cooperação e na autogestão enfrenta diariamente as conseqüências de uma cultura com princípios inversos: o individualismo e a centralização do poder. O mesmo relata que os EES necessitam encarar o desafio de oferecer produção consumo e circulação mais eficientes que os concedidos pela economia capitalista. De natureza igual, é preciso batalhar por investimentos e crédito para o setor tecnológico e produtivo, bem como busca de auxílio em políticas públicas eficazes que

possam auxiliar o movimento de forma agradável, que busque a ampliação da ES.

Para tanto, Silva (2010), expõe que são necessários investimentos em meios de produção e tecnologia que permitam a atuação da ES no setor industrial de bens de consumo duráveis e não duráveis. Tendo em vista que na atualidade a grande maioria dos EES se agrupam no setor agrícola, comercial e de serviços, causando uma lacuna na formação desta rede.

Desta maneira, programas de créditos acessíveis possibilitaria o subsídio das inovações e os investimentos produtivos e tecnológicos úteis. A vista disto, políticas públicas apropriadas às características e condições do movimento solidário, que vá além de apoiar o desenvolvimento, concedendo condições legais para a atuação da dinâmica econômica. Além da constante explanação do “conceito”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, após a explanação sobre o contexto histórico, características e principais desafios da economia solidária no Brasil, ficou perceptível o seu grande potencial e o quanto cresceu e vem crescendo no decorrer dos anos.

Junto a isso, notou-se que apesar de várias organizações seguirem o modelo da ES, por vezes não usam o nome de EES. Talvez em razão de não ter conhecimento científico do modelo da ES. Isso ajuda a compreender o processo de legitimação da economia solidária ao redor do globo e o quanto ainda precisa conquistar. E, essa questão pode acarretar dois fatos, pelo lado positivo, por mais que alguns empreendimentos não adotem o nome de Empreendimento de Economia Solidária, compreendem os seus objetivos e tentam reproduzi-los da melhor forma possível. Já pelo lado negativo, esse fato mostra que modelo de ES é pouco exteriorizado e se faz necessário maior explanação do tema.

Assim, a ES possui em sua essência a solidariedade e busca “concertar” as malícias trazidas pelo capitalismo durante os anos. Ela agrega redistribuição ao reconhecimento do trabalhador, isto é, o empreendedor, por meio da redistribuição de renda, na qual são chamados para idealizar um novo projeto de sociedade, aqueles que até o momento estiveram à margem do sistema, e que ainda não tiveram a oportunidade de ser protagonistas de sua própria história.

Com a Economia Solidária, essas pessoas passam a serem vistas como mais que “só mais uma” que vai para o trabalho todos os dias, elas passam a serem “uma das”

pessoas que estão envolvidas em algo maior que elas imaginam e, que de forma direta ou indireta, contribuem para buscar um mundo melhor, com igualdade entre os gêneros, menos poluição e mais sustentabilidade.

Sendo assim, como foi exposto pelos dados, a Economia Solidária e seus Empreendimentos ainda estão em fase de crescimento no Brasil, no entanto, para que ela tenha um lugar respeitado na sociedade e esteja em um patamar de destaque, é necessário superar os diversos entraves que a impede de evoluir.

REFERÊNCIAS

- ANDION, CAROLINA. **A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios.** Rev. adm. contemp. vol.9 no.1 Curitiba Jan./Mar. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v9n1/v9n1a05.pdf>>. Acesso em: 15 de Junho de 2019.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Diretrizes para a elaboração do mapeamento nacional de economia solidária.** Brasília, DF, 2005.
- FRANÇA FILHO, G. C. **A perspectiva da economia solidária.** In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador: Casa da Qualidade, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a11.pdf>>. Acesso em: 31 de Maio de 2019.
- FRANÇA FILHO, G. C. **Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocações.** Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2007.

GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação popular).

GAIGER, L. I. **A dimensão empreendedora da economia solidária**: notas para um debate necessário. Outra economia, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2011. Disponível em:

<<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/download/1145/310>>, Acesso em: 16 de Junho de 2019.

GAIGER, Luiz et al. **A economia solidária no Brasil**. Análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GONÇALVES, T. J. SOBRINHO T. A. P. M. **Economia Solidária: Um Caminho para a Geração de Renda e Inclusão Social**. Maringá, v. 3, n. 2, p. 100-124, 2011. Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/18502>>. Acesso em 15 de Junho de 2019.

GUERRA, A. C. **Os valores da economia solidária e os valores do trabalho: um estudo em empreendimentos econômicos solidários**. Belo Horizonte, 2014. Tese (Doutorado em

Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9VEHY5/tese_ana_carolina_guerra.pdf?sequence=1> Acesso em: 7 de Junho de 2019.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 15 de Junho de 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária do Brasil: Nota Metodológica de Análise das Dimensões Socioestruturais dos Empreendimentos. Brasília: Ipea, 2016.

MARTINS, A. Apresentação de oportunidades e desafios.

IN: **Desafios da Economia Solidária**. 1ªed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. Disponível em:

<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/2801/3/PPF_PTPF_12_045.p> Acesso em: 08 de Junho de 2019.

NASCIMENTO, C. Autogestão e o Novo Cooperativismo.

Disponível em: <

http://base.socioeco.org/docs/prog_autogestaocooperativismo.pdf>.

Acesso em: 15 de junho 2019.

SILVA, S. P. A economia solidária e os desafios da gestão pública. Revista Otra Economía, v. 4, n. 7, p. 62-82, 2010.

SILVA, A. S. Central de Comercialização da Agricultura Familiar e da Economia Solidária do Cariri Ocidental da Paraíba (ECOSOL - SUMÉ) - Uma avaliação da política pública. Trabalho de conclusão do curso de Tecnologia em Gestão pública pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Campina Grande, 2018.

SHÜTZ, Rosalvo. Economia Popular Solidária: novos horizontes para a educação popular? IN: Desafios da Economia Solidária. 1ªed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. (Lê Monde Diplomatique Brasil; 4). Disponível em:

<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/2801/3/FPF_PTPF_12_045.p>Acesso em: 07 de Junho de 2019.

SIES. Atlas da economia solidária. Brasília, DF, 2005.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3588256/mod_resource/content/1/SINGER%20-%20Introdu%20%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20Livro%20completo.pdf>. Acesso em: 27 de Maio de 2019.

_____. **Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP.** In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Org.). A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Cortez, 2000. p. 123-133. Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286682/1/Fraga_Lais_Silveira_D.pdf>, Acesso em: 14 de Junho de 2019.

SINGER, P. SILVA, R. M. A. SCHIOCHET, V. Economia Solidária e os Desafios da Superação da Pobreza Extrema no Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, T; 2014.

SINGER, Paul; SOUZA A. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2003. Disponível em: <http://www.socioeco.org/bdf_fiche-publication-449_pt.html> Acesso em: 31 de Maio de 2019.

_____. **Os Desafios Enfrentados Pelos Empreendimentos Solidários**: Um Estudo Na Região Metropolitana De Belo Horizonte – Mg.VIII Encontro de Estudos em Empreendimentos e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE). Goiânia, 2014. Disponível em: <<http://www.egepe.org.br/anais/tema02/315.pdf>>, Acesso em: 23 de Maio de 2019.

EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: um estudo sobre a Associação Comunitária Duas Serras 2/PB

Carlos Henrique de Andrade
Carlos Eduardo de Lima Nascimento
Ednalva Ferreira da Silva

1 INTRODUÇÃO

A Educação Popular trata-se de uma educação que assume um pacto com a sociedade e, assim, conta com a participação orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo. Portanto, não se trata de uma educação imposta, já que está baseada no saber da comunidade e incentiva o diálogo. Com o aumento das indústrias nos grandes centros urbanos e novas tecnologias impostas pelo sistema capitalista, a mão de obra teve que se adequar a esse novo sistema de capitalismo mundial onde muitos indivíduos foram excluídos em virtude de uma má formação educacional e mão de obra qualificada. Como forma de minimizar os impactos causados pelo capitalismo vigente, várias Associações e Cooperativas estão investindo em novas alternativas de geração de emprego e renda, garantindo

assim aos sujeitos desempregados, sustentabilidade e sobrevivência, conhecida por: Economia Solidária. Assim, é importante desenvolver a consciência de que as pessoas devem ser sujeito no processo de desenvolvimento, o qual deve ser visto não como fim em si mesmo, mas como meio de se obter, respeitando-se as características étnicas culturais, melhoria de qualidade de vida para diferentes populações, especialmente as mais pobres (NERY, 2011).

As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base econômica local, favorecendo o surgimento e a expansão de empresas. As economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios, sendo essencial para o associativismo local (ZAPATA, 2006). Compreender que desde há muito que o crescimento local abrange fatores socioeconômicos, políticos e culturais que não se adéquam unicamente pelo preceito de comércio, uma vez que é marcado pela cultura do contexto em que se situa. Assim sendo é analisado como o agregado de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais que compartilham de um plano de transformação consciente da realidade da localidade, colaborando para a progresso da qualidade de vida dos moradores de pequenas localidades.

Desta forma, surge uma inquietação, como forma de entender a dinâmica dessas relações que nascem no espaço da economia, da política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder, considerando o trabalho coletivo e as relações em grupo na sociedade. E apresenta como problemática: *Quais as contribuições da educação formal para a organização e formação de experiências de economia solidária na Associação Comunitária Duas Serras-PB?* Portanto, este estudo apresenta como objetivo geral, analisar as contribuições da educação formal para a organização e formação de experiências de economia solidária na Associação Comunitária Duas Serras-PB. E, como objetivos específicos: verificar o nível de escolarização dos membros da associação comunitária Duas Serras-PB; identificar as práticas sistematizadas para organização e formação da associação; conhecer as experiências de economia solidária desenvolvido pela associação. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo do tipo qualitativa descritiva tendo como base as entrevistas com os associados e com o presidente, bem como visitas nos espaços aonde são desenvolvidas as atividades da associação, um questionário aplicado ao presidente além de pesquisas bibliográficas. A ideia de desenvolver este trabalho surgiu a partir da curiosidade de conhecer e entender qual o

processo de organização de uma associação que tem como base a economia solidária.

2 A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS ASSOCIAÇÕES.

O aumento do desemprego que assola o Brasil vem crescendo cada dia mais, muitas pessoas que estão fora do mercado de trabalho e da vida social, veem na economia solidária uma oportunidade de voltar a desempenhar este papel na sociedade ,quando as associações utilizam a economia solidária como forma de organização, solidariedade, cooperação e autogestão trás benefícios não só para os associados mas também para as comunidades locais gerando emprego e renda.

2.1 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS SUJEITOS

Atualmente a organização política vem se tornando cada vez mais complexa de entender, pois se observa que a política no Brasil, torna-se cada vez mais desacreditada por parte da população que já está cansada de promessas que não são cumpridas principalmente, pela maior parte dos políticos comprovarem ausência de credibilidade e honestidade ao assumirem o cargo. Infelizmente, trata-se de um quadro no qual a maioria desses políticos se distinguem

como desmoralizados o que leva a população a desacreditar na maioria dos políticos. Conforme Weber (2000):

É fato que o resultado final da atividade política normalmente não esteja de acordo com a proposta inicial, este paradoxo não deve servir de pretexto para abandonar a causa, a premissa da necessidade de uma crença seja ela qual for é de fundamental importância para o homem político, se ela estiver ausente à inaniidade da criatura eclipsará até mesmo o êxito político aparentemente mais sólido (WEBER, 2000, p. 108).

Assim, ao analisar o texto percebe-se que os políticos têm um compromisso com o povo que o elegeu e que precisa trabalhar com responsabilidade e integridade para atender as necessidades deste povo, contudo, não quer dizer que toda decisão política deve estar voltada unicamente para este fim, pois muitas vezes faz-se necessário agir de maneira responsável adaptando algumas de suas ações e promessas feitas em campanhas. Neste contexto, observa-se que uma política direcionada à economia popular solidária não deve ser abrangida como uma política de auxílio ou compensatória. Deve-se, sobretudo, estar agregado às políticas de transferência de tributo, estabelecer numa política para o aumento e orientando-se para uma quantia da população que de acordo com a história vem sendo excluída, em detrimento

dos mais preparados e qualificados bem como para os pacientes da reestruturação bem sucedida e da flexibilização das afinidades de trabalho.

Portanto, toda a política deve ser organizada de maneira a possibilitar o acesso integrado, múltiplo e escalonado aos seus instrumentos e mecanismos, visando atingir patamares cada vez mais sustentáveis de desenvolvimento social. Muito se tem ouvido falar em políticas públicas atualmente, contudo, vale ressaltar que sua conceituação não sugere apenas na determinação dos interesses com maior influência. Uma vez que, a política pública propõe uma ação pela qual o Estado gere os conflitos entre diversos grupos sociais visando um equilíbrio formal entre suas demandas, buscando conservar e refletir o modelo hegemônico de sociedade. Contudo, para Libâneo (2002):

É preciso que a escola contribua para uma nova postura ético-valorativa de recolocar valores humanos fundamentais como a justiça, a solidariedade, a honestidade, o reconhecimento da diversidade e da diferença, o respeito à vida e aos direitos humanos básicos, como suportes de convicções democráticas (LIBÂNEO, 2002, p. 7).

Por conseguinte, a escola atua de maneira significativa na formação da personalidade do aluno, sendo este participante do processo ensino-aprendizagem, devendo

a escola instigar seu aluno a apresentar atitudes adequadas, diante de cada situação em que está inserido na sociedade. A organização política dos sujeitos é bastante fundamentada no ambiente escolar e, portanto, cabe a este cuidar para que esta organização aconteça de modo correto, contribuindo para uma formação política direcionada para o coletivismo social.

2.2 EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL

A educação formal acontece em espaços escolares, instituições regulamentadas por lei. Nessa educação espera-se que aconteça uma aprendizagem efetiva e, também da certificação e avanços por parte do alunado no processo ensino-aprendizagem em níveis cada vez mais altos. Por isso, para que a aprendizagem aconteça de maneira efetiva, ela também conta com a certificação, possibilitando avanços de graus, ou seja, de séries no âmbito escolar. Segundo Gadotti (1999), ao abordar o método de Freire:

A criança, o jovem e o adulto só aprendem quando têm um projeto de vida onde o conhecimento é significativo para eles. Mas é o sujeito que aprende através de sua própria ação transformadora sobre o mundo. É ele que constrói suas próprias categorias de pensamento, organiza o seu mundo e transforma o mundo. [...] Todavia, o educador também não fica unicamente no saber do aluno. O professor tem o dever de ultrapassá-lo. É por isso que ele é professor e sua função não se confunde com a do aluno (GADOTTI, 1999, p. 8 - 10).

Assim, o trabalho desenvolvido na escola, apresenta um melhor desempenho, desenvolvendo uma riqueza enorme de informações. Isto faz com que professores e alunos redescubram o valor desta importante relação. E, aponta para a necessidade de construção de um novo espaço de aprendizagem, com isto, novos métodos são criados e recriados todo tempo, do ponto de vista do processo do tempo escolar do educando. Segundo Trilla (2008):

O carácter formal da educação decorre essencialmente de um conjunto de mecanismos de certificação que formaliza a seleção (e a exclusão) de pessoas diante de um mercado de profissões estabelecido, que só começou a se configurar há cerca de 250 anos (TRILLA, 2008, p. 32).

Portanto, a escola deve proporcionar conjunturas que beneficiem o aprendiz, onde o aluno autor e co-autor desse processo tenha anseio em instruir se e também razão, compreensão da seriedade desse aprendiz no futuro. E, assim, possibilitando saberes ao aluno que o tornem um verdadeiro cidadão. Pois a escola não deve ser apenas transmissora de conteúdos, mas principalmente, formadora de indivíduos capazes de atuarem em uma sociedade reflexiva e moderna. Fernandes e Park (2007) citam Afonso para distinguir o formal e o não formal:

Por educação formal entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada sequencia (prévia) e proporcionada pelas escolas, enquanto que a designação não formal, embora obedeça a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita a não fixação de tempos e locais e a flexibilidade na adaptação aos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto (PARK; FERNANDES, 2007, p. 131).

Neste contexto, a educação formal pode ser definida como aquela que está presente no ensino escolar institucionalizado, relativo ao ensino desenvolvido em instituições legalizadas e reconhecidas. Vieira et al (2005) definem educação formal como aquela que ocorre nos espaços formais de educação, a não formal como a que ocorre em ambientes não formais, mas em situações onde há intenção de ensinar e desenvolver aprendizagens e a informal como a que ocorre em situações informais como conversa entre amigos, entre outros. Com relação a educação informal, para Vieira et al (2005), são situações informais aquelas do cotidiano das pessoas em seus ambientes familiares, profissionais, de lazer e entretenimento, entre outros que são passíveis de ocorrer em diferentes ambientes.

Vale ressaltar, que é importante levar em consideração que, em situações informais de aprendizado, as crianças

estão habituadas a utilizar as interações sociais como maneira excepcional de acesso ao conhecimento: compreendem regras dos jogos, por meio dos outros e não como consequência de um esforço exclusivamente individual na solução de um problema. Alguma modalidade de intercâmbio igualitário, bem como associada num conjunto verdadeiramente direcionado para a promoção do aprendizado e do crescimento, deveria ser aproveitada, por conseguinte, de caráter produtivo na conjuntura escolar.

3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A história do termo economia solidária tem quase dois séculos e se inspira em diferentes correntes do socialismo em particular dos chamados utópicos (Fourier, Saint Simon, Robert Owen) numa época de intensas lutas sociais e acentuado declínio econômico nos principais países europeus (LAVILLE, 1994, apud ARRUDA, 2003, p. 232). Para Singer (2003),

Economia solidária, tal como ela ressurgiu no século XX, é uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregularão da economia e à liberação dos movimentos do capital, que acarretam, nos diversos países, desemprego em massa, fechamento de firmas e marginalização cada vez maior entre os desempregados (SINGER, 2003, p. 116).

Os relatos que se tem conhecimento dão conta de que a proposta de uma economia fundada na solidariedade, na partilha da riqueza e do saber, emerge no meio do século XIX, a partir das próprias contradições do capitalismo industrial (ARRUDA, 2003). Segundo Singer (2002) esse nascimento da economia solidária se deu em reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Para Singer (2003) a práxis economia solidária que se constrói hoje deve muito as tradições passadas (cooperativismo) e enfrentar os problemas que surgem hoje, constituem um grande desafio cuja solução ou caminho pode estar em estudar a fundo para aprender como os acertos e erros do passado e ultrapassar suas contradições e limites da atualidade. Assim, através das colocações dos teóricos citados anteriormente, destaca-se a origem da economia solidária e sua importância para a formação do trabalho associado na atualidade

Sendo assim, a economia solidária se compõe como agregação de indivíduos ou camadas com os mesmos empenhos, a fim de conseguir benefícios compartilhados em suas atividades econômicas, o cooperativismo popular, em um caminho de superação ao estilo capitalista de estabelecer as afinidades sócio- econômicas compostas por indivíduos excluídos e marginalizados do mercado de trabalho. A

Economia Solidária, conforme Oliveira e Verardo (2007) se apresentam como:

[...] perspectiva de desenvolvimento econômico e social baseado em novos valores culturais e em novas práticas de trabalho e de relação social. O desenvolvimento não se restringe ao crescimento econômico e deve abranger as relações entre as pessoas, à organização do trabalho, resgatar a dimensão humana na produção, na comercialização e no consumo. Deve rever as transformações sofridas no mundo do trabalho recuperando a relação entre trabalho e tempo livre e a questão socioambiental. Estamos falando de desenvolvimento que envolve o social, o cultural, o político e o afetivo a partir do local, do espaço territorial e também no sentido mais geral, estamos falando de desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA; VERARDO, 2007, p. 8).

Assim sendo, a economia popular solidária brasileira trata-se de uma estratégia que apareceu através de lutas sociais contra o desemprego e a pobreza, composta por atividades socioeconômicas, de caráter associativo e autogestionário, que apresenta como principal característica o do trabalho sobre o capital. Os movimentos de Economia Solidária têm garantido a reprodução da vida de centenas de indivíduos sem acesso ao mercado de trabalho, gerando a incorporação e o aumento socioeconômico e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização. Portanto, o papel da educação na formação social é fundamental para modificar os assuntos incluídos aos valores humanos

modernos e para poder inventar, por via de conhecimentos estabelecidos no ambiente escolar, a competência de avaliar os diferentes valores atualizados na comunidade e na constituição de princípios de respeito mútuo, honestidade, comunicação, solidariedade, democracia, fortalecendo assim, o verdadeiro significado da economia solidária na atualidade, sobretudo, com relação aos alunos da Educação de Jovens e Adultos.

3.4 TRABALHOS ASSOCIADOS

A atuação da educação na atualidade deve estar centralizada no desenvolvimento de ações que considerem o trabalho coletivo, uma vez que, a escola tem a função social de formar cidadãos críticos e conscientes e, esta formação somente é possível se a escola demonstrar atitudes e ações que estejam direcionadas a todos de maneira igualitária, buscando sanar os problemas cotidianos, mas sem interferir ou prejudicar um, em detrimento do outro no âmbito escolar. Pois, conforme Medeiros (2008, p. 18): “através do trabalho, o homem adquire consciência de classe, situa-se no mundo, percebe qual é o seu ‘status que’ e toma uma posição política” Neste contexto, o trabalho associado encontra na escola um aliado para que a sociedade seja conscientizada sobre a importância e significados deste tipo de trabalho, que

considera sua organização baseada em valores e princípios não capitalistas. Para Santos (2002):

[...] as cooperativas de trabalhadores tendem a ser mais produtivas que as empresas capitalistas, porque seus trabalhadores proprietários têm maior incentivo econômico e moral para dedicar o seu tempo e esforço ao trabalho, e porque, uma vez que os trabalhadores beneficiam-se diretamente quando a cooperativa prospera, diminuem drasticamente os custos de supervisão, que, numa empresa capitalista, são altos porque a vigilância constante do desempenho dos empregados necessária para assegurar a cooperação destes com a empresa (SANTOS, 2002, p. 36).

Como é possível observar, muitos são os elementos em favor do trabalho associado, que vão desde as atividades que valorizam os princípios não capitalistas à questão da participação ativa dos proprietários-trabalhadores. Para Medeiros (2008): “trabalhar também é uma forma de identificar as pessoas, determiná-las e classificá-las socialmente – atribuir status”. Na visão de Medeiros as pessoas que trabalham tem uma posição social, formam uma identidade, alimenta o desejo de melhorar a qualidade de vida e se colocarem como sujeito participante da sociedade.

O trabalho associado é desenvolvido a partir de cooperativas que fazem parte da comunidade onde estão localizadas e, muitas das vezes, constituídas por membros da mesma família ou grupo de amigos que se integram a

pequenas empresas e outras cooperativas, possibilitando uma interação em rede de cooperação.

[...] o associado distingue-se do assalariamento pelo fato de que o ato de associação concede-lhe estabilidade no posto de trabalho, ou seja, o direito de manter-ser como membro da comunidade de trabalho por todo o tempo de sua vida útil como trabalhador, observadas evidentemente, a sobrevivência do empreendimento e certas regras coletivamente estabelecidas (VIEITEZ; DEL RI, 2001, p. 71).

Trata-se de um trabalho que possibilita estabilidade, uma vez que, o associado é membro da comunidade e, portanto, irá permanecer associado enquanto puder prestar seu serviço, atendendo, evidentemente, as regras estabelecidas pela coletividade.

Nessa perspectiva a importância da economia solidária nas associações é de grande relevância, pois além de trabalhar às políticas do sujeito fazendo com que os mesmos possam entender o processo, trabalho tanto a educação formal quanto a educação informal para que os mesmos possam desenvolver suas habilidades, dá uma nova perspectiva de vida para esse associado a partir de que eles entram de novo no mercado de trabalho ficam incluídos na sociedade e passam a ter sua identidade própria.

4 METODOLOGIA

A pesquisa utilizada foi do tipo qualitativo descritivo, na qual a metodologia empregada neste tipo de pesquisa possibilitou, dentre outros aspectos, o conhecimento e a análise das características de uma população, de acordo com os pré-requisitos estabelecidos, como no caso do grupo de membros de uma associação estudadas no presente trabalho, contribuindo para elucidação e acompanhamento de opiniões e particularidades desse grupo. Os dados foram coletados através de uma pesquisa de campo a partir de um questionário e entrevista aplicados aos membros participantes da pesquisa. Posteriormente a coleta das informações, efetuou-se a estrutura e pesquisa do material coletado.

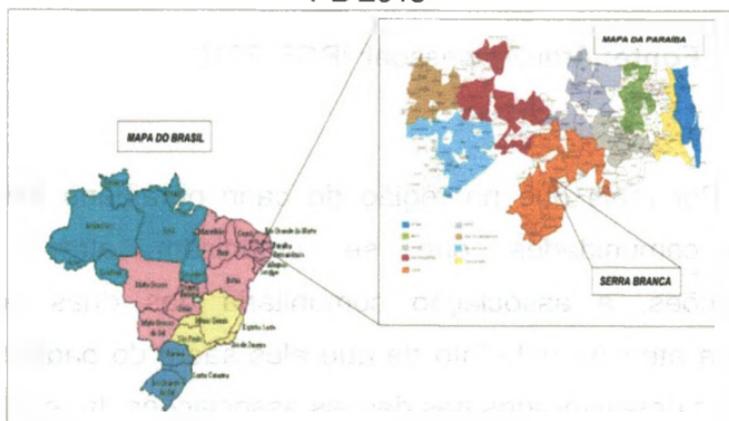
Para a elaboração deste trabalho foram citados autores como WEBER, 2000, LIBÂNIO, 2002, GADOTTI, 1999, TRILLA, 2008, OLIVEIRA, 2007, entre outros.

Para Bardin (1977, p. 30) “a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta; é a análise de conteúdo para “ver o que dá””. Desse modo, a análise de conteúdo teve como finalidade, revelar para descrever e interpretar o conteúdo de toda categoria de informações e textos. Essa pesquisa fez parte de uma busca prática e teórica, com uma definição específica na área das verificações igualitárias. Estabelecer um bem, mais

do que um singelo procedimento de diagnóstico de informações, representando uma investida metodológica com propriedades e possibilidades próprias.

A pesquisa foi realizada com membros da Associação Comunitária Duas Serras, povoado localizado no município de Serra Branca-PB, situado na Macrorregião da Borborema e na Microrregião do Cariri Ocidental, com uma área territorial de 737,743km², limitando-se as cidades de Sumé, São João do Cariri, Coxixola, São José dos Cordeiros, Parari e Congo e distante 238 km da capital (IBGE,2010). Nas figuras 1 e 2 está ilustrado um mapa da localização do estado da Paraíba e do município de Serra Branca onde a pesquisa foi realizada.

Figura 1 - Localização geográfica do município de Serra Branca-PB 2013



Fonte: IBGE, 2010.

Nesse mapa também podemos visualizar a figura (fotografia) que mostra a associação comunitária duas serras 2, onde foi realizada a pesquisa de campo.

Figura 2 - Localização geográfica da associação comunitária Duas Serras, Serra Branca/PB, 2013.



Fonte: Arquivo pessoal; IBGE 2010.

Por mais que na região do cariri paraibano existam várias comunidades que se organizam através de associações, a associação comunitária das duas serras chama a atenção pelo fato de que eles saem do padrão dos trabalhos desenvolvidos nas demais associações da região.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa que se procede é um estudo de campo, que apresenta os principais dados sobre experiências de economia solidária na Associação Comunitária Duas Serras-PB. Para tanto, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, artigos relacionados ao tema, pertinente ao assunto e páginas eletrônicas de interesse científico que revelaram dados sobre a questão da economia solidária na visão de alguns teóricos e, ainda, informações dos próprios associados da Associação Comunitária Duas Serras-PB.

O material coletado foi bastante relevante sobre o trabalho associado e a educação formal relacionado à economia solidária. Deste modo, leituras e interpretações de algumas obras foram realizadas para um embasamento teórico sobre o assunto. Este procedimento de fontes secundárias visou à construção de um breve histórico sobre os conceitos e definição da economia solidária; a revisão da literatura; a importância do trabalho associado, bem como, do destaque a organização política dos sujeitos. A Associação Comunitária Duas Serras 2 (ACODIS) teve início das suas atividades com a 1ª reunião no ano de 2010, com 14 associados sendo 12 apicultores e 2 meliponicultores, tendo

por finalidade principal, desenvolver atividades direcionadas ao trabalho coletivo.

Verifica-se, portanto que a referida associação vem, ao longo de sua fundação, buscando ajuda do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) para cursos de aperfeiçoamento dos mesmos, dentre eles pelo SEBRAE:

- Associativismo
- Mulher empreendedora (destina as mulheres da associação);
- Atendimento ao cliente;
- Boas práticas ao manuseio de alimentação para manipulação;
- De olho na qualidade;
- Técnicas de vendas;
- Controle financeiro.

Em especial para os apicultores os cursos de análise de mercado e formação de preço. O território de cidadania (Programa do Governo Federal lançado em 2008) doou para os associados 08 kits apícolas (colmeias padrão langstroth, macacões apícolas, pares de botas e garfos desoperculadores, caixa apícola). ACODIS também está

articulando com outras associações para produção de rapadura de castanha de caju, de amendoim, de gergelim entre outros, todos utilizando o mel.

Um aspecto que deve ser considerado é o projeto "Sustentabilidade Consciente" que a produção de frutas e verduras juntamente com a criação de abelhas, onde esse projeto ganhou do IPA (Instituto de pesquisa Agropecuária) dois kits de irrigação (é composto de conjunto de motobombas, cabeçal de filtragem, sistema de irrigação e injetor de fertilizante). Alguns associados participaram de palestras como:

- Manejo de abelhas sem ferrão;
- Alimentação artificial proteica para Apis Melifera;
- Construção e montagem de colmeias langstroth;
- Aumento da produtividade apícola voltada para o semiárido;
- Sustentabilidade em turismo rural.

Outro aspecto que chamou a atenção na Associação foi o interesse na realização de cursos cosmético á base de mel e, de sabonetes e produtos pré e pós banho a base de mel. Após todo o processo de seleção e classificação dos questionários e entrevistas, organizaram-se as falas dos entrevistados em fase de categorização. Os questionários

foram respondidos seguindo um roteiro, a partir do qual foram extraídas as concepções das pessoas entrevistadas acerca de nosso objeto de estudo.

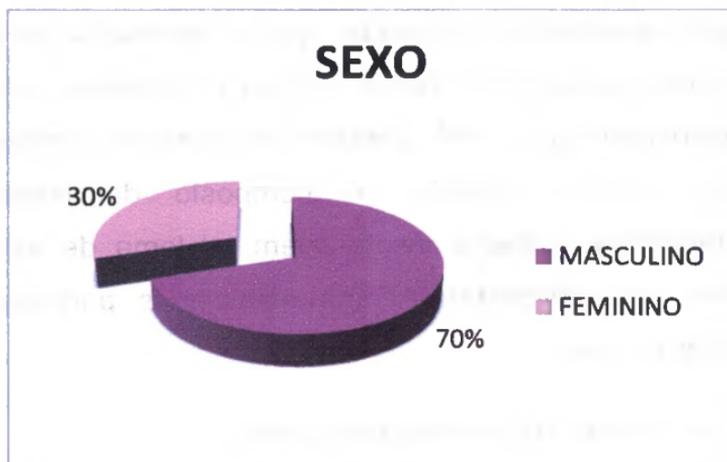


Gráfico 1: Dados referentes ao sexo dos associados
Fonte: Arquivo pessoal.

Analisando o gráfico constatou-se que a maioria dos associados é do sexo masculino, atingindo 70% dos que fazem parte da mesma.



Gráfico 2: Dados referentes ao grau de escolaridades dos associados Fonte: Arquivo pessoal.

Os dados obtidos nessa questão nos mostram que 60% possuem Ensino Médio incompleto e 40% Ensino Fundamental incompleto, pois para os jovens de baixa renda abandonar os estudos para trabalhar não é uma escolha e sim uma necessidade. O que nos remete um baixo nível de escolaridade. O que é preocupante.

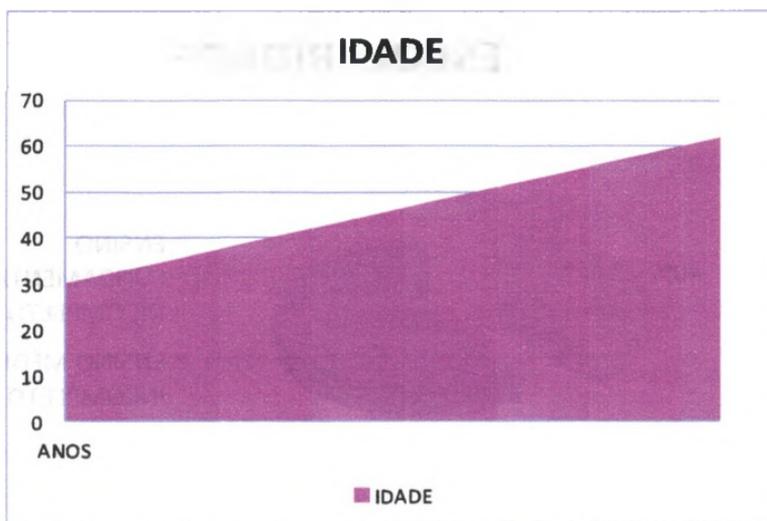


Gráfico 3: Dados sobre a idade dos associados Fonte: Arquivo pessoal.

A média dos entrevistados situa-se entre 30 e 62 anos e participando efetivamente dos cursos de qualificação e formação oferecidos pela Associação. Conforme Melo Neto e Froes (2001), a responsabilidade social de uma empresa está associada a sua participação nas ações comunitárias no local onde está inserida, através de medidas mitigadoras para amenizar os possíveis danos causados à sociedade decorrente de suas atividades exercidas.

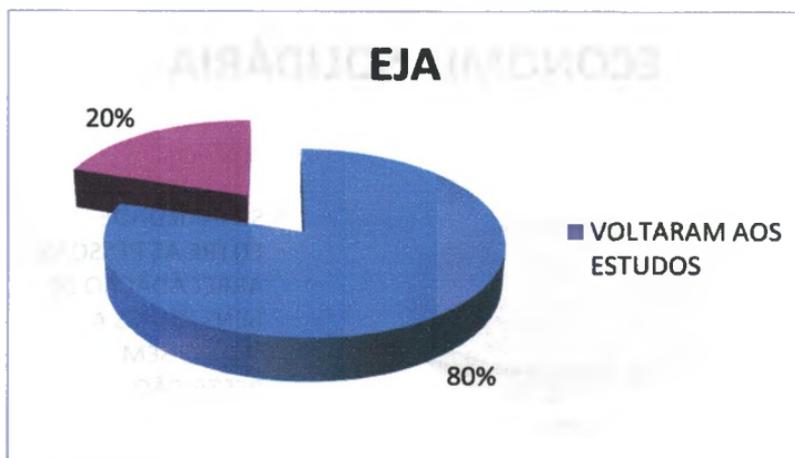
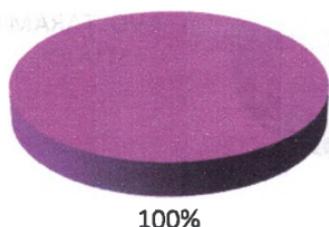


Gráfico 4: Associados que voltaram aos estudos Fonte: Arquivo pessoal.

Em torno de 80% dos que estão associados voltaram a estudar para fazerem cursos de aperfeiçoamentos e a EJA foi uma alternativa para esses associados e 20% já pensam em voltar aos estudos. Isso mostra a importância que o acesso a educação tem na zona rural a EJA precisa estar disponível nas escolas do campo para que esses sujeitos sintam se instigados a voltar a estudar pois o fato de se concluir o ensino básico em um período menor se torna uma forma viável para os trabalhadores concluírem seus estudos.

ECONOMIA SOLIDÁRIA



■ SOLARIEDADE
ENTRE AS PESSOAS,
ARRECAÇÃO DE
BENS IGUAIS A
TODOS SEM
RESTRIÇÃO

Gráfico 5: Com relação à economia solidária Fonte: Arquivo pessoal.

Com relação ao conceito de economia solidária, 100% dos entrevistados afirmou que trata da solidariedade entre pessoas, arrecadação de bens iguais a todos sem restrição.

Para Medeiros (2008, p.50): "A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativa ao capitalismo, e como um processo contínuo dos trabalhadores, criados pelos que se encontram ou temem ficar fora do mercado de trabalho". A respeito do conceito de educação formal os entrevistados responderam que se refere à educação nas escolas através de professores habilitando-os a ler e a escrever para tornar cidadãos de bem. Além disso, os

entrevistados relataram ainda que todos os gastos e benefícios são divididos para todos de forma igualitária. E, que as ações de organização da associação acontecem mensalmente, através de reuniões debatendo sobre melhorias para o aumento da produtividade da associação.

5.1 INTERPRETAÇÕES DOS RESULTADOS

Por meio das informações obtidas na pesquisa de campo, observou-se nas entrevistas coletadas que os entrevistados entendem que o trabalho é a necessidade que cada pessoa precisa para melhorar as condições de vida. E, que, o trabalho associado, para eles, é quando um grupo de pessoas trabalha em busca do mesmo objetivo comum. O ressurgir da Economia Solidária traz uma reflexão em torno dos conceitos e concepções acerca do desenvolvimento econômico e da dinâmica econômica histórica sob o capitalismo (BACELAR, 2006). Já Cattani (2003) menciona que,

Empreendimentos econômicos solidários - compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade (CATTANI, 2003, p. 23).

Nesta perspectiva, a presente pesquisa destacou-se na verificação do nível de escolarização dos membros da associação de apicultores e meliponicultores de Duas Serras-PB, possibilitando a identificação das práticas sistematizadas para organização e formação da associação, além de proporcionar um conhecimento das experiências de economia solidaria desenvolvidas pela associação.

Para Medeiros (2008, p. 57): “A atuação das associações permite o exercício da cidadania, devendo, portanto, ser dirigida para buscar interesses coletivos, agregar interesses específicos... e conseqüentemente gerar ações transformadoras”. Com a referida pesquisa também foi possível fazer uma análise sobre as contribuições que o processo de educação formal trás, para o trabalho na associação através do preparo para realização do mesmo. E, ainda, para uma compreensão de que cada associação faz sua própria produção e a comercialização é feita através de feiras, ou mesmo cada um vende individualmente sua produção.

Desta maneira, “O objetivo do Associativismo é construir estratégias para superar suas dificuldades, garantir a melhoria das condições de vida e a permanência dos direitos conquistados” (MEDEIROS, 2008, p. 58). A organização da associação é muito importante para captação de recursos

com vistas à produção, que no caso da associação pesquisada é desenvolvida por meio de reuniões com representantes do governo federal, estadual e com bancos. Destacando que, cada associado tem sua renda dependendo da sua produção, mas todos ajudam com uma quantia para as despesas da associação. Conforme Medeiros (2008):

As associações funcionam como meio para concretização de Direitos Sociais do desenvolvimento de atividades para a conscientização de seus sócios, mostrando que é através das decisões, de processos reivindicativos e ações de seus membros, que as associações são capazes de transformar a sua comunidade (MEDEIROS, 2008, p. 57).

Com a pesquisa constatou-se que muitos são os benefícios proporcionados pela economia solidária ao trabalho nas associações. Economia esta que além de propiciar uma renda familiar extra, também conscientiza a população sobre a importância da utilização dos recursos naturais através do manejo sustentável, contribuindo para a conservação do meio ambiente. E, a Associação comunitária Duas Serras 2(ACODIS), como constatado nas entrevistas, desenvolve um trabalho voltado para a questão social e ambiental através da Associação e o desenvolvimento de suas atividades.

Algumas culturas utilizam a apiterapia (ciência alternativa que utiliza as abelhas e seus produtos), para feitos

terapêuticos em animais e adultos. Nas doenças como reumatismo e artrite são usadas essas técnicas. Isso mostra que os associados estão sempre em busca de novidades para melhorar cada vez mais os lucros mostrando a eficiência e eficácia da economia solidária nesses espaços comunitários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente estudo pode-se observar a importância do trabalho da Associação Comunitária Duas Serras- PB - ACODIS para propiciar uma renda extra aos associados e, também a atuarem em atividades sociais da comunidade e, ainda conscientizar a população sobre a importância do manejo sustentável dos recursos naturais, para minimizar os impactos causados no meio ambiente, principalmente tendo em vista o nível de escolaridade da maioria dos membros da associação, pois como a maioria não conseguiu concluir seus estudos, portanto, busca um trabalho que também ofereça cursos de qualificação e formação oferecidos pela associação.

É imprescindível salientar o fato de que produção de mel em serra branca representa fonte de renda dos produtores familiares, e que, torna relevante considerar a identificação das contribuições da educação formal para a

organização e formação de experiências de economia solidária na associação de apicultores e meliponicultores do município, reconhecendo as experiências de economia solidária desenvolvidas pela associação. Assim sendo, os dados obtidos através do questionário contribuiu para a formulação e discussão dos resultados, além de ajudar no mapeamento do perfil social dos envolvidos e entender como está a formação dos mesmos, o que colaborou para o processo de construção deste trabalho.

Verifica-se, portanto, que diante de todas as exposições fica claro que a simples formação de associações pode assegurar a qualidade de vida da população e, ao mesmo tempo educar os cidadãos a interagirem de maneira consciente sobre o ambiente. Por meio do trabalho nas associações é possível desenvolver o espírito solidário e cooperativo. E que, além disso, o trabalho em associações proporciona, além do desenvolvimento sustentável, a oportunidade de trabalho para pessoas que por vários motivos não conseguiram finalizar seus estudos, ou de inserir-se em cursos profissionalizantes. Em contrapartida, falta de incentivo por parte de o governo local, por mais que na teoria um dos papeis da gestão publica seja dar oportunidade de crescimento a população, o que podemos constatar na prática é que esse direito não está sendo assegurado, e quando se

trata da zona rural das cidades do interior esta situação se torna ainda pior, pois o campo e essas regiões na maioria dos casos servem de palco para disputas políticas e quem acaba perdendo é a população já que o incentivo não vem devido muitas vezes serem de partidos opostos, prejudicando assim o andamento das associações e não oportunizando os associados, ficando esses a mercê da própria sorte.

Observamos a partir do estudo e pesquisas relacionadas a associações e educação que na maioria dos casos os indivíduos terminam o processo educacional para ingressar no mercado de trabalho visando uma melhoria na qualidade de vida e uma das oportunidades que eles encontram são nas associações. No caso da associação na qual foi feita a pesquisa observamos que aconteceu de forma diferente foi depois que Associação comunitária Duas Serras 2 estava em funcionamento que os associados resolveram voltar aos estudos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

BACELAR, Tânia. Economia Solidária. In: **CONFERENCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**, 1., 2006, Brasília. Anais...Brasília: [s.n], 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70,1977.

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística – IBGE. Cidades. Disponível em: <[http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251550&search=para iba|serra-branca](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251550&search=para%20iba%20serra-branca)>. Acesso em: 10 out. 2013.
- CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- DAVIDSON, N. **Cooperative learning in mathematics**. S. Francisco: AddisonWesley, 1990.
- GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: da 'pedagogia do oprimido' à 'ecopedagogia'**. São Paulo. Instituto Paulo Freire, 1999. (Cadernos Pensamento Paulo Freire).
- LIBÂNEO, J.C. **Adeus professor, adeus professora?** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MEDEIROS, Mariédilsa Felix Correia. **Gestão participativa para associações**. Custódia: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2008.
- MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- NERY, Kelly Mary. **Sustentabilidade de sistemas de produção animal no semiárido brasileiro e na Toscana – Itália**. 2011. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Universidade Rural do Semiárido, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2011. Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/140/KELLY%20MARY%20NERY.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2013.
- OLIVEIRA, B. A; VERARDO, L. **Economia Solidária e desenvolvimento**. Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2007. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=406&Itemid=18>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- PARK, Margareth B.; FERNANDES, Renata S.; CARNICEL, Amarildo. **Palavras chave em educação não-formal**. Holambra: Centro de Memória da Unicamp, 2007.
- SANTOS, B. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

TRILLA, Jaume. **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.

VIEIRA, V.; BIANCONI, M. L.; DIAS, M. **Espaços não-formais de ensino e o currículo de Ciências**. Ciência e Cultura, [s.l.], v. 57, n. 4, p. 21 – 23, out/dez. 2005.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. **Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WEBER, Max. A política como vocação. In: **Ciência e política: duas Vocações**. 16 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.

ZAPATA. **Estratégias de Desenvolvimento Local**. Portal do Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, out. 2006. Disponível em:

<http://www.cati.sp.gov.br/novacati/pemh/doc_pub/Estrategias%20de%20Desenvolvimento%20Local.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

ANÁLISE DE ACIDENTES DEVIDO A INGESTÃO DE ÁLCOOL ANTES E DEPOIS DA LEI SECA

Débora Jaiane Rodrigues de Souza

Taís da Costa Sousa

1 INTRODUÇÃO

Estabelecida em 19 de junho de 2008, a Lei nº 11.705, mais conhecida como “Lei Seca” tem como propósito determinar a tolerância zero sobre o uso de bebidas alcoólicas, para posteriormente ser feita a condução de um veículo. Ao longo dos anos, outras medidas foram tomadas mediante esta lei, como ocorreu em 2012 com um aumento de sua severidade.

Um estudo realizado pelo Centro de Pesquisa e Economia do Seguro (CPES) apresenta uma redução na gravidade de acidentes a partir da lei ser aprovada em 2008, e de maneira mais relevante, a diminuição destas fatalidades com o seu reforço em 2012. Já no estudo “A Lei Seca, os impactos econômicos e a contribuição dos seguros” com base em diversos pontos importantes como: Proporção da

população urbana, faixa etária, idade entre outros fatores observados, se foi obtido de forma estimativa um total de 41.000 mortes evitadas depois de implementada a lei.

Mas, apesar da aplicação da Operação Lei Seca vir ocorrendo nos Estados brasileiros, ainda sucede com frequência acidentes de trânsito vinculados à ingestão do álcool. Mesmo com a implementação da nova lei, por mais que se tenha dado uma diminuição na quantidade de acidentes em alguns anos, as mortes têm um decréscimo bastante sutil.

Nesta análise teórica, tem-se como objetivo geral da pesquisa analisar a eficiência da Lei nº 11.705 (Lei Seca), durante um período de dez anos. A lei foi constituída no ano de 2008, e o estudo realizado se deu sob os anos de 2007 a 2017, com a finalidade de observar a eficácia da lei através dos dados apresentados sobre os acidentes de trânsito causados devido a ingestão de álcool.

Além disso, tem-se como objetivos específicos levantar os dados que são referentes aos acidentes de trânsito causados pelo consumo de bebidas alcoólicas, dentro de um período de dez anos; também verificar os impactos que estes acidentes ocasionam, sejam eles de maneira física, econômica e sentimental; e buscar compreender as Políticas Públicas atreladas a Lei Seca.

Então avalia-se assim a Lei Seca através de sua efetividade, funcionalidades e vigor, observando as regras que estão diretamente relacionadas aos indivíduos que a infringem, mediante o consumo de bebidas alcoólicas pondo tanto suas vidas e também a de outras pessoas em risco, quanto podendo causar também danos a patrimônios de terceiros ao dirigir sem sobriedade. O custo humano, social e ambiental desencadeados por acidentes de trânsito, trazem prejuízos incomensuráveis (FERRAZ et al, 2012).

Para melhor nortear este estudo, foi agregada à estrutura metodológica uma busca por coleta de dados, retirados de fontes como o site da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em especial, que disponibiliza anualmente os monitoramentos realizados. Estas informações estão explicitadas em Dados Abertos, como arquivos do Excel (.xlsx) no próprio site.

Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória, de natureza quali-quantitativa, pois se deu por meio da coleta de dados, livros, dissertação e artigos na área. Versa-se um estudo de caso, já que se refere a Lei Seca de modo específico. Também foi realizada uma análise bibliográfica mediante diversas fontes como: livros, artigos que tratam assuntos da área, sites entre outros. E é um estudo transversal, por ser abordado um período determinado.

É visível que estas medidas que foram tomadas nos anos de 2008 e 2012 foram de extrema relevância, e que sem elas nos dias atuais a situação estaria bem delicada, havendo mais mortes nas estradas e causando total insegurança aos demais motoristas que dirigem conscientemente. No entanto, apesar de todo o planejamento que foi feito para que houvesse a implantação e posteriormente a renovação da diretriz, mesmo conseguindo importantes resultados, a redução de mortes acontece aos poucos mesmo com a gravidade se tornando menor.

Esta análise apresenta um tema bastante discutido no dia-a-dia, por exemplo em jornais. No entanto, pouco se vê a respeito sobre esse assunto no mundo acadêmico, tornando-se assim de grande relevância a ser discutido. Desta maneira, a presente pesquisa ajuda a sociedade a obter informações dos inúmeros acidentes e suas causas, para desta forma mostrar o quanto é importante não beber antes de dirigir, por mais que ainda desacreditem muito que o simples ato de se policiar diante o volante pode salvar vidas.

Também restabelece um material considerável para futuros pesquisadores que se interessarem por uma temática semelhante. De tal maneira, terão acesso a um artigo que trabalha com este tipo de conteúdo, sendo capaz de ampliar mais seu objeto de estudo mostrando e apontando se a Lei

Seca é eficaz ou não. E, por mais que obtenha falhas, contribuir para melhor entender o que está acontecendo para isto suceder-se, apresentando fatores/indicadores que são meramente contribuintes.

2 IMPACTOS DA LEI SECA NOS ACIDENTES DE TRÂNSITO

O surgimento do conceito de Políticas Públicas ocorreu nos Estados Unidos, fazendo com que o poder público atue com boas resoluções mediante os problemas que aparecem na sociedade. Segundo Secchi (2013), as Políticas Públicas advêm com o intuito de “[...] ajudar no diagnóstico e no tratamento de problemas públicos, assim como a medicina o faz com problemas do organismo, e a engenharia, com problemas técnicos”. Entende-se de maneira explícita a importância de um planejamento referente as ações, pois, caso não o obtenha, a política pública terá uma grande probabilidade de ser ineficaz, e algo sem sucesso deixa de existir.

Há uma certa materialização do Estado em suas Políticas Públicas mediante suas diretrizes, programas e projetos, que tem por finalidade atender as necessidades da população. Deste modo, a sociedade também pode colaborar atuando em eventos, palestras e outras manifestações

pacíficas que seja contribuinte para Políticas Públicas efetivas.

Lambertucci (2009, p. 74) afirma que:

A participação social é considerada importante elemento de gestão e componente fundamental para a elaboração das políticas públicas. As propostas do programa de governo são [ou devem ser] construídas a partir das demandas e necessidades da sociedade. Essas, na medida do possível, são incorporadas às políticas públicas.

Já enunciado anteriormente, a população é capaz de participar de maneira ativa para contribuir na formação das Políticas Públicas, e isto acontece por intermédio de Conselhos, sejam estes de níveis municipais, estaduais ou nacionais. E, no decorrer dos últimos anos instrumentos como audiências públicas, conferências setoriais e encontros estão se mostrando pertinentes na abrangência de inúmeros segmentos da sociedade como o controle social e participação.

Tudo isto pode ser observado na Lei Complementar n.º 131 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;”

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

Sendo assim, a formulação das Políticas Públicas pode ocorrer por iniciativa do poder legislativo ou executivo, de forma separada ou conjunta, quando apresentadas demandas ou propostas por parte da sociedade. Já no sentido político, trata-se do seguimento de decisões, onde algo pode ou não ser feito, sabendo que espontaneamente existem conflitos de interesses.

Há políticas que possuem uma maior abrangência, como é o caso da lei do plano diretor participativo e a lei do orçamento participativo. E, existem outras que obtêm uma dimensão menor por se tratarem de políticas setoriais como a educação, esportes, saúde, segurança etc.

O termo política pública pode ter abrangência maior ou menor, ora indica um campo de atividade, ora um propósito

político bem concreto, ora um programa de ação ou até os resultados obtidos por um programa. (FERNANDEZ apud SCHMIDT, 2008, p. 231).

Atividades governamentais, decisões que utilizam de estratégias, programas e projetos que possuem como a base de seu trabalho a cidade diz respeito a políticas públicas com o intuito de melhorias para o bem-estar da população local. No entanto, todos estes antes de se tornarem políticas públicas passam por um longo processo, não diferentemente da Lei Seca antes de ser implementada.

Deste modo, tudo que for declarado pelos representantes em relação à política pública discutida, deverá permanecer sempre a *accountability*, ou seja, a transparência ou responsabilidade social. Pois, de um modo geral, o Estado está por favorecer tudo que for público, com participação direta ou indireta de uma instituição privada.

Para Lamounier (1997), *accountability* diz respeito à sensibilidade das autoridades públicas em relação ao que os cidadãos pensam, à existência de mecanismos institucionais efetivos, que permitam chamá-los à fala, quando não cumprirem suas responsabilidades básicas.

Por conseguinte, Bucci (2001, p. 2.) apresenta a seguinte percepção: “políticas públicas funcionam como instrumentos de aglutinação de interesses em torno de

objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses e funcionam como instrumento de planejamento, racionalização e participação popular". A partir disto, é perceptível o quanto as políticas públicas são importantes, pois estas apresentam como intuito solucionar ou auxiliar sobre certas questões que são de interesse da população, proporcionando assim maior segurança, como foi o caso dos acidentes que ocorriam pelo condutor estar sob efeito de álcool. Ou seja, antes da existência da Lei Seca havia o Código de Trânsito Brasileiro do ano de 1977, que já se preocupava com a alcoolização antes de dirigir. Mas, ainda se era tolerada a ingestão, sendo observado que continuava preocupante a relação existente entre bebidas alcoólicas e a direção. Devido a tudo isso foi-se ansiado por uma atitude ou método que pudesse de alguma maneira solucionar estes transtornos. Portanto, as políticas públicas são de grande relevância, pois visam assegurar os direitos de cidadania, sendo assim muito valoroso na implementação de justiça social. Esta consiste no compromisso que o Estado e as instituições não governamentais apresentam em alcançar mecanismos para equiponderar as desigualdades sociais e garantir a efetividade da norma constitucional e infraconstitucional, sobre os direitos e garantias fundamentais do direito social.

Direcionando a visão para a seção política, antes de a Lei Seca ser implementada, houve tanto resistências como também contribuições, pelo simples fato de se ter pessoas contra e a favor desta medida. Exemplo de resistência foram os fabricantes e comerciantes de bebidas alcoólicas, no entanto, o Ministério da Saúde, dos Transportes entre outros foram grandes colaboradores para a criação e o vigor desta lei acontecer.

Em 19 de Junho de 2008 foi implantada a lei nº 11.705, que trazia consigo providências mais rigorosas, obtendo desta forma nenhum tipo de liberalidade, com multa no valor de R\$ 950,00. Caso apresenta-se Concentração de Álcool no Sangue (CAS) igual ou maior 0,6 g/L de sangue ou então 0,34 ml/L de ar no bafômetro, o indivíduo seria sujeito a uma detenção de 6 meses até 3 anos.

Em 2012, por intermédio da lei nº 12.760 ocorreram mudanças, em que as penalidades e multas se tornaram mais rígidas ainda, passando a ser então de R\$ 1.915,00. Com a nova alteração aqueles que recusarem a fazer o teste poderão ser punidos, bastando apenas o agente utilizar diferentes meios para comprovar a alteração da capacidade psicomotora de maneira notória, decorrente do uso do álcool para que assim seja conseqüentemente promovida a apreensão do veículo ou o recolhimento da habilitação. Mas,

apesar da lei obter maior rigorosidade, no ano seguinte foi-se observado um aumento na quantidade de mortalidade devido a embriaguez. Acidentes de transporte terrestre ocuparam a oitava posição no ranking de causas de mortes no Brasil, em 2013 (AZEVEDO, 2016).

Em 2016 houve a lei nº 13.281 que conduziu um novo aumento na multa, uniformemente tomando-se agora R\$ 2.934,70. E, no ano de 2018 um novo parâmetro foi instalado, pois caso ocorra acidentes causados por motorista alcoolizado, resultando em feridos graves ou mortes, este poderá ser preso por um período de 5 a 8 anos conforme é previsto no artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) do ano de 1977.

A importância da Lei Seca é vasta, pois mesmo ela não sendo respeitada da forma como deveria, esta ajudou fazendo com que milhares de vidas não fossem tiradas. Sem a existência desse dispositivo legal o desrespeito seria maior, e conseqüentemente, a quantidade de mortes também.

Por mais que os fatores impostos pela lei tenham obtido efeito, principalmente pelo fato de os índices de mortes terem se tornado menores (com exceção de 2013), ainda há presente números altos em relação ao número de acidentes. Por isso, é necessário que a responsabilidade no trânsito se faça existente por prioridade as vidas dos motoristas,

passageiros, pedestres ou qualquer tipo de monumento físico que seja atingido por tal infração.

De acordo com a economista Oliveira (2018): “O maior problema do trânsito brasileiro ainda é a falta de fiscalização. A transgressão das leis afeta todas as classes sociais – e o cumprimento de regras só funciona mediante punições. É uma questão de exemplos, de cidadania. As pessoas não têm medo de morrer, mas têm medo de pagar multas.” Ou seja, observa-se que ainda não tem fiscalizações suficientes, fazendo com que muitos transgridam as leis de trânsito. No entanto, os condutores não se preocupam com o fato de que tanto possam prejudicar sua vida e também a de outras pessoas, e sim temem as multas que possam vir a receber, uma possível apreensão do veículo, suspensão do direito de dirigir por um período 12 meses se confirmado etc.

Seguindo a linha de posicionamento, o DENATRAN (2018) afirma: “Embora o número de mortes e internações decorrentes de acidentes envolvendo motoristas alcoolizados tenha caído em mais de 23% nos últimos anos, é necessária uma intensificação da fiscalização”.

Em razão da falta de conscientização encontra-se presente na contemporaneidade altos índices de acidentes. Apesar de algumas diminuições nestes números, ainda estão sendo acarretados proeminentes gastos públicos direcionados

a saúde. Sendo levado em consideração que independentemente de precisar aumentar as vistorias, é essencial que sejam realizadas de forma estratégica.

Neste caso, é preciso que haja um investimento em setores diferentes, como o da educação no trânsito, já que as sanções estão em níveis bastante intransigentes. Porém, para que sejam alcançados os resultados que mostram redução nos indicadores dos acidentes e também da mortalidade, se é preciso como um dos aspectos principais, a educação do condutor.

De forma mais abrangente, o uso exagerado do álcool é um dos fatores de risco com o maior impacto em causas como incapacidades, morbidade e mortalidade. Este, é o causador de cerca de 1,2 milhões de mortes por ano no mundo todo. São acontecimentos como estes que causam enormes prejuízos sociais e econômicos. No entanto, uma das razões que muito preocupam são os números exorbitantes da mortalidade de jovens que acabam sendo um dos mais atingidos. E, isto se dá devido ao fato destes estarem bastante expostos e propensos a riscos de acidentes fatais no trânsito.

3 METODOLOGIA

Para este presente trabalho foram realizadas pesquisas com a finalidade de serem obtidos dados referentes aos acidentes dos anos de 2007 a 2017 devido à embriaguez dos condutores de veículos, transparecendo a evolução da Lei Seca a partir dos respectivos anos após ser estabelecida. Levando em consideração que em 2007 ela não teria entrado em vigor ainda, apenas no ano seguinte, 2008.

O presente artigo trata de uma pesquisa quali-quantitativa em razão da coleta de dados numéricos, no qual a partir deste é mostrado a quantidade de acidentes por consequência do álcool, em que os resultados por meio dessa inobservância da lei causam alguns impactos.

A pesquisa também tem caráter de estudo de caso, pois o estudo foi feito de maneira específica embasada na eficácia da Lei Seca, e teve também o intuito de detalhar informações alcançadas através da análise bibliográfica que foi obtida através de artigos da área, livros, sites etc. E, se trata de um estudo transversal, pois é feito uma análise de um ponto específico em um determinado momento. Sendo assim, levado em consideração o que ocorre somente nos dez anos que foram avaliados, e não o que se deu anteriormente ou posteriormente.

Os materiais utilizados foram selecionados de acordo com as fontes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e o site Vias Seguras que possibilita o livre acesso aos dados que a própria PRF oferece, efetuando o uso destes na análise pelo método quantitativo, e em seguida executando a estatística descritiva.

Em relação às atribuições teóricas foram-se auferidas algumas destas informações das publicações: A Lei Seca, Impactos Econômicos e a Contribuição do Seguro, desenvolvida pelo Centro de Pesquisa e Economia do Seguro (CPES), e também o Relatório Estatístico de Segurança Viária II - Álcool, que se deu pela realização da Coordenação Nacional da Operação Lei Seca, Observatório Nacional de Segurança Viária e Departamento de Transportes da Universidade Federal do Paraná.

Uns dos principais autores que se encontram presentes no texto são Secchi, Lambertucci e Bucci que apresentam suas visões sobre as políticas públicas de formas diferenciadas, e também a economista Oliveira, que evidencia em sua escrita fatos sobre o trânsito brasileiro.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No quadro 1 a seguir, é possível observar que houve algumas oscilações levando em consideração todos os acidentes que acontecerem nesses 10 anos que estão sendo abordados.

Quadro – Número de acidentes de trânsito no geral.

Acidentes de 2007 à 2017	
Quantidade De Acidentes no Total	
Ano:	
2007	127.672
2008	141.043
2009	158.646
2010	183.469
2011	192.326
2012	184.565
2013	186.748
2014	169.201
2015	122.161

2016	96.362
2017	89.397

Fonte: PRF, 2018.

Notavelmente, tem-se um aumento de forma desenfreada de 2007 até o ano de 2011, e logo em seguida se tem uma queda nos números. Após isto, mesmo havendo o aumento de 2.183 acidentes em 2013, desde então, a quantidade destes só vem decrescendo, em consonância com os acidentes e mortes devido ao fator do uso do álcool na direção, somente com uma contradição sucedida no ano de 2017.

Giseli Nogueira Damacena, doutora em Epidemiologia e pesquisadora associada do Laboratório de Informação em Saúde (LIS)/ Icict, citou como casos preocupantes em sua análise diante os números da Pesquisa Nacional de Saúde 2013 (PNS), justamente sobre o consumo de álcool pela população do Brasil os seguintes:

- 24% da população do Brasil ingere a bebida alcóolica uma vez ou até mais por semana;

- 18,7 anos é a idade média da ingestão do cidadão brasileiro, sendo que nos casos dos homens tem-se a média de 17,9 anos e para as mulheres 20,6 anos;
- 13,7 dos brasileiros assume a ingestão de forma abusiva da bebida alcóolica, nos 30 dias anteriores à esta pesquisa, onde 21,6% dos homens é o devido número, e para as mulheres é referente a 6,6%;
- 5,9% do povo brasileiro, com mais de 18 anos ou igual assumem consumir de maneira abusiva o álcool em 4 dias ou até mais nos últimos 30 dias anteriores à Pesquisa Nacional de Saúde; e
- 24,3% assumiram dirigir logo ao ingerir a bebida alcóolica.

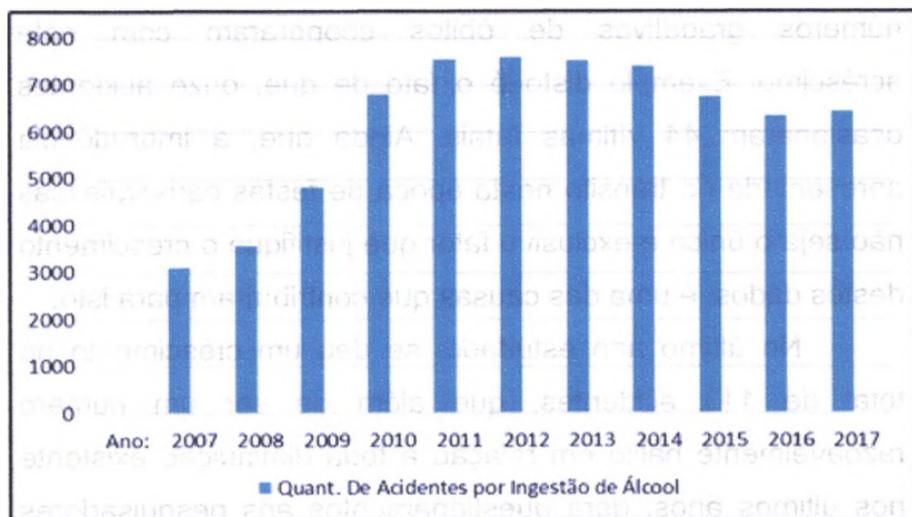
Mas, já de modo direto relacionado aos acidentes que são pertinentes a ingestão de álcool, algo diferente pode ser analisado. O reforço da lei ocorreu no ano de 2012, e a partir deste momento houve um decréscimo na quantidade dos acontecidos, trazendo consigo assim resultados positivos. Contudo, em 2017 este número elevou-se no que diz respeito a quantidade mortes ocasionando indagações, e explicitando uma provável falha.

Segundo os dados da Polícia Rodoviária Federal, devido sua campanha chamada Operação Carnaval 2017, percebe-se que neste mesmo ano de 2017, apesar do número

de acidentes ter diminuído com relação ao ano anterior, a quantidade de mortes aumentou. Ou seja, acidentes com números gradativos de óbitos cooperaram com este acréscimo. Exemplo disto é o fato de que, onze acidentes ocasionaram 44 vítimas fatais. Ainda que, a imprudência apresentada no trânsito nesta época de festas carnavalescas não seja o único e exclusivo fator que justifique o crescimento destes dados, é uma das causas que contribuíram para isto.

No último ano estudado, se deu um crescimento no total de 113 acidentes, que além de ser um número razoavelmente baixo em relação a toda diminuição existente nos últimos anos, gera questionamentos aos pesquisadores desta área. Ver gráfico 1:

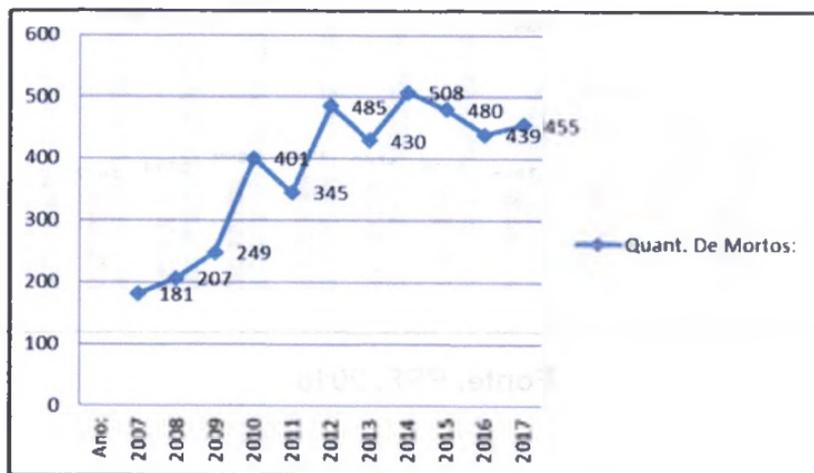
Gráfico 1 – Quantidade de acidentes por ingestão de álcool



Fonte: PRF, 2018.

Ao observar os gráficos 1 e 2 a seguir, pode-se analisar que entre os anos de 2007 até 2010 em ambos os casos houveram crescimentos expressivos. No entanto, a partir de 2011, passa a existir divergências entre estas, pois enquanto a quantidade de acidentes no primeiro gráfico apresenta uma ordem cronológica (com exceção do ano de 2017), no segundo gráfico a quantidade de mortes passa a apresentar diversas oscilações, à medida que os anos passam.

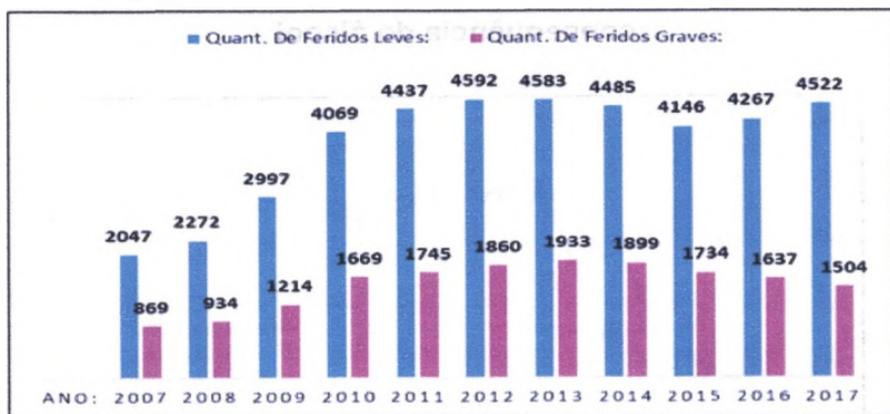
Gráfico 2 – Quantidade de óbitos no trânsito por consequência do álcool



Fonte: PRF, 2018.

De maneira semelhante ao gráfico 2, que mostra os acidentes ocorridos por razão da embriaguez, no ano de 2017 existe uma elevação nos dados direcionados aos feridos leves perante a quantidade de óbitos, que se torna maior também. No entanto, neste mesmo ano a quantidade de feridos graves diminui, existindo uma relação inversa.

Gráfico 3 – Quantidade de feridos leves e graves



Fonte: PRF, 2018.

Como resultado, foi observado determinadas oscilações, com impactos tanto positivos quanto negativos, onde se foi destacado que a Lei Seca acarretou na diminuição na quantidade de acidentes e óbitos por ingestão de álcool. Entretanto, esses dois pontos que antes haviam sido os referenciais de que a norma estava gerindo resultados, acabaram crescendo no último ano, em 2017, mostrando assim leves falhas desta, mesmo que pequenas.

Estimativas de mortes relacionadas a acidentes de trânsito e porcentagem das frações atribuídas ao álcool em acidentes de trânsito (2012) *

Países	Total de mortes resultantes de acidentes de trânsito**		Frações atribuídas ao álcool em acidentes de trânsito (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	52,5	11,3	18	5,2
Argentina	26,4	7,8	12,5	4,3
Canadá	11	4	13,8	4,8
Estados Unidos	18,6	7	12,4	4,2
China	30,5	15,6	22,2	4,4
Portugal	17,2	4,8	19,9	7,3
Itália	13	2,8	3,9	1,5
Espanha	7,8	1,8	17	6,7
Alemanha	7,8	2,3	12,4	4,9

*Adaptado de OMS, 2014.

**Por 100.000 habitantes.

Segundo o Relatório Global sobre Álcool e Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 15% das mortes que ocorrem em acidentes de trânsito no mundo foram conferidas ao álcool no ano de 2012. Como pode-se observar na tabela acima, é estimado que 18% e 5,2% destes acidentes entre homens e mulheres, nesta ordem, no Brasil foram ocasionados pelo consumo do álcool.

Constata-se também, que tanto em relação ao total de mortes quanto a respeito da porcentagem de acidentes, o

Brasil está entre os países apresentados na tabela com os maiores resultados. E, os números explicitam uma maior proporção em relação aos homens, o que não significa dizer que o total de incidentes que envolvem mulheres ficou para trás. Pois, ambos os casos estão com taxas relativamente altas.

Nos dias atuais algo bastante preocupante é a combinação existente entre álcool e direção (principalmente entre os jovens) que são mais propensos a riscos de acidentes do que outras pessoas com idades diferentes. Segundo uma pesquisa realizada pelo Observatório Nacional de Segurança Viária aponta que jovens do sexo masculino, com idades de 18 a 25 anos, compuseram mais de 28% das vítimas fatais nos acidentes decorridos no ano de 2013.

De acordo com I Levantamento Nacional sobre o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas entre Universitários dentre as 27 capitais do Brasil, a bebida alcoólica é o elemento mais usado mediante os universitários brasileiros, com cerca de 90% tendo relatado o consumo durante a vida. De maneira específica, comparando ao fato de beber e logo após se encontrar no volante demonstrou-se que no ano antecedente a pesquisa:

- 18% dos alunos disseram que dirigiram alcoolizados;

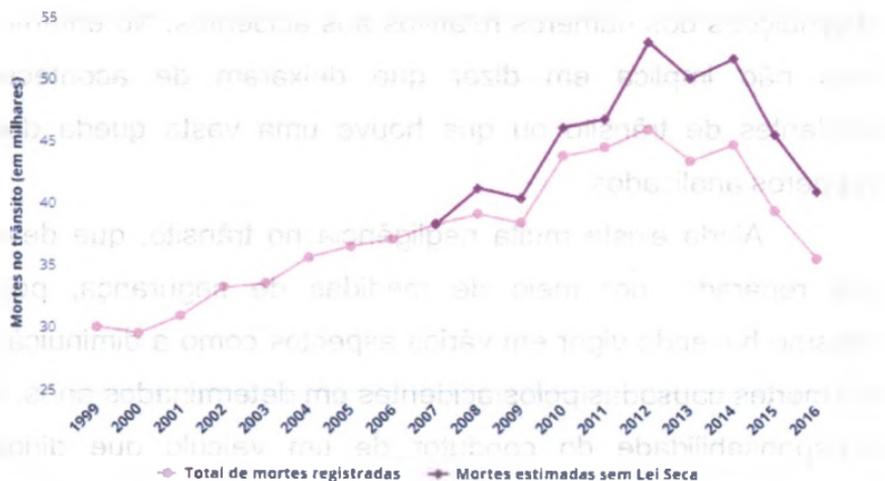
- 12% contaram que puseram as mãos no volante depois de ter bebido uma quantidade maior do que 5 doses para os homens e 4 doses para as mulheres, em um espaço de tempo de 2 horas;
- Quase 30% dos estudantes declararam já ter andado com um motorista alcoolizado;
- Desses 30%, 16% já pegou carona com o "motorista da vez";
- O perigo de pegar carona com um motorista nestas condições foi 4 vezes maior entre universitários que consumiram até 2 doses de álcool relacionado aos abstêmios;
- O perigo de direcionar um automóvel bêbado foi 4 vezes maior entre os que ingeriram 3 a 4 doses de bebida alcoólica quando se foi comparado aos que haviam ingerido apenas 1 dose;
- Pessoas que tomaram 5 ou mais que cinco doses se encontravam 4,5 vezes mais favoráveis a se envolver em acidente de trânsito; e
- Quanto maior a quantidade de doses ingeridas, mais chances de atrair-se em comportamentos de perigo no trânsito (dirigir veículos sem a utilização do cinto de segurança, rápido demais ou até mesmo causar discussões).

A partir dos dados apresentados anteriormente é constatado que há um risco maior entre os jovens em se envolverem em acidentes fatais, pois uma quantidade considerável destes após consumir bebidas alcóolicas dirigem sem as menores condições. Ou, como em muitos os casos acontecem, apesar de que o indivíduo não esteja a dirigir alcoolizado, aceita carona de alguma pessoa embriagada.

Devido a inserção dos jovens de forma precoce na maioria das vezes na utilização do álcool, são estabelecidas muitas campanhas educativas que conseqüentemente estão a causar mudanças na postura dos condutores, e por conseguinte acarretando em diminuições nos números destas causas de mortes não naturais evitáveis. No entanto, ainda existem diversos pontos que auxiliaram no decréscimo dos dados estudados. Exemplo disto é a própria Lei Seca e seus reforços com o decorrer dos anos, que juntamente com outras medidas vem conscientizando muitas pessoas para não aceitar que estas situações aconteçam. Contudo, apesar de apresentar-se muitas intransigências no trânsito, com a criação da Lei Seca no ano de 2008 e com o reforço dela no ano de 2012, foram evitadas que muitas vidas fossem a óbito, como apresenta o gráfico 4 a seguir.

Gráfico 4 – Estimativa de mortes evitadas pela Lei Seca

Estudo da Escola Nacional de Seguros calcula 41 mil vidas salvas entre 2008 e 2016



Fonte: DataSus, CPES, 2018.

Um estudo realizado pela Escola Nacional de Seguros apresentou uma estimativa onde afirma que a partir das ações concebidas pela Lei Seca, foi possível evitar a morte de em torno de 41 mil vidas entre 2008 e 2016 no Brasil.

5 CONCLUSÃO

Depois de feito um aparato geral sobre os estudos realizados, conclui-se que a Lei Seca após sua implementação obteve resultados positivos como pode ser

observado de acordo com os dados estudados, e que a cada momento que há um novo reforço da lei, mais são acarretadas diminuições dos números relativos aos acidentes. No entanto, isso não implica em dizer que deixaram de acontecer acidentes de trânsito ou que houve uma vasta queda dos números analisados.

Ainda existe muita negligência no trânsito, que deve ser reparada, por meio de medidas de segurança, pois mesmo havendo vigor em vários aspectos como a diminuição de mortes causadas pelos acidentes em determinados anos, a irresponsabilidade do condutor de um veículo que dirige embriagado ainda prevalece, podendo destruir bens patrimoniais, econômicos ou sociais.

No Brasil não se sucedeu apenas uma atualização de sua legislação, mas também a ampliação de medidas fiscalizadoras e educativas. Diversas campanhas foram postas em prática, sejam estas na mídia, empresas, escolas etc., com o intuito de conscientizar o motorista a não combinar o álcool com a direção, e estas propagações juntamente com outras medidas tomadas ajudaram de maneira significativa.

Porém, para alguns infratores ainda se tem a sensação de impunidade, na qual essas soluções não são o suficiente. Assim, para que casos a parte como estes não sejam passados despercebidos, então vale ressaltar que é

necessária uma fortificação nas fiscalizações e que sejam realizadas frequentemente, pois, apesar de numerosas medidas serem tomadas os índices apresentam-se ainda elevados.

Ao dirigir sob o efeito da bebida alcoólica pode-se provocar inúmeras mortes e também prejuízos em todo o mundo, como foi observado neste caso no Brasil. Estas medidas citadas anteriormente procuram diminuir as consequências nocivas da utilização da bebida, onde a atenuação de 10% até o ano de 2025 representa uma meta definida pela OMS.

Devido a estes tipos de tragédias, danos são causados. Estes podem ser economicamente, pelo custo de hospitalização, congestionamentos, as despesas de primeiros socorros, polícia, entre diversos outros motivos. Como também ambiental e principalmente o familiar que em ambos os casos não se tem como reparar. Assim, há através de tantas autuações prejuízos a sociedade, onde não importa qual classe social esteja inserida a pessoa, todos iram arcar mesmo que de forma implícita com estes custos, sejam eles monetários ou sentimentais. E, por esse motivo é necessário mostrar a sociedade o quão importante é a Lei Seca para a vida dos cidadãos e para a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ACIDENTES. **Polícia Rodoviária Federal (PRF)**. Disponível em: <<https://www.prf.gov.br/portal/dados-abertos/acidentes/acidentes>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

ÁLCOOL e Trânsito. **CISA (Centro de Informações Sobre Saúde e Álcool)**. Disponível em: <<http://www.cisa.org.br/artigo/4692/alcool-transito.php>>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

BENJAMIN Tabatha. Lei seca: Em 10 anos, mortes no trânsito caem 14%, mas fiscalização precisa melhorar. **Auto Esporte**, 20 de junho de 2018. Disponível em: <<https://revistaautoesporte.globo.com/Noticias/noticia/2018/06/lei-seca-em-10-anos-mortes-no-transito-caem-14-mas-fiscalizacao-precisa-melhorar.html>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**, Brasília, DF, maio de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

CAMPESTRINI Renato. A importância da lei seca para preservar vidas no trânsito. **Observatório**, 23 de junho de 2018. Disponível em: <<http://www.onsv.org.br/a-importancia-da-lei-seca/>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

FONSECA, Gustavo. **Os 6 principais fatores de risco no trânsito e suas penalidades**, 2019. Disponível em: <https://doutormultas.com.br/fatores-risco-transito-penalidades/?v=1&utm_expid=.Oriz14LGQWGeOFRwrTrObg.1&utm_referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F> Acesso em: 15 de setembro de 2019.

IMPLEMENTAÇÃO e políticas públicas: Lei 11.705, apelidada de "lei seca". **Administradores**, 2014. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/implementacao-e-politicas-publicas-lei-11-705-apelidada-de-lei-seca/78289/>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

LEI nº 11.705 de 19/06/2008: A “lei seca”. **Por Vias Seguras.**

Disponível em:

<http://www.viasseguras.com/comportamentos/acoes_contra_o_alcool/lei_11_705_proibicao_do_alcool>. Acesso em: 15 de dezembro de 2018.

MEDEIROS, Alexsandro. **Políticas Públicas**, 2013. Disponível em:

<<https://www.sabedoriapolitica.com.br/ciencia-politica/politicas-publicas/>>. Acesso em: 14 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, Mailson Rodrigues. **O que é justiça social?** 2017.

Disponível em: <<https://www.politize.com.br/justica-social-o-que-e/>>.

Acesso em: 14 de setembro de 2019.

POLÍTICAS Públicas: O que são e para que existem? **Politize**,

2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/politicas-publicas-o-que-sao/>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

PORTAL de serviços. **Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)**. Disponível em:

<<https://portalservicos.denatran.serpro.gov.br/#/>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

PORTELA, Graça. **Álcool e Trânsito**: pesquisadora analisa o consumo de bebida entre os motoristas, 2017. Disponível em:

<<https://portal.fiocruz.br/noticia/alcool-e-transito-pesquisadora-analisa-o-consumo-de-bebida-entre-motoristas>>. Acesso em: 14 de setembro de 2019>.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. **Jovens**: As principais vítimas do trânsito, [201-]. Disponível em:

<<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/jovens-transito.htm>>. Acesso em: 13 de setembro de 2019>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

SARAIVA Gustavo. Lei seca: A sua importância no Brasil.

Jus.com.br, junho de 2018. Disponível em:

<<https://jus.com.br/artigos/67199/lei-seca-a-sua-importancia-no-brasil>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, e casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Disponível em:

<https://issuu.com/cengagebrasil/docs/politicas_publicas_2ed>.

Acesso em: 14 de setembro de 2019.

CONTROLE INTERNO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: UM ESTUDO MULTICASOS NO CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO

**SAMUEL HERCULANO DA SILVA
MAURICÉIA CARVALHO NASCIMENTO
WILTON ALEXANDRE DE MELO**

1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública é entendida como toda a estruturação do Estado pré-ordenado à realização das atividades públicas. Doutro modo, “é o conjunto de agentes, pessoas físicas e jurídicas, incumbidos legalmente de gerir o patrimônio público, na intenção de atender às necessidades da coletividade e promover o bem-estar de todos” (KOHAMA, 2008, p.9).

Para tanto, faz uso do controle por parte dos Poderes Legislativo e Judiciário, além do controle que ela mesma exerce sobre suas ações. A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu Art. 59 determina que o Poder Legislativo, diretamente ou com auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de

controle interno de cada Poder e do ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas materializadas na respectiva Lei Complementar (BRASIL, 2000).

Com isso, percebe-se que existem dois controles que se complementam no gerenciamento da gestão pública, sendo eles, o Controle Interno e o controle externo.

O primeiro é aquele realizado dentro do órgão ou instituição pública, e o segundo, é aquele realizado externamente no campo da administração. O Controle Externo é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, dentro de suas competências (BRASIL, 1988).

De acordo com a Cartilha do Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (2016), o controle Interno engloba a estrutura organizacional da Administração, possuindo a atribuição de observar a realização das ações e indicar, de maneira sugestiva ou corretiva, os atos a serem realizados. Já o Controle Externo, destaca-se por ser realizado por órgão independente da Administração, incumbindo-lhe os direitos expostos pela Constituição Federal de 1988.

O Controle Interno é todo mecanismo usado pela administração para garantir o controle dos seus atos, a fim de guiá-los para alcançar a eficiência na execução orçamentária, realizando de maneira correta e eficiente a utilização dos

recursos públicos para a consecução de suas atividades (LIMA, 2014). Portanto, o controle interno possibilita que o orçamento seja executado de forma eficiente e com economicidade, transformando-se em um poderoso instrumento de gestão. Existem muitos desafios na administração pública, fazendo com que se busque cada vez mais, maneiras e soluções para administrar os recursos públicos (bens que compõem o patrimônio de um órgão público) e, simultaneamente, oferecer bens e serviços de qualidade à população.

Diante do exposto, pode-se inferir que o Controle Interno é uma ferramenta de gestão importante no contexto de acompanhamento das atividades e serviços públicos, uma vez que possibilita uma maior confiabilidade na geração das informações, permite uma maior facilidade na detecção de erros, fraudes e desvio de finalidade.

Segundo Lima (2014) o Controle Interno é um grande instrumento utilizado pela Administração Pública, garantindo que os atos praticados sejam fiscalizados, bem como tem como finalidade orientar a Administração Pública a atingir a eficiência na execução orçamentária, fazendo com que o dinheiro público seja executado de maneira eficiente e íntegra, tornando assim, um potente instrumento de gestão.

Diante do exposto, este estudo possui como objetivo geral identificar como as prefeituras do Cariri Ocidental paraibano utilizam o controle interno como ferramenta de apoio ao processo de gerenciamento dos recursos públicos. E como objetivos específicos: buscou identificar se as prefeituras possuem Controle Interno estruturado; conhecer as funções desempenhadas pelo Controle Interno; e apontar se as informações são utilizadas para o gerenciamento dos recursos públicos das organizações públicas.

Vale salientar que o foco desse estudo é o controle interno que atua na linha na primeira linha, ou seja, na gestão operacional e controles internos administrativos. As linhas de atuação do controle interno são de primeira, segunda e terceira linha. O controle da gerência encontra-se na primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos. Na segunda linha contempla as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecidas pela gerência; e a terceira com a função da avaliação independente. (IIA, 2013).

Com relação aos procedimentos metodológicos, caracterizou-se como um estudo multicasos de natureza qualitativa. Alves e Mazzotti (2006, p. 640) definem estudos de casos múltiplos como “vários estudos conduzidos simultaneamente: vários indivíduos ou várias instituições”.

No tocante a coleta de dados, optou-se pela utilização de questionário. O questionário foi aplicado em 3 (três) prefeituras do Cariri Ocidental paraibano, mais precisamente nos municípios de Monteiro, Sumé e Serra Branca. A escolha se deu pelo fato de serem as maiores cidades (no quesito população) da região segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela acessibilidade dos pesquisadores a essas prefeituras. Os dados foram coletados no primeiro semestre do ano de 2018.

A questão norteadora da pesquisa buscou conhecer **como as prefeituras do Cariri Ocidental paraibano utilizam o controle interno como ferramenta de apoio ao processo de gerenciamento dos recursos públicos?**

O artigo está estruturado da seguinte forma, introdução; contextualização da administração e controle interno na gestão pública; apresentação e análise dos dados; e considerações finais.

2 ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE INTERNO NA GESTÃO PÚBLICA

Meirelles (2005) define Administração Pública, como sendo em sentido formal, um agrupamento de órgãos

definidos para êxitos dos objetivos do governo. Já no sentido material, a mesma é definida como o conjunto das atribuições precisas aos serviços públicos globais. No sentido operacional, é entendida como uma ação ilimitada e sistemática, legal e técnica, dos próprios serviços do Estado ou por ele obtidos em benefício da sociedade.

Por sua vez, Bresser (1995, p. 8), se refere ao aparelho estatal como sendo “o conjunto formado por um governo e seus agentes administrativos, regulado por um ordenamento jurídico”, que consiste no “conjunto das normas, leis e funções existentes para organizar a administração do Estado em todas as suas instâncias e tem como principal objetivo o interesse público”. Com outras palavras, o aparelho estatal é entendido como o conjunto de normas que regulam e direcionam a administração pública na perseguição do interesse coletivo.

No esforço de assegurar a probidade e a transparência na gestão do bem público, a CF/88, em seu Art. 37, diz que a Administração Pública deve atuar, onde estão consagrados os princípios constitucionais essenciais, princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, buscando desta forma cumprir a boa gestão dos bens públicos. O quadro 01 apresenta de forma mais detalhada os cinco princípios.

Quadro 01: Princípios da Administração Pública

Princípios	Descrição
Legalidade	A base onde o gestor público está submetido aos fundamentos da lei, e às determinações da coletividade. Deles não se pode retirar, ou, evitar, sob pena de realização nula e responsabilidade disciplinar, civil e criminal, de acordo com o ato.
Impessoalidade	Voltado para a finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato ligado ao seu fim legal. Este é unicamente aquele que a norma de direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal.
Moralidade	O gestor público no desempenho de suas funções deve observar em sua conduta a moralidade, procurando o cumprimento de preceitos éticos, lisura, e de regras que proporcionem a boa administração Pública.
Impessoalidade	É a publicação legal dos atos administrativos da Administração para o conhecimento do público. O artigo 5º, inciso XXXIII, "Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou coletivo, que serão prestadas no prazo da lei, exceto aquelas cujo sigilo seja vital à segurança da sociedade e do Estado".
Eficiência	A eficiência é entendida no que se refere amaneira de ação do gestor público, cujo se espera a maior performance possível de suas ações e direitos, para alcançar os melhores resultados. Ainda, como o objetivo de obtenção de resultados na prestação do

	serviço público, ou seja, este princípio busca garantir a eficiência no planejamento, gerenciamento e execução dos recursos públicos.
--	---

Fonte: Meirelles (2005, p. 81 e 87); Marinela, (2005); (BRASIL, Constituição, 1988, p.10); Di Pietro (2002, p.102).

O Controle Interno desempenha um papel muito importante na administração, principalmente, pela orientação e vigilância em relação às ações dos administradores, tendo em vista, propiciar a eficiente arrecadação das receitas e uso correto dos recursos públicos, portanto, uma eficaz ferramenta no combate ao erro e à fraude. Todavia, é imprescindível ser regulado em um sistema de informação e avaliação que o torne capaz de dificultar as irregularidades e alcançar os objetivos de preservar o interesse público, assim como avaliar a ação governamental no que diz respeito ao cumprimento de metas e execução dos orçamentos (CASTRO; CARVALHO, 2016).

Diante disso, Rocha (2001, p.125) diz que o "Controle Interno é todo controle realizado pela entidade ou órgão responsável pela atividade controlada, no âmbito da própria Administração". Ou seja, o controle interno é o controle dos processos e das ações praticadas pela administração pública.

Segundo Gauer (2017, p. 6), existem três tipos de Controle Interno:

[...] Controle Prévio: é o processo destinado a assegurar que as ações sejam executadas de acordo com o planejado visando a atingir objetivos pré-determinados. Controle Concomitante: é o processo que significa influenciar um comportamento de modo a obter um resultado desejado. Controle Posterior: é a fase em que se verifica também a avaliação e a apuração dos resultados da gestão.

As três formas de controle, prévio, concomitante e posterior, possibilitam diferentes tipos de controle, monitoramento e avaliação dos processos da gestão. As finalidades do Controle Interno são expostas na Constituição Federal no art. 74 (1988, p. 66) como:

[...] Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

A CF (88) elenca a finalidade a ser observada pelo controle interno nos diferentes poderes, legislativo, executivo e judiciário. Ambos, com suas linhas de atuação definidas, direcionadas para o acompanhamento do cumprimento das metas, comprovação da legalidade, avaliação dos resultados, controle das operações, e suporte para o controle externo.

Os objetivos específicos do controle devem ser identificados ou desenvolvidos para cada atividade da organização, bem como apropriados, abrangentes, razoáveis e integrados aos seus objetivos gerais, que são: “salvaguardar os interesses da entidade, precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais, estimular à eficiência operacional; e a aderência às políticas existentes” (BORDIN; SARAIVA, 2005, p. 5). Verifica-se que os objetivos do controle são alinhados para as diferentes atividades da entidade, na medida em que possibilita uma maior confiabilidade na geração das informações e na eficiência dos processos.

De acordo com Silva (2004), há três tipos de estruturas do órgão de controle: a centralizada (acontece quando somente um órgão realiza o controle de todos os

órgãos) descentralizada (decorre no momento em que cada setor possui um órgão que desempenha o Controle Interno) e integrada (composto pelas duas estruturas, sendo uma centralizada e outra descentralizada, uma vez que o argumento é que se tenha um órgão central de controle com unidades descentralizadas em cada órgão).

O Controle Interno não atua visando controlar o administrador público, nem tampouco proibir sua atuação, este, atua como ferramenta preventiva que subsidia o administrador público no processo decisório pautado nas informações disponibilizadas. Pois, quanto mais eficiente for o controle, maiores serão os benefícios por este gerado, uma vez que haverá uma predisposição de controlar e planejar as ações que permeiam o interesse público, bem como as correções e ajustes poderão ser realizadas em tempo tempestivo.

Na perspectiva do controle interno do âmbito municipal, Castro e Carvalho (2016) definem o Controle Interno Municipal como uma instituição com gestão emancipada, encarregado de avaliar cotidianamente as ações do administrador. Suas atribuições básicas são:

- Analisar o cumprimento dos orçamentos da Administração Direta e Indireta do Município;

- Vistoriar a elaboração e classificar o andamento dos planos de governo;
- Investigar a realização dos objetivos mencionados no plano plurianual;
- Legitimar a juridicidade e examinar os efeitos, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas instituições da administração municipal.

Já de acordo com Vale (2004), as atribuições gerais do controle interno de verificação dos atos da administração municipal, decorrem-se, no que lhe diz respeito, nos deveres relativos a seguir:

- Atuar, em união com outras áreas envolvidas, da implantação do sistema de controle de execução setorial.
- Controlar as atividades elaboradas pelo sistema do controle de execução setorial, com o envio de relatórios que acomodem sugestões de reparação das atividades que tenham sido analisadas.
- Funcionar como elemento de conexão entre a administração municipal e os órgãos de controle externo.
- Auxiliar outros setores da administração municipal no cumprimento das atribuições funcionais.

E por fim, Gama (2016) diz que as atribuições do Controle Interno são:

- Estabelecer o uso de ações corretivas quando apurar erros nos editais de licitação (art. 113, § 2º, Lei 8.666/93);

- Supervisionar a validade das ações de realização orçamentária prévia, simultânea e subsequente. (art. 113, §2º, art. 116, § 1º e §3º, I, Lei 8.666/93, art. 77, Lei 4.320/64);
- Vistoriar a execução das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 59 da LRF).

Entende-se que o controle pode atuar de forma centralizada, descentralizada, de forma previa, ou, posterior, observando os princípios da administração pública e demais dispositivos normativos que regulam a atuação nos diferentes poderes (legislativo, executivo, e judiciário). Seus objetivos são definidos a partir da atividade a qual se pretende controlar. E sua execução possibilita uma maior efetividade nos processos, nos atos praticados, no gerenciamento dos recursos, e na geração das informações da organização pública.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A seguir são apresentados de forma detalhada o perfil das três organizações públicas, Monteiro, Sumé e Serra Branca objeto desse estudo; o perfil dos controladores (servidores); e as informações gerais do controle interno.

3.1 PERFIL DAS INSTRUIÇÕES PESQUISADAS

Para melhor entendimento a análise dos dados foram desmembradas em partes. A primeira parte do questionário buscou identificar o perfil das instituições (prefeituras) pesquisadas, a saber, Monteiro, Sumé e Serra Branca.

Quando questionados sobre se o controle interno da prefeitura foi criado através de lei, foi possível observar que apenas nas prefeituras de Monteiro e Sumé o Controle Interno é regido por lei (Monteiro lei nº 1.639 de 08 de agosto de 2011 e Sumé lei nº 1.176 de 10 de dezembro de 2015), ou seja, o controle é integrado.

Por sua vez a prefeitura de Serra Branca não possui um Controle Interno regido por lei, o controle é descentralizado, realizado por algumas secretarias, como por exemplo, a de administração e finanças. Segundo o respondente, o motivo da prefeitura não possuir um controle centralizado, se dá devido à limitação de recursos para pagamento de pessoal técnico, apesar do setor jurídico está elaborando uma lei para enviar ao poder legislativo para implantar o Sistema de Controle Interno. E sinalizou com previsão de implementação o segundo semestre de 2018.

É importante mencionar que foi realizado contato através do telefone no mês de Novembro de 2019 com o setor responsável da prefeitura e confirmou-se que não ocorreu a

criação da lei para regulamentação a implantação do sistema de controle interno do município, ou seja, não ocorreu nenhum avanço e mantém-se o cenário identificado no ano de 2018.

Quando questionados sobre quando foi implantado o controle interno, identificou-se que a prefeitura de Monteiro implantou no mesmo dia em que a lei entrou em vigor. Verifica-se eficiência na implantação do sistema de controle, marcada pela celeridade da execução prática da lei.

No que se refere ao número de pessoas que compõem o quadro do controle interno, os respondentes responderam que 2 funcionários compõem o quadro. E no tocante a estrutura física e administrativa, os mesmos responderam que possuem sala própria e equipamentos adequados (mesas, cadeiras e computadores), já quanto à estrutura administrativa do poder executivo é vinculado diretamente ao prefeito.

A prefeitura de Sumé implantou o Controle Interno em 1 de junho de 2017, ou seja, um ano e seis meses depois da criação da lei, segundo o controlador, o motivo do retardamento da implantação foi por falta de pessoal qualificado. Apenas o controlador compõe o quadro do controle interno, e a estrutura administrativa é vinculada a secretária de administração.

No que se refere ao questionamento acerca da estrutura, o mesmo respondeu que é centralizada. Destaca-se

que a região do cariri ocidental dispõe de dois cursos superiores um em contabilidade e outro em gestão pública, formando profissionais com qualificação técnica para assumir as atividades de controlador o que pode gerar questionamentos sobre outros motivos que possam estar impedindo ou retardando a criação dos respectivos órgãos de controle.

A prefeitura de Serra Branca, apesar do controle não ser centralizado e nem regulado por nenhuma lei, exerce o mesmo em algumas áreas vinculada a secretária de administração, finanças, departamento de recursos humanos, tesouraria, setor de compras, setor de pagamentos, recebimentos, contabilidade e arrecadação de tributos.

A estrutura administrativa é vinculada a secretária de administração, já a estrutura é desconcentrada, com núcleos de controle específicos. Vale salientar que, a atividade integrada com Secretários e Gestores favorece a troca de informações antes da implementação de alguma demanda.

Outra característica, em Serra Branca, é que o Controle Interno atua em ambientes integrados com o departamento de Contabilidade, tesouraria, compras e licitações, permitindo assim, um apoio sem nenhum tipo de limitação do método aplicado nesses Departamentos.

3.2 CARACTERIZAÇÃO (PERFIL) DOS CONTROLES INTERNOS

A segunda parte do questionário buscou conhecer a caracterização (perfil) do Controle Interno. Quanto ao perfil dos respondentes, foi perguntado o sexo dos respondentes, e constatou-se que dois são do sexo masculino (Monteiro e Sumé) e uma do sexo feminino (Serra Branca).

Foi perguntado sobre o nível de formação, e constatou-se que todos possuem Ensino Superior Completo. O controlador de Monteiro e de Serra Branca são graduados em Ciências Contábeis, já o controlador de Sumé é graduado em Administração. Quanto a natureza do cargo, todos os respondentes são de cargo comissionado, com até 5 anos de atuação no controle interno.

Os respondentes foram indagados sobre quais são áreas que o controle interno atua, obteve-se como resposta a atuação na tesouraria (verificação de pagamentos, receitas, e etc.), na Contabilidade (verificação de balancetes, empenhos, etc.) e na área de licitação e contratos (análise ou parecer em processos licitatórios, análise de contratos, etc.). Como foi visto o Controle Interno atua, em união com outras áreas envolvidas e auxiliar outros setores da administração municipal no cumprimento das atribuições funcionais.

3.3 INFORMAÇÕES GERAIS E FUNCIONAMENTO DO CONTROLE INTERNO

A terceira parte do questionário procurou conhecer as informações gerais do Controle Interno e sobre seu funcionamento. Tendo em vista que o Controle Interno tem a função de acompanhar a execução dos atos e apontar de forma sugestiva ou preventiva as ações a serem desempenhadas, os controladores internos foram questionados sobre como se dá o acompanhamento ou controle dos recursos próprios, de transferências legais e de convênios.

O Controlador da prefeitura de Sumé, respondeu que o acompanhamento é realizado através da análise de documentos e de acompanhamento através de *Softwares*. Já o controlador da prefeitura de Serra Branca respondeu que o acompanhamento é realizado diariamente pela secretária de administração e finanças, na pessoa da subsecretária, e por fim, o controlador da Prefeitura de Monteiro, respondeu que o acompanhamento se dá por meio de conferência de relatórios. Na sequência, foi questionado sobre como se dá a operacionalidade do Controle Interno e do resultado do trabalho e das informações geradas para subsidio a tomada

de decisão. Os controladores da prefeitura de Sumé e de Monteiro, afirmaram que depois das análises dos dados são gerados relatórios que são encaminhados para o gestor e secretários municipais. Por sua vez, o controlador da prefeitura de Serra Branca disse que o acompanhamento das informações é realizado pelo secretário de Administração e é com base nessas informações que são tomadas as decisões.

Sabendo-se que o Controle Interno é uma poderosa ferramenta para a gestão, e que proporciona uma maior segurança nas informações, uma maior agilidade nas consultas e, sobretudo, maiores possibilidades de detecção de possíveis erros e fraudes, os respondentes foram questionados sobre quais informações são mais utilizadas ou demandadas para o gerenciamento dos recursos das atividades.

Segundo o controlador da prefeitura de Sumé as informações sobre convênios e análise dos recursos disponíveis são mais utilizadas. O controlador de Serra Branca, respondeu que as informações mais utilizadas são as de receitas e de despesas (compras e contratação de serviços), seguidamente o controlador interno do município de Monteiro respondeu que são as informações sobre os balancetes, empenhos, as guias de receitas e processos.

Ainda, foi solicitado que os controladores opinassem sobre os principais desafios que o controle interno enfrenta para sua consolidação e exercício de suas atribuições e geração de informações úteis para o processo decisório.

O controlador de Sumé afirmou que depende muito da importância que o gestor dá ao controle interno, e que grande parte dos municípios circunvizinhos não possui. Já o controlador de Monteiro disse que uma das dificuldades é o lapso temporal para a consolidação. E por fim a responsável pelo controle interno de Serra Branca, afirmou que o maior desafio é a falta de recursos para adquirir um sistema de informática adequado, como também a contratação de pessoal qualificado para exercer tal função.

Por fim, constatou-se que nenhuma das três prefeituras analisadas fazem uso de suas atribuições em sua totalidade, em outras palavras, os controladores não analisam se os objetos do plano plurianual estão sendo executados, se atuam como apoio aos órgãos de controle externos.

Essas limitações possivelmente se dão pelo pouco tempo de constituição desses controles que precisam ser melhorados e aperfeiçoados. Para que possibilitem em sua amplitude as ações de monitoramento e prevenção dos riscos inerente aos processos da entidade. E corroborem para a geração de informações úteis para o gerenciamento dos

recursos públicos e auxiliie na otimização da tomada de decisões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados, foi possível verificar que o Controle Interno vem sendo utilizado parcialmente como ferramenta de gestão pelas três prefeituras analisadas, através de acompanhamento, verificações e conferências. É necessário que não apenas os administradores, mas todos que atuam na administração pública vejam o Controle Interno como um instrumento apto para ajudar a administração a aprimorar o desempenho da instituição.

Apenas, nas prefeituras de Monteiro e Sumé, o controle interno é integrado e regido por lei. No município de Monteiro foi implantado no mesmo dia em que a lei entrou em vigor, já na prefeitura de Sumé, a lei foi criada no ano de 2015, apesar do controle interno só ter sido implantado quase dois anos depois. O motivo alegado foi ausência de profissional qualificado para exercer tal função. Apesar de a região ofertar cursos superiores em universidades públicas (Universidade Estadual da Paraíba e Universidade Federal de Campina Grande) na área de contabilidade e curso superior

em tecnologia da gestão pública. A prefeitura de Serra Branca, não possui Controle Interno Integrado, o seu controle é descentralizado, ou seja, é realizado junto com a secretaria de administração e finanças.

As funções desempenhadas pelo Controle Interno são de acompanhamento através de *Software*, análises e conferências de relatórios, com a finalidade de subsidiar o gestor e secretários, haja vista que estas informações são direcionadas para estes.

No tocante as informações que são mais utilizadas para o gerenciamento e controle da atividade pública identificaram-se que são informações sobre convênios, análise dos recursos disponíveis, informações sobre receitas e despesas, balancetes, empenhos, guias de receita e processo.

Diante do exposto, considera-se que os resultados tenham colaborado para conscientizar sobre a importância e a necessidade do Controle Interno nas instituições, apesar destas não fazerem uso em sua capacidade máxima de atribuições do controle interno municipal. Faz-se necessário a consolidação e o melhoramento das ferramentas já utilizadas, para que de fato a prevenção, controle de possíveis atos de erros e fraudes sejam reduzidas e assim, garantam a transparência e zelo pela execução dos recursos públicos.

REFERÊNCIAS

ALVES; MAZZOTTI, A. J; GEWANDZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa.** São Paulo: Pioneira, 1998.

ADMINISTRATIVO. Lei de Licitações e Contratos. Lei nº. 8.666/93.

BORDIN, P.; SARAIVA, C. J. **O Controle Interno como ferramenta fundamental para a fidedignidade das informações contábeis.** Revista Eletrônica de Contabilidade, p.5, Santa Maria – RS, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.1998.

BRASIL. **Lei De Direito Financeiro.** Lei nº. 4.320/64. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. /Acesso em 04.04.2018.

BRASIL. **Lei De Responsabilidade Fiscal.**Lei nº. 101/2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.Acesso em: 18.02.2016

BRESSER PEREIRA, L. C. **Aparelho do Estado e Sociedade Civil.** Brasília: ENAP, 1995.

CASTRO; CARVALHO, Evelyn Freire. **Guia Prático de Controle Interno na Administração Pública.** p.06. 2016.

CRISÓSTOMO, Vicente Lima; CAVALCANTE; FREITAS. **A LRF NO TRABALHO DE CONTROLE DE CONTAS PÚBLICAS: Um Estudo De Pareceres Prévios Conclusivos De Contas De Governos Municipais.** REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL, Natal-RN, p. 233-253, jan. 2015.

Declaração de Posicionamento do IIA (*Globalthe Institute of Internacional Auditors*): TRÊS LINHAS DE DEFESA NO GERENCIAMENTO EFICAZ DE RISCOS E CONTROLES. 2013.

Di PIETRO. **Direito Administrativo.** São Paulo: Atlas, 2002.

FERREIRA, Pinto. **Curso de Direito Constitucional**, Vol.1. São Paulo. Saraiva 2002.

GALANTE; BEUREN; OLIVEIRA. **CONTROLE INTERNO**: seu uso por municípios da Região Oeste do Estado de Santa Catarina. Revista Contabilidade e Controladoria, Curitiba, v. 1, n. 1, 2009.

GAMA: **O Papel do Controle Interno na Administração Pública**. Pará, 2016.

GAUER: **Início de gestão no Controle Interno**. UniPública Brasil, 2017

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2016.

KOHAMA: **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE; MARTINS: **O Controle Interno do município de Santana dos Garrotes – PB**. Trabalho de conclusão de Curso. Universidade Aberta do Brasil, 2011

LIMA, S. M. **O Controle Interno como instrumento de gestão pública municipal**: um estudo de caso na Prefeitura Municipal de São Vicente de Férrer. Itabaiana - PB, 2014.

MARINELA: **Direito Administrativo**. Salvador: Juspodivm, 2005.

MEIRELLES: **Direito Administrativo Brasileiro**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MORAIS: **O uso do Controle Interno como ferramenta de gestão**. Itabuna – BA. 2008.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades**. Cadernos de pesquisa em administração, São Paulo, 1996.

Normas brasileiras de contabilidade: **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: NBCs T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.

ROCHA, Lincoln Magalhães Da. **A função controle na Administração Pública**: controle Interno e Externo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/34632>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

ROLLING STONE. [s.i]: Wenner Publishing, dez. 2007. Disponível em: <<http://rollingstone.uol.com.br/edicao/15/a-ma-gestao-no-brasil-r-1-de-cada-r-3-tem-irregularidades#imagem0>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SILVA: **Contabilidade Governamental**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TCE/PB - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA. **Cartilha de Orientações sobre Controle Interno**. João Pessoa, 2016.

TRIVIÑOS: **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, 1987.

VALE: **O Controle Interno na Administração Municipal**. João Pessoa, 2004.

YIN: **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Confidential - This document contains information that is confidential and intended only for the use of the individual named.

It is the policy of the company to protect the confidentiality of this information. This information is not to be distributed outside the company or to any third party without the express written consent of the company.

If you are not the named individual, you should not disseminate, distribute or act on this information. If you have received this document in error, please notify the sender immediately by return email.

This document is the property of the company and is loaned to you. It is to be used only for the purposes intended by the sender. It is not to be copied, reproduced, or otherwise disseminated without the express written consent of the company.

If you are not the named individual, you should not disseminate, distribute or act on this information. If you have received this document in error, please notify the sender immediately by return email.

This document is the property of the company and is loaned to you. It is to be used only for the purposes intended by the sender. It is not to be copied, reproduced, or otherwise disseminated without the express written consent of the company.

If you are not the named individual, you should not disseminate, distribute or act on this information. If you have received this document in error, please notify the sender immediately by return email.

ANÁLISE DE EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA E OS NÚMEROS DE MORTES CAUSADAS POR AGRESSÃO A MULHER NA PARAÍBA

Itana Pereira Campos

Tarlan Alexandre de Lima

Valdir Ramos de Oliveira Junior

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a violência contra a mulher é um tema que vem sendo bastante discutido no Brasil, sobretudo no estado da Paraíba, onde seus índices alarmantes desencadeiam cada vez mais discussões e abordagens sobre esse tema no estado. Segundo pesquisas como a do G1, mais de 50% dos assassinatos contra a mulher foram feminicídios, isto apenas no primeiro semestre de 2019, em números exatos foram 32 mortes, e 17 feminicídios, o jornal da Paraíba por sua vez, afirma que o estado possui uma taxa 5,3 assassinatos, para cada grupo de 100 mil mulheres, este ano já foram mais de 30 mortes. Baseados nestes dados, na observação transversal sobre a concentração dos números destes atos em cidades e em busca de entender a lei Maria da penha quanto a sua eficácia após o ano de sua vigência, foi possível chegar ao

questionamento: a Lei Maria da Penha, criada para combater crimes que não tinham uma lei específica conseguiu ser efetiva e diminuir os números de forma significativa em território nacional com o passar de seus 10 anos de vigência?

O propósito deste artigo é trabalhar a correlação entre os números de mortes de mulheres no Estado da Paraíba com os 10 primeiros anos de vigência da Lei Maria da Penha (2006-2016), buscando saber qual foi a sua efetividade e o nível de correlação entre as variáveis: números e anos. Bem como apontar fatores externos e similares a Lei que também causaram impactos em cima da variável trabalhada no *paper*.

Com o objetivo geral têm-se a descobrir qual o nível da correlação entre os números de homicídios por agressão contra a mulher e os anos 10 (dez) anos nos quais decorreram a partir de sua vigência lei. E como objetivos específicos: Na existência de correlação, saber se foi uma correlação positiva ou negativa, e o que ela significa; e com base em sua efetividade, se ela conseguiu realizar seu trabalho de forma única ou necessitou se de Políticas conjuntas ao tema.

Para o presente artigo, foi usado como metodologia a bibliográfica-quantitativa, e foram utilizados como base de pesquisa dados retirados do dataSUS e ferramentas utilizadas

embaixadas em conhecimentos estáticos de correlação para sobre estes dados – trabalhados em forma de gráficos, tabelas com auxílio do EXCEL, juntamente com uma pesquisa bibliográfica por meio de livros, utilizando teorias que visam explicar os principais conceitos abordados no *paper*, definições de democracia e funcionamento da democracia brasileira trabalhados por Mainwaring e Ames, desta forma também compreensões intrínsecos de políticas públicas (SECHHI, 2010) e diferentes tipos de concepções sobre a violência trabalhados por alguns autores, assim, mostrando as especificidades de conceitos derivados e aparentemente similares, porém com seus pontos que os separam em níveis hierárquicos de subdivisões e embasamento. Por meio desses instrumentos pode-se observar que a efetividade da Lei não foi tanto quanto esperado, alcançando ao longo desses dez anos o seu ápice em 2011, cinco anos após a implementação da mesma, e após isto se observa uma queda no decorrer dos anos que até o último ano da análise (2016), ano que foi implementado/editado um decreto em 2012 ano que houve a maior queda detectada nos números disponibilizados pelo dataSUS.

Partindo destas análises foi possível concluir que a Lei Maria da Penha não possuiu ou possui uma afetividade notável sozinha, necessitando de ajustes e de auxílios de

outras medidas tomadas pelos futuros governantes para intensificar as sanções sobre os atos ilícitos e de má fé contra as mulheres, procurando e melhorando a eficácia contra os crimes por homicídios.

A título de organização, os capítulos estão divididos da seguinte maneira: no primeiro capítulo está exposta na introdução, a problemática, o objetivo geral e objetivos específicos, a e uma breve apresentação da metodologia. O segundo, traz as definições sobre democracia e políticas públicas. O terceiro, abordará a temática violência e suas ramificações, mostrando suas diferentes variações. No quarto, utilizará de recortes da Lei Maria da Penha e suas primeiras perspectivas de pontos abordados. No quinto, mostrará o impacto da lei nos números ao longo dos anos de sua vigência. No sexto, será analisado a possível variável que ocasionou a queda dos números após alguns anos de vigência. No quinto capítulo estão as considerações finais acerca desse estudo. Logo após estão as referências e o apêndice.

2 DEFINIÇÃO DE DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Democracia, regime político procurado e almejado ser solidificado por países nos quais não a possuem consolidada, chamadas de semidemocracia por Mainwaring. Quando a

democracia é definida de acordo com a visão da teoria de MAINWARING, BRINKS, LIÑÁN (2001), esta recebe um conceito baseado em uma perspectiva tricotômica de democracia, sendo elas: Autoritarismo - onde o povo não possui participação ativa nas decisões, seguindo fielmente e cegamente o seu líder ou sendo obrigado sem nenhuma liberdade de expressão, Semidemocracia - uma área cinzenta onde coexistem características do autoritarismo e da democracia, sendo considerado “um meio termo” entre eles, e Democracia - regime do povo, onde o povo participa e possui participação ativa e exerce sua cidadania, nas quais se leva em consideração uma gama de fatores além das eleições como é tratado por SHUMPETER apud O’DONNEL (1999) onde, o autor original possui uma visão dicotômica – Autoritarismo e Democracia. Utilizando-se desta teoria e aplicando-a ao Brasil, podemos afirmar que por meio da visão dos MAINWARING, BRINKS, LIÑÁN (2001), o Brasil é uma semidemocracia (a zona cinzenta onde coexistem características tanto de uma democracia quanto de um regime autoritário), pois, o Estado em sua gestão atual consegue manter as eleições em todos os seus pontos – periódicas e limpas, por exemplo -, mas não consegue garantir a existência e direitos fundamentais em uma qualidade aceitável, tendo uma grande parcela dos direitos humanos infringidos.

Focando nas instituições e analisando suas tarefas e também a qualidade das mesmas, podemos também ver a sua ineficácia e ineficiência, esta que para Ames (2003, p. 21,22), em seu livro “Os entraves da democracia no Brasil” é causada por diversos fatores, abordando o sistema partidário e o Legislativo: a grande polarização de partidos - muitos deles grandes partidos – e cada um com viés ideológico que divergem entre si e em alguns casos tornando-se até agressivo; a liderança é escassa em partidos; o patriarcado dentro das instituições também influência para a fraqueza delas; é mais fácil os partidos trabalharem para si próprio do que para os interesses comuns da sociedade.

Quando se foca no Executivo e sua relação com os demais na política brasileira: observa-se o jogo de poder próprio do presidente em relação aos parlamentares e a necessidade de alianças e moedas de trocas entre poderes e políticos – o presidencialismo de coalizão do país; a grande dependência de municípios em relação a repasses de dinheiro da esfera federal para sobrevivência dos mesmos; a independência política de alguns governadores; um importante conjunto de deputados que analisam a vida política mais como um jogo para preencherem suas contas bancárias, sua reeleição e talvez em políticas públicas. Assim como, planos mirabolantes trazidos como forma de enfrentar um

grande fantasma da economia brasileira, a inflação; e devido a um amplo multipartidarismo, acaba que se tendo ministros com uma lealdade mais focada em suas carreiras do que ao plano de governo em si.

Analisando todos os fatores que influenciam na ineficácia das instituições, podemos ver como elas agem nas políticas públicas, essas que de acordo com SECCHI (2010, p. 2) são definidas como:

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. [...] é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública. [...] possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público. (SECCHI, 2010, p. 2).

A política pública é uma resposta do Estado, é como ele irá agir para enfrentar os problemas da sociedade na qual ele foi confiado a governar. Com intuito de sempre melhorar a vida dos que dependem e estão sob o comando dele, que se deve contar como objetivo principal os cidadãos e nunca a ele mesmo e assim ferir as pedras de toque da administração pública - a supremacia do interesse público e a indisponibilidade do interesse público, sendo voltado para igualar a todos os pertencentes à sociedade, sentido de equidade, assim, como no princípio de igualdade

constitucional: tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual.

De acordo com o Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017, governança pública é definida como:

Governança pública - conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. (BRASIL, Site do Planalto, 2017).

Observando esse conceito e analisando-o, governança pode ser apontada como um instrumento gerado por outros que possuem origens e são usadas em abrangentes áreas e com finalidades ligadas ao norteamento do Estado para alcançar o bem-comum.

Estas políticas também influenciam no cotidiano e nas tomadas de decisão dos governantes e que são frutos e ações do Estado em prol dos seus governados, observam-se assim que as políticas públicas, para SECCHI (2010, p. 63) são:

[...] regras e práticas são as instituições, e é nesses ambientes que as políticas públicas são elaboradas. [...] as instituições influenciam o **processo político** determinando quem pode ou não participar de uma **tomada de decisão**, alterando as percepções dos atores sobre seus próprios interesses. (LANZALACO, 2005 apud SECCHI, 2010, p. 63).

Um aspecto também bastante decisivo e influenciador para as instituições, a governabilidade e todos os fatores interligados são os chamados *veto-players* (jogadores que vetam). Baseando-se em Ames (2003), podemos definir os *veto-players* como pessoas que têm o poder de veto a qualquer decisão que for contrária ou não estiverem de acordo com os seus princípios, assim podendo interferir nela. Na política poderia ser qualquer pessoa que de alguma forma possua influência dentro e que consiga e interfira em alguma tomada de decisão, podendo-a vetar esta tomada de decisão (seja de forma legal ou ilegal).

Afunilando todos esses conceitos, uma das principais consequências mais evidentes está na Política, nas Políticas Públicas e em suas qualidades. A começar pela dificuldade para uma definição simples a respeito destes tópicos, que apesar de simples, acabam ganhando uma pluralidade significativa ao redor do mundo, levando consigo uma definição diferente em países diversos, nos quais em muitos dos casos foram influenciados por situações vividas por determinada nação. A seguir iremos tratar dos termos na ordem de apresentação.

Para Bobbio (2002), política como *Politics* é a atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. Ou

seja, trata-se da forma de limitar a ação humana, assim obtendo-se ordem e igualdade entre os homens.

Também dentro de definição do conceito de política, podemos ver ela ligada ao termo *Policy*, baseado em SECHII (2010, p. 1) onde é um termo mais concreto, no qual está ligado ao caminho que se deve tomar para chegar às decisões e a forma de agir. Nessa relação com o termo citado à cima, o termo política assume já um foco na eficiência dela, sendo bem explicitado o objetivo.

Como as políticas públicas são a forma na qual o Estado age para melhorar a vida de todos, iremos agora voltar a atenção para a teoria que irá embasar o conteúdo principal do artigo, que será feito com os dados de mortes de mulheres por violência em correlação a “Lei Maria da Penha”.

3 CONCEITO DE VIOLÊNCIA

Ao abordar o tema violência contra a mulher, iremos focar nas definições de violência e suas especificidades: de gênero, física ou simbólica e a violência contra a mulher. Assim, refinando o conceito e lapidando os conceitos.

Para Rifiotis, violência é:

[...] é uma palavra singular. Seu uso recorrente a tornou de tal modo familiar que parece desnecessário define-

la. [...] A aparente unidade deste termo resulta de uma generalização implícita dos diversos fenômenos que ela designa sempre de modo homogeneizador e negativa (RIFIOTIS, 1997, 1999, 2006b, p. 28).

O autor trabalha este conceito de forma severa e realista, como em tempos atuais, e podendo ser analisado especialmente em países nos quais as instituições são frágeis e não possuem um trabalho eficaz e muito menos eficiente. Apontando como algo tão normal que não precisa-se de esforço e que de certa forma desnecessária o grande esforço para definição.

Violência simbólica ou física é afirmada na visão de Boudieu (2010) como:

A violência simbólica se institui por intermédio de adesão que o domínio não pode deixar de conceder ao dominante (e, por tanto, a dominação) quando ele não dispõe de instrumentos de conhecimentos que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural (BOURDIEU, 2010. p. 47).

Sendo essa também vista em padrões de subordinador e subordinado, está torna-se tratada como comum, normal pelo fato de ter toda uma ligação a criação de um ambiente e de uma cultura de normalidade ao ocorrido, que podem ter

raízes das mais diversas e singulares coisas existentes (religião, família, instituições etc), também tornando-se similar a forma de poder definida com condicionada, que trata justamente dessa questão de o indivíduo ser introduzido a determinado ambiente, à determinada cultura familiar que se agrega e desenvolve valores que podem se tornar distorcidos e perigosos para o próprio indivíduo e os que o rodeiam, até casos de violência influenciadas por questões de gênero e que acarretam em violência física (quando a uso da força e que causa-se danos físicos à vítima em seus diferentes níveis de intromissão e danos), psicológica (acarretando em intimidação, humilhação oral e psicológica, sentimentos de segregação e privação) e várias outras formas atreladas a este mesmo contexto de violência.

De acordo com Safioti (1998) que teve como base para a sua definição Almeida, violência de gênero, tratam o seu conceito como:

[...] padrão específico de violência que “visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuais que subalternizam o gênero feminino”; e “amplia-se na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado”. Mostram estas autoras, que a violência de gênero apresenta duas faces: “é produzida no interior de densas relações de poder, objetivando o controle da categoria que detém sua menor parcela; e revela impotência de quem a perpetra para exercer a

exploração-dominância" (ALMEIDA apud SAFIFIOTI & ALMEIDA, 1998, p. 18).

No caso desse tipo, vê que o fato é movido apenas por o individuo ser do sexo feminino, porém pode ser motivado por questões de identidades de gênero da vítima mulheres transexuais, e que encadeia novos conceitos mais abrangentes de violência.

Utilizando-se o conceito de violência contra a mulher definida na Conferência de Direitos Humanos das Nações Unidas (1993, p. 3) esta pode ser definida como:

Todo ato de violência de gênero que resulte em, ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico da mulher, incluindo a ameaça de tais atos, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada.

Como podemos ver, o termo violência não se designa apenas para atos que causem danos físicos ou está apenas ligada a uma definição, mas também para comportamentos que comprometam o estado psicológico da vítima, que podem está ligados a fatores que se entrelaçam, tais atos podem comprometer o estado social, psíquico ou físico da vítima e em casos mais avançados por em risco sua vida.

A violência torna-se frequente e cada vez mais comum a partir do momento que passamos a afunilar e colocamos em padrões ou em grupos sociais, ou seja, existem grupos referentes a gênero, raça e demais situações que estão propícios a riscos maiores. Dentre estes indivíduos que estão sujeitos a violência destacam-se as mulheres.

Por causa da grande ocorrência de violência contra as mulheres que em muitos dos casos tendo a morte da vítima, várias medidas foram tomadas para combater este crime, uma das medidas tomadas foi a implantação da Lei Maria da Penha.

4 A LEI MARIA DA PENHA

A Lei Maria da Penha foi nomeada em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu agressões de seu marido por 23 anos e também tentativa de homicídio por parte dele, no qual só foi julgado 19 anos depois.

A partir disso, foi criada no dia 07 de Agosto de 2006 a "Lei Maria da Penha", na qual entrou em vigor em 22 de Setembro do mesmo ano.

Têm-se aqui, uma parte da lei retirada do site do Planalto:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; [...]

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

TÍTULO II

DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015).

[...]

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

CAPÍTULO II

DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique [...] e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, [...] ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, [...] ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos [...]

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. [...] (BRASIL, 2006).

A lei é clara, como mostrado a cima, que qualquer ato que prejudique a vítima não só em termos físicos como também psicológicos será considerado ato de violência e portanto configurado como crime previsto no decreto. É importante ressaltar que sua vigência está prevista para todos os indivíduos classificados pelo sexo feminino, independentemente de aspectos e características que lhe sejam atribuídas. Esta por ser considerada uma conduta que garante a não violação dos direitos humanos, assegura para as mulheres a efetividade do exercício do direito a vida, à segurança, o

acesso a justiça e demais aspectos fundamentais que garantem o direito e a dignidade da pessoa humana.

4.1 IMPACTO DA LEI MARIA DA PENHA NOS NÚMEROS DE MORTES DE MULHERES POR AGRESSÃO NA PARAÍBA

A lei entrou em vigor a partir do dia 22 de Setembro de 2006 em todo o território nacional brasileiro, como uma resposta do Estado para combater o número de crimes que envolvessem algum tipo de violência contra as mulheres.

A seguir veremos a tabela (Tabela 1) e o gráfico (Gráfico 2), obtidos a partir do banco de dados dataSUS, nos quais a tabela trará o número total de mortes por agressão de pessoas do sexo feminino na Paraíba e em algumas das cidades com o maior número de mortes pelo mesmo fator. O gráfico abordará o número total em toda a Paraíba, a partir do ano de vigência da lei:

Município	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		Total
250750 João Pessoa	20	22	24	33	48	44	51	42	50	32	28	394
251080 Patos	2	2	5	2	4	7	6	9	5	7	4	53
251370 Santa Rita	4	5	5	1	6	12	6	5	5	4	5	58
251530 Sapé	-	2	-	1	5	4	5	-	2	2	3	24
250400 Campina Grande	15	14	18	22	13	14	21	27	9	17	23	193
Total das cidades selecionadas	41	45	52	59	76	81	89	83	71	62	63	722
Total no Estado	63	69	85	97	117	143	141	129	113	111	107	1175

Tabela 1 - Cidades com o maior número de mortes e total da Paraíba.

Fonte: dataSUS, autoria própria (2019).

As cidades que ocupam os seguintes lugares em um *ranking* elaborado com os números totais de homicídios: 1º - João Pessoa; 2º - Campina Grande; 3º - Santa Rita; 4º - Patos; 6º - Sapé. Essas cinco cidades possuem um porcentagem de 62% (Gráfico 1) do total de mortes a mulheres dentro do Estado, em partes, podendo ser apontado o fato de elas serem umas das maiores cidades da Paraíba, em relação à variável população.

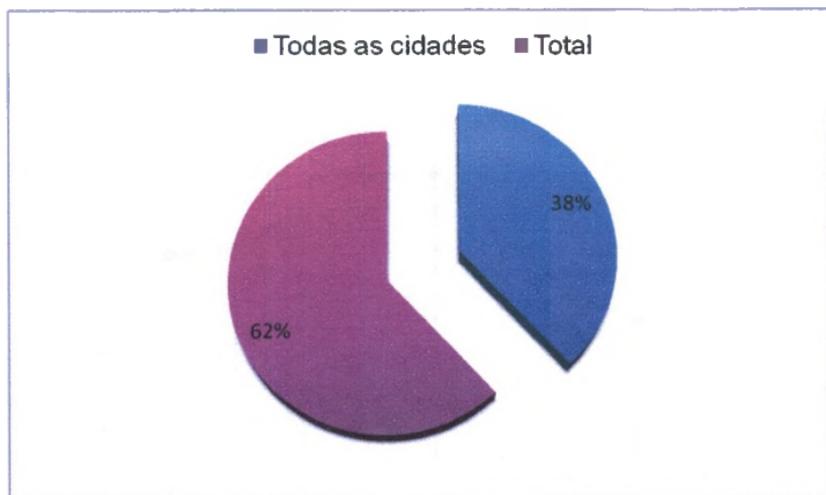


Gráfico 1 - Porcentagem das maiores cidades em relação ao total de números

Fonte: dataSUS, autoria própria. (2019).

No gráfico 1, pode ser visualizado melhor que, 62% do total se concentra nas principais cidades do Estado, e possivelmente por causa da sua maior população e tornando-as com números mais significativos e aparentes nos dados.

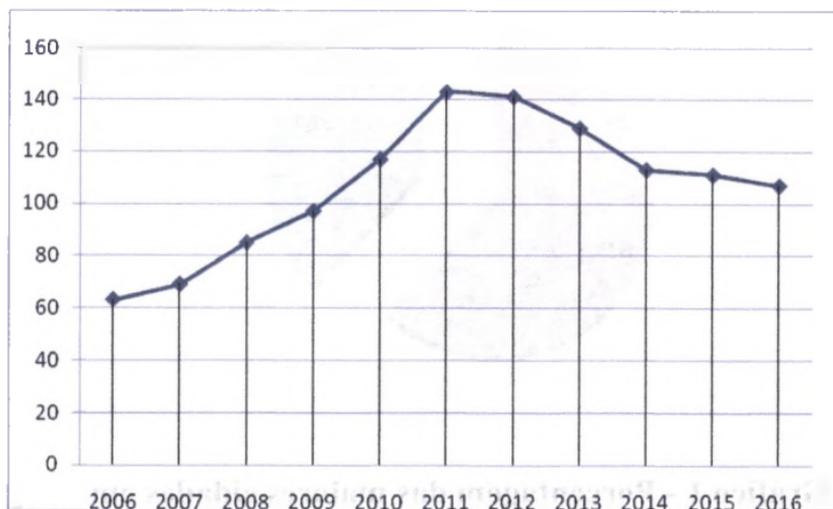


Gráfico 2 - Distribuição dos números de mulheres mortas por agressão ao longo dos 10 anos.

Fonte: dataSUS, autoria própria.

Como visto na tabela 1 e nos gráficos anteriores, em relação ao ano de vigência (2006) da Lei Maria da Penha, os números aumentaram, valendo-se ressaltar que nos anos de 2011, 2012 e 2013, os valores duplicaram quando comparados ao valor inicial do período de 2006, mostrando que a lei não foi eficaz na Paraíba em relação ao quesito abordado, mas também pode ser visualizado que a partir do ano de 2012, por mais que tenha atingido números dobrados, conseguiu-se também observar que os números começaram a

ter quedas - 6 anos após a lei ter entrado em vigor, ponto que será abordado à frente, a partir dos próximos tópicos.

E a seguir utilizando os dados anteriores para ser tratada a correlação entre os números e os anos, que será realizada e mostrado por meio de tabelas e gráficos mais a seguir e que abordará os números das mortes e bem como eles se desenvolveram ao longo dos anos.

CORRELAÇÃO ENTRE OS NÚMEROS DE MORTES POR AGRESSÃO DE MULHERES E OS ANOS DE VIGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA

Ano	Total de mortes por agressão por ano
2006	63
2007	69
2008	85
2009	97
2010	117
2011	143
2012	141
2013	129
2014	113
2015	111
2016	107

Tabela 2 - Total de mortes por agressão ao ano

Fonte: dataSUS, autoria própria. (2019).

A correlação entre as duas variáveis da Tabela 2 (Ano x Total por ano) é de um total de: 0,635838367 (~0,6), ou seja, uma correlação positiva e alta entre os anos de vigência da lei com o aumento dos números quando comparados ao início de sua vigência.

Essa correlação positiva mostra que com o passar dos anos há o aumento no número de mortes por agressão às mulheres, e se tornando um ponto negativo no qual podemos ver a não eficácia para com o número de mortes das mulheres por agressão, isto é, mesmo com a instalação da Lei Maria da Penha, ela não surgiu um efeito positivo no número de homicídios às mulheres originados por agressão na Paraíba, sendo inefetiva até um próximo momento, pois embora houvesse uma diminuição a partir de 2012, não foi hipoteticamente ligada à instalação da lei, seis anos de diferença não implicam dizer e não fazem sentido quanto à eficácia e efetividade da lei.

4.2 QUEDA NOS NÚMEROS DE MULHERES MORTAS POR AGRESSÃO A PARTIR DE 2012

Como já foi visto, a Lei Maria da Penha possui uma correlação de $\sim 0,6$ e que neste, caso significa que os números aumentaram com o passar dos anos, tornando a Lei ineficaz no quesito abordado pelo *paper*.

Mas, quando se observa a Tabela 1 e os Gráficos 1 e 2 - que permite visualmente uma observação e análise melhor - da página 11 e 12 respectivamente, podemos ver que a partir do ano de 2012, há uma pequena queda no número de mortes por agressão às mulheres e que nos anos posteriores ficam mais evidentes, as variações são de:

Intervalo	Variação
2011-2012	2
2012-2013	12
2013-2014	16
2014-2015	2
2015-2016	4

Tabela 3 - Variação da diminuição das mortes

Fonte: dataSUS, de autoria própria. (2019).

Para melhor visualização dessas variações utilizaremos o gráfico 3 a seguir:



Gráfico 3 - Variação da diminuição das mortes por agressão

Fonte: dataSUS, autoria própria.(2019).

Como podemos ver há uma queda a partir de 2012 (uma variação de apenas 2) e que fica mais evidente em 2013, analisando os acontecimentos em cima deste período, podemos afirmar que o motivo para essa queda esteja mais perceptível no período 2012-2013 (Gráfico 3) pode ter sido causada por um decreto presidencial, o Decreto de nº 7.765, de 25 de Junho de 2012, que entrou em vigor e revogou o

antigo Decreto já editado de 2009 de nº 7.043, que transforma a antiga “Subsecretaria de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres” em “Secretaria de Enfrentamento à Violência Contrás as Mulheres”.

Este decreto diz:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, os seguintes cargos de natureza especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

I - um cargo de natureza especial de Secretário-Executivo da Secretaria de Políticas para as Mulheres;

II - um DAS 102.5;

III - três DAS 101.4; e

IV - dois DAS 101.3.

Art. 3º Os cargos extintos, em decorrência da transformação de que tratam os arts. 4º e 5º da Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010, são os especificados no Anexo IV.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão que deixam de existir por força deste Decreto consideram-se automaticamente exonerados.

Art. 5º Os apostilamentos decorrentes da aprovação da Estrutura Regimental de que trata o art. 1º deverão ocorrer no prazo de vinte dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. Após os apostilamentos previstos no **caput**, a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República fará publicar, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão a que se refere o Anexo II, indicando, inclusive, o número de cargos vagos, suas denominações e respectivos níveis.

Art. 6º A Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República poderá editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental, suas competências e as atribuições dos dirigentes, conforme dispõe o art. 9º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor quatorze dias após a data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogado o Decreto nº 7.043, de 22 de dezembro de 2009.

Brasília, 25 de junho de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

[...] (BRASIL, 2012).

Outro aumento na queda das mortes ocorre no período 2013-2014, onde se entra em vigor um novo decreto presidencial, que revoga o nº 7.766 de 25 de Agosto de 2012, esse Decreto é o 8.030 de 20 de Junho de 2013 (atualmente revogado pelo Decreto 9.137 de 2017), que aprova a “Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República”.

O decreto traz:

Art.1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, os seguintes cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

I - dois DAS 101.5;

II - um DAS 102.4; e

III - um DAS 101.3.

Art.3º Os ocupantes dos cargos em comissão que deixam de existir por força deste Decreto consideram-se automaticamente exonerados.

Art.4º Os apostilamentos decorrentes da aprovação da Estrutura Regimental de que trata o art. 1º deverão ocorrer no prazo de vinte dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. A Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República fará publicar no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias após os apostilamentos, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão, a que se refere o Anexo II, que indicará, inclusive, o número de cargos vagos, suas denominações e níveis.

Art.5º A Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República poderá editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental, suas competências e as atribuições dos dirigentes.

Art.6º Este Decreto entra em vigor quatorze dias após a data de sua publicação.

Art.7º Fica revogado o Decreto nº 7.765, de 25 de junho de 2012.

Brasília, 20 de junho de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

[...] (BRASIL, 2013).

Assim, podemos ver que em ambos os decretos podem foram trabalhados com pontos que podem ser possíveis variáveis para que contribuíram com a diminuição dos casos de mortes por agressão às mulheres na Paraíba (Gráfico 3), fato que ocorreu pós-vigência da Lei Maria da Penha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foram abordadas questões de Estado, qualidade da democracia e Políticas Públicas e observado que estão entrelaçadas e nem sempre se obtém um resultado efetivo, pôde-se ver que, com o aumento dos números até o 2011 - cinco anos o início de suas atividades - a lei Maria da Penha não conseguiu cumprir com o planejado, pois, não tornou-se efetiva para redução dos números de mortes por agressão às mulheres no Estado da Paraíba entre o período entre este período de 5 anos, mostrando um falha que pode ser desde de aplicação, até costumes não superados da sociedade brasileira.

Tendo uma correlação de $\sim 0,6$ positiva entre as variáveis ano e número de homicídios a mulher, pode-se constatar que o aumento perceptível e a negatividade deste índice. Porém, a partir dos anos de 2012, se pode ver uma

queda neste período (2011-2012) e consequentemente relevantes quedas nos números, sendo que não foram decorridos da Lei Maria da Penha em seu estado puro e só, devido aos anos passados. Foram encontrados decretos e edições em cima de antigos que abordavam e se interligavam com os temas, bem como se entrelaçam com a Lei e seus objetivos e que batem com o período temporal no qual se constatou a quedas dos índices.

Possui Correlação entre o número de mortes e os anos de vivência da Lei? Sim, existe, uma Correlação positiva que implícita na ideia de que ao estender dos anos o números tendem se a sofrer alterações - mesmo que no estudo a correlação positiva não seja um bom sinal.

Deste modo, a Lei Maria da Penha foi efetiva para os números dos dados da pesquisa? Não, ela não pode ser considerada efetiva devido ao aumento nos indicadores, sendo necessário um conjunto e um trabalho entre Políticas voltadas para o tema.

Outros fatores foram necessários para uma melhor eficácia ou para torná-la eficaz? Sim, os números só puderam sofrer diminuição com uma edição e vigência de decretos que acordaram o tema e tornaram mais rígidas as sanções aplicadas aos criminosos que realizavam o ato contra as mulheres.

Concluindo que, a Lei de forma isolada não foi provada como eficaz para o caso, sendo necessária a criação de outras e sendo vista pela correlação positiva, demonstrando o aumento dos anos juntamente com os números.

REFERÊNCIAS

AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 12. Ed. Brasília: Editora da UnB, 2002. v. 2.

BRASIL. Decreto de nº 7765, de 25 de Junho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7765.htm>, acesso em: 30 de Novembro de 2018.

BRASIL. Decreto de nº 8.030 de 20 de Junho de 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D8030.htm#art7>, acesso em: 30 de Novembro de 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.203 de 22 de Novembro de 2017. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%209.203-2017?OpenDocument>. Acesso em: 13 de Setembro de 2019.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <<https://www.studium.iar.unicamp.br/biblio/guia.html>>. Acesso em: 30 de Novembro de 2018.

DATASUS. Sistema de Informações sobre Mortalidade, 2018. Disponível em:

<<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10PB.def>>. Acesso em: 13 de Novembro de 2018.

FECHINE, Dani. **Feminicídios são mais de 50% dos assassinatos de mulheres no 1º semestre de 2019, na PB.**G1, 2019. Disponível em:

<https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/pb/paraiba/noticia/2019/07/21/feminicidios-sao-mais-de-50percent-dos-assassinatos-de-mulheres-no-1o-semester-de-2019-na-pb.ghtml>, acesso em: 21 de Agosto de 2019.

FEMINICÍDIO: Paraíba ocupa 12º lugar no país e justiça prepara enfrentamento. Jornal da Paraíba, 20 de Jul. de 2018. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/feminicidio-paraiba-ocupa-12o-lugar-no-pais-e-justica-prepara-enfrentamento.html>. acesso em: 25 de Agosto de 2019.

MAINWARING, BRINKS, LIÑAL. Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999. **Revista Dados**. nov, 2011.

SCHUMPETTER apud O'DONNELL. **Teoria Democrática e Política Comparada**. v. 42, n. 4, Rio de Janeiro, 1999.

SECHHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NO CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO: UMA AÇÃO EM PROL DA SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Maria Adriana Farias Rodrigues
Rebeca Noemi de Oliveira Bezerra

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios a espécie *homo-sapiens* está retirando do meio ambiente recursos naturais para sua subsistência. Já no final do período Paleolítico começou-se a domesticação de plantas, surgindo assim a Agricultura, e no período Neolítico houve a primeira Revolução Agrícola. Tais eventos foram grandes contribuintes para que as mudanças no ambiente natural começassem a acontecer de fato.

A partir de meados do século XVIII ocorre na Inglaterra a primeira Revolução Industrial, que teve significativo impacto negativo no clima por conta dos altos índices de poluentes que as fabricas começaram a lançar na atmosfera; aumento dos índices de desmatamentos nas florestas; expansão das

idades que veio a tomar o espaço da fauna e destruir seus habitats; mudanças sociais, como o êxodo rural (saída da população do campo para a cidade); surgimento de uma sociedade extremamente consumista; aumento de lixo no espaço urbano; entre outros fatores.

No século XX a Humanidade presenciou as I e II Guerras Mundiais, onde a II contribuiu negativamente para o aumento dos índices de degradação ambiental, pois após a II Guerra Mundial deu-se início em 1950 a Revolução Verde, onde esta nasceu com a proposta e intuito de acabar/amenizar a fome no mundo causada pela guerra. Tal revolução usou de ferramentas e tecnologias desenvolvidas na II Guerra Mundial para os meios de produção agrícola, surgindo assim a Agricultura Convencional.

Ao passar das décadas as ações do Homem no ambiente natural se intensificaram cada vez mais em decorrência do avanço da Industrialização, das guerras. O 'domínio da Natureza' pelo Homem é vista como resultado da cultura, 'porque os índios, por exemplo, não têm essa postura, sua relação é de parceria'. Nessa linha de representações, destaca-se a fala: "O Homem é perturbador da Natureza" (TOZONE-REIS, 2008, p. 24).

No século XX o mundo parou formalmente pela primeira vez para discutir os impactos negativos que as ações

do Homem estavam causando de forma geral no ambiente natural em que a tão importante reunião recebeu o nome de Clube de Roma, onde cientistas, políticos e economistas renomados da Europa debateram questões sobre Desenvolvimento Sustentável. Outros eventos internacionais com foco na Sustentabilidade aconteceram após o Clube de Roma, tais como a Conferência de Estocolmo (1972), a Eco-92 (1992), o Protocolo de Kyoto (1997), os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000), a Rio+10 (2002) e a Rio+20 (2012).

Dentro do Artigo Legislativo 225 está a proposta de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. De acordo com Medina e Santo (2008, p. 18):

Nosso mundo não precisa de um sistema educativo orientado para a manutenção do 'status quo', nem de torres de marfim de aprendizagem elitista, mas de ambientes educativos flexíveis e funcionais, onde os jovens e os adultos possam entrar em contato com conceitos e ideias relevantes para seu presente e futuro. Necessita-se de uma mudança fundamental na maneira de pensarmos acerca de nós mesmos, nosso meio, nossa sociedade e nosso futuro: uma mudança básica nos valores e crenças que orientam nosso pensamento e nossas ações, uma mudança que nos permita adquirir uma percepção holística e integral do mundo com uma postura ética, responsável e solidária.

Foi pensando em todas as questões acordadas nos eventos internacionais já supracitados antes mesmo da Eco-92 que em 1988 o Senado Federal aprovou o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 onde diz que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

1 CARACTERIZAÇÃO ECOLÓGICA, FLORÍSTICA E FITOSSOCIOLÓGICA DO BIOMA CAATINGA

A Caatinga é o Bioma brasileiro mais negligenciado (ZANELLA e MARTINS, 2003), mas é também o bioma de maior predominância da região semiárida e considerada pelo Ministério do Meio Ambiente como um dos biomas mais grandiosos do Brasil, abrangendo uma área de aproximadamente 734 mil km² (SILVA et al., 2004), e não é apenas desmatamentos que contribuem negativamente para a degradação da Caatinga, mas também o uso de agroquímicos não sustentáveis e dos resíduos orgânicos e inorgânicos que poluem as camadas superficiais dos solos e contaminam o Lençol Freático.

Em pesquisas realizadas por Andrade et al (2009) no três áreas do Cariri Paraibano, verificou-se que as Famílias Botânicas mais predominantes foram as *Convolvulaceae*, *Euphorbiaceae* e *Fabaceae* que apresentaram maior número de espécies nas parcelas abertas e fechadas. *Aristidaadscensionis* e *Cyperusuncinulatus* foram as espécies que apresentaram maior valor de importância.

Em outro estudo de composição florística e fitossociologia constatou-se que as Famílias *Fabaceae* e *Euphorbiaceae* são as que apresentam o maior número de espécies arbustivo-arbóreas, o que confirma o padrão para o Semiárido brasileiro, a composição florística e a riqueza de espécies arbustivo-arbóreas são similares à encontrada em outras áreas de caatinga estudadas na região, mas merece destaque a grande abundância de *Commiphoraleptophloeos* e *Amburana cearensis*; *Poincianellapyramidalis* é a única espécie que apresenta valor de importância superior a 20%, o que demonstra a dominância da mesma no povoamento (GUEDES et al, 2012).

Em estudos sobre estrutura da vegetação arbustivo-arbórea de uma área de caatinga do Seridó do Rio Grande do Norte, concluiu-se que a flora da Estação Ecológica do Seridó tem um número de espécies menor que os das áreas de caatinga já pesquisadas em outras regiões e que todas as

espécies presentes são comuns na flora da caatinga sobre o cristalino dessas outras regiões. Portanto, quanto à flora, a vegetação do Seridó parece um subconjunto da flora geral da caatinga do cristalino. Quanto à estrutura, a vegetação lenhosa do Seridó é mais aberta, mais baixa e com menor biomassa que as das outras áreas de caatinga. Confirma-se que a vegetação do Seridó constitui um tipo de fisionomia de caatinga distinto dos demais. (AMORIN, SAMPAIO e ARAÚJO, 2005).

1.2.IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A REGIÃO

Estudos mostram que o avanço da degradação dos solos é umas das mais críticas dentro do quadro de pesquisas sobre impactos ambientais, mas há soluções para esse problema, para isso, é necessário uma ação coerente e coordenada de articulação do saber, dos meios e dos conhecimentos práticos de todos (PEREZ-MARIN, CAVALCANTE, MEDEIROS et al., 2012, p. 102). Levando-se em consideração que as águas da Transposição do Rio São Francisco passam diretamente pelo município de Camalaú - PB, e que o mesmo possui ponto de ligação ao Balneário Público (área de lazer local) onde qualquer banhista tem

acesso direto com a trajetória de água da Transposição, a Educação Ambiental faz-se necessária em âmbito escolar para sensibilizar os alunos que fazem uso dessas águas como forma de lazer para evitar a poluição e contaminação do curso d'água da Transposição. Por fim, a Educação Ambiental é uma importante ferramenta para o alcance da Sustentabilidade Ambiental, pois segundo Medina e Santos (2008, p.17):

A informação, a aquisição de conhecimento e a integração de esforços são condições 'sinequa non' para avançar na construção dessa sociedade. Por isso é necessário perguntar-nos: Quais são os conceitos centrais com os quais nos defrontamos e cuja compreensão é imprescindível para cumprirmos efetivamente a nossa tarefa como educadores responsáveis pela formação das gerações que viverão no próximo século?

Sabe-se que muitos alunos não sabem a diferença entre resíduos e lixo, e portanto, não conhecem e/ou não sabem práticas de reuso de resíduos secos e molhados e o que poderia ser reaproveitado acaba sendo descartado como lixo. Sabe-se ainda que a deficiência no ensino prejudica a sensibilidade e conscientização ambiental dos alunos gerando assim, cidadãos imprudentes com relação a Natureza, já que os mesmos não terão uma preocupação em preservar o

próprio sistema natural em que vive, e tampouco se preocupará em deixar um ambiente sadio para as futuras gerações.

Assim sendo, é de suma importância a implantação de projetos pelo fato de uma parcela significativa dos alunos, tanto da Escola Municipal, quanto do Colégio Estadual, serem residentes da zona rural e portanto a preocupação por parte da equipe deste projeto é também estar repassando à esses alunos o conhecimento de técnicas no reaproveitamento de resíduos orgânicos para fabricação de compostagem e biofertilizante para uso agrícola, visto que são formas sustentáveis de reaproveitar aquilo que se é considerado lixo e uma tentativa de sanar as problemáticas supracitadas no parágrafo anterior acerca da degradação ambiental da Caatinga por uso de agroquímicos não sustentáveis.

Em 2011 uma equipe de profissionais de um projeto em Educação Ambiental realizou um trabalho de 10 meses em duas escolas de ensino fundamental no município de Cruz das Palmas-BA. A equipe aplicou questionários aos alunos com perguntas básicas sobre reciclagem e lixo antes de iniciarem os trabalhos e constataram que havia uma significativa deficiência tanto no saber/entender desses assuntos, quanto na prática do reuso e coleta seletiva. Ao final

do projeto a equipe verificou que a temática foi bem acolhida e absorvida por parte do corpo discente envolvidos no projeto. Assim, Souza, Machado e Reis et al. (2013, p. 128) afirmaram que:

Este trabalho alcançou bons resultados a partir do momento em que foi possível transmitir aos alunos das escolas envolvidas conceitos e valores sobre o meio ambiente, geração e tratamento de resíduos sólidos por meio da reciclagem e compostagem bem como a sua adequada e inadequada disposição.

Neste contexto, se faz necessário a participação dos profissionais docentes das universidades federais para que, de forma conjunta com a sociedade, inserir práticas pedagógicas que levem os alunos do ensino médio a se sentirem mais atraídos pela urgência e emergência na conservação da Natureza, na tentativa de contribuir para a Sustentabilidade Ambiental desta geração e da que ainda virá. É preciso que os professores estimulem de forma criativa a mente dos alunos para os mais diversos assuntos sobre preservação ambiental. Isto fará com que diversos alunos descubram o valor e importância de um ecossistema saudável para todos.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL E A PRESERVAÇÃO DOS DIFERENTES BIOMAS BRASILEIROS

A Educação Ambiental surgiu com emergência em detrimento de uma crise ambiental reconhecida no mundo todo no final do século XX e estruturou-se como fruto de uma demanda para que o ser humano adotasse uma nova visão de mundo e uma prática social capazes de minimizar os impactos ambientais em decorrência das próprias atividades humanas (LIMA e LAYRARGUES, 2011). A discussão legislativa acerca de uma Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) aqui no Brasil teve seu início em 1993, e no ano seguinte foi criada a primeira versão do Programa Nacional (PRONEA), tendo como algumas de suas finalidades a capacitação de gestores e educadores e o desenvolvimento de ações educativas, instrumentos e metodologias dedicados a diferentes linhas de ação em educação ambiental (JACOBI, 2011).

O efeito estufa, fenômeno natural necessário para que haja a preservação da vida na Terra, vem aumentando as mudanças climáticas, já tem um de seus principais agentes identificado pela ciência e tecnologia. O aumento dos efeitos causados pelo aquecimento global, em decorrência das altas concentrações e aumento dos gases que provocam o "efeito

estufa”, coincide com a queima de combustíveis fósseis a partir da Revolução Industrial (JACOBI, 2011). “Diante do aumento das crises ambientais e consequentes ameaças à biodiversidade, a questão ambiental passou a ser um assunto cada vez mais presente no cotidiano da Sociedade Brasileira” (TORRES e OLIVEIRA, 2008, p. 228).

A conservação da biodiversidade marinha no Brasil ainda é consideravelmente inadequada no que concerne tanto a legislação existente no país, quanto das áreas protegidas marinhas implantadas, e em âmbito geral, a biodiversidade no Brasil sofre com alguns problemas de gestão política, como as unidades de conservação são insuficientes em número e extensão e, em alguns casos, não tiveram seus planos de manejo elaborados, ou não colocados em prática, ou ainda carecem de infraestrutura para efetivá-los, gestão da atividade pesqueira ainda é precária, com baixa participação das comunidades envolvidas, para tanto, as principais iniciativas de conservação incluem a identificação de áreas-chave para a conservação da biodiversidade nesses locais, inventários, monitoramento intensivo da atividade pesqueira, educação ambiental e a criação de áreas protegidas e melhoria da gestão daquelas já existentes (AMARAL e JABLONSKI, 2005).

Segundo Megid Neto (2009), as pesquisas e produções científicas em Educação Ambiental no Brasil cresceram nos últimos anos. Em pesquisas sobre teses e dissertações de mestrado e doutorado com o tema centrado na Educação Ambiental, Reigota (2007) verificou que as universidades públicas, com mestrado e doutorado, são as que mais contribuíram para a expansão da produção na área, destacando-se a Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual Paulista, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Lima e Layrargues (2011, p. 2) dizem que:

A Ecologia Política trouxe a contribuição das ciências humanas e sociais para a reflexão e o debate ecológico, até então pautados por leituras biologicistas e despolitizadas dos problemas ambientais. Procurou, justamente, incorporar aqueles elementos que os olhares disciplinares deixavam fora da análise, como os modelos de desenvolvimento econômico-social, os interesses e conflitos de classe, os padrões culturais e ideológicos e as injunções políticas dominantes na sociedade.

Verificando a predominância da discutibilidade da temática da ecologia política, Os mesmos autores continuam ainda dizendo que:

Em um momento inicial, concebia-se a Educação Ambiental como um saber e uma prática fundamentalmente conservacionistas, ou seja, uma prática educativa que tinha como horizonte o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do “conhecer para amar, amar para preservar”, orientada pela conscientização “ecológica” e tendo por base a ciência ecológica.

Souza (2016) acredita que a ambientalização das universidades públicas tem se dado de forma lenta e pouco satisfatória. A Educação Ambiental dentro das Instituições de Ensino Superiores precisa buscar mais o equilíbrio entre a qualificação profissional do estudante para sua vida futura vida profissional, e, ao mesmo tempo, a formação do cidadão que há no estudante, consciente de seus direitos e deveres para com a sociedade, porque tanto o mercado precisa de profissionais cada vez mais qualificados na área ambiental, como “a sociedade como um todo precisa que esses profissionais sejam bem formados e que se insiram nela como cidadãos críticos em busca do bem comum e da justiça socioambiental” (SOUZA, 2016, p. 139).

Araújo (2011) diz que é papel das Universidades a difusão do conhecimento, seja na formação de professores e na extensão, promovendo programas de educação ambiental, nos diversos níveis de ensino, procurando servir à comunidade, (em especial, local) e atuar de forma mais

intensa, também na formação de pesquisadores (Araújo, 2011). O patrimônio natural, seja onde for, precisa ser protegido antes que se perca, mas isso somente se dará por meio do reconhecimento e da valoração dos recursos naturais (MOURA-FÉ, 2015). Assim sendo, os cuidados com o planeta deve ser uma preocupação de profissionais de todas as áreas, principalmente de professores, como meta de educar/reeducar ambientalmente os cidadãos brasileiros. É importante ressaltar que o desenvolvimento da Educação Ambiental, seja formal ou informal, como instrumento de gestão ambiental pode ser considerado prioritário no atual momento da história da humanidade (SILVA e PESSOA).

Por meio de pesquisas voltadas à percepção ambiental, é possível identificar a verdadeira relação existente entre o *Homo sapiens* e Natureza, e só assim, elaborar uma importante base de dados para o planejamento e implementação da Educação Ambiental em Unidades de Conservação (TORRES e OLIVEIRA, 2008). Moura et al (2010) considera a Educação Ambiental necessária e fundamental para a conscientização da população quanto a importância das serpentes nos Ecossistemas, e também a realização de novos estudos etnozoológicos pode contribuir para elucidar quais fatores sociais e culturais são determinantes na relação do ser humano com a fauna.

Em pesquisas sobre a qualidade e impacto ambiental sofrido por localidades litorâneas em função de processos erosivos, viu-se a necessidade de se desenvolverem políticas públicas que visem à melhoria da qualidade das praias. Ações visando ao manejo eficiente de resíduos sólidos, à conscientização ambiental, à segurança e ao controle à erosão costeira, bem como uma maior atenção para estudos e programas de (MEDEIROS et al.; 2014). A redução de resíduos sólidos é a prioridade para o manejo dos resíduos sólidos no Brasil, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (CAMPOS, 2012), e a Educação Ambiental é uma das ferramentas que pode ajudar nessa redução.

Dias-Filho (2010) acredita que os diferentes interesses das pessoas nas praias podem torná-las mais suscetível a contaminação por resíduos sólidos, pois os banhistas, comerciantes e outras pessoas que frequentam praias ser constatado não agem com coerência entre o que falam e o que fazem, porque normalmente as pessoas falam que tratam corretamente seus resíduos e que não aprovam o descarte de lixo nos ambientes públicos, mas o que se vê é exatamente o contrário, fato comprovado pelo enorme volume de lixo coletado diariamente pelos serviços de limpeza, e pelos levantamentos científicos do lixo nas áreas litorâneas. O mesmo afirma que a Educação Ambiental tornou-se uma

ferramenta de suma importância para um mundo limpo e sustentável, orientando a humanidade a conscientizar-se de que é preciso reeducar-se para preservar a Natureza e com isso contribuir para a mudança de atitudes e para a adoção de práticas ambientalmente corretas (DIAS-FILHO, 2010).

Veiga et al (2006) em pesquisas sobre os efeitos do uso de agrotóxicos em sistemas hídricos em uma região do Sudeste do Brasil aponta que umas das possíveis soluções seria a Educação Ambiental juntamente com a adoção de práticas que minimizem os danos ao meio ambiente e a saúde humana, e que qualquer proposta de intervenção precisa passar por programas de educação visando à mudança de comportamento e sensibilidade ambiental do trabalhador rural com relação ao manejo e utilização do agrotóxico. Viola e Nickel (1994) concordam que há uma relação entre a preservação ambiental e os direitos humanos. "Os direitos humanos precisam ser 'esverdeados', e isto significará olhar mais de perto para as relações entre modelo de desenvolvimento, pobreza, inequidade, violação de direitos e degradação ambiental" (VIOLA e NICKEL, 1994, p. 184).

De acordo com Loureiro e Cossío (2007, p.59) a expansão da Educação Ambiental nas escolas de Ensino Fundamental foi bastante acelerado no início do século XXI. Os dados dos autores apontam que:

Entre 2001 e 2004, o número de matrículas nas escolas que oferecem educação ambiental passou de 25,3 milhões para 32,3 milhões. Em 2001, o número de escolas que ofereciam educação ambiental era de aproximadamente 115 mil, 61,2% do universo escolar, ao passo que, em 2004, esse número praticamente alcançou 152 mil escolas, ou seja, 94% do conjunto. O fenômeno de expansão da educação ambiental foi de tamanha magnitude que provocou, de modo geral, a diminuição de diversos tipos de desequilíbrios regionais. Para ilustrar, é relevante dizer que em 2001 a região Norte tinha 54,84% das escolas declarando realizar educação ambiental, em 2004, o percentual sobe para 92,94%. No Nordeste, em 2001, o percentual era de 64,10%, tendo chegado a 92,49% em 2004. No Centro-Oeste subimos de 71,60% para 95,80%; no Sudeste, de 80,17% para 96,93%; e no Sul, de 81,58% para 96,93%.

A Educação Ambiental é de extrema importância na formação dos professores de Química, pois a Química trata de vários assuntos que podem ou não estarem atrelados ao fator da Sustentabilidade Ambiental.

Ireland (2007, p. 236) afirma que:

Em conclusão, acredito que a integração da educação ambiental na educação de jovens e adultos, de uma forma concreta e não de uma forma simbólica como uma disciplina isolada, não é uma opção, mas uma necessidade. De tanto ignorar o papel fundamental da educação na questão ambiental, que passa pela questão do tipo de sociedade que queremos e qual o meio de desenvolvimento mais adequado para alcançá-lo, enfrentamos uma situação que coloca em xeque o próprio futuro do planeta.

Em estudo realizado com professores de várias escolas de Ensino Médio de uma cidade do estado de São Paulo, observou-se que os professores de Química, quando comparados aos professores de Biologia, apresentaram maiores dificuldades em propor ações que ultrapassem o nível informativo e de sensibilização da Educação Ambiental (PEREIRA et al, 2009). "Para que a Química deixe de ser 'desperdiçada' e possa efetivamente contribuir para abordar EA na escola básica, acreditamos que é urgente discutir a formação inicial de professores de Química" (PEREIRA et al, 2009, p. 506).

3 MANEJO SUSTENTÁVEL DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

O Nordeste é caracterizado pelo clima semiárido, que abrange boa parte dessa região, abrangendo, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), grande parte do interior do Piauí, todo o Ceará e Rio Grande do Norte, as partes ocidentais da Paraíba e de Pernambuco, e uma faixa menor de Alagoas e de Sergipe, além de praticamente todo o interior da Bahia, caracterizando o chamado Polígono das Secas (SOARES, 2013).

A bacia do rio São Francisco estende-se pelos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Goiás e o Distrito Federal, inseridos nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do país. A área total é de 619.543,94 km², dividida em quatro regiões fisiográficas (Alto, Médio, Submédio e Baixo), onde se distribuem, segundo o IBGE (2010), 521 municípios, com população de mais de 12 milhões de habitantes, cerca de 7,5% da população do país (SOARES, 2013).

Com mais de 2.800 km de extensão, o rio São Francisco atende cerca de 73% da oferta hídrica superficial no Nordeste. O rio nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, e escoar no sentido Sul-Norte. Sua foz, entre os estados de Alagoas e Sergipe, possui vazão média anual de 2.980 m³/s, o que corresponde a uma descarga média anual da ordem de 94 bilhões de m³.

Desde o século XIX, a ideia de transposição do rio São Francisco vinha sendo defendida como uma possível solução para as secas sofridas no Nordeste. A primeira proposta foi idealizada ainda no ano de 1818 pelo ouvidor José Raimundo dos Passos Barbosa tratava da abertura de um canal que levasse água do rio São Francisco ao rio Jaguaribe, idealizada no século XIX, pelo ouvidor José Raimundo dos Passos Barbosa, em 1818 (VILLA, 2004, p. 1). Mais tarde,

Dom Pedro II se interessou pela ideia e o Projeto de Transposição do rio São Francisco começou a ser delineado.

O projeto de Dom Pedro II foi deixado de lado até o ano de 1912 (século XX), com a criação da Inspetoria Federal de Obras contra a Seca (IOCS). No Governo de Figueiredo de 1979 à 1985, o Ministro do Interior, Mário Andreazza, resgatou o projeto em 1980. As ideias deram certo até 1984, quando ocorreram por conta de uma grande mortalidade de peixes no rio São Francisco (LEITE, 2005, p. 7). Muitos discursos de políticos carismáticos, como do Lula, sobre a transposição do rio São Francisco, trazem às primeiras ideias sobre a obra como tendo sido uma proposta defendida por Dom Pedro II. A ideia realmente foi levantada durante o Brasil Império, mas não foi encontrado nenhum documento que se possa atestar sua defesa por Dom Pedro II, então usado como alegoria retórica (ARAÚJO, 2012).

Logo no seu primeiro mandato como Presidente da República Federativa do Brasil, de 2003 à 2006 Luiz Inácio Lula da Silva elegeu a transposição uma das principais obras de seu governo (COELHO, 2004, p. 2). O Presidente Lula deu “carta branca” ao Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes para retomar o processo de licenciamento paralisado e o Governo apresentou um novo estudo de impacto ambiental ao Ibama, em 12 de julho de 2004. Depois de várias

tentativas a ideia de transpor as águas do rio São Francisco saiu do papel ainda no primeiro mandato do Governo Lula.

E a segunda é que a discrepância nas densidades demográficas no Semiárido faz com que, do ponto de vista da sua oferta hídrica, o Semiárido brasileiro seja dividido em dois, o semiárido da Bacia do São Francisco, com 2.000 a 10.000 m³/hab/ano de água disponível em rio permanente, e o Semiárido do Nordeste Setentrional, abrangendo parte do estado de Pernambuco e os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, com pouco mais de 400m³/hab/ano disponibilizados graças à disponibilidade de açudes construídos em rios intermitentes e em aquíferos com limitações quanto à qualidade e/ou quanto à quantidade de suas águas (CASTRO, 2009).

De acordo com Silva (2011) a transposição trata-se de um megaprojeto, que visa o desenvolvimento capitalista local e que não contribui de forma substancial para o desenvolvimento de uma sociedade ecologicamente justa, podendo somente beneficiar grupos pertencentes à classe social econômica e politicamente dominante, além de submeter a população de rendas mais baixas às consequências dos problemas ambientais acarretados com as obras.

Feijó e Torggler (2007, p. 20) acreditam que:

Os defensores da transposição afirmam que ela permitirá reduzir as perdas evaporativas dos açudes em 50%. Chamam este fato de sinergia. Na verdade, este ganho será obtido pela diminuição da superfície dos açudes, esvaziando-os. O que aparentemente seria uma vantagem acarreta, na verdade, na inutilização dos açudes já construídos, os quais serão mantidos vazios.

A recomposição e recuperação de áreas degradadas causados pelos processos de construção do Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional -PISF é obrigatória e necessária. “Sua principal finalidade é evitar o agravamento de processos erosivos e o comprometimento dos canais de água, assim como possibilitar a retomada do uso original ou alternativo das áreas onde haverá intervenção construtiva” (GOVERNO FEDERAL, 2005, p.30).

O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas do projeto de transposição prevê a implementação de procedimentos-padrão. Cabe às empresas executoras das obras, a elaboração de projetos executivos sob a supervisão do empreendedor. O programa contém os principais tópicos e uma sequência de atividades para recomposição e recuperação de áreas que foram degradadas com as obras da transposição da faixa de passagem e entorno imediato dos locais onde foram instalados canteiros de obras. (GOVERNO FEDERAL, 2005).

No plano escrito do projeto da Transposição do Rio São Francisco diz que (GOVERNO FEDERAL, 2005, p. 1):

A gestão e o controle ambiental e social das obras pode ser entendida como um conjunto de ações estruturadas, na forma de medidas e procedimentos adequados, que visam a eliminação, minimização e controle dos impactos ambientais, provocados pela implantação e operação de Empreendimentos.

O São Francisco é considerado o “Rio da Integração Nacional”, por escoar a produção nordestina para outros centros consumidores do país, porém, a construção de barragens tem gerado bancos de areia, reduções de calado e instabilidades na navegação. Projetos de revitalização que envolvem o reflorestamento das margens e a dragagem do leito, no entanto, já acenam com a retomada das navegações (SOARES, 2013). Ab'Sáber (2006, p. 3) afirma que:

Convém lembrar sempre aos técnicos mal orientados sobre a hidroclimatologia regional dos sertões de aquém e além Araripe que será mais necessário ter águas exatamente quando o Nordeste semiárido designado por Grande Sertão Norte estiver mais quente e seco com seus rios ‘cortados’, para usar de uma palavra tradicional criada pelos sertanejos.

A justificativa apresentada pelo Ministério da Integração para a necessidade de realização prática do

projeto trata-se de que: a primeira é que a região Nordeste possui apenas 3% da disponibilidade de água e 28% da população brasileiras e apresenta uma grande irregularidade na distribuição dos seus recursos hídricos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Durante o ano de 2017, entre junho a setembro, foi realizado uma pesquisa em apoio a WWF-Brasil sobre mapeamento das mudanças climáticas na Microrregião do Cariri Ocidental Paraibano nos municípios de Camalaú, Sumé e Monteiro via entrevistas com as populações locais.

A cidade de Camalaú -PB situa-se em zona de Semiárido, cujo o índice pluviométrico é 600-800mm por ano, as chuvas são irregulares, promovendo períodos de estiagem. No entanto, levando-se em consideração as atividades antrópicas realizadas no município, sabe-se que dentre todos os municípios do Cariri, Camalaú é a cidade que mais desmata a vegetação nativa. A população carririzeira reclama-se constantemente do calor excessivo e, geralmente as pessoas de mais idade falam que “no seu tempo” não era tão quente, e que a poluição também aumentou com o passar do tempo.

Algumas mulheres preocupam-se com a saúde de seus filhos mais novos e às vezes os impedem de saírem de casa nos horários entre 10h00minh às 15h00minh para evitarem

exposição aos raios ultravioletas do sol. As questões climáticas em Camalaú estão se tornando um problema ainda maior ao ponto em que se continua o período de estiagem (com a Transposição do Rio São Francisco o problema da água amenizou, mas ainda persiste a seca, que impede o período de reprodução de caprinos e ovinhos, impedindo o desenvolvimento da agricultura dos camalauenses).

Tomando como parte a questão do Descontrole Biológico citado acima, houveram muitos relatos dos moradores da zona rural de Camalaú afirmando que o clima da cidade já não é mais o mesmo. Geralmente os mais velhos afirmam isso usando como base as migrações de aves, desova das formigas, tempo mais ameno e presença de nuvens, o que é cientificamente comprovado que esses fatores são indicadores de mudança eminente no tempo. Mas, apesar de todos esses elementos naturais que apontam para as chuvas, a precipitação não aparece, e a estiagem já perdura desde 2012, ou seja, a seca.

É justamente nesse ponto que se adentra o fator climático e as indagações dos porquês de estarem ocorrendo isso com biota da região e de antigamente, segundo os indivíduos mais velhos do município, não ocorria esses descontroles biológicos e atualmente estão acontecendo.

Para dar mais veracidade a minhas palavras, coloco a fala da dona Maria José Oliveira (chamada de Marizé de Cosmo por seus vizinhos), de 65 anos, residente de um sítio: *“Antes não era assim não, quando as formiguinhas saíam das tocas com seus ovinhos era sinal de chuva e chovia mesmo, hoje elas saem e a chuva não vem”*.

Vemos por esses relatos que o clima super aquecido aqui nesta região tem causado um descontrole biológico na Natureza. A cada ano parece ficar mais quente, e isso é a prova que o Aquecimento Global desequilibra o ciclo natural da vida e, por conseguinte, influência de forma negativa nas chuvas, principalmente no nordeste brasileiro, por ser a mais quente e seca do Brasil.

Perceber os efeitos do Aquecimento Global na Região Nordeste do Brasil não é, nem de longe uma tarefa fácil. Isso pode ser explicado por meio do fator climático que tanto caracteriza a região (clima semiárido, poucas chuvas, localização bem próxima da linha do Equador, vegetação mais espalhada com ciclos mais abertos, entre outros exemplos).

Porém, apesar dos níveis de percepções serem mínimos se comparados as outras regiões do país, é possível, mesmo assim sentir os efeitos e percebê-los se comparar os fatores do tempo da atualidade e de 20, 30 anos atrás. No município

de Sumé é possível obter relatos de quem nasceu e/ou mora aqui desde infância.

Segundo o professor José Eguinaldo, formado em Pedagogia, agricultor desde sua juventude e filho de agricultor, o clima em Sumé era mais ameno nos anos de 1970 e 1980 que nos dias de hoje. Afirma ele que, a cerca de 30, 40 anos atrás o calor era menor, chovia mais e nas épocas de inverno realmente havia uma queda considerável nas temperaturas.

Os estudiosos podem até dizer que tanta escassez de água e calor dar-se em função da Planalto da Borborema, que impede as nuvens de chuvas passarem carregadas de água para a região do Cariri. Todavia, como se explica o fato de que no final do século XX chovia mais, fazia menos calor e a temperatura era mais amena?

Não há como contradizer as palavras de quem vivenciou isso na pele e, tomando também outro exemplo temos o período de grande cheia na cidade de Sumé que se deu justamente no ano de 1980, onde muito choveu, fato esse que ficou conhecido como "O Oásis do Cariri", em que o senhor José Eguinaldo vivenciou esse marco. Ainda nas palavras de José Eguinaldo, do ponto de vista dele o clima dos últimos 5 anos parece ter se intensificado ainda mais.

Considerando todas essas afirmações, é inegável que do final do século passado (século XX) para o início do século presente (século XXI) houveram alterações climáticas na cidade de Sumé.

As palavras do senhor Cícero reafirma novamente as palavras do agricultor e professor José Eguinaldo, citado no relatório 3, quando o mesmo diz que nas décadas de 1970 e 1980 o clima era mais ameno e o índice de chuva era maior. Mas, se o estudo trata do Aquecimento Global e seus efeitos na região do Cariri Paraibano, o que o desmatamento tem a ver com isso?

Praticamente tudo! Nos últimos anos, o desmatamento no Cariri tem avançado de forma impressionante. É bem perceptível a olho nu o avanço do desmatamento, e Camalaú é uma das cidades mais desmatadas.

Quanto mais se desmata o Bioma Caatinga, mais desequilibrado fica o clima da região caririzeira, pois as árvores tem potencial benéfico sobre o clima. Não é de se espantar que a 30 ou 40 anos o clima dessas cidades (Sumé, Monteiro e Camalaú) fossem mais amenos e mais chuvosos em função da densidade vegetativa bem maior que nos dias atuais, que encontra-se com os indicadores quantitativos de desmatamento altíssimos nessa parte da Paraíba hoje em dia.

Portanto, o desmatamento influencia muito no fator climático de uma região e, se juntarmos o desmatamento local (do Bioma Caatinga), o nacional (dos demais Biomas e, principalmente a Amazônia) e global (das grandes florestas de todos os continentes principalmente), temos um efeito degradante e de decaimento em função do tempo e do clima ao longo de décadas.

A época mais quente do ano na região do nordeste do Brasil começa geralmente no início de agosto e se perdura até dezembro. Porém, já estamos em mais da metade de setembro e, por incrível que pareça, as manhãs (e até mesmo algumas tardes) tem sido nubladas, porém, sem presença alguma de chuva (salvo algumas exceções, como em Sumé teve garoa três vezes só este mês). Porém, a pergunta principal é: O Que Está Acontecendo Para Que Haja Essa Mudança Repentina No Tempo Do Cariri Paraibano?

Segundo seu Bazé, trabalhador na área de moto-táxi da cidade de Sumé, por volta dos anos de 1980 o tempo não era assim, pois segundo ele, nos meses quentes, era quente, e nos meses frios, era frio. Mas, diferentemente dos outros anos, esse ano tanto os fatores biológicos, quanto os fatores climáticos estão descontrolados, em meses que era para serem quentes, os dias tem estado nublados durante alguns dias da semana.

Para alguns agricultores da própria cidade de Sumé, esse descontrole no tempo tem se refletido na flora da região, pois já houveram indícios de certas árvores florescendo na época errada (como é o caso da *Piptadeniastipulacea*, conhecida popularmente como Jurema Branca).

Apesar de não parecer nada demais, isso é preocupante, pois pode causar impactos negativos na flora nativa, levando-se em consideração que as espécies vegetativas são adaptadas à seca, principalmente em épocas quentes e, conseqüentemente pode afetar também a fauna local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, torna-se evidente que por meio das pesquisas realizadas é possível afirmar que a Educação Ambiental é importante e indispensável para formação dos jovens com intuito de formar cidadãos conscientes e tornar o Planeta Terra ambientalmente sustentável, tendo uma relação simbiótica social. Dessa forma, a Educação Ambiental pode ser considerada uma medida essencial para amenizar os impactos globais causados pela industrialização e pelos processos de degradação ambiental.

Além disso, pode-se perceber que a pesquisa aponta que as mudanças climáticas estão afetando o convívio entre

os indivíduos e, por conseguinte, a Transposição do Rio de São Francisco trazem consequências nocivas, mas em contrapartida efetua avanços no campo socioeconômico.

REFERÊNCIAS

LEAL, I. R.; TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. da. **Ecologia e Conservação da Caatinga**. 3. ed. Recife: UFPE, 2008.

MEDINA, N. M; SANTOS, E da C; **Educação Ambiental: Uma Metodologia Participativa de Formação**. 5.ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 2008;

PEREZ-MARIN, A. M.; CAVALCANTE, A. M. B.; MEDEIROS, S. S.; TINÔCO, L. B. M.; SALCEDO, I. H.; Núcleos de Desertificação no Semiárido Brasileiro: Ocorrência Natural ou Antrópica? **Parc. Estrat.** Brasília-DF, v. 17, n. 34,p. 87-106,jan-jun 2012.

SILVA, R. M. A da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: Transições Paradigmática e Sustentabilidade do Desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

SOUZA, G. S.; MACHADO, P. B.; REIS, V. R.; SANTOS, A. S.; DIAS, V. B.; Educação Ambiental como Ferramenta para o Manejo de Resíduos Sólidos no Cotidiano Escolar. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Rio Grande, V. 8, No 2:118-130, 2013.

TOZONE-REIS, M. F de C; **Educação Ambiental: Natureza, Razão e História**. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

... ..
... ..
... ..

Regulation

... ..
... ..

... ..
... ..

... ..
... ..

... ..
... ..

... ..
... ..

... ..
... ..

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO CARIRI PARAIBANO: ATENÇÃO BÁSICA E IMUNIZAÇÃO DE CRIANÇAS DE ATÉ UM ANO

Emanoela de Lima Maracajá

Cássio Oliveira Almeida

Luísa D'Marilac Nunes de Araújo Brito

1 INTRODUÇÃO

Desde 1978, a Atenção Básica à Saúde tem sido apontada como um dos suportes primordiais da organização de qualquer sistema de saúde, sendo a porta de entrada dos usuários no sistema, apresentando um grande potencial em resolver problemas iniciais e queixas apresentadas pela população (CRUZ, 2005).

De acordo com o caderno de atenção básica do Ministério da Saúde (2000) as Unidades Básicas de Saúde (UBS), são instaladas perto de onde as pessoas moram, trabalham, estudam, vivem e desempenha um papel central

na garantia à população de acesso a atenção à saúde de qualidade. Dotar essas unidades de infraestrutura necessária a este atendimento é um desafio que o Brasil único país do mundo com mais de 100 milhões de habitantes com um sistema de saúde público, universal, integral e gratuita está enfrentando com os investimentos do Ministério da Saúde. Essa missão faz parte da estratégia saúde mais perto de você, que enfrenta os entraves a expansão e ao desenvolvimento da Atenção Básica no País.

Todos os anos, o Ministério da Saúde tem como objetivo manter a taxa de 90% para BGC e Rota Vírus e 95% Meningo, Penta, pólio, Tríplice viral D1, Tríplice viral D2 e Hepatite A, para demais vacinas, em todos os municípios, a fim de evitar a reinserção do vírus da poliomielite, como exemplo, no território nacional. Porém, é possível observar nos dados fornecidos pelo Programa Nacional de Imunização dos números atualizados em Janeiro de 2017 em que, algumas cidades do cariri paraibano não atingiram sequer 49% de vacinação, no entanto outras cidades obtiveram as médias de 50%-94,99% e 95%-100%.

Diante do exposto, com base nas estatísticas do Programa Nacional de Imunização, no que tange imunização de crianças de até um ano, o município de Serra Branca apenas BCG, Tríplice Viral D1 e Hepatite, A passaram dos

100%, as demais ficaram entre os 50% e 94,99%; em Coxixola as crianças não foram imunizadas contra a BCG, a Tríplice Viral D1 obteve o índice de 89,47%, Rota vírus superou a média dos 100% e as demais também ultrapassaram os 100%; Na cidade de São José dos Cordeiros no ano de 2016 não conseguiu aproximar-se dos 49% de imunização de crianças em nenhuma das vacinas; Na cidade de Congo nenhuma criança foi vacinada contra BCG, e apenas Tríplice Viral D1 e Hepatite A ultrapassaram os 50%, as outras vacinas ficaram abaixo dos 49%. Dessa forma, a problemática norteadora deste estudo encontra-se pautada em: **Porque dentre os municípios de Serra Branca, Coxixola, São José dos Cordeiros e Congo, apenas o primeiro alcançou os índices de imunização estabelecidos pelo Ministério da Saúde?**

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo geral realizar uma análise acerca da política pública de imunização¹ de crianças de até um ano nos municípios de

¹No Brasil, a institucionalização das políticas públicas de vacinação deu-se com a criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI), instituído pela *Lei n° 6.259*³, de 30 de outubro de 1975. Essa lei regulou as ações de vigilância epidemiológica, vacinação e notificação compulsória de doenças no país, dotando o Estado brasileiro de um marco legal de alta relevância no que se refere às vacinações obrigatórias no país. Formulada antes da *Constituição Federal* de 1988 e, portanto, antes do Sistema Único de Saúde (SUS), a *Lei n° 6.259/75* prevê, no seu Art. 3, que compete ao

Serra Branca, Coxixola, São José dos Cordeiros e Congo localizados no cariri paraibano. Como objetivos específicos: problematizar o porquê do baixo índice de imunização de crianças que habitam estes municípios, compreender porquanto as outras cidades atingiram as médias na imunização de crianças, e enfatizar a importâncias da Atenção Básica de Saúde para a população.

Na maioria das vezes alguns municípios não conseguem alcançar suas metas devido à falta de maternidade naquela cidade, as mães migram para outra localidade com infraestrutura e condições para realizarem seus partos. Com isto as crianças ao nascerem já saem vacinadas do hospital, sendo uma das causas para algumas cidades não atingirem as metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde de imunização e outras ultrapassarem os índices.

Com base na cartilha de Vacinação do Ministério da Saúde (2018) os pais ou responsáveis são atores sociais importantes no processo de manutenção da eliminação dessas doenças e devem comparecer aos serviços de

Ministério da Saúde a elaboração do PNI, que definirá as vacinações, inclusive as de caráter obrigatório, bem como que *"as vacinações obrigatórias serão praticadas de modo sistemático e gratuito pelos órgãos e entidades públicas, bem como pelas entidades privadas, subvencionadas pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais, em todo o território nacional"* (AITHe BARBIERE,2017).

vacinação com suas crianças, levando a caderneta de vacinação para avaliação e registro. Assim como, os agentes comunitários de saúde (ACS) exercem o papel de vincular o sistema com a população, residindo em suas determinadas áreas de atuação, conhecendo o dia-a-dia das famílias/comunidades com mais intensidade em relação aos outros profissionais da área. O principal objetivo da vigilância epidemiológica é manter o Brasil livre da circulação da pólio vírus selvagem, por exemplo, e a avaliação do desempenho operacional do Sistema de Vigilância Epidemiológica das PFA² no país deve ser realizada pelas três esferas de governo.

Seguindo o que diz a cartilha de vacinação³ do Ministério da Saúde (2018) garantir a qualidade da vigilância

²Vigilância Epidemiológica das Paralisias Flácidas Agudas e Poliomielite (PFA)

³A *Lei n° 6.259/75* foi regulamentada pelo *Decreto n° 78.231*⁴, de 12 de agosto de 1976, agregando o detalhamento da forma como a vacinação obrigatória deveria ser executada no Brasil. Conforme descrito no Art. 27 do regulamento, "*serão obrigatórias, em todo o território nacional, as vacinações como tal definidas pelo Ministério da Saúde, contra as doenças controláveis por essa técnica de prevenção, consideradas relevantes no quadro nosológico nacional*". O Decreto dispõe ainda, no Art. 29, que é dever de todo cidadão submeter-se à vacinação obrigatória, juntamente com os menores dos quais tenha a guarda ou responsabilidade. A dispensa da vacinação obrigatória somente é permitida à pessoa que apresentar Atestado Médico de contra-indicação explícita da aplicação da vacina. A obrigatoriedade de vacinação de menores foi reforçada posteriormente pelo

e, principalmente, do diagnóstico seguro e oportuno no Brasil constitui um desafio a ser enfrentado de forma integrada e articulada pelos profissionais de saúde, técnicos e gestores do SUS em todos os níveis do sistema. Para isto, investimentos são fundamentais para que a vigilância seja sensível e ativa, capacitando e atualizando profissionais que atuam no setor, aperfeiçoando os registros, as investigações, e as conclusões de cada caso.

Diante do exposto queremos mostrar à importância da ATB⁴, que é um centro de saúde para dar apoio às pessoas que tem como objetivo a prevenção, condizendo com a importância da vacinação⁵ que é um método de imunização de algumas doenças. Para compreender o conceito de

disposto no *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/90*⁵ - que regulamentou o artigo 227 da *Constituição Federal* de 1988, visando estabelecer os direitos e a proteção integral a essa população. A ECA, no parágrafo único do Art. 14, estabelece que "*é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias*" (AITHE e BARBIERE, 2017).

⁴ABT (ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE).

⁵A vacina é uma intervenção preventiva reconhecida pelo impacto na redução da morbimortalidade de doenças imunopreveníveis. A prática de vacinação em massa se fundamenta na característica de imunidade de rebanho das vacinas, em que indivíduos imunes vacinados protegem indiretamente os não vacinados, podendo gerar a eliminação da circulação do agente infeccioso no ambiente e, conseqüentemente, a proteção da coletividade e de indivíduos vulneráveis. Sua legitimação científico-tecnológica contribuiu para normatizações sobre a vacinação em diversos países do mundo, intensificadas na segunda metade do século XX (AITHE E BARBIERE, 2017).

Políticas Públicas utilizaremos o autor Klaus Frey e Leonardo Secchi e abordaremos o conceito de Vetos-Plays tendo como referência Barry Ames.

2 A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) PARA A ATENÇÃO BÁSICA

Para análise do objeto elencado neste artigo, o trabalho foi norteado no pensamento de Klaus Frey, que busca contribuir na compreensão da pesquisa empírica. Com base em Frey (2001) os estudos de políticas públicas enfocam basicamente casos empíricos e seus resultados têm, portanto, pelo menos em um primeiro momento, apenas validade situacional. Corre-se, pois o risco de considerar padrões de ação e estruturas observados e detectados nos estudos empíricos, os quais de fato estão presentes só conjuntamente, como características inerentes de certo sistema político-administrativo. Todavia, vale mencionar que, à medida que cresce o número de estudos específicos realizados nos vários campos de política, aumenta não apenas o conhecimento referente às políticas específicas, mas também o conhecimento teórico referente às concatenações entre estruturas e processos do sistema político-administrativo, assim como também contribui nos conteúdos de política estatal.

Para entendermos Políticas Públicas de Saúde na Paraíba é necessário compreender o surgimento e evolução do Sistema Único de Saúde(SUS), para Marly Cruz (2005) o sistema de saúde brasileiro é considerado o marco de proteção social e do direito à saúde, caracteriza os marcos teóricos e conceituais que fundamentaram a reforma sanitária e deram origem ao Sistema Único de Saúde. A criação do SUS se deu através da Lei nº8. 080, de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes. Primeira Lei orgânica do SUS detalha os objetivos e atribuições; os princípios e diretrizes; a organização, direção e gestão, a competência e atribuições de cada nível (federal, estadual e municipal); A participação complementar do sistema privado; recursos humanos; financiamento e gestão financeira e planejamento e orçamento.

A eficiência do SUS em relação à imunização é importante, pois, desenvolve sua de forma de prevenção a saúde pública de acordo com Ministério da Saúde. Sendo orientado por um conjunto de princípios e diretrizes válidos para todo o território nacional, o SUS parte de uma concepção ampla do direito à saúde e do papel do Estado na garantia desse direito, incorporando, em sua estrutura institucional e

decisória, espaços e instrumentos para democratização e compartilhamento da gestão do sistema de saúde (CRUZ, 2005).

O sistema único de saúde conforme o modelo público de ações e serviços de saúde no Brasil representou um importante ponto de inflexão na evolução institucional do país e determinou um novo arcabouço jurídico-instrucional no campo das políticas públicas em saúde (Cruz, 2005). A política pública de imunização é um desdobramento dos serviços públicos oferecidos pelo SUS, com intuito de prevenção da população contra doenças imunizáveis. No qual protege direta e indiretamente a população de surtos que possam acarretar epidemias levando a morte de populares. O exemplo do surto de Sarampo⁶ que ocorreu no início do ano

⁶Internacionalmente, desde julho de 2017, a Venezuela vem enfrentando surto de sarampo, sendo a maioria dos casos registrados em Bolívar. A atual situação sociopolítica e econômica enfrentada pelo país ocasiona um intenso movimento migratório que contribuiu para a propagação do vírus para outras áreas geográficas, incluindo o Brasil. O estado de Roraima, devido à proximidade territorial com a Venezuela, vem recebendo imigrantes venezuelanos, alojados em abrigos, residências alugadas e praças públicas. No período de fevereiro a maio de 2018, foram notificados 397 casos suspeitos de sarampo dos quais 50 foram descartados, 172 foram confirmados e 175 estão em investigação. A faixa etária mais acometida pela doença, em sua grande maioria, é representada pelas crianças de um a quatro anos de idade, correspondendo um total de 40 casos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

de 2018, no Norte do país, surto este atribuído ao fato da região ser fronteira com a Venezuela.

No cariri paraibano foi possível observar que cidades como Amparo, São José dos Cordeiros e Sumé, no ano de 2016, não chegaram aos 49% de imunização de crianças de até um ano contra o vírus do sarampo (Tríplice Viral D1 e Tríplice Viral D11), além dos municípios de Congo e Prata que não chegaram aos 15% de imunização.

Sendo assim, é importante a vacinação de crianças contra o sarampo (Tríplice viral D1e D2) como para as demais doenças imunizáveis. Porém existem alguns entraves para concretização desta política pública a exemplo dos pais, pois os mesmos são resistentes à imunização de seus filhos devido às reações de algumas vacinas.

Conforme Secchi (2017, p.44) “a análise sociocultural trata da verificação das instituições informais, ou seja, os hábitos, costumes, estilos e barreiras culturais quem fazem com que o problema se acentue”, logo, observa-se que o fator cultural, considerando a falta de informações ou o pouco acesso a acerca dos benefícios e da eficiência das vacinas, torna-se um entrave para a eficácia e efetividade das campanhas de vacinação.

Podemos considerar alguns pais como veto- player, pois, por falta de informação não confiam no efeito da vacina,

já que não acreditam na prevenção das doenças através da imunização. Associam a “reação” causada pela inserção do vírus do bem a uma doença e não levam seus filhos para vacinar, ou deixam de imunizar seus filhos por descuido. Barry Ames (2003) define vetos players como indivíduos, mas na maioria das vezes são partidos políticos, facções ou grupos. Entre seus atores relativos não são perfeitamente coerentes.

Seguindo o pensamento de Ames (2003) o sistema político, a adoção de uma nova linha de ação governamental que se desvia do *status quo* requer a concordância de determinados atores. Quando o número absoluto desses atores com poder de obstrução de mudança, ou veto-players, é grande, a inovação política se torna difícil. À medida que aumenta a amplitude de posições entre esses e isto é, conforme diminui a concorrência- o Winslet do *status quo* cresce. Este resultado é muito importante, significativo que a probabilidade de adotar uma nova política é maior dado um determinado número de atores com o poder de obstrução da mudança, quando seus pontos de vistas políticos são menos coerentes ou eles são menos unidos.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho é uma análise da política pública de imunização de crianças menores de um ano, o recorte do objeto foi escolhido com base em dados do Programa Nacional de Imunização. O estudo é baseado em pesquisas bibliográficas, exploratórias, de forma qualitativa e descritiva. Os dados utilizados foram atualizados em 16/01/2017, para o período de janeiro a dezembro. Todos os anos o Ministério da Saúde tem como objetivo manter a taxa de 90% para BGC e Rota Vírus e 95%(Meningo, Penta, pólio, Tríplice viral D1, Tríplice viral D2 e Hepatite A)para demais vacinas, em todos os municípios, a fim de evitar a reinserção do vírus da poliomielite, por exemplo, no território nacional.

Os dados empíricos foram obtidos a partir dos índices fornecidos pelo Programa Nacional de Imunização. A pesquisa foi conduzida pela abordagem qualitativa, utilizando a técnica de entrevista. Permitindo compreender a partir das respostas dos questionários aplicados aos profissionais de saúde de quatro municípios do cariri paraibano, os motivos pelos quais dois (inicialmente foi pensado em aplicar cinco questionários, porém o representante de uma das cidades que não atingiu os índices, não se dispôs a responder) não obtiveram êxito na imunização das crianças, sendo assim, não alcançaram as metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Do mesmo modo que entender por que os demais municípios atingiram ou ultrapassaram os índices.

As entrevistas foram orientadas por um roteiro com quatorze questões e aplicados a quatro profissionais da área de saúde dos municípios de Serra Branca, Coxixola, São José dos Cordeiros e Congo. No qual responderam às perguntas de forma objetiva. Temos o intuito de obter respostas a partir das experiências destes profissionais no exercício de sua função.

Os questionários foram apostos separadamente em cada município, em Serra Branca com a enfermeira e coordenadora da vigilância epidemiológica, no Congo a entrevista foi realizada no posto de atenção básica do município com a enfermeira responsável pela vacinação, na cidade de São José dos Cordeiros o questionário foi aplicado à técnica de enfermagem e vacinadora do posto de saúde. No município de Coxixola os questionamentos foram respondidos pela enfermeira e coordenadora da vigilância epidemiológica. As entrevistas foram realizadas entre os dias 10 e 17 de dezembro de 2018.

Coberturas Vacinais em menores de 1 ano e 1 ano de idade por tipo de vacina										
SI GRS	BCG	Meningo	Penta	Pneumo	Polio	Rotavírus	Tríplice Viral D1	Tríplice Viral D2	Hepatite A	Outras
250079 - AMPARO	0	97,44	76,52	94,67	76,92	99,96	38,89	22,22	25	
250390 - CAMALAU	70,45	97,73	91,45	96,99	96,99	90,91	117,28	161,79	100,04	
250407 - CARAÚBAS	0	127,27	127,27	128,55	128,55	122,79	140,5	130	130	
250476 - CONGO	0	43,22	46,33	47,22	48,08	47,12	50,51	52,63	68,42	
250485 - CUIÇABA	0	126,1	109,51	119,05	119,05	116,29	126,32	124,7	134,54	
250570 - MONTEIRO	78,15	73,46	69,93	74,23	68,22	71,66	87,66	69,76	62,37	
251030 - DURO YESHO	100,00	49,34	48,49	46,46	51,95	48,46	67,62	55,66	64,71	
251065 - PARARÍ	0	55,71	85,71	95,24	65,71	90,48	51,63	109,28	78,96	
251228 - PRATA	62,5	77,78	66,67	64,68	70,83	81,25	50	9,69	25	
251400 - SÃO JOÃO DO CARIRI	77,67	77,67	77,67	65,63	81,26	81,26	72,22	61,11	77,78	
251410 - SÃO JOÃO DO TIGRE	100	121	120	118	116	116	97,83	108,7	65,22	
251480 - SAC. JOSÉ DOS CORDEIROS	11,57	25,45	17,65	21,57	15,78	23,51	14,64	21,28	26,17	
251520 - SAC. SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	90,2	100	91,16	107,94	90,2	100	114,89	134,89	125,51	
251590 - SERRA BRANCA	100,53	78,69	66,12	69,25	72,05	65,19	97,3	78,05	98,65	
251630 - SUMÉ	57,51	25,19	27,47	31,76	27,64	28,78	33,14	3,27	26,64	
251740 - ZABELÉ	62,79	104,65	102,33	116,28	102,33	101,98	107,56	112,82	92,31	

LEGENDA	
	0 - 49%
	50% - 94,99%
	95% - 100%

MUTA	
	90% BCG & OCTAVIUS
	95% DEMAIS VACINAS

**Fonte: Programa Nacional de Imunização (2017).
 Figura 1 - Cobertura vacinal em crianças menores de um ano até um ano de idade por cobertura de vacina.**

Ao observar que cidades como São José dos Cordeiros no ano de 2016 não conseguiu aproximar-se dos 49% de imunização de crianças em nenhuma das vacinas elencadas acima. Sumé, por exemplo, apenas na BCG atingiu 57,51% as demais vacinas não chegaram aos 49%. Outra cidade com índice baixo de vacinação foi o Congo em que nenhuma criança foi vacinada contra BCG, e apenas Tríplice Viral D1 e Hepatite A ultrapassaram os 50%, as outras vacinas ficaram abaixo dos 49%.

Em cidades como Monteiro, os índices ficaram entre 50% e 94,99% em todas as vacinas. Caraúbas, por exemplo,

nenhuma criança foi vacinada contra BCG, as demais vacinas excederam os 100% de imunização. Coxixola as crianças não foram imunizadas contra a BCG, no entanto a Tríplice Viral D1 obteve o índice de 89,47%, Rota vírus superou a média dos 100% e as demais também ultrapassaram os 100%. Serra Branca apenas BCG, Tríplice Viral D1 e Hepatite A passaram dos 100%, as demais ficaram entre os 50% e 94,99%. É plausível observar que cidades com São João do Tigre, Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro e Camalaú obtiveram os melhores índices ficando entre os 50%-100%, e algumas vacinas superando a meta dos 100%.

Em Amparo nenhuma criança foi vacinada contra BCG, Tríplice Viral D1, Tríplice Viral D2 e Hepatite A não chegaram aos 49%, apenas Meningo chegou aos 97,44% e Rota vírus ultrapassou os 100% as demais vacinas ficaram entre 50% e 94,99%. No município de Ouro Velho apenas quatro tipos de vacinas obtiveram índices entre 50% e 94,99% as demais não atingiram os 49%. A cidade de Parari nenhuma criança foi vacinada contra BCG, pneumo, rota vírus e Tríplice Viral D2 ficaram entre as médias de 97,44% e 105,26%. No município de Prata, apenas Tríplice viral D2 ficaram abaixo dos 49%, as demais vacinas obtiveram índices entre 50%-94,99%.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base em informações obtidas a partir dos questionamentos em quatro das cidades caririzeiras, dentre as quais duas ficaram muito abaixo das metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde; chegamos à conclusão que alguns fatores externos são determinantes para essa falha no sistema, a exemplo dos pais ou responsáveis, visto que não levam seus filhos para vacinar alegando descontentamento com as reações causadas pelas vacinas.

Outro fator que impede de as cidades atingirem as metas de 90% (BCG E ROTAVIRUS) e 95% (DEMAIS VACINAS) estabelecidas pelo Ministério da Saúde, são as mudanças desses pais para outras cidades, ou a vinda de novas famílias para determinado município, assim como, a falta de atualização dos dados no sistema do Ministério da Saúde.

Um das entrevistadas alegou o baixo índice de imunização das crianças à falta de hospitais em duas das quatro cidades (Congo e São José dos Cordeiros, Coxixola mesmo sem unidade hospitalar atingiu as metas estabelecidas) onde os questionários foram aplicados, acarretando uma diminuição nos índices, por que ao nascer a criança já sai vacinada da maternidade, com isso a vacina

aplicada fará parte dos dados estatísticos deste município. Por essa razão algumas cidades ultrapassam os 100% de imunização contra algumas doenças, a exemplo de Serra Branca que possui uma Unidade Hospitalar, assim como por ser cidade polo consegue atingir e até ultrapassar suas metas.

A vacinação representa uma forma de prevenção de doenças, sendo de fundamental importância a participação dos pais ou responsáveis para a eficiência das campanhas e consequentes resultados. Como forma de incentivo o Ministério da Saúde realiza campanhas a nível nacional para divulgar a importância da imunização das crianças, com o objetivo de erradicar determinadas doenças.

Foi questionado aos profissionais de Saúde das quatro cidades o que acontece se os municípios não alcançarem as metas de imunização estabelecida pelo Ministério da Saúde. Duas responderam que o sistema (SI-PNI)⁷ fica vermelho, e como consequência os recursos do Município são bloqueados ou o repasse de verbas são reduzidos. Porém, as outras duas profissionais da saúde, uma não respondeu ao questionamento e a outra informou que pode ocasionar surtos, a exemplo do sarampo.

⁷SI-PNI - Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações.

Segundo a cartilha de vacinação do ministério da Saúde (2018) a campanha contra poliomielite e contra o sarampo, enquanto estratégia de vacinação indiscriminada representa oportunidade adicional para captar indivíduos não vacinados ou aqueles que não obtiveram resposta imunológica satisfatória à vacinação, minimizando o risco de adoecimento desses indivíduos e, conseqüentemente, reduzindo ou eliminando os bolsões de não vacinados, visando garantir a manutenção da eliminação da poliomielite, do sarampo e da rubéola no país. As campanhas contra poliomielite foram iniciadas em 1980, estando o país livre da doença desde 1990. Com relação às campanhas contra o sarampo, estas são realizadas desde 1995, com a vacinação de população alvo específico que, na grande maioria das vezes, abrange as crianças de um a quatro anos de idade.

De acordo com Laís Modelli (2018) entre 1º de janeiro e 23 de maio deste ano, foram registrados 995 casos de sarampo no país (sendo 611 no Amazonas e 384 em Roraima), incluindo duas mortes, segundo a OMS. Além da volta do sarampo, a preocupação do Ministério da Saúde em 2018 é com o retorno da poliomielite para o Brasil. Às vacinas contra poliomielite não alcançam a meta de vacinação no Brasil desde 2011. Em 2016, os municípios tiveram menor

taxa de vacinação: apenas 43,1% das cidades atingiram a meta.

Fazendo um contraponto com parágrafo anterior nas cidades do cariri é possível observar com base nos dados do Programa Nacional de Imunização que três das cidades do cariri não chegaram aos 49% de imunização contra o vírus da poliomielite no ano de 2016. Sumé vacinou apenas 27,4, São José dos Cordeiros 11,76 % e Congo 48,08% em crianças menores de um ano e com um ano de idade. Os municípios com maior índice de vacinação contra a poliomielite foram às cidades de Caraúbas 129,55, Coxixola 119, 05 e São João do Tigre 116, cidades estas que ultrapassaram a meta do governo federal de vacinação.

É necessário que os profissionais da área de saúde trabalhem em equipe, mobilizando a sociedade como um todo, realizando esforços para fazer a cobertura vacinal com o apoio dos ACS (Agentes Comunitários de Saúde), por exemplo, se deslocando até as casas dos populares, indo às escolas, realizando essa busca ativa para atingir um maior público, além de organizar o dia D (mobilização dos vacinadores para atingirem um público maior e as metas estabelecidas pelo ministério da saúde.).

5 CONCLUSÃO

A vacinação representa uma forma de prevenção de doenças, sendo de fundamental importância a participação dos pais ou responsáveis para a eficiência das campanhas e consequentes resultados. Como forma de incentivo o Ministério da Saúde realiza campanhas a nível nacional para divulgar a importância da imunização das crianças, com o objetivo de erradicar determinadas doenças.

Este trabalho teve o objetivo de analisar/observar a partir dos dados estatísticos fornecidos pelo Programa Nacional de Imunização, dados atualizados em 16/01/2017, porque algumas cidades não conseguiram atingir as metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde de vacinação de crianças de até um ano de idade mas também, compreender porque as outras cidades atingiram as médias de 50%-94,99% e 95%-100% estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Conforme os dados obtidos através da aplicação dos questionários que foram aplicados nos quatro municípios, é possível concluir que, de acordo com as respostas dos profissionais da saúde, uma série de fatores contribuem para as cidades não atingirem os índices que o Ministério da Saúde estabelece (50%-94,99% e 95%-100%), como exemplo de tais condições temos que devido à um entrave sociocultural, uma

grande parcela dos pais não levam os filhos para vacinar devido à falta de informação acerca da utilidade e benefícios da vacina; o fluxo acentuado de emigrações, além da falta de infraestrutura hospital em alguns dos municípios pesquisados.

Segundo os dados obtidos com a pesquisa, é notória a preocupação do Ministério de Saúde quanto a imunização das crianças, já que, a vacinação é uma forma eficaz de prevenção de inúmeras doenças minimizando também, a sua proliferação.

Logo, faz-se necessário que profissionais das diversas áreas da Saúde, abracem a causa e mobilizem a sociedade, através de eventos, palestras, nas próprias casas, para que a sociedade possa compreender e começar a participar ativamente das campanhas que são disponibilizadas pelo Ministério de Saúde.

REFERÊNCIAS

- AITH, Fernando Mussa Abujamra. BARBIERI, Carolina Luisa Alves. COUTO, Márcia Thereza. **A (NÃO) VACINAÇÃO INFANTIL ENTRE A CULTURA E A LEI: OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR CASAS DE CAMADAS MÉDIAS DE SÃO PAULO, BRASIL.**2017.Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csp/2017.v33n2/e00173315/pt/>>. Acessado em: 14/12/2018.
- AMES, Barry. **OS ENTRAVES DA DEMOCRACIA NO BRASIL.** Rio de Janeiro: FGV, 2003
- ARAUJO, Eliane Cardoso de. BRITO Francisco. Carlos de CUGINOTTI, Aloísio Punhagui. HAYANA, Eliana Tiemi. RAMO, Luiz

Roberto. RIBEIRO, Sandra Aparecida. VILLELA, Wilza, Vieira. **DESAFIOS DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DE VILA MARIANA.** SÃO PAULO, BRASIL.2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n6/14.pdf>>. Acessado em: 01/12/2018.

CARMAGNANI, Maria Isabel. SANTANA, Milena Lopes. **PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA NO BRASIL: UM ENFOQUE SOBRE SEUS PRESSUPOSTOS BÁSICOS, OPERACIONALIZAÇÃO E VANTAGENS.** 2001. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v10n1/04.pdf>>. Acessado em: 30/11/2018.

CRUZ, Marly Marques. **DA HISTÓRICO DO SISTEMA DE SAÚDE, PROTEÇÃO SOCIAL E DIREITO À SAÚDE.** 2005. Disponível em <<http://webcache>.

googleusercontent.com/search?q=cache:_0olvk0CDIkj>. Acessado em: 28/11/2018.

_____. OLIVEIRA, Cátia Martins de. **SISTEMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS.** 2015. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n104/0103-1104-sdeb-39-104-00255.pdf>>. Acessado em: 26/11/2018.

FERNANDES, Leiliane Teixeira. LEADEBAL, OrianaDeyze Correia. MOTA, Carla Cristina Pimentel da SOUSA, Jaqueline de Oliveira. VIEIRA, Daniele de Souza. **DIFICULDADES DE UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA RELATIVAS À CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE MÍNIMA.** Disponível em:<<http://apps.cofen.gov.br/cbcbenf/sistemainscricoes/arquivosTrabalhos/I41382.E10.T6970.D6AP.pdf>>. Acessado em:02/12/2018.

FIGUEIREDO, Elisabeth Niglio de. **A Estratégia Saúde da Família na Atenção Básica do SUS.** 2012. Disponível em:<https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/idades_conteudos/unidade05/unidade05.pdf>. Acessado em: 30/11/2018.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: Um Debate Conceitual E Reflexões Referentes À Prática Da Análise De Políticas Públicas No Brasil.** Planejamento E Políticas Públicas, Nos 21 - JUN DE 2000.

GOMES, Neyde Jussara. SAMPAIO, Sandra Amélia. SILVEIRA, Abdala Rodrigues. SILVA, Elizângela Samara Da. SOUSA, Maria Luciana Bezerra. **ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: dificuldades para a efetivação da proposta de reorganização do SUS.**

Disponível

em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA)

[_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/ESTRATEGIA_SAÚDE_DA_FAMILIA_DIFICULDADES_PARA_A_EFETIVACAO_DA_PROPOSTA_DE_REORGANIZACAO_DO_SUS.pdf](#)>. Acessado em: 01/12/2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **INFORME TÉCNICO CAMPANHA NACIONAL DE VACINAÇÃO CONTRA A POLIOMIELITE E CONTRA O SARAMPO.** Brasília, 2018. Disponível

em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/agosto/06/Informe-Campanha-Polio-e-Sarampo-04-07-2018-final-CGPN1.pdf>>. Acessado em: 01/12/2018.

_____. **CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA: A IMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_basica_n1_p1.pdf>. Acessado em: 30/11/2018.

MISLAINE, Casagrande de Lima Lopes. MARCOS, Sônia Silva. **ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA NA ATENÇÃO BÁSICA: FACILIDADES E DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE.** 2012. Disponível em <<http://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/08/1311/7624-61172-1-pb.pdf>>. Acessado em: 02/12/2018.

MODELLI, Laís. **SARAMPO, PÓLIO, DIFTERIA E RUBÉOLA VOLTAM A AMEAÇAR APÓS ERRADICAÇÃO NO BRASIL.** BBC, 2018 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44706026>>. Acessado em: 14/12/2018.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções.** São Paulo: Cengage Learning, 2017.

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

**TERCEIRO SETOR:
CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS
SOCIAIS E NOVOS MECANISMOS
PARA A GESTÃO PÚBLICA**

Bruno Everton Siqueira Soares

Eduardo Guilherme Honório

Vandson Ney de Amorim Brito

INTRODUÇÃO

Com o fortalecimento da sociedade civil durante o processo de redemocratização iniciado em meados da década de 1980 no Brasil; o terceiro setor passar a ser uma nova alternativa para a construção de uma agenda pública com maior enfoque para as reivindicações sociais, em especial para as classes de maior vulnerabilidade socioeconômica. Isso ocorre devido a uma maior proximidade dessa nova abordagem com a realidade daqueles que são atendidos, permitindo, desse modo, que haja uma maior assertividade nas suas intervenções sociais.

Apesar das incongruências em torno da apreensão e concepção de um conceito para o Terceiro setor; podemos de

forma simples, compreendê-lo como as organizações não governamentais e sem fins lucrativos voltadas para o atendimento de demandas sociais através da prestação de serviços de caráter público em áreas como: educação, saúde, meio ambiente, atendimento à pessoas portadoras de necessidades especiais etc. Frente à essa perspectiva, facilmente podemos caracterizar o terceiro setor como diversificado.

Conforme Cardoso (2005), o conceito de Terceiro setor pode ser compreendido como um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade da sociedade. Por conseguinte, podemos compreender o terceiro setor como fomentador de espaços que possam fortalecer a participação cidadã e colaborar para o enfrentamento de problemas como a desigualdade de oportunidades e exclusão social.

Além da observação acerca do terceiro setor como fomentador dos direitos sociais, o presente trabalho buscou discorrer sobre o fortalecimento das interações do Terceiro Setor nas relações com o público-privado, considerando novos mecanismos para a captação de recursos e o uso de ferramentas de comunicação como o Marketing Social.

Diante do exposto, a problemática da pesquisa busca respostas para o seguinte questionamento: **Qual a dinâmica**

na interação entre o Terceiro Setor e o público-privado e seus desdobramentos para a sustentabilidade do Terceiro Setor enquanto alternativa para a gestão pública e consolidação dos direitos sociais?

O presente trabalho possui como objetivo geral analisar possíveis estratégias para o fortalecimento do Terceiro setor enquanto alternativa para melhorias da gestão pública. Nessa perspectiva, os objetivos específicos são: Contextualizar; a correlação entre o Terceiro Setor e a consolidação dos direitos sociais; apontar a importância da desburocratização para viabilizar a relação público-privado com o terceiro setor; por fim, tivemos a pretensão de abordar os mecanismos de comunicação como instrumentos para a captação de recursos.

É de suma importância para os administradores de entidades do terceiro setor entender e buscar alternativas que visem o fortalecimento da organização para que assim suas necessidades sejam supridas, bem como, buscar cada vez mais alternativas necessárias para o bom funcionamento da organização.

Em virtude do crescimento do terceiro setor, nos últimos períodos tem-se despertado não só interesse das pessoas, mas também dos profissionais nessa área, em procura de uma melhor familiarização com a área. Portanto, o

presente trabalho almeja contribuir com os estudos e proporcionar aos interessados uma fonte de pesquisa a respeito de Estratégias para o Fortalecimento das entidades sem fins lucrativos.

Essa pesquisa foi realizada a partir de revisão de literatura que proporcionasse pontes teóricas para visualização da problemática sugerida, encontraram-se diferentes visões que veem tais problemas possíveis entraves para construção de um Terceiro Setor consistente e próximo da sociedade civil. Tendo como resultado das alusões teóricas, tornou-se visível algumas mudanças de postura quanto à burocratização na captação de recursos, existe também a necessidade de ampliar a comunicação e publicização dos projetos e ações desenvolvidas pelo Terceiro, além de incentivar a fomentação dos direitos sociais.

A fim de organizar melhor a exposição dos argumentos, o texto estrutura-se da seguinte forma: Introdução; Uma retrospectiva sobre o surgimento do Terceiro Setor no Brasil; o Terceiro Setor e a consolidação dos Direitos Sociais; as parcerias entre o público e o privado para ampliação do Terceiro Setor; Comunicação estratégica do Terceiro Setor – captação de recursos e Considerações Finais.

1 UMA RETROSPECTIVA SOBRE O SURGIMENTO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

O terceiro Setor conforme Korten (1990) reúne quatro diferentes formas organizacionais: voluntárias, cuja edificação consiste numa missão social orientada por um comprometimento; contratadas de serviço público, cujo funcionamento tem basicamente como finalidade empreendimentos sem fins lucrativos, mas de orientação mercantil, com propósitos públicos; organizações populares, que representam os interesses dos membros, possuem um viés de liderança, ou seja, detém a presença do líder, no geral, são auto-sustentáveis; e as Organizações Não Governamentais (ONGs), que são criadas por agentes não governamentais e servem para vários objetivos de política pública, no Brasil as ONGs são mais orientadas para questões sociais relacionadas ao subdesenvolvimento e miserabilidade econômica de classes sociais abastadas.

Conforme Carvalho (2007), o surgimento do Terceiro Setor no Brasil é demarcado historicamente por acontecimentos em escala global, como por exemplo, a I Guerra Mundial e a II Guerra Mundial, o século XX é considerado nessa perspectiva, um século "sangrento", onde inúmeras catástrofes ampliaram as desigualdades sociais,

possibilitando assim, os debates que culminaram na formação do Terceiro Setor, as pautas em seus primórdios estavam direcionadas para a assistência social, saúde e educação.

Durante as grandes Guerras Mundiais, essas ações de ordem humanitárias, cujos fins eram filantrópicos, foram denominadas de associações voluntárias que serviam basicamente para disponibilizar ajuda humanitária para os indivíduos que tinham sofrido com os resquícios das guerras e estavam em situação de vulnerabilidade econômica.

No Brasil, segundo Carvalho (2007), o Terceiro Setor é ampliado durante o Governo de Getúlio Vargas, as medidas governamentais ampliaram o apoio às organizações sem fins lucrativos, esse apoio estava direcionado ao desenvolvimento de políticas públicas para diminuir as desigualdades sociais. Em 1938, é criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), nesse momento foram outorgados subsídios governamentais.

Outro momento importante ocorre em 1980, o cenário se torna relevante pela diminuição da participação estatal nas questões de ordenamento social, ou seja, as medidas governamentais detêm uma diminuição quanto à temática das desigualdades sociais, atribuído ao Terceiro Setor parte dessa responsabilidade. No entanto, Schwartz (1996), salienta que o Terceiro Setor é demasiadamente confundido

conceitualmente, isto ocorre pela escassez de informação e conhecimento das atribuições concebidas ao Terceiro Setor.

Orienta Schawartz (1996), que esse novo setor não detém com finalidade de substituição das demandas estatais, ou seja, o Terceiro Setor não surge em detrimento de fornecimento de serviços públicos, a responsabilidade social advém ainda do Estado, neste aspecto, o Terceiro Setor, chamando também como departamento da sociedade civil detém uma função de auxiliador na diminuição das desigualdades sociais, todavia, como Telles (1999), discute a problemática da consolidação dos direitos sociais como impedimento da concretude da efetividade do Terceiro Setor na amplitude de suas demandas e, respectivamente, das ações sociais desenvolvidas pelo mesmo.

É importante salientar que a partir da década de 1990, após várias crises do grande capital e principalmente o vislumbre das sociedades industrializadas sobre o setor de controle social e promoção do estado de bem estar social. O Brasil vivenciou a partir da década de 1990, uma mudança de perspectiva, visto que diante das restrições fiscais e ao mesmo tempo das pressões ocorridas mediante ao cenário político mundial que inseria na gestão pública políticas mais universais e de qualidade, que tivessem compromisso com a eficiência.

Na década de 1990, houve nítida reformulação do aparelho administrativo estatal, o movimento que proporcionou essa mudança é chamado de Nova Gestão Pública ou New Public Management, que evidenciava mecanismos de gestão oriundos da iniciativa privada na administração pública governamental, esses mecanismo acentuavam a questão da própria avaliação de políticas públicas, nesse momento também ampliasse a discussão sobre a responsabilidade social atribuída ao Terceiro Setor, no entanto, como já discutido anteriormente por Telles (1996), tem-se um deslocamento de perspectiva, ou seja, o Estado passa uma carga de responsabilidade ao Terceiro Setor e não colabora com nítidos incentivos para essa concretização ser efetuada.

2 O TERCEIRO SETOR E A CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

A problemática inserida nesse ponto de discussão do artigo é debater como a consolidação dos direitos sociais pode atenuar de forma intensiva nas estratégias de consolidação do Terceiro Setor. Primeiramente, é necessário compreender em que cenário é discutido os direitos sociais. Os chamados direitos sociais entram em pauta, assim como o Terceiro Setor, após o advento das duas grandes

guerras mundiais, anteriormente não havia essa preocupação de cunho humanitário de conceber mínimas condições de existências aos indivíduos, reconhecendo-os como integrantes da sociedade e por conseguinte – cidadãos que detém direitos iguais perante a soberania nacional. O debate sobre os direitos sociais no Brasil entraram em pauta de forma tardia, segundo o vislumbre de Telles (1999), essa discussão só ocorre a partir da elaboração da Constituição de 1988, considerada a Constituição Cidadã por incluir de forma acentuada as minorias em relação às Constituições elaboradas anteriormente.

É necessário conceituar o que são direitos sociais para possibilitar uma compreensão da relação que há entre direitos sociais e o fortalecimento do Terceiro Setor, a seguir está descrito o que podemos compreender por direitos sociais:

Então vejamos: poderia lembrar que desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU em 1948, os direitos sociais foram reconhecidos, junto com os direitos civis e os direitos políticos, no elenco dos direitos humanos: direito ao trabalho, direito ao salário igual por trabalho igual, direito à previdência social em caso de doença, velhice, morte do arrimo de família e desemprego involuntário, direito a uma renda condizente com uma vida digna, direito ao repouso e ao lazer (aí incluindo o direito a férias remuneradas), e o direito à educação. Todos esses são considerados

direitos que devem caber a todos os indivíduos igualmente, sem distinção de raça, religião, credo político, idade ou sexo (TELLES, 1999, p. 2).

Nota-se que as demandas exigidas são edificadas nas condições mínimas de existência, ou seja, direitos que todos os indivíduos pertencentes a determinadas sociedades devem desfrutar de forma igualitária, no entanto, Telles (1999), critica de forma intensiva o descaso do Estado em frente aos direitos sociais, afirmando que os governantes a partir de 1990 aderiram uma política de contingenciamento, que reduz drasticamente os investimentos nos direitos sociais e políticos da sociedade brasileira, isso respinga de forma visível no Terceiro Setor, visto que ainda há escassos incentivos econômicos, isto é, o investimento estatal ainda é demasiadamente negligenciado.

O Terceiro Setor representa de certa forma a sociedade Civil como salienta Korten (1990), no entanto, a sociedade civil dentro do ideal de liderança só podem tomar decisões que acarretem no fomento de políticas públicas de fortalecimento dos direitos sociais e diminuição das desigualdades a partir de incentivos monetários. Porém, na realidade empírica, as ONGs são sustentadas a partir de doações que são chamadas de “caridade”, Landim (1993),

critica essa denominação considerando tal perspectiva tradicional na compreensão das finalidades do Terceiro Setor.

Compreende-se neste aspecto que o fortalecimento do Terceiro Setor ocorrerá de forma intensiva e articulada a partir da tomada de consciência dos direitos sociais concebidos aos indivíduos de forma igualitária, ou seja, a partir do momento que a sociedade civil estiver compreendendo as necessidades intrínsecas na diminuição da desigualdade e como uma sociedade baseada na equidade social irá favorecer a todos, direitos que são concebidos de forma individualizada são privilégios como discorre Telles (1999), sendo assim, o Terceiro Setor irá fortalecer e impressionar assim o Estado na disponibilização de capital financeiro para financiar projetos sociais que tenham foco em problemáticas sociais.

3 AS PARCERIAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO PARA AMPLIAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

As comparações público-privadas, em relação aos contratos firmados com a Administração Pública, bem como se distingue atualmente, são concepções da iniciativa do Reino Unido, na década de noventa, de um sistema pelo qual os fundos privados fossem dirigidos para elaborar e operacionalizar serviços públicos, incumbindo-se o Estado por

sua remuneração direta, sendo os riscos divididos igualmente entre os investidores e o Estado.

Este meio jurídico aborda-se, normalmente, para edificar, manter ou remodelar tecnologicamente diversos setores da infraestrutura econômica e social, desde a criação de estradas e escolas até a instrumentalização de presídios.

A parceria público-privada é um contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, isto é, essa espécie de contrato encontra justificativa no ordenamento jurídico brasileiro, de tal forma torna-o completamente capaz de se realizar.

Barros (2005), informa que previamente o subsídio parcial da concessão já era aceito, durante o tempo em que o pagamento integral às concessionárias pelo Poder Público considerava alguma oposição dentre os doutrinadores, de tal modo que a legislação de 2004 apaziguou essas controvérsias, concedendo segurança jurídica às contratações celebradas, de tal forma permitindo que se gera-se instrumentos de garantias especiais que beneficiaram algumas concessionárias e prejudicaram outras, exigindo uma previsão legal mais efetiva.

A jurisprudência, não é tão clara nos tipos de serviços públicos que pode ser firmados por meio desse mecanismo, que é viável quando as concessões habituais não são viáveis,

por quaisquer entidades da Administração Direta ou Indireta, especialmente pelas empresas públicas.

Compreende-se então, que a parceria público-privada é um acordo administrativo de concessão, da categoria apadrinhada ou administrativa, isto é, tal categoria de contrato se encontra amparada no ordenamento jurídico brasileiro, condicionado a torná-lo absolutamente possível de se efetivar no que se diz respeito ao sistema prisional pátrio. Esse acordo é um mecanismo que mescla a administração entre o setor público e o privado.

O Terceiro Setor conforme Montaño (2010) detém alguns entraves quanto a arrecadação de recursos para fomento dos projetos, isso acontece segundo sua ótica a partir de uma perspectiva “conservadora” que não consegue visualizar as perspectivas progressistas que buscam compreender o capitalismo de uma maneira diferente, ou seja, uma concepção atrelada às questões humanitárias de desenvolvimento social. Na íntegra o autor discute sobre esse prisma analítico:

A diferença está em que os primeiros, a tendência conservadora, mais inspirada nos princípios liberais e neoliberais, querem como âmbito regulador das relações sociais o mercado; entretanto, a “intenção progressista” visa a sociedade civil (o “terceiro setor”) como espaço privilegiado de interação entre indivíduos, associações, etc., colocando “o mercado, e sua lógica

de concorrência, como espaço e mecanismo de regulação social”. (MONTAÑO, 2010, p. 62).

Convém enaltecer que de acordo com a Lei nº 13.019/14, que estabelece que haja parcerias entre a administração pública e as organizações que permeiam a sociedade civil, essa relação deve ser de mútua cooperação, cujas finalidades sejam conduzidas por interesses públicos e recíprocos, ou seja, pensadas em direitos sociais que devem ser disponibilizados através da ideia do “bem comum”, desprendidos de visões individualistas. Essa Lei, estabelece que essa relação entre administração pública e Terceiro Setor aconteça através de cinco tipos de contratos:

- a) Convênios, quando se trata de parcerias que prevejam a participação do terceiro setor em serviços públicos de saúde, nos termos da Lei nº 8.666/93 (que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública) e do Decreto nº 6.170/07 (que trata das normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse);
- b) Termos de parceria para a realização de atividades determinadas na Lei nº 9.790/99, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins

lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria;

c) Contratos de Gestão, para prestação de serviços definidos na Lei nº 9.637/98 (ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde);

d) Termos de Fomento e de Colaboração, para a realização de atividades que contemplem finalidades de interesse público, envolvendo o repasse de recursos financeiros, conformadas à Lei nº 13.019/14;

e) Acordos de Cooperação ou de Fomento, em atividades que visem os objetivos de interesse público e recíproco, que não envolvam o repasse de recursos financeiros, nos termos da Lei nº 13.019/14.

Relativamente à formalização de contratos de concessão, nas quais se insere a presença do terceiro setor, em associação com a Administração Pública, esta atende à falta de execução de diversas atividades, as quais podem ser consideradas em atividades-meio e atividades-fim, sobre as quais Gasparini (2012) explica:

a) atividades-fim são empregadas na consecução de objetivos específicos do Estado que presta serviços à coletividade, visando promover o bem-estar geral, como saúde, segurança e policiamento, criação, interpretação, fiscalização e aplicação

de leis, educação, moradia, etc., as quais normalmente são exercidas por pessoas legalmente investidas em cargos, empregos ou funções públicas;

b) atividades-meio são atividades acessórias, complementares, consistindo na prestação de serviços de transporte, limpeza, conservação de prédios públicos, telecomunicação, etc. São empregadas na organização, acionamento e manutenção da infraestrutura administrativa, para que as atividades fins sejam viabilizadas.

Outro problema também enfrentado na captação de recursos diz respeito à burocratização, os acordos entre a iniciativa pública e o ordenamento privado geram problemáticas de forma intensiva, haja vista a própria burocracia dos acordos, no entanto, segundo Queiroz (2011), as parcerias entre Terceiro Setor e a iniciativa privada devem ser gerenciadas de forma avaliativa, isto é, as próprias organizações que estão inseridas no Terceiro Setor devem avaliar as instituições privadas que querem prestar serviços ou até mesmo injetar recursos em projetos, afim de verificar a congruência, visto que já que os projetos são direcionados ao social, haverá inúmeras empresas que estão fora do perfil adotado pelo Terceiro Setor, a seguir o autor expõe essa visão de forma mais abrangente:

A Administração Pública procurou apropriar-se das reformas que a iniciativa privada programou com o objetivo de se tornar mais eficiente, superando assim os problemas ocasionados pelas disfunções do modelo burocrático. De acordo com essa visão administrativa, é por meio da avaliação de desempenho que se verifica a eficiência de um prestador de serviços públicos, e se justifica, pelos resultados, o investimento de recursos públicos no setor avaliado (QUEIROZ, 2011, p. 51).

Dessa forma, pode-se perceber que de fato necessitam-se os investimentos para manutenção de qualquer organização que seja, conforme Alves (2013), o funcionamento de qualquer instituição, mesmo as sem fins lucrativos como as existentes no Terceiro Setor, precisam de formas de captação de recursos, uma das formas de ampliar o fortalecimento do Terceiro Setor é promovendo formas de receber recursos através de parceiras estáveis e que tenham um enfoque social, no entanto, um dos entraves para isso é a burocratização e a falta de publicização das atividades desenvolvidas.

4 COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO TERCEIRO SETOR – CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A chamada quarta revolução industrial modificou a forma da comunicação humana, após o surgimento de novas

tecnologias virtuais os laços humanos se estreitaram de forma acentuada, isso também impacta os ramos industriais, visto que o Marketing se torna, cada vez mais, no século XXI uma grande ferramenta para captação de recursos. A seguir um influente autor da área discute essa questão através de uma alerta sobre a importância da publicização das ações desenvolvidas pelo Terceiro Setor no empreendimento de buscar recursos extras:

Muitos gestores da área social não conseguem perceber o quanto precisam investir em conhecimentos técnicos mínimos sobre as características potencialidades de cada um dos instrumentos de comunicação. Assim como não percebem o quanto podem progredir se souberem integrar as ferramentas do marketing e da comunicação no processo global da organização. Grande parte dos problemas enfrentados hoje em dia pelas organizações da sociedade civil está relacionada à falta de compreensão do processo e ao uso inadequado dos instrumentos. (MENEGETTI, 2001, p. 66).

Nota-se que na visão de Maneghetti (2001), grande parte dos problemas enfrentados atualmente pelo Terceiro Setor, discorre a partir do desconhecimento que a sociedade civil detém sobre tal âmbito, isto é o Terceiro Setor detém fortes possibilidades de crescimento, esse ambiente é

permeado por potencialidades, no entanto, o desconhecimento gera uma série de dificuldades que poderiam ser amenizadas de forma paulatina. A imagem de qualquer organização é importantíssima para a arrecadação de recursos, conforme o autor a seguir analisa:

O processo de construção e manutenção de uma imagem consistente é muito importante para qualquer empresa, inclusive para as do Terceiro Setor, que é o “espaço composto por organizações privadas, sem fins lucrativos, cuja atuação é dirigida a finalidades coletivas ou públicas” (FISCHER, 2002, p. 45).

Além disso, o autor aponta para a questão das finalidades que são relacionadas ao Terceiro Setor, isto é, sua atuação que deve ser dirigida as coletividades públicas, servir aos cidadãos e buscar medidas que diminuam as distâncias sociais, na construção de uma sociedade cuja equidade social seja um marco regulador. Para Nassar (2003), as organizações devem deter e equilíbrio entre as diferentes formas de comunicação, assim, haverá maior alcance de público, essa questão de proximidades com o público é exposta a seguir:

A comunicação integrada tem um papel fundamental para as entidades do Terceiro Setor, pois além de gerar visibilidade, ela permite criar uma relação mais próxima com seus públicos, garantindo participação e

mobilização pelas ações sociais. Mas, é necessário que sejam incorporadas as concepções técnicas e de gestão da comunicação às estruturas do Terceiro Setor, adaptando-as às suas necessidades no atendimento das causas sociais (ALVES, 2010, p.12).

Na visão de Alves (2010) e Maneghetti (2001), a comunicação no Terceiro Setor deve deter três focos – projetar a imagem da instituição, captar recursos ou potencializar o impacto das ações. Essas medidas poderão potencializar a visibilidade do Terceiro Setor e promover de forma mais eficaz os projetos desenvolvidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discussão realizada no decorrer deste trabalho científico de revisão de bibliografia, nota-se que há inúmeras medidas que poderão auxiliar no fortalecimento do Terceiro Setor. Verificou-se a correlação entre o terceiro setor e a consolidação dos direitos sociais, uma vez que ele se manifesta através da participação social.

Discutiu-se diferentes ações que poderão promover esse fortalecimento, porexemplo, a consolidação dos direitos sociais, a captação de recursos entre o público e o privado, além disso, a questão da publicização poderia acentuar de forma nítida o alcance dos projetos sociais, fortalecendo

assim, os laços com a sociedade civil, isto é – mais indivíduos irão compreender a importância do Terceiro Setor e as medidas que o mesmo realiza para diminuir as desigualdades sociais existentes no Brasil.

Devido ao fortalecimento dos mecanismos para o terceiro setor, passa a ser uma ótima ferramenta para a democratização da gestão pública, pois apesar do terceiro setor se apresentar como alternativa que vem quebrar a dicotomia público-privada, uma vez que são organizações não governamentais sem fins lucrativos, ou seja, sai da esfera pública e esfera mercantil, o terceiro setor se apresenta como uma alternativa colaborando para a gestão pública, para o fortalecimento da consolidação dos direitos sociais, e uma ferramenta que vai proporcionar uma maior eficiência a gestão de gerenciamento dos problemas sociais.

No âmbito da Gestão Pública, tornou-se visível a necessidade de discutir formas de aprimorar e fortalecimento do Terceiro Setor, visto que é um âmbito onde os setores públicos estão sempre dialogando, além de fomentar inúmeras discussões sobre a própria gestão em si. Nesse aspecto, o artigo demonstrou que existem formas de melhorias e que são possíveis através de ajustes paulatinos e de novas posturas em frente ao mundo globalizado e integradas as redes de comunicação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rafael Castro. A comunicação no Terceiro Setor: desafios para visibilidade de mercado. **Pós em revista**, n. 2, 2010.

BARROS, Cleton Miranda. **Parceria Público-Privada: um breve estudo sobre a experiência internacional recente** Salvador: Centro de Pós-Graduação e Pesquisa, 2005.

BRASIL. Decreto Lei nº 6.170/07. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Brasília: 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **Terceiro Setor - desenvolvimento social sustentável**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

CARVALHO, Débora Nacif de; ET AL. **Gestão e Sustentabilidade: um estudo multicase em ONGs ambientalistas em Minas Gerais**. RGSA- Revista de Gestão Social e Ambiental. Mai/Ago, 2007, V. 1, N. 2, pp. 74-92. Disponível em : <<https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/24/14>>. Acesso em: 13 de junho.

FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor**. São Paulo: Gente, 2002.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

KORTEN, David. 1990. **Getting to the 21st Century: Voluntary action and the global agenda**. West Hartford, Conn: Kumarian Press.

LANDIM, Leilah. **Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil**. Rio: ISER, 1993.

_____. Leilah. **As Organizações Não-Governamentais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1988.

_____. Leilah e BERES, Neide. **As organizações sem fins lucrativos no Brasil: ocupações, despesas e recursos**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

MENEGHETTI, Sylvia Bojunga. **Comunicação e marketing: fazendo a diferença no dia-a-dia das organizações da sociedade civil**. São Paulo: Global, 2001.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2010.

NASSAR, Paulo. **Tudo é comunicação**. São Paulo: Lazuli, 2003.

QUEIROZ, Júlio César Schroeder. Parcerias entre o Poder Público e o Terceiro Setor: O controle pelos Tribunais de Contas. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**. Jul/Set, 2011. v. 80, n. 3 — ano XXIX. Disponível em: <<http://revista1.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1272.pdf>>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

SCHWARTZ, Gilson. Programa não prioriza tributação. **Folha de São Paulo**. Dinheiro. 17 novembro 1996, p. 14.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: Afinal do que se trata: Minas Gerais: UFMG, 1999.**

CONTROLE SOCIAL VIA OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA: A PARTICIPAÇÃO COMO MECANISMO DE FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

Bárbara Barros Paulino

Bruno Everton Siqueira Soares

Luiz Antonio Coêlho da Silva

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história diversas formas de governo foram instituídas no Brasil, desde a Monarquia com a promulgação da Constituição Federal de 1824⁸, a qual seria a primeira Constituição do país, e que, não obstante, revelaria o caráter centralizador característico de todo o período monárquico (PAIVA, 2001, p.19), até se estabelecer como a atual República Federativa do Brasil, quando o Estado brasileiro

⁸ Outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824, chamada de Constituição Política do Império do Brasil.

passou a priorizar os direitos fundamentais baseando-se na ética, divisão e equilíbrio entre os poderes.

Com a institucionalização da Constituição Federal de 1988, também chamada de “Constituição Cidadã”, a ideia do Estado democrático de direito é trazida à tona, e o foco do Estado passa a ser o cidadão, o interesse da coletividade, a transparência e a participação popular.

Conforme afirma Marques *et.al* (2015), mediante a institucionalização de uma constituição fundamentada em princípios republicanos e democráticos, a partir da década de 1990 a sociedade brasileira passou a assistir a um alargamento das esferas participativas e de controle social, surgindo um maior aprofundamento acerca da promoção de uma cultura de direitos. Assim, com base nestas considerações, constata-se que a sociedade civil passou a ser reconhecida como atriz importante na superação do Estado voltado para práticas clientelistas, emergindo no cenário contemporâneo novas formas de manifestação popular e de controle social, como as Ouvidorias Públicas, as quais possuem a competência de receber e analisar as reclamações e sugestões da sociedade, contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento dos procedimentos democráticos.

Nessa vertente, torna-se oportuno destacar que, à medida em que os moldes da democracia contemporânea

admitem a ampliação da participação do cidadão no espaço público, o conhecimento pelo público das razões por trás das decisões do governo pode aumentar o apoio e reduzir os desentendimentos, a desconfiança e a insatisfação popular (COMPARATO, 2016, p. 48).

Dessa forma, estabelece-se como objetivo geral do estudo: analisar qual a relevância da participação e do controle social via Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba – PB, como um espaço institucional que deve viabilizar o fortalecimento da democracia, com base nos dados dos Relatórios Gerenciais da Ouvidoria Geral do Estado, dos anos de 2014 à 2017.

Nesta perspectiva, como objetivos específicos o estudo delimita-se em: apresentar reflexões acerca da efetivação de uma democracia participativa, e suas implicações na consolidação do Estado Democrático de Direito; expor a importância do controle social como forma de empoderamento da sociedade na construção de uma gestão pública democrática; mapear quais unidades do Governo obtiveram o maior número de demandas nos anos de 2014 a 2017 e o seus índices de resolutividade pelos dados da Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba; e sugerir melhorias a Ouvidoria Geral do Estado.

O presente estudo justifica-se na necessidade de se compreender qual a relevância do controle social e da participação do cidadão no espaço público, via Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba, como um mecanismo de asseguramento de condições para fortalecimento da democracia.

Consequentemente, a problemática norteadora deste estudo encontra-se pautada em: **O controle social e a participação analisados por meio dos relatórios da Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba, tem demonstrado o fortalecimento da democracia no Estado, no período de 2014 a 2017?**

Portanto, o presente artigo encontra-se dividido em: Introdução, Fundamentação Teórica, Procedimentos Metodológicos, Análise de resultados e discussão, Considerações Finais e Sugestões e Referências.

2 A NOVA GESTÃO PÚBLICA: O COMPROMISSO COM O “PÚBLICO”

Com os movimentos de reforma do Estado, provenientes principalmente da percepção dos governos quanto às limitações do modelo burocrático, deu-se início à implementação de novas formas de gestão (FERLIE *et al.*, 1996; ABRUCIO, 1997 apud MEDEIROS; PEREIRA, 2003,

p.63). Assim, no final do século XX, as reformas tendentes a implantar um modelo de administração gerencial, focado na medição do desempenho, na obtenção efetiva de resultados e na satisfação das necessidades dos cidadãos, ficaram conhecidas como a Nova Administração Pública (NAP) (BARROS, 2017, p. 86). Assim, com o surgimento desse novo modelo de gestão, a sociedade civil passa a ser reconhecida como atriz importante no espaço público, sendo trazida então à tona, a relevância da participação social. A gestão que agora estaria voltada para o cidadão, pressupunha que, se o cidadão pudesse de alguma maneira influenciar na formulação das ações do governo, poder-se-ia pensar também em sua atuação como elemento avaliador e fiscalizador da aplicação dos recursos públicos (MEDEIROS; PEREIRA, 2003, p. 63). Deste modo, mediante os aspectos mencionados inerentes a esse novo modelo de gestão, se é despontada a ideia de um discurso democrático e de ideais de descentralização, participação, cidadania e sociedade civil, com a atuação do cidadão passando a ser vista como aspecto relevante dentro do espaço público.

O público vem do povo. Desde o começo, a palavra se relaciona com a inclusão. O público é o contrário de secreto. Originalmente, corresponde ao que chega a ser de conhecimento do povo. A crescente importância do público se

manifesta no critério de que (*sic*) para um campo amplo de ações e para um conjunto cada vez mais amplo de atores só é aceitável aquilo que pode ser validado por uma via de comunicação aberta a todos os que têm interesses ou são afetados por ela (PIAGET, 1969 *apud* TORO, 2005, p. 31). Portanto, transformações são percebidas e vivenciadas na gestão pública contemporânea como resultado da valorização e do reconhecimento da participação cidadã por meio dos mecanismos de controle que, não obstante, vem sendo aplicados no gerenciamento de suas atividades

3 A PERSPECTIVA DOS MECANISMOS DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA

De acordo com Santa Cruz (2016) diante das transformações ocorridas no mundo a partir da década de 1980, resultantes da globalização, bem como da dinâmica tecnológica e a publicitação implantadas na área pública, percebe-se uma mudança de comportamento da Administração Pública evidente, na sua gestão. Com isso, os mecanismos de controle da gestão pública existentes nesse contexto passariam a ser exercidos de maneira adequada e eficaz, possibilitando um comportamento ético efetivo e a prática da justiça social.

No Brasil, o primeiro passo para a valorização da sociedade na gestão dos negócios públicos foi dado com a aprovação em setembro de 1995, do “Plano Diretor da Reforma do Estado” (MEDEIROS; PEREIRA, 2003, p. 66) com o intento de que os cidadãos mantivessem o controle sobre o desempenho da administração pública.

Nessa perspectiva, tem-se nesse momento a formação de um espaço público no qual o cidadão passa a ser concebido como um sujeito político atuante, que anseia por uma maior transparência na condução da gestão pública.

Deste modo, o controle na Gestão Pública surge com o objetivo de medir e avaliar o desempenho de um determinado órgão baseando-se na perspectiva de um contínuo aperfeiçoamento da gestão, atuando como um mecanismo fundamental nos âmbitos institucional e social. Assim, é a partir da Constituição Federal de 1988 que são presenciados o fortalecimento e o surgimento dos mecanismos de controle, como o Ministério Público, os órgãos de controle interno, as agências reguladoras, os Tribunais de Contas, as Ouvidorias, entre outros (PEREIRA, 2003, p. 13).

Dentre os mecanismos de controle que integram a Administração Pública deve-se citar os controles: internos - quando o agente controlador integra a própria Administração; externos - quando o controle se efetua através de um órgão

ou instituição exterior à Administração; e populares ou sociais – quando o controle é exercido pela própria sociedade.

3.1 CONTROLE INTERNO

O controle interno se encontra presente em cada desdobramento da organização, uma vez que suas funções se coadunam com todas as demais funções na administração. Assim, compete ao controle interno prestar informações de forma permanente à administração superior sobre todas as áreas relacionadas ao controle, seja contábil, administrativo, operacional ou jurídico; preservar os interesses da organização contra ilegalidades, erros ou outras irregularidades; bem como, velar pela realização das metas governamentais (NASCIMENTO, 2010, p. 196).

Nesse sentido, o controle interno encontra-se normatizado no próprio texto Constitucional no art. 74, o qual estabelece a atuação integrada e sistematizada dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional (BRASIL, 1988).

Por isso, o controle interno se mostra como um instrumento relevante para a orientação dos gestores nas tomadas de decisões, o qual contribui decisivamente na instrumentalização dos princípios da Administração Pública, de forma a garantir a proteção do patrimônio público no combate ante os atos de improbidade administrativa.

3.2 CONTROLE EXTERNO

Partindo do posicionamento de Guerra (2005, p.108, *apud* Londero, 2012, p.19), o controle externo conceitua-se como sendo:

(...) é aquele desempenhado por órgão apartado do outro controlado, tendo por finalidade a efetivação de mecanismos, visando garantir a plena eficácia das ações de gestão governamental, porquanto a Administração Pública deve ser fiscalizada, na gestão dos interesses da sociedade, por órgão de fora de suas partes, impondo atuação em consonância com os princípios determinados pelo ordenamento jurídico como os da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, publicidade, motivação, impessoalidade, entre outros.

Sendo assim, Nascimento (2010) faz referência as questões centrais de interesse do controle externo, quais sejam os aspectos ligados à questão do dinheiro público e à observância dos limites financeiros consignados no orçamento, conforme previsto na Lei Maior e na lei básica do orçamento, a Lei nº 4320/64 a qual estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Desta forma, o controle externo é indispensável a um adequado funcionamento da máquina administrativa, uma vez que conduz a um alcance de melhores resultados, preconizando a retidão da Administração Pública por meio do impedimento de atos de improbidades por parte dos gestores públicos.

O controle externo do poder público deve ocorrer principalmente por meio do controle popular, do controle

social, por meio da democracia participativa e direta. O Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Ministério Público e os Tribunais de Contas também exercem o controle externo da Administração Pública (RODRIGUES *et. al.* 2015, p.124).

4 TEORIAS DEMOCRÁTICAS: A PARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO DAS DEMOCRACIAS REPRESENTATIVA E PARTICIPATIVA

Deve-se ao século XIX o aperfeiçoamento da “teoria da democracia” como forma de governo. É nesse momento que se consagra o modelo democrático da era moderna, a democracia representativa (PEREZ, 2004, p.27). Segundo Marques *et.al* (2015) a teoria liberal representativa seria a corrente teórica que estaria baseada na agregação de interesses através do sistema eleitoral; sendo assim, esse novo modelo de democracia com predicados liberais passa a ser concebido como o regime em que a participação nas decisões políticas se dá por meio de representantes.

A expressão democracia representativa significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela

fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade (BOBBIO, 2011, p. 56).

Com base nestas configurações, se torna possível fazer considerações relevantes em torno da perspectiva da participação dentro desta corrente teórica da democracia. Para tanto, os teóricos da democracia liberal e representativa (Schumpeter, Sartori etc.) a descrevem apenas como um método, ou seja, um procedimento de escolha dos representantes por meio de eleições.

No entanto, não tardou para que a ciência política viesse diagnosticar os problemas vivenciados pela democracia representativa tais como: oligarquização dos partidos políticos; desinteresse dos eleitores pela participação política; falta de educação política dos eleitores, personalização excessiva do processo eleitoral e etc. (FERREIRA, F. 1992 *apud* PEREZ, 2004, p.31). Assim, ante as limitações do regime democrático representativo, que suscita a ausência de espaços para os interesses da coletividade nas decisões dos gestores públicos, tornou-se viável a adoção da chamada democracia participativa de forma a contribuir na construção de novas institucionalidades no Estado brasileiro. Deste modo, a manutenção dos pressupostos típicos do modelo de governo representativo unido a participação direta dos cidadãos tornou-se um

pressuposto que, não obstante, conduziria a efetivação de um regime verdadeiramente democrático.

Com base nesse entendimento a democracia participativa adquire como princípio norteador a abertura do Estado para uma maior participação da população, com a ideia de uma participação que vá além do voto eleitoral periódico, através de novos espaços institucionais, ou não, que admitem uma inovação no relacionamento Estado-sociedade. Portanto, a democracia participativa permitiu que os cidadãos se tomassem participantes ativos na vida política, por meio da intervenção e da reivindicação de seus anseios. José Afonso da Silva (*apud*, Perez, 2004, p. 34), afirma que a democracia participativa está intrinsecamente ligada ao chamado Estado Democrático de Direito:

A democracia que o Estado Democrático de Direito realiza há de ser um processo de convivência social numa sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, II) em que o poder emana do povo, que deve ser exercido em proveito do povo, diretamente ou por representantes eleitos (art. 1º, parágrafo único); participativa, porque envolve a participação crescente do povo no processo decisório e na formação dos atos de governo; pluralista, porque respeita a pluralidade de ideias, culturas e etnias e pressupõe assim o diálogo entre opiniões e pensamentos divergentes da sociedade; há de ser um processo de liberação da pessoa humana das formas de opressão que não depende apenas do reconhecimento formal de certos direitos individuais políticos e sociais, mas especificamente da vigência de

condições econômicas suscetíveis de favorecer o seu pleno exercício.

Nesse contexto, o Estado de Direito contemporâneo reforça a papel do Estado na promoção da liberdade, a qual passa a ser entendida de forma ampla, e que, não obstante, se identifica com os direitos fundamentais ou direitos humanos, ou seja, o mesmo se baseia na ideia de que a participação do cidadão é uma constante, de forma em que se estabelece uma aproximação entre a sociedade e o Estado. Sendo assim, embora na democracia participativa permaneçam variáveis intrínsecas a democracia representativa, tais como aspectos relacionados ao processo eleitoral e a organização partidária, sabendo-se que não há Estado sem poder, e que, não obstante, esse poder deve ser controlado e exercido nos moldes pré-estabelecidos pela sociedade que o constitui (BITENCOURT.; PASE.; 2015, p.296), a construção de um espaço público que garante a participação livre e igualitária dos cidadãos nas decisões políticas, constitui-se como um aspecto basilar dos Estados democráticos modernos.

4.1 TRANSIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO BRASILEIRO

No Brasil, afim de que o país voltasse a ter o pleno exercício das liberdades democráticas, as quais haviam sido suspensas no regime militar que vigorou no Brasil nas décadas de 1960 à meados da década de 1980 (LIMA; LIMA; 2012, p.4) urgem os chamados movimentos sociais que trouxeram suas reivindicações a público e ampliaram as fronteiras da política para além da dimensão institucional (DAGNINO, 1994, *apud* DE MÁRIO, 2011, p.21). Com a emergência destes movimentos sociais, coloca-se em pauta na cena pública a exigência de direitos, quais sejam: civis, políticos e sociais, bem como o direito de participação na definição de políticas garantidoras dos mesmos.

Baseando-se nesses aspectos, evidencia-se a formação de um espaço público renovado, que, não obstante, fornecia ao cidadão a possibilidade de versar sobre questões novas, em espaços mais dinâmicos e que, todavia, não necessitavam passar pelo crivo partidário. Contudo, existem feitos perpetrados no espaço público que se mostram recorrentes ao longo da história. Paiva (2001) versa sobre diversos temas, dentre os quais: o da corrupção que perpassa

a vida pública nacional nos mais diversos modelos de governo instaurados no país - representando uma ameaça às instituições democráticas e as liberdades fundamentais; a falta de espírito público; a manutenção de um espaço público restrito que privilegia grupos específicos e o caráter autoritário de quem controla este espaço público. No entanto, entende-se que a expansão do processo participativo nessa conjuntura comparece como um mecanismo de auxílio eficaz na busca da superação dos mencionados problemas.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO POPULAR E O CONTROLE SOCIAL

Com efeito, a participação da sociedade civil na gestão pública introduz uma transformação qualitativa na medida em que incorpora outros níveis de poder além do Estado, e isto se configura como um direito ao autodesenvolvimento que poderá ser alcançado por meio de uma sociedade participativa que contribui para a formação da cidadania ativa (JACOBI 2008, *apud* MARQUES *et.al*, 2015, p. 75).

Dessa forma, a previsão de instrumentos de participação da sociedade no processo administrativo responde às exigências pluralistas e confere legitimidade a atuação administrativa, aproximando a Administração dos

cidadãos, facilitando o controle (AMARAL, 2008, p.47). Com isso, a participação se mostra uma ferramenta de socialização da política ao passo em se deve considerá-la como um instrumento que permite com que a sociedade mantenha o diálogo e possa deliberar sobre as mais diversas questões que demandam uma atuação pública, junto ao governo.

O controle social e a participação estão relacionados, pois por meio da participação popular na gestão pública, os cidadãos podem interferir na tomada da decisão, orientando para que se adotem medidas que realmente atendam ao interesse público e, que possa exercer controle sobre a ação do Estado, exigindo que o gestor público preste contas de sua atuação (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2018).

Na concepção de Siraque (2005, *apud* Prata, 2015), o controle social se configura como um direito inerente ao cidadão de exercer influência sobre o agir do Estado, configurando-se como um mecanismo de exercício da soberania popular. Sendo assim, a transparência na gestão pública é uma necessidade incontestável, uma vez que, o poder do Estado, isto é, o poder político, pertence ao povo que transfere recursos para os dispêndios gerenciados pelos gestores públicos, sendo reconhecido como a fonte legítima dos poderes institucionais.

Sob tal enfoque, o comprometimento do Estado com a Transparência Pública, ampliou-se de modo em que a obrigação da transparência na divulgação das informações foi ampliada com o advento da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei Complementar 131/2009 – Lei da Transparência Fiscal e, mais recentemente, da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à informação (LONDERO, 2012, p. 22). Dentro deste contexto, segundo Queiroz (2001, *apud* Medeiros e Pereira, 2003) a Lei de Responsabilidade Fiscal, é considerada como a primeira tentativa específica para disciplinar a gestão fiscal no Brasil.

Diversos são os órgãos e instituições fiscalizadoras as quais exercem o controle social na gestão pública; e para tanto, expõe-se como exemplo: o Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Tribunal de Contas do Município (TCM), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual (MPE), Controladoria Geral da União (CGU), Controladoria Geral do Estado (CGE), Poder Legislativo, Conselhos Municipais, entre outros (SILVA, SILVA.; 2012, p. 5).

6 AS OUVIDORIAS PÚBLICAS NA CONJUNTURA BRASILEIRA

Com o fortalecimento dos direitos dos cidadãos ante o poder do Estado, os registros históricos indicam a Suécia do início do século XIX como cenário da instituição do *Ombudsman* (FORNAZARO; SAMPAIO, 2011, p.24). Na linguagem sueca a figura do *Ombudsman* adquire o significado de representante ou procurador do povo perante o poder público.

Importante ressaltar que as ouvidorias públicas não são fenômeno recente. Em verdade, suas origens históricas remontam ao final do século XVIII e início do século XIX, quando surge, na Suécia, a figura do ombudsman, positivada na constituição daquele país em 5 de junho de 1809. Inicialmente responsável por vigiar a execução das ordens e leis emanadas do rei, o ombudsman se torna, posteriormente, “um mandatário do Parlamento, controlando, em nome deste, a Administração e a Justiça” (GOMES, 2000, p.83 *apud* MENEZES, 2015, p.14).

Nesse contexto, em se tratando das Ouvidorias Públicas no Brasil, Menezes (2011) deixa explícito que, ainda que ao longo da década de 1970 já houvessem manifestações doutrinárias em torno da criação do instituto da ouvidoria, o cenário brasileiro não se mostrava propício para tal

acontecimento, uma vez que, ante o regime de exceção vivenciado na época, a participação e o controle social não se coadunavam com tal realidade.

Sendo assim, as Ouvidorias Públicas brasileiras surgem inspiradas pelo Instituto Internacional do *Ombudsman*, segundo o qual na visão de De Mário (2011) urge no século XX como um meio de extremada relevância na defesa dos direitos individuais e coletivos ameaçados pela ação do Estado. Sua fiscalização, no entanto, recaia, via de regra, sobre todos os órgãos e agentes da administração - direta ou indireta. Dessa forma, Gomes (2004, p.44 *apud* De Mário, 2011, p. 42) apregoa os papéis fundamentais do Instituto Internacional do *Ombudsman*, quais sejam:

[...] proteger o povo da violação dos direitos, abusos de poder, erro, negligência, decisão injusta, e má administração a fim de melhorar a administração pública e fazer com que as ações do governo sejam mais abertas e que o governo e funcionários sejam mais transparentes com os cidadãos.

Sendo assim, falar sobre Ouvidorias Públicas é falar dos direitos do cidadão e dos deveres do Estado (DE MÁRIO, 2011, p.14); e para tanto, é por meio delas que é facilitada a interlocução entre a sociedade e o Estado por meio da abertura de espaços de reivindicação e de questionamento

das recorrentes irregularidades e ilegalidades praticadas no seio da gestão pública.

As Ouvidorias públicas e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) são exemplos de instrumentos institucionais e jurídicos que, ao lado dos outros canais de participação e controle social existentes, buscam operacionalizar o princípio da democracia participativa consagrado na Constituição (SANTOS *et.al*, 2012, p.3).

Conforme o posicionamento de Lyra (2014) referenciado por Monteiro (2016) a Lei de Acesso a Informação urge com o objetivo de fortalecer e de consolidar o papel das Ouvidorias Públicas quando concede ao cidadão o amplo acesso à informação. Nesse sentido, a LAI regulamenta o direito fundamental do cidadão citado no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, o qual normatiza que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (BRASIL, 1988).

6.1 ATUAÇÃO DA OUVIDORIA PÚBLICA E SEU CARÁTER DE INSTÂNCIA VIABILIZADORA DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL

Conforme o pensamento de De Mário (2011) as Ouvidorias se tornaram uma realidade no Brasil; e, no

entanto, embora a fundamentação de uma ouvidoria seja a mesma, pertinentes diferenças entre aquelas que se encontram e no setor privado e no setor público devem ser destacadas. Nesse sentido, mediante o interesse do lucro no setor privado, as ouvidorias nesse âmbito lidam essencialmente com consumidores - mais do que com cidadãos - o que quer dizer que nesse contexto, os direitos reclamados recebem uma roupagem diferenciada daqueles das Ouvidorias Públicas, as quais lidam diretamente com os problemas do Estado.

As Ouvidorias Públicas assumem um papel relevante quando por meio da viabilização do diálogo entre o cidadão e a Gestão Pública, agem como instâncias de promoção e de defesa de direitos, lidando de forma direta com a dívida social, com a ausência ou com a má atuação do Estado, interpretando os anseios da população de forma a tornar possível que os gestores públicos sejam orientados ante as tomadas de decisões em prol do benefício da coletividade. Assim, pode-se ter uma visão sobre o que seria uma Ouvidoria Pública, mediante a concepção prevista no Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que define a Ouvidoria Pública como instância de controle e participação social responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos as políticas e aos serviços públicos, prestados sobre

qualquer forma ou regime, com vistas ao aprimoramento da gestão pública (MARQUES; TAUCHEN, 2014, p. 500). Deste modo, através dos dados de uma Ouvidoria se torna possível visualizar os pontos frágeis de determinada administração pública, bem como as ações que estão sendo empreendidas para a solução de tais questões (DE MÁRIO, 2011, p. 51). Portanto, as ouvidorias se constituem como espaços democráticos onde qualquer cidadão interessado pode e deve manifestar o seu posicionamento acerca dos serviços fornecidos pela administração pública, devendo, não obstante receber dela uma resposta adequada e satisfatória.

7 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do estudo, traçou-se um percurso metodológico fundamentado na utilização de uma pesquisa caracterizada como descritiva e exploratória. Conforme o método de abordagem utilizado, o estudo classifica-se em qualitativo.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados para o delineamento da pesquisa, esta classifica-se como sendo de natureza bibliográfica por meio da utilização do aporte teórico disponibilizado em livros publicados na área estudada, publicações em periódicos e artigos científicos, monografias, e

na *internet*; e documental, através do uso como referencial dos Relatórios Gerenciais da Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba – OGE, para tratamento analítico conforme os objetivos do estudo.

Para a realização da coleta dos dados necessários para a elaboração do presente estudo, utilizou-se como referência os Relatórios Gerenciais da Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba -OGE referentes ao período de 2014 à 2017.

7.1 CARACTERIZAÇÃO DA OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA

Criada em 17 de março de 2007, pela Lei 9.186 e regulamentada suas atribuições pelo Decreto Estadual de nº 34.631 de 2003⁹, a Ouvidoria Geral do Estado – OGE, atua junto a todas as secretarias e órgãos do Governo Estadual na coordenação da Rede Estadual de Ouvidorias Públicas. Nesse sentido, a OGE tem como missão encaminhar as demandas recebidas através das tipologias de denúncia, reclamação, sugestão, elogio e informação, interagindo com todo o Governo do Estado através da intersetorialidade do

⁹ Dados disponíveis no Relatório Gerencial da Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba referente ao ano de 2017.

Banco de Dados gerado pelos relatórios quantitativos, qualitativos e propositivos.

Nesse contexto, a OGE tem a transparência como um dos seus princípios, e dessa forma, a entrega de relatórios aos setores públicos e a sociedade visam o fortalecimento da prática de Transparência Pública, a partir do envio dos relatórios das Ouvidorias da Rede para Ouvidoria Geral¹⁰.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A princípio promoveu-se a análise do total de demandas acessadas na Rede, atendo-se em conformidade aos seus índices de resolutividade média. A posteriori, foram analisados de forma numérica e qualitativamente, de forma especificada, os Relatórios Gerenciais dos respectivos anos de 2014 a 2017, por meio da aplicação da metodologia de seleção das 10 (dez) unidades do Governo do Estado que obtiveram mais demandas no decorrer do quadriênio, atendo-se a perspectiva de análise daquelas que foram mais e menos

¹⁰ Os dados utilizados neste subtópico encontram-se disponíveis no Site da Ouvidoria Geral do Estado da

Paraíba e no Relatório Gerencial da Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba referente ao ano de 2017.

demandadas dentre as 10 (dez), e os seus respectivos índices de resolutividade.

A Ouvidoria Geral do Estado, vem desde 2013 orientando habitualmente a Rede Estadual de Ouvidorias no que diz respeito a obrigatoriedade de entrega de relatórios mensais aos setores de respectivas pastas mencionando dados quantitativos, qualitativos e resolutivos, assim como ações desenvolvidas no âmbito de cada ouvidoria (RELATÓRIO – OGE, 2017). Todavia, os Relatórios Gerenciais da Ouvidoria Geral do Estado se fundamentam, essencialmente, mediante a sistematização dos dados concernentes a toda Rede de Ouvidorias do Estado – Ouvidorias Setoriais/Correspondentes, afim de que sejam entregues ao Chefe do Poder Executivo.

Com isso, conforme a avaliação dos Relatórios Gerenciais dos respectivos anos de 2014 à 2017, pôde-se ter acesso ao total de demandas que foram acessadas no quadriênio na Rede Estadual de Ouvidorias do Estado, e seus respectivos índices de resolutividade média, os quais se encontram expressos a seguir:

Tabela 1 – Acesso de demandas na Rede Estadual de Ouvidorias e seus índices de resolutividade entre 2014 - 2017

ANO	TOTAL DE DEMANDAS ACESSADAS NO QUADRIÊNIO	RESOLUTIVIDA DE MÉDIA
2014	13.854	NI = NÃO INFORMADO
2015	15.767	66,63%
2016	8.236	75,85%
2017	13.324	80,16%
TOTAL	51.181	-

Fonte: Relatórios Gerenciais da Ouvidoria Geral do Estado/Sistema de Ouvidoria Estadual – 2014/ 2016/2017 (organizado pela autora).

De acordo com a Tabela 1, constata-se que no ano de 2014 houve um total de 13.854 demandas acessadas na Rede Estadual de Ouvidorias do Estado, no entanto, mediante os dados que foram expostos no relatório do referido ano, não foi tornado possível quantificar o índice de resolutividade das mesmas, conforme será especificado adiante. Por conseguinte, no ano de 2015 foram registradas 15.767 demandas o que representou um aumento de 13,8% em relação ao período anterior; e para tanto, em 2015 a resolutividade média correspondeu a um índice de 66,63% (10.506 demandas solucionadas). Em 2016 foram

contabilizadas 8.236 demandas, o que condiz a uma queda de 47,8% em relação ao ano anterior; no entanto, em se tratando da taxa de resolutividade, a mesma apresentou um aumento no percentual de cerca de 75,85% (6.327 demandas solucionadas).

Por fim, no que se refere ao ano de 2017, a quantidade demandada assumiu valores semelhantes aos apresentados em 2014 com um quantitativo de 13.324 demandas, todavia a taxa de resolutividade continuou em ascensão com um percentual de resolutividade de 80,16% (10.681 demandas solucionadas).

8.1 ANÁLISE QUALITATIVA DO RELATÓRIO GERENCIAL E PROPOSITIVO DA REDE DE OUVIDORIAS DO ESTADO DO ANO DE 2014

Segundo demonstrado no Relatório Gerencial e Propositivo da Rede de Ouvidorias do Estado referente ao ano de 2014, os dados apresentados no documento foram alimentados conforme dados dos relatórios recebidos pelas Ouvidorias Setoriais/Correspondentes da Rede de Ouvidorias do Estado, como também, do *software* pioneiro destinado a Ouvidoria Geral do Estado, para acompanhamento de

demandas na Rede de Ouvidorias e Secretarias (GoldenDoc) (RELATÓRIO OGE, 2014, p. 3). Contudo, e partindo de tais aspectos, o mencionado *software* por se tratar de um *software* primário que não compreendia todas as informações técnicas e recursos desejados acabava por apresentar, em certo sentido, divergências em sua totalidade de demandas, o que, não obstante influenciava na fidedignidade dos dados.

Partindo de tais considerações, cabe nesse contexto fazer uma ressalva de que a análise dos dados do ano de 2014 que serão feitas adiante, divergirão, em certo sentido, das análises dos anos posteriores, uma vez que os índices de resolutividade das 10 Secretarias e Órgãos do Governo do Estado mais demandadas durante o ano não constaram no relatório. No entanto, a seguir serão analisados o grau de resolutividade de demandas referente a toda a Rede Estadual de Ouvidorias durante o ano, bem como os órgãos e secretarias que obtiveram o maior número de demandas no decorrer do ano de 2014.

Nesse sentido, foram recebidas na Rede Estadual de Ouvidorias no ano de 2014 um total de 13.854 demandas e, no entanto, deste total, 6.811 teriam sido resolvidas. Além disso, o relatório expõe, em conformidade, que o índice de resolutividade de demandas na Rede no mesmo ano, teria correspondido a um percentual de 90%. Todavia, tornou-se

possível constatar uma discrepância nos dados, uma vez que, se foram solucionadas 90% das demandas que foram recebidas, o total de demandas solucionadas deveria corresponder a um quantitativo de 12.499 demandas (o que, não obstante, corresponde a um percentual de 49,16%).

Serão consideradas abaixo as 10 (dez) unidades da Rede de Ouvidorias Estadual, as quais foram alvo de maiores demandas no decorrer do ano de 2014.

Tabela 2 – 10 Unidades da Rede de Ouvidorias do Estado da Paraíba com maior número de demandas em 2014

Ranking	Unidades	Nº de Demandas
1º	DETRAN- Dep. Estadual de Trânsito	7.710
2º	PBPREV	4.151
3º	CAGEPA- Comp. De Água e Esgotos da Paraíba	1.317
4º	Sistema Penitenciário	152
5º	SEE – Secretaria do Estado de Educação	143
6º	Polícia Militar	106
7º	SEAD- Secretaria de Estado da Administração	62
8º	IMEQ – Inst. De Met. E	23

	Qualidade Ind. Da Paraíba	
9º	PROCON – Prog. Est. De Orientação e Def. do Consumidor	22
10º	CINEP – Comp. De Desenvolvimento da Paraíba	13

Fonte: Relatório Gerencial e Propositivo da Rede de Ouvidorias do Estado – 2014 (organizado pela autora).

Conforme já mencionado no relatório gerencial da Rede de Ouvidorias do Estado referente ao ano de 2014, não se expressa o índice de resolutividade das demandas das referidas unidades do Governo, as quais foram alvo de um maior quantitativo de acesso. No entanto, conforme observado, o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN); a Previdência do Estado da Paraíba; e a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), foram os órgãos mais demandados no decorrer do ano, correspondendo a um índice de 95,13% das demandas de toda Rede de Ouvidorias no decorrer do ano.

8.2 ANÁLISE QUALITATIVA DO RELATÓRIO GERENCIAL DA OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DO ANO DE 2015

Tratando-se dos aspectos estruturais do relatório, isto é, do método utilizado para sua configuração, constata-se que o mesmo foi construído mediante a participação de 17 (dezessete) Ouvidorias que compõem a Rede de Ouvidorias do Estado, na Reunião de Avaliação e Planejamento promovida pela OGE, em março de 2015.¹¹

De acordo com o Relatório (2015) houve uma diminuição percentual de 5,19% na entrada de demandas no ano de 2015 em detrimento ao ano de 2014, justificado pelo aumento de investimentos, captação de recursos e ações executadas pelo Governo do Estado em todas as áreas de atuação. No entanto, quando analisados correlativamente de forma mais específica ambos os relatórios, constata-se que em 2014 foram acessadas 13.854 demandas, enquanto que em 2015 a quantidade de demandas foi de 15.767, ficando demonstrado, portanto, que não houve uma queda na quantidade de demandas 45 acessadas na OGE de um ano para o outro, mas um aumento de 13,08%.

¹¹ Dados obtidos através do Relatório Gerencial Quantitativo/Qualitativo da Ouvidoria Geral do Estado – 2015.

Partindo disso, para fins analíticos do estudo, foram analisadas quanti- qualitativamente a seguir, as 10 (dez) Unidades do Governo do Estado as quais fazem parte da Rede de Ouvidorias do Estado da Paraíba que obtiveram mais acessos em 2015, atentando-se para as unidades mais e menos acessadas dentre as 10 (dez).

Tabela 3 – 10 Unidades da Rede de Ouvidorias do Estado mais acessadas em 2015

Ranking	Unidade	Quantidade das demandas	Índice correspondente a quantidade demandada	Resolutividade (demandas resolvidas)	Índice de resolutividade das demandas
1º	Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba - DETRAN-PB	3.824	24,25%	779	20,37%
2º	PB PREV	3.160	20,05%	3.160	100%
3º	Secretaria do Estado da Saúde	3.073	19,50%	2.251	83%

4º	Secretaria do Estado da Receita	1.871	11,87%	1.832	97,90%
5º	Companhia de Água e Esgoto da Paraíba – CAGEPA	1.642	10,42%	1.593	97%
6º	Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba – OGE	1.037	6,58%	-	-
7º	Secretaria de Estado da Educação	345	2,19%	83	23,77%
8º	Ouvidoria de Polícia – SEDS	308	1,96%	188	61%
9º	Agência Estadual de Vigilância Sanitária – AGEVISA	141	0,90%	43	29,79%
10º	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	118	0,75%	76	63,56%
-	SUBTOTAL =	15.519	98,47%	10.005	64,47%

-	Outras unidades: Polícia Militar; FUNESC; FUNAD; EMPASA; PB – TUR; SUPLAN; CINEP.	248	1,60%	195	89,95% ¹²
-	TOTAL =	15.767	100%	10.200	64,70%

Fonte: Relatório Gerencial quantitativo/qualitativo da Ouvidoria Geral do Estado – 2015 (organizado pela autora).

De acordo com a Tabela 3 constata-se que no ano de 2015, as 03 (três) unidades do Governo do Estado as quais foram alvo de maiores demandas no decorrer do ano, foram: o DETRAN, com 3.824 demandas; a PBPREV, com 3.160; e a Secretaria do Estado da Saúde, com 3.073. Deste modo, mediante a soma do quantitativo de demandas das mencionadas unidades, depreende-se que as mesmas foram responsáveis por um percentual de 63,08% em relação a quantidade total de demandas da OGE no ano de 2015.

De acordo com Lombardi (2018, *apud* Moreira, 2018) “a ouvidoria, é vista como um instrumento de participação

¹² Valor médio de resolução das demandas.

social, transparência e cooperação”. Contudo, e partindo desta conceituação, torna-se possível observar que, o DETRAN em 2015, foi órgão que obteve o maior quantitativo de demandas no decorrer do ano, configurando-se, porém, como a unidade que obteve o menor índice de resolutividade de suas demandas, correspondendo a um percentual de 20,37%. Para tanto, a PBPREV e a Secretaria de Saúde apresentaram taxa de resolutividade de 100% e 83% respectivamente. Todavia, em se tratando das unidades que obtiveram um menor número de pleitos, destaca-se a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, com 118 demandas; a Agência Estadual de Vigilância Sanitária – AGEVISA, com 141; e a Ouvidoria de Polícia – SEDS, com 308 demandas, correspondendo, portanto, a um percentual de 3,61% em relação ao total do quantitativo de demandas da OGE no ano em questão. Por fim, no que refere ao índice de resolutividade das mencionadas unidades, a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e a Ouvidoria da Polícia obtiveram um índice de resolutividade acima de 60% (63,56% e 61%, respectivamente). A AGEVISA, entretanto, obteve o menor índice de resolutividade dentre as três unidades analisadas (29,79%).

8.3 ANÁLISE QUALITATIVA DO RELATÓRIO GERENCIAL DA OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DO ANO DE 2016

Tratando-se da perspectiva de estruturação do relatório em questão, o mesmo esteve fundamentado nos indicadores e relatórios específicos da Rede de Ouvidorias do Estado da Paraíba, como também em elementos da Avaliação de Desempenho da Rede e Planejamento/Metas 2017, sendo construído através da participação de 25 ouvidorias as quais compunham a Rede de Ouvidorias do Estado (RELATÓRIO – OGE, 2016, p.6).

Foi constatada uma significativa diminuição no quantitativo de demandas acessadas em 2016, tanto na Rede de Ouvidorias, quanto na Ouvidoria Geral em relação aos anos anteriores. Assim, em 2014 e 2015 o total de demandas na Rede foi de 13.854 e 15.767, respectivamente; no entanto, em 2016 esse quantitativo foi de 8.236. Deste modo, serão analisadas a seguir, as 10 (dez) unidades do Governo do Estado que foram mais demandadas no decorrer do ano de 2016, atendo-se as unidades que foram mais e menos demandadas dentre elas, e os seus respectivos índices de resolutividade.

Tabela 4 – 10 Unidades da Rede de Ouvidorias do Estado com maior número de acessos em 2016

Ranking	Unidade	Quantidade de demandas	Índice correspondente a quantidade demandada	Resolutividade e (demandas respondidas)	Índice de resolutividade das demandas
1º	Secretaria de Estado da Saúde	2.913	35,37%	2.273	78%
2º	Companhia de Água e Esgoto da Paraíba – CAGEPA	1.235	15%	1.211	98%
3º	PB PREV	1.167	14,17%	1.167	100%
4º	Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba – DETRAN	620	7,53%	239	38,54%
5º	Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba – OGE	517	6,28%	243	47%
6º	Secretaria de Estado da Educação – SEE	471	5,72%	236	50%

7º	Agência de Regulação do Estado da Paraíba – ARPB	374	4,55%	351	93,83%
8º	Agência Estadual de Vigilância Sanitária – AGEVISA	222	2,70%	161	72,09%
9º	Ouvidoria de Polícia – SEDS	211	2,57%	44	20,38%
10º	Ouvidoria da Polícia Militar – PB	113	1,38%	75	66,37%
-	SUBTOTAL =	7.843	95,27%	6.000	76,50%
-	Outras Unidades: FUNAD; JUCEP; EMPASA; CINEP; Secretaria de Estadual da Receita; SEIRHMACT; FUNESC; SUPLAN;	393	4,73%	246	81,93% ¹³

¹³ Valor médio de resolução das demandas.

	DOCAS; PB-TUR.				
-	TOTAL =	8.236	100%	6.246	75,83%

Fonte: Relatório Gerencial Quantitativo/Qualitativo da Ouvidoria Geral do Estado – 2016 (organizado pela autora).

Conforme exposto na Tabela 6, referente às 10 (dez) unidades do Governo do Estado que obtiveram os maiores índices de demandas em 2016, contata-se que as unidades que foram alvo de maiores demandas no decorrer do ano, foram: a Secretaria de Estado da Saúde com um quantitativo de 2.913 demandas, a CAGEPA com 1.235 demandas e a PBPREV com 1.167. Assim, quando somados os acessos nas referidas unidades, constata-se que as mesmas apresentaram um percentual de 64,5% em relação ao total da quantidade demandada na OGE durante o ano.

No que se refere ao índice de resolutividade, a CAGEPA e a PBPREV mantiveram índices de resolutividade semelhantes ao ano anterior, correspondendo a um percentual de 98% e 100% respectivamente. Partindo disso, cabe fazer uma ressalva para a Secretaria de Estado da Saúde a qual, apesar de ter apresentado uma queda de 5,24% no total de demandas em relação ao ano de 2015, apresentou em

conformidade uma queda no índice de resolutividade passando de um percentual de 83% em 2015 para 78% em 2016.

Em relação as unidades que obtiveram um menor quantitativo de demandas durante o ano de 2016, ressalta-se: a Ouvidoria da Polícia Militar, com um quantitativo de 113 demandas; a Ouvidoria de Polícia – SEDS, com 211 demandas e a AGEVISA com 222 demandas, as quais, quando somadas corresponderam a um índice de 6,65% em relação ao quantitativo de demandas da OGE no mesmo ano.

Em se tratando do índice de resolutividade, a AGEVISA e a SEDS se mantiveram entre as unidades com o menor número de demandas, entretanto, houve uma aumento no índice de resolutividade da AGEVISA passando de 29,79% em 2015 para 72,09% em 2016; e uma queda no índice de resolutividade da SEDS a qual passou de 61% em 2015 para 20,38% em 2016. Contudo, e partindo de tais constatações, a Ouvidoria de Polícia Militar, em 2015 não figurou entre as 10 unidades mais demandadas durante o ano, já em 2016 a mesma passou a ocupar a 10ª colocação das unidades mais demandadas com um percentual de resolutividade 66,37%.

8.4 ANÁLISE QUALITATIVA DO RELATÓRIO GERENCIAL DA OUVIDORIA DO ESTADO/SISTEMA DE OUVIDORIA ESTADUAL DE 2017

O Relatório Gerencial do ano de 2017 foi estruturado com base em três relevantes pilares: o Sistema de Ouvidorias (*software*); o Banco de dados da Rede Estadual de Ouvidorias; e pela Sistematização das potencialidades e fragilidades através de instrumentos avaliativos, isto é, o Encontro Estadual da Rede de Ouvidorias (RELATÓRIO – OGE, 2017, p.40).

Tratando-se do quantitativo de demandas na OGE no ano de 2017, quando promovida uma análise correlativa com o ano de 2016 (ano de menor quantitativo de demandas no quadriênio proposto para fins do presente estudo) constata-se um aumento de 61,8% no número de demandas acessadas através da Ouvidoria Geral e pela Rede Estadual de Ouvidorias, o que, segundo o relatório, decorreu de uma maior visibilidade destes serviços no trabalho de divulgação nas plenárias do Orçamento Democrático, bem como em outras ações que foram desenvolvidas pela rede. Deste modo, serão analisados a seguir as 10 unidades do Governo do Estado mais demandadas no decorrer do ano de 2017,

atendo-se as unidades que foram mais e menos 53 demandadas e os seus respectivos índices de resolatividade.

Tabela 5 – 10 Unidades da Rede de Ouvidorias do Estado com maior número de acessos em 2017

Ranking	Unidade	Quantidade demandada	Índice correspondente a quantidade demandada	Resolutividade (demandas respondidas)	Índice de resolatividade das demandas
1º	Secretaria de Estado da Receita	3.834	29,01%	3.796	99%
2º	Secretaria de Estado da Saúde	3.763	28,48%	3.046	80,94%
3º	PB PREV	1.330	10,07%	1.330	100%
4º	Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba- OGE	895	6,78%	-	-
5º	Companhia de Água e Esgoto da Paraíba – CAGEPA	824	6,24%	792	96%

6º	Agência de Regulação do Estado da Paraíba – ARPB	742	5,62%	643	86,60%
7º	Secretaria de Estado da Educação – SEE	438	3,32%	180	41%
8º	Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba - DETRAN-PB	369	2,80%	223	60,35%
9º	Ouvidoria de Polícia – SEDS	258	1,96%	60	23,25%
10º	Ouvidoria da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	158	1,20%	143	90%
-	SUBTOTAL =	12.611	95,48%	10.213	80,98%

-	Outras unidades: Ouvidoria da Polícia Militar; Secretaria de Estado da Administração Penitenciária; JUCEP; FUNAD; CINEP; PB-TUR; PROCON-PB; Ouvidoria do Corpo de Bombeiros Militar – PB.	603	4,52%	367 ¹⁴	84,63% ¹⁵
-	TOTAL=	13.214	100%	10.580	80,06%

Fonte: Relatório Gerencial da Ouvidoria Geral do Estado/Sistema de Ouvidoria Estadual 2017 (organizado pela autora).

Mediante a análise da Tabela 8 constata-se que em 2017 foram contabilizadas pela OGE um total de 13.214

¹⁴ Valor obtido com exceção da Agência Estadual de Vigilância Sanitária – AGEVISA, uma vez que o Índice de resolutividade da unidade não foi informado.

¹⁵ Valor médio da resolução das demandas (com exceção da AGEVISA).

demandas, muito embora uma inconsistência nos dados tenha sido constatada, uma vez que fora exposto no relatório do ano em questão, que foram recebidas na Rede 13.324 demandas. Contudo, e partindo de tais aspectos, as três unidades responsáveis pelo maior quantitativo de acessos no ano de 2017 foram: a Secretaria de Estado da Receita, com 3.834 demandas; a Secretaria de Estado da Saúde, com 3.763; e a PBPREV, com 895. Assim, quando somadas as demandas das referidas unidades, depreende-se que as mesmas corresponderam a um percentual de 67,56% em relação ao total de demandas na OGE no mesmo ano.

Em se tratando dos seus índices de resolutividade, a Secretaria de Estado da Receita apresentou uma taxa de resolutividade de 99%, o que corresponde a um quantitativo de 3.796 demandas resolvidas; por conseguinte, a Secretaria de Estado de Saúde apresentou um incremento percentual de 29,17% no número de demandas em relação ao ano de 2016, porém apresentou uma melhora na taxa de resolutividade, que passou de 78% em 2016 para 80,94% em 2017; a PBPREV, por último, manteve a taxa de resolutividade de 100%, a qual vinha apresentando nos anos anteriores.

Dentre as unidades menos demandadas observa-se a UEPB, com 158 demandas; a Ouvidoria da SEDS, com 258; e o DETRAN, com 369; e para tanto, quando somadas as

demandas dessas unidades, obtém-se um percentual de 5,96% em relação ao total do período.

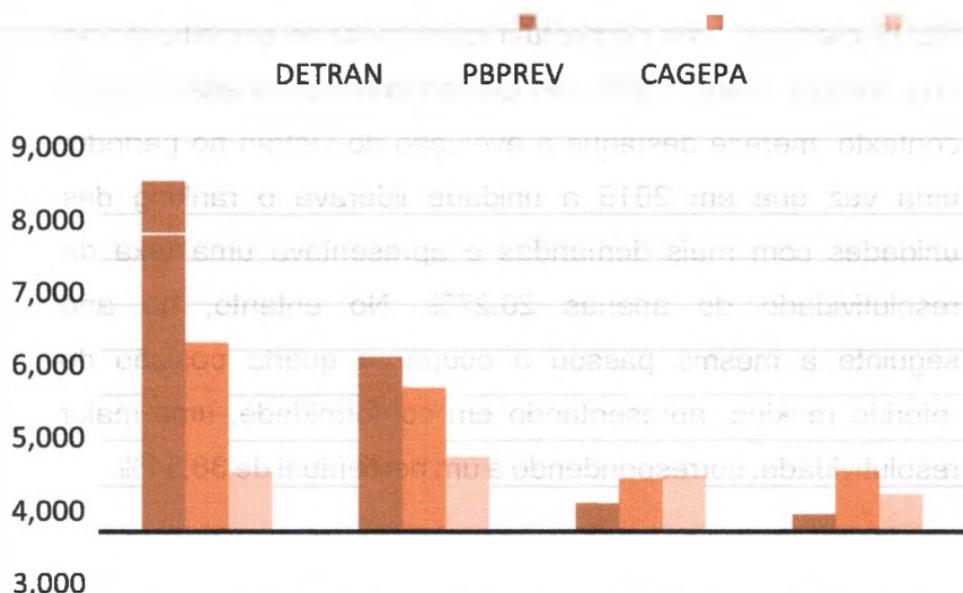
Partindo disso, no que se refere aos seus respectivos índices de resolutividade, a UEPB apresentou uma resolutividade de 90%, com 143 demandas sanadas; e a SEDS manteve uma percentual resolutividade semelhante ao ano anterior, com 23,25% das demandas solucionadas. Nesse contexto, merece destaque a evolução do Detran no período, uma vez que em 2015 a unidade liderava o ranking das unidades com mais demandas e apresentava uma taxa de resolutividade de apenas 20,27%. No entanto, no ano seguinte a mesma passou a ocupar a quarta posição do referido ranking, apresentando em conformidade, uma maior resolutividade, correspondendo a um percentual de 38,54%.

8.5 EVOLUÇÃO DE DEMANDAS DAS UNIDADES DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA NO QUADRIÊNIO – 2014-2017

Partindo da análise dos relatórios gerenciais da Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba – OGE, dos anos de 2014 à 2017 tornou-se possível observar/analisar o quadro de

evolução de demandas das unidades do Governo do Estado da Paraíba no decorrer dos respectivos anos.

Gráfico 2: Evolução de demandas no quadriênio 2014-2017



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Assim, quando analisado o período de 2014 à 2017, percebe-se que apesar destas unidades estarem dentre aquelas às quais foram alvo de maiores demandas nos respectivos anos, o número total de acessos apresentou considerável queda em todos anos e em quase todas as unidades supracitadas. Com disso, dentre elas destaca-se o

DETRAN que em 2014 apresentou um total de 7.710 acessos e em 2017 teve esse número reduzido para 369. No entanto, as demais unidades apresentaram redução no quantitativo de demandas ano após ano no período analisado, com exceção da PBPREV e da CAGEPA. A primeira demonstrou leve crescimento entre 2016 e 2017; e a segunda apresentou crescimento entre 2014 e 2015, porém nos anos subsequentes apresentou redução no número de demandas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Conforme versado durante o percurso teórico do estudo e mediante a análise dos relatórios da Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba referentes aos anos de 2014 à 2017, observa-se que as Ouvidorias Públicas são ajustadas como instrumentos de participação popular fundamentais para a proximidade entre a sociedade e o poder público. Deste modo, torna-se relevante admitir o caráter democrático atribuído as ouvidorias como espaços públicos nos quais é tornado possível com que o cidadão exerça o controle sobre as ações do Estado, reclame o seu direito e tenha acesso às informações necessárias para a avaliação e a cobrança de políticas públicas.

Nesse contexto, como resposta ao problema que deu margem à presente pesquisa, o qual, traduz seguinte questionamento “o controle social e a participação analisados por meio dos relatórios da Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba tem demonstrado o fortalecimento da democracia no Estado, no período de 2014 à 2017?”; sinaliza-se a princípio a contribuição para o fortalecimento da democracia participativa no Estado, quando disponibilizados os relatórios gerenciais pela Ouvidoria Geral do Estado para a apreciação da sociedade civil. No entanto, além disso, à medida em que as demandas foram sendo solicitadas em todos os órgãos do Governo do Estado, pode-se inferir através dos dados das taxas de resolutividade, as quais foram essencialmente aumentando, que a pressão/participação social tende a figurar-se como um elemento essencial para a consecução dos direitos e conseqüentemente para o progresso democrático do Estado da Paraíba.

Para tanto, partindo do objetivo geral instituído para o presente estudo, qual seja o de “analisar qual a relevância da participação social via Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba – PB, como um espaço institucional viabilizador do controle social e do possível fortalecimento da democracia, com base nos dados dos Relatórios Gerenciais da Ouvidoria Geral do Estado, no período de 2014 à 2017”, foi trazido à tona a

importância da participação e do controle social, via Ouvidoria do Estado, como mecanismos que têm sido utilizados em prol do benefício da coletividade, garantindo a preservação dos direitos dos cidadãos e permitindo, por conseguinte, com que o poder público seja conduzido a agir de forma transparente e responsável ante as tomadas de decisões.

Com base no objetivo específico instituído a princípio para o presente estudo, qual seja o de “apresentar reflexões acerca da efetivação de uma democracia participativa e suas implicações na consolidação do Estado democrático de direito” adentrou-se na perspectiva da consolidação da democracia participativa mediante as limitações do regime democrático representativo, pressupondo uma inovação no relacionamento Estado-sociedade mediante a ideia de uma participação que ultrapassa os “limites” do voto eleitoral, viabilizando uma maior abertura do Estado a participação da população na vida política. E para tanto, tais aspectos conduziram ao entendimento da sua intrínseca ligação ao Estado democrático de direito quando nesse contexto, o poder emana do povo, e ele participa ativamente no processo decisório. Em se tratando do objetivo específico de “expor a importância do controle social como forma de empoderamento da sociedade na construção de uma gestão pública democrática”, fica demonstrada a relevância do controle social

no Brasil, como um mecanismo de exercício da soberania popular ante as decisões do governo e de auxílio a estruturação de uma Gestão Pública baseada em princípios democráticos, quando torna possível com que a sociedade participe ativamente no controle das ações dos gestores públicos, participando da formulação das políticas públicas e fiscalizando a aplicação de recursos públicos.

Deste modo, partindo do objetivo de “mapear quais unidades do Governo obtiveram o maior número de demandas nos anos de 2014 à 2017 e os seus índices de resolutividade pelos dados da Ouvidoria Geral do Estado da Paraíba”, a partir da análise específica de cada relatório do referido quadriênio, e mediante a seleção das dez unidades do Governo do Estado que foram mais demandadas no transcorrer de cada ano, atendo-se aos dados das unidades mais e menos acessadas, constata-se que de acordo com os registros referentes ao ano de 2014, os mesmos apresentaram inconsistências e contradições no que diz respeito ao número de demandas e à resolutividade, o que impossibilitou uma análise adequada dos dados deste ano, não sendo tornado possível obter-se informações confiáveis e precisas dos mesmos. Contudo, no ano de 2015, as três unidades do Governo do Estado alvo de maiores demandas

foram: o DETRAN com 3.824 demandas; a PBPREV, com 3.160 e a Secretaria do Estado da Saúde, com 3.073.

Outrossim, no ano de 2016 representando 64,5% das demandas em relação ao total de demandas da OGE no ano, tem-se a Secretaria de Estado da Saúde, com um quantitativo de 2.913 demandas; a CAGEPA com 1.235 demandas e a PBPREV com 2.167; e, por fim, no que se refere ao ano de 2017 as três unidades responsáveis pelo maior quantitativo de acessos foram: a Secretaria de Estado da Receita, com 3.834 demandas; a Secretaria de Estado da Saúde, com 3.763 e a PB PREV com 895. Partindo destes aspectos, conforme assegura Lyra (2014) torna-se necessária uma cuidadosa sistematização dos dados por parte das Ouvidorias através da elaboração de um banco de dados que viabilize o seu cruzamento e análise. Para tanto, esta não é uma realidade em grande parte das Ouvidorias; e, por conseguinte, as que seguem esta perspectiva acabam por cometer falhas, seja na coleta/levantamento dos dados ou em sua análise, elaboração de relatórios e escoreta divulgação. Sendo assim, falhas foram detectadas mediante a análise dos relatórios da OGE referentes ao quadriênio proposto para fins analíticos do presente estudo. Por isso, como sugestões de melhorias para a OGE, destaca-se: uma melhor organização dos relatórios gerenciais, afim de que a sociedade possa ter

acesso a documentos que permitam uma análise correta dos dados, visto que foram verificadas dubiedades nos mesmos no decorrer das análises; a disponibilização dos relatórios de maneira em que a análise dos dados possa ser feita através de *software*, de forma a facilitar o controle social bem como, as pesquisas científicas que tenham por finalidade abordar a temática, utilizando por conseguinte os dados dos mesmos; e disponibilizar questionários para os solicitantes da Ouvidoria do Estado, afim de que os mesmos possam externar sua avaliação quanto ao atendimento da OGE. Portanto, novos estudos devem surgir no intuito do aprofundamento do tema ouvidoria pública e controle social de fundamental importância para o fortalecimento da democracia.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando L. **O impacto do modelo gerencial na administração pública**: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Caderno ENAP, n. 10. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 1997.
- AMARAL, A. S. **Princípios Estruturantes das Agências Reguladoras e os Mecanismos de Controle**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- BARROS, A.C.; **Curso transparência na gestão pública**: controle cidadão/coordenação, Cliff Villar; ilustração, Carlus Campos. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha/ TCE, 2017. 96p. (Curso em 06 Fascículos). Disponível em:

<https://www.tce.ce.gov.br/downloads/Controle_Cidadao/fasciculo_6_novo.pdf>. Acesso em: 28.out.2018.

BITENCOURT, C.; PASE, E.S.; **A necessária relação entre democracia e controle social**: discutindo os possíveis reflexos de uma democracia “não amadurecida” na efetivação do controle social na Administração Pública. Revista de Investigações Constitucionais. Curitiba. Vol.2. Janeiro/abril 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/43663>>. Acesso em: 29. Setembro. 2018.

BOBBIO, N.; **O Futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

COMPARATO, B.; Ouidorias Públicas como Instrumentos para o Fortalecimento da Democracia Participativa e para a Valorização da Cidadania. Cap. 2 p. 43-53. Disponível em:<http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160525_livro_ouvidoria_capitulo_02.pdf>. Acesso em: 29. Setembro. 2018.

DE MÁRIO, C.G. **Ouidorias Públicas em debate**: Possibilidades e Desafios. Jundiaí, Paco Editorial: 2011.

DE MÁRIO, C.G. **Ouidorias Públicas Municipais no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial: 2011.

FERLIE, Ewan et al. **The New Public Management in Action**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

FORNAZARO, M.I.; SAMPAIO, M.L.B. A construção das Ouidorias. cap.1. SÃO Paulo: UNICAMP, 2011. In: MÁRIO, C.G.; **Ouidorias Públicas em debate**: Possibilidades e Desafios. Jundiaí, Paco Editorial: 2011.

LIMA, T.A.P.; LIMA, M. G. **Ações de transparência na Gestão Pública**: Estudo de caso no município de Sousa/PB.

Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Aberta do Brasil, 2012. Disponível em:

<http://biblioteca.virtual.fpb.br/files/aaaes_de_transparancia_na_gest_ao_publica_estudo_de_caso_no_municapio_de_sousapb_1343835166.pdf> Acesso em: 27.nov.2018.

LONDERO, B. A.; **Controle na Administração Pública Brasileira**: Bases Normativas da Transparência e do Acesso às Informações Públicas para Efetivação do Controle Social. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/>

1/422/Londero_Bruno_Alex.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10.out. 2018.

LYRA, Rubens Pinto. **A Ouvidoria Pública no Brasil: Modelos em Disputa**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

MARQUES, D.G.G. et al. Democracia e Controle Social: A problemática da autonomia nos Conselhos paraibanos. In: SILVA, J.I.A.O.; MONTEIRO, J.M. **Tecituras da democracia: Uma visão plural dos Direitos Humanos e Políticas Públicas**. 2015, cap. 4.

MARQUES, D.G.G. et.al. A voz popular e a voz do Governo: Um estudo sobre o Conselho do Orçamento Participativo de Campina Grande- PB, Brasil. In: SILVA, J.I.A.O.; MONTEIRO, J.M. **Tecituras da democracia: Uma visão plural dos Direitos Humanos e Políticas Públicas**. 2015. cap.5.

MEDEIROS. P. H. R.; PEREIRA, J.M.; **Controle Social no Brasil: Confrontando a Teoria, o Discurso Oficial e Legislação com a Prática**. Revista do TCU. Out/Dez, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/701-Texto%20do%20artigo-1418-1-10-20151014%20(1).pdf> Acesso em: 17.outubro. 2018.

MENEZES, R. do A.; **Ouvidorias Públicas Federais: Análise dos elementos que contribuem para a promoção da Gestão Social**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_2088.pdf>

Acesso em: 21.out.2018.

NASCIMENTO, E.R. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2010. ed.2.

PAIVA, A.R. **O Público, O Privado e a cidadania possível**. A construção do espaço público brasileiro. 2001.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do Estado para a cidadania**. São Paulo: Editora 34, 1998.

PEREZ, M.A.; **A Administração Pública Democrática: Institutos de Participação Popular na Administração Pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Disponível em: <www.portaldatransparencia.gov.br>. Acesso em: 01 set. 2018.

RODRIGUES, D.O.F. et.al. A construção do controle social nos Conselhos Municipais: Estudo de caso na Prefeitura Municipal de Sumé-PB. In: SILVA, J.I.A.O.; MONTEIRO, J.M. **Tecituras da democracia: Uma visão plural dos Direitos Humanos e Políticas Públicas**. 2015, cap.6. 117-141.

SANTA CRUZ MONTEIRO, Rita de Cássia. Ouvidoria da Superintendência Regional do Departamento Nacional da Paraíba: Olhar dos servidores e usuários. 73f. **Monografia** (Especialização em Gestão Pública). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SANTOS, A.H.O. *et.al.* **Orientações para a implementação da Lei de Acesso à Informação nas Ouvidorias Públicas**: rumo ao sistema participativo. Controladoria- Geral da União. Ouvidoria-Geral da União. Brasília – DF, 2012. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/ouvidoria/arquivos/ogu-implementacao_lai.pdf> Acesso em: 07.out. 2018.

SILVA, F.K.S.; SILVA, L.A.C.; **Análise do controle social na Gestão Pública: Um estudo de caso no Município de Areia-PB**. Universidade Aberta do Brasil. Trabalho de Conclusão de curso. 2012. Disponível em: <http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/analise_do_controle_social_na_gestao_publica_um_estudo_de_caso_no_municipio_de_areia_pb_1343925075.pdf> Acesso em: 28.nov.2018.

SIRAQUE, Vanderlei. **Controle social da função administrativa do estado**: possibilidades e limites na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 2005.

TORO, J.B.; **A construção do público**: cidadania, democracia e participação. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio: Brasil, 2005, 112p.

**QUALIDADE DO SISTEMA
EDUCACIONAL: UM ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE O IDEB E O IDHM
- EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA
PARAÍBA**

Cássio de Oliveira Almeida
Emanoela de Lima Maracajá
Ana Rita Bezerra Alves Pereira

1 INTRODUÇÃO

A qualidade da educação é um tema de grande discussão entre os atores políticos, e também pela sociedade civil, tendo em vista que, a qualidade do sistema educacional tem sido um tema de grande preocupação por parte dos Governos. A prova disto, são as políticas públicas e os programas implementados para avaliar as escolas públicas e o nível de aprendizado dos alunos, visando uma melhoria na qualidade do ensino-aprendizagem. Apesar de ter essa inquietação para com o desenvolvimento da educação, o Brasil não tem atingido suas metas estipuladas para alcançar

um nível educacional praticado em diversos países desenvolvidos.

É notória a busca por melhores indicadores na educação. O índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) é uma ferramenta que busca quantificar a qualidade do ensino básico e a partir dos dados fornecidos, traçar metas para melhorar o ensino, o IDEB inclui, em um só indicador: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Logo, a partir dos dados fornecidos podem-se traçar planos e metas para atingir melhores indicadores para educação de forma mais eficiente.

Outro indicador bastante importante para a implantação de políticas públicas eficientes é o Índice de desenvolvimento Humano (IDH), esse indicador leva em consideração três variáveis: educação, saúde e renda. Todavia, para esta pesquisa foi utilizado o índice de desenvolvimento Humano Municipal componente educação (IDHM-educação).

Partindo desta explanação, este trabalho levanta o seguinte problema: **qual o nível de correlação entre o IDEB dos municípios e o IDHM-educação?** Como esses dois indicadores buscam auferir a qualidade na educação, é interessante observar o nível de correlação que há entre essas variáveis, para que assim os gestores públicos possam

utilizar essas informações e poder estimular o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – educação buscando potencializar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Tendo em vista a importância de aferir o desenvolvimento da educação e principalmente a educação básica, o presente trabalho objetiva traçar o nível de correlação entre esses dois indicadores (IDEB e IDHM-EDUCAÇÃO) para que com isso seja facilitada a tomada de decisão por parte dos gestores, e assim possam ser implantadas políticas públicas que sejam realmente eficientes, respeitando os princípios da eficiência e economicidade.

O presente estudo utiliza dados quantitativos obtidos em bases de dados nacionais, como o IDEB e o IDHM – educação, foi utilizado o método de análises bivariada em que se usou o método de correlação de Pearson¹⁶. A pesquisa foi realizada com os municípios¹⁷ do Estado da Paraíba, tendo em vista que a Paraíba apresenta o quinto pior IDEB do Brasil com média 4,7.

¹⁶Karl Pearson nasceu em Londres, 1857 — 1936 contribuiu muito para estatística. Foi o fundador do primeiro departamento universitário dedicado à estatística em todo o mundo, o departamento de Estatística Aplicada na University College London em 1911.

¹⁷O estado da Paraíba tem 223 municípios, porém nesse trabalho foi utilizado 211, pois 12 municípios não apresentaram notas do IDEB para o ano de 2011.

O principal objetivo da pesquisa é visualizar o nível de correlação que há entre as variáveis (IDEB e IDHM-EDUCAÇÃO), para que através dessa análise possa facilitar à aplicação de políticas públicas que realmente sejam eficientes, ou seja, é interessante observar o nível de correlação que há entre as duas variáveis, para que assim os gestores públicos possam utilizar essas informações e poder estimular o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – educação buscando potencializar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

2 DEBATE CONCEITUAL A CERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO

O presente trabalho tem como fundamentação teórica o segundo capítulo da tese de doutorado de Klaus Frey (2000): Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil, bem como, para complementar essa teoria, utilizaremos também, Celina Sousa: Políticas Públicas: uma revisão da literatura.

As políticas públicas são ações do governo, criadas com o intuito de colocar em prática os direitos previstos na Constituição Federal, são medidas criadas para produzir

efeitos específicos na população, para fomentar a discussão Lynn (1980) diz que são um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos (*apud* SOUZA, 2006, p. 24) e ainda Mead (1995) define políticas públicas como um campo interno dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas (*apud* SOUZA, 2006, p. 24). Peters (1986) segue o mesmo viés na definição de política pública: é a soma das atividades dos governos, que agem de modo direto ou por meio de delegações, e que tem forte influencia na vida dos cidadãos (*apud* SOUZA, 2006, p. 24). Do ponto de vista teórico-conceitual, SOUZA 2006, afirma:

[...] A política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade [...].

Dado que uma política pública repercute em várias esferas, percebe-se a importância dessa política ter uma relação intrínseca com o Estado, a política, a economia e a sociedade em geral, pois uma vez implantada, espera-se que

os resultados sejam positivos em todos os campos abrangidos.

Para Secchi (2010, p.2) “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. A razão para a estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido com coletivamente relevante”. Assim, quando uma política pública é desenvolvida ela busca resolver e assegurar direitos constitucionais considerados essenciais para a sociedade em geral. Nesse sentido, para proporcionar uma educação de qualidade foram criadas políticas públicas educacionais, visando atender a este direito universal presente na constituição.

A educação tem que ser prioridade para os formadores de políticas públicas, pois pelas teorias de capital humano os investimentos em educação podem agregar habilidades aos indivíduos, tornando-os mais produtivos; o que em larga escala pode influenciar positivamente no desenvolvimento nacional. E a privação da educação é uma das formas mais iníquas de privação social, pois as desigualdades educacionais são um dos principais fatores das desigualdades de renda, oportunidade e condições de vida, geradoras de pobreza (SCHWARTZMAN, *apud* ALMEIDA e OLIVEIRA, 2016).

2.1 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, UM DIREITO DE TODOS!

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 denomina que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e esta será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, bem como no artigo 206, inciso VII traz a garantia de um ensino com padrão de qualidade para todos e também no artigo 211, parágrafo 1 determina que a união deverá oferecer a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, e estabelece ainda o repasse das diferentes esferas administrativas para manutenção e desenvolvimento do ensino, artigo 212.

Buscando a efetivação deste último princípio disposto na Constituição, pode-se perceber a implantação de ações variadas, partindo das esferas públicas federais, estaduais e municipais. Neste sentido, podemos destacar o FUNDEB, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que está em vigor desde 2007 e é um importante compromisso da União com a educação básica e se estenderá até 2020, cujo

objetivo é promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação.

Com a finalidade de melhorar a qualidade do sistema educacional no país, bem como direcionar esforços e investimentos, foi criado o PNE - Plano Nacional de Educação, conforme a Lei 13.005/2014, com vigência de 10 anos, que estabelece 20 metas a serem atingidas nesse período. Este é determinado pela Constituição Federal em seu artigo 214 – que estabelece o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do país, incisos I, II, III, IV e V.

Igualmente, pode-se observar também, a criação do (IDEB), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica também criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), criado com o objetivo de medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para melhorar o ensino, inclui, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente

importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele funciona como um indicador nacional que torna possível o monitoramento da qualidade da educação pela população através de dados concretos. Também é importante por ser um condutor de política pública em prol da qualidade da educação, e serve como ferramenta para o acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica.

O IDEB é calculado a partir de dois itens: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP, sendo os índices de aprovação obtidos a partir do Censo Escolar que é realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para os estados e o país, realizados a cada dois anos. As metas que o IDEB estabelece são diferentes para cada escola e rede de ensino, mas com um único objetivo, o de alcançar 6 pontos até o ano de 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

A busca da elevação do IDEB, expressão do compromisso e da responsabilização do poder público com a qualidade da educação básica, pode ser percebida como força catalisadora de novos padrões de

gestão porque põe necessariamente em relação as três esferas de governo nas iniciativas de caráter educacional e mobiliza a sociedade na decisão de efetivar a melhoria da qualidade da educação brasileira (BOTLER et al., 2014, p.03).

Logo, este indicativo serve como base para medir a evolução da qualidade do sistema educacional brasileiro básico e a sua aproximação às metas estabelecidas pelo programa. Tendo como meta esses requisitos percebe-se a complexidade envolvida no sistema educacional que, como pode ser percebido, não depende apenas da vontade política (WEBER, 2008 *apud* BOTLER et al., 2014).

Uma visão distinta da definida pelo IDEB é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o grau de desenvolvimento de um país, em contraponto ao (PIB) onde a visão de desenvolvimento está limitada ao crescimento econômico. O IDH engloba três indicadores importantes para garantir o desenvolvimento humano da população: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e um padrão de vida (renda). É válido ressaltar que iremos trabalhar com o IDHM - Educação, que segue as mesmas três dimensões do IDH, mas com sua especificidade, essa dimensão é medida pela escolaridade da população

adulta e pelo fluxo escolar da população jovem. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores (os municípios). O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município (PNUD, 2013).

O IDHM Educação é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo (BOTLER et al., 2014, p.03).

O IDHM-E é medido por meio de dois componentes. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo, tendo esta variável tem peso 1. E o fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13

anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo com peso 2. Esta medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Com isso os gestores têm maior facilidade de identificar se crianças e jovens estão nas séries adequadas nas idades certas (ATLAS, 2013).

Assim, o fluxo escolar da população jovem acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação, quais sejam: entrada no sistema educacional, finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental e conclusão tanto do ensino fundamental como do ensino médio. Esta composição da forma a uma mensagem importante: de que as crianças, ao menos a partir dos 5 anos de idade, já precisam estar na escola; que as crianças de 12 anos precisam estar nos anos finais do ensino fundamental; que os jovens de 16 anos precisam ter concluído o ensino fundamental; e que os jovens de 19 anos precisam ter concluído o ensino médio. A expansão dessas faixas etárias no cálculo do indicador se dá por questões amostrais e estatísticas e também indica a evolução da qualidade da oferta educacional no país, já que significa "acesso ao conhecimento" (BOTLER et al., 2014, p.03).

É nítida a preocupação com a qualidade do sistema educacional, por parte dos gestores, entretanto é necessário um algo a mais para impulsionar essa qualidade via indicadores, logo, se faz necessário políticas públicas que sejam efetivas e que possam auxiliar na melhoria do quadro educacional, pois através da implantação de políticas publicas eficiente, pode haver melhorias significativas no quadro educacional.

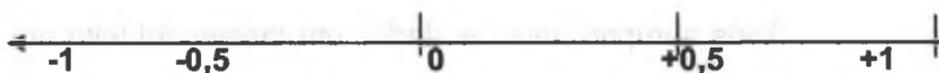
3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho foi a de Estatística Descritiva, foi reunido um conjunto de técnicas para sumarizar os dados (tabelas, gráficos) e medidas descritivas que nos permitiu emergir através dos dados maximizando a obtenção dos dados de forma mais fidedigna. Para Piana (2009, p. 14) "a estatística descritiva é a parte da estatística que desenvolve e disponibiliza métodos para resumo e apresentação de dados estatísticos com o objetivo de facilitar a compreensão e a utilização da informação ali contida".

A utilização do método de estatística descritiva é de grande valia para o presente trabalho, pois apresenta um nível didático bastante considerado, de modo que aja uma facilidade de interpretar os dados e as informações contidas.

De início foram criadas tabelas contendo o IDEB dos municípios da Paraíba do ano de 2011 e o IDHM - educação do ano de 2010, presentes em bases de dados nacionais (essa relação entre os anos citados deu-se devido ao fato que o IDEB é realizado a cada 2 anos enquanto que o IDHM é a cada 10 anos), de modo que a próxima aferição do IDHM será em 2020, desse modo foi utilizado o ano de 2010 como referência para o IDHM, pois esses são os dados mais atuais que essa variável apresenta, com isso para o IDEB foi utilizado o ano de 2011 por ser junto com 2009 os anos mais próximos da estimativa do último IDHM, logo os dados apresentados nesse trabalho faz referência ao IDEB de 2011 e IDHM 2010.

Após as tabelas prontas e com todos os municípios que forneciam os dados para os referidos anos, foi utilizada a técnica de análise bivariada, que nada mais é a análise de relação entre duas variáveis, que vai de uma escala de -1 a +1, -1 é uma correlação perfeita negativa, e +1 é uma correlação perfeita positiva, já o 0 indica uma correlação nula, desse modo quanto mais perto de zero mais baixa é a correlação e enquanto mais se aproxima de -1 e +1 mais alta é a correlação entre as variáveis, o diagrama a seguir ilustra como funciona a interpretação do método de análise bivariada:



Logo:

- Quando a correlação for entre +0.9 e +1, indica uma correlação positiva muito forte.
- Quando a correlação for entre -0.9 e -1, indica uma correlação negativa muito forte.
- Quando a correlação for entre +0.7 a +0.9, indica uma correlação positiva forte.
- Quando a correlação for entre -0.7 a -0.9, indica uma correlação negativa forte.
- Quando a correlação for entre +0.5 a +0.7, indica uma correlação positiva moderada.
- Quando a correlação for entre -0.5 a -0.7, indica uma correlação negativa moderada.
- Quando a correlação for entre +0.3 a +0.5, indica uma correlação positiva fraca.
- Quando a correlação for entre -0.3 a -0.5, indica uma correlação negativa fraca.
- Quando a correlação for entre 0 a +0.3, indica uma correlação positiva desprezível.
- Quando a correlação for entre 0 a -0.3, indica uma correlação negativa desprezível.

Após agrupar todos os dados em tabelas foi feito um diagrama de dispersão no programa *Microsoft Office Excel*, para facilitar a visualização de como os dados estavam se comportando, e através desse encontrar o “ R^{18} ” de Pearson, que nada mais é que o valor da correlação entre as variáveis, feito isso, pode-se verificar o grau de correlação que havia entre essas duas variáveis, vale ressaltar que foi inserida uma reta para se analisar a correlação entre as variáveis.

O diagrama de dispersão é um gráfico cartesiano em que cada um dos eixos corresponde às variáveis correlacionadas. A variável dependente (Y) situa-se no eixo vertical e o eixo das abscissas é reservado para a variável independente (X). Os pares ordenados formam uma nuvem de pontos. (CORREA, 2003, p. 107).

Dessa forma, o gráfico de dispersão nos oferece, também, uma análise virtual bem didática, pois mostra através de pontos o grau de correlação entre as variáveis, ou seja, enquanto mais próximos da reta os pontos estão maior a correlação, e quanto mais distante da reta menor é essa correlação.

¹⁸Representa o valor da correlação entre as variáveis.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a criação da tabela com todos os dados necessários, foi gerado o diagrama de dispersão, ele é o método gráfico feito sobre dois eixos, 'x' e 'y', que representa a correlação entre as variáveis (IDHM – Educação e IDEB). A análise de correlação é importante não somente como resultado final, pois nos oferece o grau de relação entre duas variáveis, assim quantificando esse nível de relação que há entre essas variáveis, facilitando futuras tomadas de decisões.

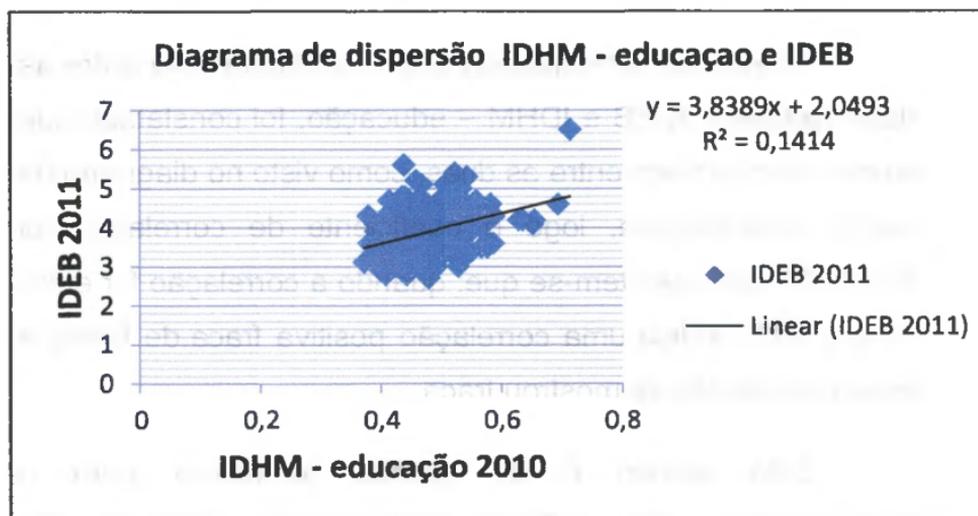


Figura 1 diagrama de dispersão com IDHM - educação e IDEB

Ao se analisar o diagrama fica explicito que a dispersão não ocorre em tendência à reta sobreposta, isso já mostra que há uma correlação fraca, entretanto foi encontrado o "R", nada mais é que o coeficiente de correlação entre as variáveis IDEB e IDHM – educação, para facilitar ainda mais a análise dos dados e foi quantificado esse nível de correlação que há entre as variáveis acima citadas. Conforme mostra os dados no gráfico que $R^2 = 0,141$, dessa forma tem-se que $R = \sqrt{0,141}$, logo $R \cong 0,375499667$, portanto o coeficiente de correlação é: $R \cong 0,375$.

Apesar de ser esperada uma correlação forte entre as duas variáveis (IDEB e IDHM – educação, foi constatado que a uma relação fraca entre as duas, como visto no diagrama da seção metodológica, logo o coeficiente de correlação foi $R \cong 0,375$ com isso tem-se que: quando a correlação for entre +0.3 e +0.5, indica uma correlação positiva fraca, de forma a nossa correlação se mostrou fraca.

Este estudo é de grande relevância para o aprimoramento das políticas educacionais, pois ao ser verificado que há uma correlação muito baixa entre tais variáveis em questão, visto que essas políticas sociais são implantadas para uma melhoria no sistema educacional e serão avaliadas através de indicadores (IDHM) e taxa de

rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho obtidas nos exames: prova Brasil (IDEB), ainda apresentem uma correlação tão insignificante. Uma vez que o esperado seria o alto progresso de uma variável e a reação da outra de modo igual, o que não ocorreu com as variáveis acima mencionadas.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho procurou relacionar os indicadores IDHM - Educação e IDEB. Com base nessa relação à pesquisa aponta que não é possível observar uma correlação forte entre as variáveis, tendo em vista que a correlação obtida é fraca, $R \cong 0,375$, podendo assim concluir que por mais que fosse esperado que houvesse uma correlação forte, tendo em vista a natureza das variáveis, que fazem parte do contexto educacional, foi observado que essa correlação é fraca.

Portanto, ao chegar à conclusão que há uma correlação fraca, fica evidente neste estudo que, para ter uma melhoria no IDEB, o fato de viabilizar políticas públicas para melhoria do IDHM- educação não surtirá efeitos plausíveis no IDEB, tal fato é muito importante para a eficiência da Gestão Pública, pois com os recursos cada vez mais escassos, faz-se necessário ter uma melhor desempenho nas políticas públicas

implementadas buscando sempre ser o mais eficiente possível.

Desta forma, ressalta-se a importância do trabalho, apesar de não haver uma correlação forte entre as variáveis, mas fica a base de estudos para futuras pesquisas e também pode auxiliar aos gestores públicos que buscam uma melhoria no quadro educacional mais especificamente o IDEB.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vinicius Pacheco de. OLIVEIRA, Édivo, de Almeida. **Uma análise de indicadores**: uma caracterização e mapeamento do desenvolvimento humano dos municípios do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul: UFSM, 2016.

ANÁLISE, geral. **Análise estatística**. PT. 2016. Disponível em: <http://analise-estatistica.pt/2016/11/analise-estatistica-bivariada.html>. Acesso em: 13 dez. 2018.

BOTLER, Alice. **Qualidade na educação municipal**: um estudo comparativo entre o IDEB e o IDHM – educação no nordeste brasileiro. Pernambuco: UFPE, 2014.

CORRÊA, Sonia Maria Barros Barbosa. **Probabilidade e estatística**. 2. ed. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003. 116 p.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** - Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf Acesso em 15 dez. 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: editora Atlas, 2003.

Ministério da educação. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb>. Acesso em: 17 dez. 2018.

Ministério da educação. **Plano Nacional da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pne>. Acesso em: 15 dez. 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.p. 2.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre: ano 8, nº 16, pp. 20-45, jul/dez. 2006.

VIDAL, Eloísa Maia. **Gestão educacional e resultados no Ideb: um estudo de caso em dez municípios cearenses**. São Paulo: Fundação Carlos chagas, 2011.

Atlas do Brasil Disponível. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Acesso em: 19 dez. 2018.

Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 dez. 2018

ANEXO A - Tabela 1 IDEB E IDHM- educação

Municípios	IDHM Educação 2010	Município	IDEB 2011
Água Branca	0,484	Água Branca	4,5
Aguiar	0,447	Aguiar	3,8
Alagoa Grande	0,43	Alagoa Grande	3,3
Alagoa Nova	0,451	Alagoa Nova	3,3
Alagoinha	0,462	Alagoinha	3,6
Alcantil	0,458	Alcantil	3,9
Algodão de Jandaíra	0,413	Algodão de Jandaíra	3,6
Alhandra	0,465	Alhandra	3,1
Amparo	0,551	Amparo	4,1
Aparecida	0,456	Aparecida	3,9
Araçagi	0,412	Araçagi	2,9
Arara	0,407	Arara	3,8
Araruna	0,439	Araruna	3,5
Areia	0,467	Areia	3,1
Areial	0,503	Areial	4,8
Aroeiras	0,411	Aroeiras	3,7
Assunção	0,51	Assunção	3,9
Baía da Traição	0,495	Baía da Traição	4,6
Bananeiras	0,43	Bananeiras	4,1
Baraúna	0,459	Baraúna	4,7
Barra de Santana	0,465	Barra de Santa Rosa	4,5
Barra de Santa Rosa	0,434	Barra de Santana	3,9
Barra de São Miguel	0,44	Barra de São Miguel	4,8
Bayeux	0,566	Bayeux	4
Belém	0,492	Belém	3,9
Belém do Brejo do Cruz	0,451	Belém do Brejo do Cruz	3,7
Bernardino Batista	0,462	Bernardino Batista	4,5
Boa Vista	0,582	Boa Vista	4,6
Bom Jesus	0,477	Bom Jesus	3,8
Bom Sucesso	0,494	Bom Sucesso	3,8

Bonito de Santa Fé	0,427	Bonito de Santa Fé	3,6
Boqueirão	0,496	Boqueirão	3,7
Borborema	0,426	Borborema	3,6
Brejo do Cruz	0,463	Brejo do Cruz	4
Brejo dos Santos	0,541	Brejo dos Santos	4,6
Caaporã	0,509	Caaporã	3,4
Cabaceiras	0,523	Cabaceiras	5,4
Cabedelo	0,651	Cabedelo	4,1
Cachoeira dos Índios	0,453	Cachoeira dos Índios	3,2
Cacimba de Areia	0,497	Cacimba de Areia	3,5
Cacimba de Dentro	0,419	Cacimba de Dentro	3,6
Cacimbas	0,425	Cacimbas	3,5
Caiçara	0,488	Caiçara	4
Cajazeiras	0,574	Cajazeiras	3,6
Cajazeirinhas	0,413	Cajazeirinhas	4,7
Caldas Brandão	0,451	Caldas Brandão	3,3
Camalaú	0,431	Camalaú	4,5
Campina Grande	0,654	Campina Grande	4,2
Capim	0,4	Capim	2,9
Caraúbas	0,485	Caraúbas	4,1
Carrapateira	0,543	Carrapateira	4,4
Casserengue	0,379	Casserengue	4,3
Catingueira	0,455	Catingueira	3,4
Catolé do Rocha	0,539	Catolé do Rocha	4,1
Caturité	0,502	Caturité	3,7
Conceição	0,476	Conceição	4,1
Condado	0,476	Condado	4,4
Conde	0,5	Conde	4
Congo	0,477	congo	4,4
Coremas	0,452	Coremas	3,1
Cruz do Espírito Santo	0,408	Cruz do Espírito Santo	3
Cubati	0,448	Cubati	3,9
Cuité	0,47	Cuité	4,7
Cuité de	0,398	Cuité de	3,5

Mamanguape		Mamanguape	
Cuitegi	0,45	Cuitegi	3,3
Curral de Cima	0,392	Curral de Cima	3,9
Curral Velho	0,491	Curral Velho	3,9
Damião	0,391	Damião	4,1
Desterro	0,49	Desterro	3,7
Diamante	0,496	Diamante	3,6
Dona Inês	0,447	Dona Inês	4,1
Duas Estradas	0,488	Duas Estradas	3,8
Emas	0,492	Emas	3
Esperança	0,526	Esperança	4,8
Fagundes	0,432	Fagundes	3,9
Frei Martinho	0,542	Frei Martinho	5,3
Gado Bravo	0,373	Gado Bravo	3,1
Guarabira	0,586	Guarabira	3,6
Gurinhém	0,435	Gurinhém	2,9
Gurjão	0,581	Gurjão	3,6
Ibiara	0,479	Ibiara	3,7
Igaracy	0,496	Igaracy	3,2
Imaculada	0,461	Imaculada	3,1
Ingá	0,471	Ingá	3,2
Itabaiana	0,536	Itabaiana	3,2
Itaporanga	0,517	Itaporanga	3,4
Itapororoca	0,437	Itapororoca	3,2
Itatuba	0,436	Itatuba	3
Jacaraú	0,435	Jacaraú	4,8
Jericó	0,476	Jericó	3,7
João Pessoa	0,693	João Pessoa	4,6
Juarez Távora	0,465	Juarez Távora	3,2
Juazeirinho	0,435	Juazeirinho	4
Junco do Seridó	0,576	Junco do Seridó	3,5
Juripiranga	0,448	Juripiranga	3,6
Juru	0,443	Juru	3,9
Lagoa	0,448	Lagoa	3,7
Lagoa Seca	0,516	Lagoa Seca	4,3
Lastro	0,38	Lastro	3,6

Lucena	0,469	Lucena	4,1
Mãe D'Água	0,429	Mãe d'Água	4,1
Malta	0,533	Malta	4,4
Mamanguape	0,453	Mamanguape	3,8
Manaíra	0,426	Manaíra	3,6
Marcação	0,408	Marcação	2,8
Mari	0,429	Mari	3,6
Marizópolis	0,512	Marizópolis	3,7
Massaranduba	0,441	Massaranduba	3,4
Mataraca	0,427	Mataraca	3,1
Mato Grosso	0,419	Mato Grosso	3,5
Maturéia	0,474	Maturéia	4
Mogeirol	0,481	Mogeirol	3,5
Montadas	0,505	Montadas	3,9
Monte Horebe	0,463	Monte Horebe	3,4
Monteiro	0,558	Monteiro	4,5
Mulungu	0,423	Mulungu	3,5
Natuba	0,432	Natuba	3,7
Nazarezinho	0,449	Nazarezinho	3,4
Nova Floresta	0,498	Nova Floresta	4,4
Nova Olinda	0,453	Nova Olinda	3,6
Nova Palmeira	0,488	Nova Palmeira	3,6
Olho D'Água	0,452	Olho d'Água	3,3
Olivedos	0,54	Olivedos	4,6
Ouro Velho	0,518	Ouro Velho	3,8
Parari	0,467	Parari	5,1
Passagem	0,534	Passagem	3,7
Patos	0,628	Patos	4,2
Paulista	0,461	Paulista	4,4
Pedra Branca	0,532	Pedra Branca	5
Pedra Lavrada	0,458	Pedra Lavrada	5,2
Pedras de Fogo	0,468	Pedras de Fogo	4,1
Pedro Régis	0,399	Pedro Régis	3,1
Piancó	0,55	Piancó	3,4
Picuí	0,506	Picuí	5,1
Pilar	0,461	Pilar	3

Pilões	0,409	Pilões	4,3
Pilõezinhos	0,421	Pilõezinhos	3,4
Pirpirituba	0,499	Pirpirituba	3,5
Pitimbu	0,456	Pitimbu	3,4
Pocinhos	0,477	Pocinhos	4,6
Poço de José de Moura	0,497	Poço de José de Moura	4,2
Pombal	0,515	Pombal	5,1
Prata	0,514	Prata	4,1
Princesa Isabel	0,514	Princesa Isabel	4,5
Puxinanã	0,542	Puxinanã	3,8
Queimadas	0,489	Queimadas	4,3
Quixabá	0,579	Quixabá	4,2
Remígio	0,474	Remígio	3,8
Riachão	0,481	Riachão	4,4
Riachão do Bacamarte	0,417	Riachão do Bacamarte	3,6
Riachão do Poço	0,426	Riachão do Poço	3,7
Riacho de Santo Antônio	0,502	Riacho de Santo Antônio	4
Riacho dos Cavalos	0,447	Riacho dos Cavalos	4,5
Rio Tinto	0,48	Rio Tinto	3,8
Salgadinho	0,454	Salgadinho	4,4
Salgado de São Félix	0,448	Salgado de São Félix	4,2
Santa Cecília	0,402	Santa Cecília	4
Santa Cruz	0,523	Santa Cruz	4,4
Santa Helena	0,504	Santa Helena	4,2
Santa Luzia	0,635	Santa Luzia	4,2
Santana de Mangueira	0,414	Santana de Mangueira	3,6
Santana dos Garrotes	0,479	Santana dos Garrotes	2,7
Santa Rita	0,534	Santa Rita	3,5
Santa Teresinha	0,513	Santa Teresinha	4,1
Santo André	0,476	Santo André	4,2
São Bentinho	0,491	São Bentinho	4,4

São Bento	0,424	São Bento	3,7
São Domingos	0,394	São Domingos	3,7
São Domingos do Cariri	0,438	São Domingos do Cariri	5,6
São Francisco	0,481	São Francisco	4,1
São João do Cariri	0,488	São João do Cariri	4,4
São João do Tigre	0,424	São João do Tigre	3,4
São José da Lagoa Tapada	0,389	São José da Lagoa Tapada	3,2
São José de Caiana	0,434	São José de Caiana	3,3
São José de Espinharas	0,448	São José de Espinharas	3,3
São José de Piranhas	0,461	São José de Piranhas	3,9
São José de Princesa	0,443	São José de Princesa	4,2
São José do Bonfim	0,493	São José do Bonfim	3,7
São José do Brejo do Cruz	0,473	São José do Brejo do Cruz	4,4
São José do Sabugi	0,514	São José do Sabugi	3,8
São José dos Cordeiros	0,407	São José dos Cordeiros	3,5
São José dos Ramos	0,406	São José dos Ramos	3,6
São Mamede	0,558	São Mamede	4,7
São Miguel de Taipu	0,443	São Miguel de Taipu	2,8
São Sebastião de Lagoa de Roça	0,471	São Sebastião de Lagoa de Roça	4,4
São Sebastião do Umbuzeiro	0,459	São Sebastião do Umbuzeiro	3,7
Sapé	0,461	Sapé	3,5
São Vicente do Seridó	0,453	São Vicente do Seridó	4,1
Serra Branca	0,537	Serra Branca	3,9
Serra da Raiz	0,544	Serra da Raiz	4,2
Serra Grande	0,491	Serra Grande	4,4
Serra Redonda	0,424	Serra Redonda	3
Serraria	0,392	Serraria	3,5

Sertãozinho	0,561	Sertãozinho	4,2
Sobrado	0,477	Sobrado	4,1
Solânea	0,468	Solânea	3,6
Soledade	0,506	Soledade	3,6
Sossêgo	0,46	Sossêgo	4,6
Sousa	0,567	Sousa	3,5
Sumé	0,534	Sumé	3,9
Tacima	0,45	Tacima	3,6
Taperoá	0,456	Taperoá	3,9
Tavares	0,462	Tavares	3,9
Teixeira	0,527	Teixeira	4,3
Tenório	0,49	Tenório	3,4
Triunfo	0,501	Triunfo	3,9
Uiraúna	0,528	Uiraúna	3
Umbuzeiro	0,514	Umbuzeiro	3,4
Várzea	0,714	Várzea	6,5
Vieirópolis	0,455	Vieirópolis	3,2
Zabelê	0,587	Zabelê	4,3

Fonte: Atlas do Brasil e ministério da educação, 2018.

Esta obra foi editada no atelier do **Instituto Sou Assis**,
a pedido do autor, com aprovação do Conselho Editorial.



Publicação sem fins lucrativos



Série **Gestão Pública** - 2

2019005 | LS - PD

Sapé | Paraíba | Brasil